



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 41

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 22 de Abril de 1998

**Presidente:** *Deputado Dionísio de Sousa*

**Secretários:** *Deputados Guilherme Pinto e José Ramos Aguiar.*

### Sumário

*Os trabalhos iniciaram-se pelas 15.25 horas.*

No **Período de Antes da Ordem do Dia**, procedeu-se à leitura da correspondência entrada na Mesa da ALRA.

Posteriormente, iniciou-se o período destinado às **intervenções de interesse político relevante para a Região**.

Proferiram intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados António Almeida (*PSD*), Élio Valadão (*PS*), António Menezes (*PSD*), Carlos Fraga (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Francisco Xavier (*PSD*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), João Greves (*PP*), José Maria Bairos (*PSD*), José Humberto Chaves (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), Madruga da Costa (*PSD*), José Manuel Nunes (*PSD*), Natividade Luz (*PS*), Manuel Azevedo (*PSD*), José Nascimento Ávila (*PS*), João Forjaz Sampaio

(PS), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes).

Encerrado este ponto, passou-se ao **Período da Ordem do Dia** onde se procedeu à leitura dos Relatórios ao Abrigo do Artigo 119.º do Regimento da ALRA. Assim, foram oradores:

**C.O.L** - Deputado Humberto Melo

**C.P.G.A.I.** - Deputado Francisco Xavier.

Sobre este relatório usaram da palavra os Srs. Deputados Nuno Barata (PP), Francisco Xavier (PSD), Paulo Valadão (PCP), Victor Cruz (PSD), Fernando Menezes (PS), Alvarino Pinheiro (PP), António Meneses (PSD) e Manuel Azevedo (PSD).

*(Os trabalhos terminaram às 20.35 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, muito boa tarde.

Peço a vossa atenção para a chamada.

*(Eram 15.25 horas)*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

**Partido Socialista (PS)**

**António** José Tavares de **Loura**

António Manuel da **Silva Melo**

**Augusto** António Rua **Elavai**

**Carlos** Alberto da Costa **Fraga**

**Dionísio** Mendes de **Sousa**

**Fernando** Manuel Machado **Menezes**

**Francisco** Cardoso Pereira **Oliveira**

**Francisco** Couto de **Sousa**

**Guilherme** Marinho **Pinto** de Sousa

**João** Carlos do Couto **Macedo**

**João Manuel Pereira Forjaz de Sampaio**  
**José Élio Valadão Ventura**  
**José Humberto de Medeiros Chaves**  
**José do Nascimento Ávila**  
**João Luis Sanchez dos Santos**  
**Luis Machado Resendes**  
**Manuel Goulart Serpa**  
**Manuel Herberto da Rosa**  
**Maria de Fátima Rocha Furtado Moniz Sousa**  
**Maria Fernanda da Silva Mendes**  
**Maria da Natividade da Luz**  
**Rui Pedro Lopes Machado Ávila**  
**Vasco Ilídio Alves Cordeiro**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aires António Fagundes Reis**  
**Alberto Romão Madruga da Costa**  
**Ana Carolina Gomes da Silva**  
**António Manuel Silva Almeida**  
**António Manuel Goulart Lemos de Meneses**  
**Aurélio Henrique Silva Franco da Fonseca**  
**Berta Maria Correia de Almeida Melo Cabral**  
**Duarte Nuno de Ávila Martins de Freitas**  
**Eugénio Manuel Pereira Leal**  
**Francisco Xavier Araújo Rodrigues**  
**Humberto Trindade Borges de Melo**  
**João Manuel Bettencourt Cunha**  
**Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte**  
**José Ramos Aguiar**  
**José Francisco Salvador Fernandes**  
**Jorge Manuel Leão Temudo Valadão dos Santos**

**José Manuel Cabral Bolieiro Dias**

**José Manuel Avelar Nunes**

**José Maria Bairos**

**Manuel da Silva Azevedo**

**Sidónio Manuel Moniz Bettencourt**

**Victor do Couto Cruz**

***Partido Popular (PP)***

**João Maria Fraga Greves**

**Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa**

***Partido Comunista Português (PCP)***

**Paulo António de Freitas Valadão**

**Presidente:** Estão presentes 48 Srs. Deputados. Temos quorum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a habitual da correspondência.

Têm a palavra os Srs. Secretários.

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Da Presidência do Governo envio do processo de averiguações à actuação dos responsáveis do Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores e da Inspeção Regional de Bombeiros dos Açores, na catástrofe ocorrida na freguesia da Ribeira Quente, no dia 31 de Outubro de 1997.

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Da população da freguesia de Faial da Terra, envio de uma cópia de um abaixo-assinado e de um ofício enviado à Portugal Telecom SA..

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia Legislativa Regional dos Açores n.ºs. 26, 27, 28 e 29, bem como os suplementos aos Diários n.ºs 22, 23, 26 e 27.

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Do Sr. Deputado Regional do Partido Social Democrata Manuel Teixeira Brasil, o seguinte requerimento:

"Considerando que existe um terreno situado na freguesia da Urzelina pertencente à Região;

Considerando que o referido terreno que em princípio se destinava à Casa de Matança de São Jorge, acabou por ser substituído por outro para aquele fim, ficando então o terreno da Urzelina destinado a ser loteado;

Considerando que no referido terreno se encontra a lixeira, embora agora um pouco mais ordenada, mas que não deixa no entanto de ser uma lixeira que a qualquer momento perde o controlo;

Considerando que a freguesia da Urzelina, como qualquer outra freguesia do espaço regional ou português não merece ter uma lixeira no seu mais característico espaço ambiental;

Considerando que desde há vários anos está a Secretaria do Equipamento e Habitação a lotear o citado terreno;

Considerando que existe em São Jorge alguma pressão na procura de terrenos para a construção por parte de famílias desfavorecidas e jovens casais.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, requeiro que me seja prestada a seguinte informação:

- 1) Está ou não o terreno supracitado da Urzelina a ser loteado?
- 2) Se está a ser loteado o terreno da Urzelina, para quando está previsto ser posto a concurso os lotes do referido terreno?
- 3) Caso o Governo Regional não pretenda lotear o terreno da Urzelina, que utilidade lhe pretende dar?

Horta, Sala das Sessões, 21 de Abril de 1998.

**O Deputado Regional:** Manuel Teixeira Brasil

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Da Presidência do Governo, resposta a um requerimento do Sr. Deputado João Carlos Macedo do Partido Socialista, sobre "Produção de ananás-bebé, em São Miguel", que diz o seguinte:

"Em resposta ao Requerimento n.º 0869 do Senhor Deputado João Carlos Macedo, do Partido Socialista, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

A Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente não tem conhecimento de nenhum pedido ou intenção de instalação, na Ilha de São Miguel, de qualquer empresa destinada à produção e ou comercialização do denominado "ananás bebé".

Com os melhores cumprimentos.

**O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral***"

**Secretário (*José Ramos Aguiar*):** Da Presidência do Governo, resposta a um requerimento dos Srs. Deputados Manuel da Silva Azevedo e Duarte Nuno Ávila Martins de Freitas, cujo assunto é "Execução de programas de habitação na Ilha do Pico", do seguinte teor:

"Em resposta ao Requerimento nº 702 dos Senhores Deputados Manuel da Silva Azevedo e Duarte Nuno Ávila Martins de Freitas, do Partido Social Democrata, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1. Os apoios atribuídos, através dos vários programas da Habitação, a diversos cidadãos da Ilha do Pico, são os constantes do mapa anexo;
2. Existem ainda 17 processos, já despachados, que vão ser pagos por verbas de 1998 e 10 processos que, por terem sido mal instruídos, foram devolvidos à Delegação da S.R.H.E. para anexar documentação.

Com os melhores cumprimentos.

**O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral***"

**Secretário (*Guilherme Pinto*):** Da Presidência do Governo, resposta a um requerimento dos Srs. Deputados Manuel da Silva Azevedo e Duarte Nuno Freitas do Partido Social Democrata que diz o seguinte:

"Em resposta ao Requerimento nº 0216 dos Senhores Deputados Manuel da Silva Azevedo e Duarte Nuno Freitas, do Partido Social Democrata, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1 - Em virtude de não existirem na Direcção Regional do Ambiente elementos claros sobre a situação do processo de classificação como Património Mundial de sítios naturais da Região Autónoma dos Açores, solicitou-se à Comissão Nacional da UNESCO informações sobre o assunto;

2 - Na resposta era referenciada a Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (PPIRCVIP) como fazendo parte da "lista indicativa nacional";

3 - Desde então que a respectiva proposta de classificação como património mundial vem seguindo os procedimentos normais e a cumprir os prazos indicados pela UNESCO;

4 - A DRA procede à instrução e acompanhamento das candidaturas dos sítios naturais da Região, onde se inclui a candidatura da PPIRCVIP, que deverão ser presentes ao Bureau, que reunirá em Junho para a avaliação das mesmas;

5 - O processo de classificação só estará concluído, na melhor das hipóteses, em finais de 1999, início do ano 2000.

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Da Presidência do Governo, resposta a um requerimento do Sr. Deputado Paulo António de Freitas Valadão, do Partido Comunista Português, sobre "Sinalização e estado de conservação da rede viária do Nordeste e Furnas" que diz o seguinte:

"Em resposta ao Requerimento nº 462 do Senhor Deputado Paulo António de Freitas Valadão, do Partido Comunista Português, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1. Após as intempéries de 31 de Outubro de 1997 e dado que o troço de estrada do Salto do Cavalo sofreu graves danos, a S.R.H.E. providenciou a elaboração de um projecto de reabilitação daquele troço de estrada.

O projecto encontra-se em fase final de levantamento topográfico, esperando-se a sua entrega, pelo projectista, em Junho do corrente ano.

A obra será lançada a concurso no 3.º trimestre de 1998;

2. Encontra-se em elaboração um projecto, que em breve será lançado a concurso, para a repavimentação do troço da Estrada Regional 1 - 1.<sup>a</sup> entre o Miradouro de Sta. Iría e os Barreiros.

Dado o estado do piso do referido troço e considerando as obras de pavimentação a executar, a sinalização vertical e horizontal será posteriormente executada.

De igual forma está prevista a repavimentação do troço da Estrada Regional 1 - 1.<sup>a</sup> interior da Lomba da Maia e Estrada Regional 4 - 2.<sup>a</sup> Burguete.

Os troços da Estrada Regional 1 - 1.<sup>a</sup> entre Barreiros e Nordeste que não possuem sinalização horizontal, a mesma será executada no próximo período de Verão, altura adequada para a execução destes trabalhos;

3. Decorre uma empreitada de execução de sinalização horizontal a quente. No âmbito desta empreitada está prevista a pintura do troço da estrada entre os Barreiros e a Achada das Furnas.

Dadas as condições climatéricas que se têm feito sentir na Região, esta empreitada está suspensa até ao início de Junho de 1998.

Com os melhores cumprimentos.

**O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral***"

**Secretário (*Guilherme Pinto*):** Da Presidência do Governo resposta a um requerimento dos Srs. Deputados João Greves, do Partido Popular, e José Manuel Nunes do Partido Social Democrata sobre "Voos da Sata para a Ilha do Corvo":

"Em resposta ao Requerimento n<sup>o</sup> 498 dos Senhores Deputados João Greves, do Partido Popular e José Manuel Nunes do Partido Social Democrata, sobre o assunto em referência, cumpre-me transmitir a seguinte informação:

1. O SP 562, de 9 de Fevereiro Horta/Corvo, descolou da Horta às 11H05 estimando a chegada ao Corvo pelas 11H55;
2. À saída da Horta (Metar das 12H00 UTC), a visibilidade no Aeródromo do Corvo era ilimitada e o vento fraco, mas o tecto muito baixo (200 pés) e a temperatura saturada;
3. Na expectativa duma evolução meteorológica favorável, o Sr. Comandante Fialho entendeu por bem dar início ao voo;



4. Contudo, as condições meteorológicas no Corvo agravaram-se. O Metar das 13H00 UTC (12H00 locais) refere: vento 160° com 11 Kms, visibilidade 2.000 metros, bruma, tecto 100 pés (cerca de 30 metros), abertas a 1400 pés, temperatura 16/16, QNH 1013;
5. Apesar das condições atmosféricas dificultarem a operação, o Sr. Comandante Fialho fez duas tentativas de aterragem mas, não sendo possível a perfuração, divergiu para a Ilha das Flores;
6. Acontece que, entretanto, as condições meteorológicas nas Flores também se agravaram e não permitiram a aterragem nessa ilha à primeira tentativa e por isso, foi efectuada nova aproximação (a terceira) ao Aeródromo do Corvo que veio a revelar-se infrutífera pelo que o SP 562 divergiu novamente e acabou por aterrar no Aeroporto das Flores;
7. Um voo com a duração média de 45 a 50 minutos acabou por ser penalizado com um acréscimo de cerca de 30 minutos;
8. Por outro lado, com o intuito de operar no Corvo, o avião aguardou nas Flores até às 14H25 mas, infelizmente, os tectos continuaram baixos e não seria possível efectuar mais tentativas de aterragem porquanto, como é sabido, o Aeroporto das Flores não tem ainda combustível e era necessário efectuar o voo de regresso.

Com os melhores cumprimentos.

**O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral***".

**Secretário (*José Ramos Aguiar*):** Oriundo do Partido Social Democrata, deu entrada um **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão** cujo objecto é uma **"Escala semanal entre Lisboa e Santa Maria"**.

**Secretário (*Guilherme Pinto*):** Também do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, envio de um **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão** da Proposta de Resolução que recomenda ao Governo **"Tarifas da TAP iguais para os Açorianos de todas as ilhas"**.

**Secretário (*José Ramos Aguiar*):** Da Assembleia da República, envio do Projecto-Lei 509/7 com pedido de parecer.

Baixou à Comissão de Organização e Legislação.

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, texto de substituição do Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/98, "Definição de áreas de navegação para diversas categorias de navegador de recreio na Região Autónoma dos Açores".

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Da Comissão de Economia, Finanças e Plano, parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que "Estabelece a disciplina de trocas intracomunitárias de animais das espécies bovina e suína e revoga o Decreto-Lei n.º 80/90, de 12 de Março, e as Portarias n.º 467/90, de 22 de Junho, n.º 728/90, de 22 de Agosto, n.º 160/91, de 25 de Fevereiro, n.º 720/91, de 28 de Julho, n.º 463/94, de 30 de Junho, n.º 119/96, de 16 de Abril e n.º 554/97, de 25 de Julho.

**Presidente:** Srs. Deputados, terminada a correspondência e dentro deste período de informações e menção de correspondência à Assembleia, eu gostaria de dar conhecimento do seguinte:

Alguns dos Srs. Deputados recordar-se-ão, e eu recordo-me melhor do que qualquer um dos Srs. Deputados como é evidente, que em Outubro passado se realizou nas Astúrias, na cidade de Oviedo, uma conferência dos Presidentes das Assembleias Legislativas Regionais da Europa.

Foram tomadas várias decisões que ficaram assentes num texto e eu dei conhecimento do mesmo à Assembleia.

Uma das decisões era publicar um anuário das Assembleias Regionais Europeias. Efectivamente, essa publicação está feita e eu tenho aqui na minha posse e na posse da Assembleia o primeiro número desse anuário em português, alemão, francês, italiano e espanhol, que contém alguns trabalhos preparatórios desta conferência, os textos das intervenções feitas por cada um dos Presidentes dos Parlamentos e as conclusões finais.

Outra das decisões que foi tomada, era procurar-se estreitar as ligações entre as Assembleias Legislativas Regionais e as Instâncias da Comunidade Europeia.

A esse respeito recebi, do Presidente da Junta Geral do Principado das Astúrias, a informação de que foram feitas várias diligências junto do Parlamento Europeu para que essa presença dos Parlamentos Regionais passasse a tornar-se efectiva junto de algumas Comissões.

Já foi tomada uma decisão em relação à Comissão de Política Regional, tendo sido decidido que os Parlamentos Regionais passarão a dispor de seis lugares reservados para assistir a todas as sessões da Comissão de Política Regional e até podendo intervir quando os temas afectem a essas regiões.

Será dado conhecimento antecipadamente da ordem do dia da Comissão de Política Regional e ela fará chegar aos Parlamentos um caudal de informação gerado pelo Parlamento Europeu e que interesse directamente às Regiões.

Finalmente, estão sendo feitas diligências para que igual representação se consiga junto das restantes Comissões do Parlamento Europeu até que se consigam completar junto de todas as Comissões do Parlamento Europeu a presença dos Parlamentos Regionais.

Diligências semelhantes estão a ser feitas também junto do Comité das Regiões, em que se estuda de forma positiva a corporação dos Parlamentos Regionais mediante um estatuto de observador.

Decisão e iniciativa semelhante está sendo tentada junto do Congresso dos Poderes Locais Regionais e o seu Presidente mostra-se optimista sobre a presença dos Parlamentos Europeus no Conselho da Europa.

Julgo que estas informações têm todo o interesse e permitem que, a breve trecho, a perspectiva de participação dos Parlamentos Regionais nas Instâncias Comunitárias, Parlamento Europeu e Conselho da Europa, passe a ser muito mais frequente e muito mais estreita.

Vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Não havendo votos, vamos passar às intervenções dos Srs. Deputados sobre assuntos de interesse político relevante.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Recentes acontecimentos obrigam-me inevitavelmente a tecer algumas considerações sobre o desempenho do Governo Regional no âmbito da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

As atitudes, o comportamento e as decisões enganosas do Secretário Regional de Agricultura e do Director Regional do Desenvolvimento Agrário são, infelizmente, as melhores provas de um governo que promete mas não cumpre, que anuncia mas não faz e que "apertados" pela sua própria falta de capacidade realizadora, assumem a fuga ridícula para o passado e para a política dos anúncios promocionais.

Refiro-me, em primeiro lugar, à forma vergonhosa como a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente tem tratado os produtores biológicos açorianos e o péssimo contributo que tem dado nas persistentes evasivas do Secretário Regional das decisões que já deviam ter sido, logicamente, tomadas.

Os problemas que têm sido tornados públicos pelos principais destinatários da política regional, obrigaram os agricultores que procuram a seus próprios custos avançar na utilização de técnicas culturais compatíveis com a preservação ambiental, a assumir, já em jeito de protesto, uma severa posição crítica mas consciente a atitude do Secretário Fernando Lopes e do próprio Presidente do Governo.

Só após a posição pública assumida pelo Grupo Parlamentar do PSD anunciando em conferência de imprensa a apresentação de uma proposta de resolução nesta Assembleia e protestando pela forma como o Secretário Regional de Agricultura vem tratando os agricultores biológicos, é que surgem novas posições .

A resposta rapidamente efectuada a um requerimento apresentado nesta Assembleia sobre a matéria em causa, vem protelar a aplicação da legislação comunitária, com as desculpas mais fáceis, anunciando medidas excepcionais aos agricultores biológicos na região.

Mas importa, contudo, fazer a história dos acontecimentos, aqueles que reflectem o carácter de quem governa.

Um grupo de agricultores iniciou, tornando público nos finais de 1996, actividade agrícola utilizando métodos de produção biológica nas suas explorações de frutícolas. Na procura dos apoios que eram devidos, dirigiram-se aos vários departamentos da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, na procura dos meios de candidatura aos financiamentos da União Europeia, confrontados sistematicamente com a resposta de que a Região não dispunha de programas nessa área.

Importa referir que o modo de produção biológico está definido por legislação comunitária desde 1991 e que pelo Regulamento (CEE) n° 2078/92, foi instituído um regime de apoios aos métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e a preservação do espaço rural.

Desde logo, entenda-se que o Regulamento Comunitário em causa, entra em vigor em toda a União Europeia, sendo necessário que cada país formalize a sua adaptação, atendendo às suas prioridades e estipulando os critérios e condições de acesso às várias medidas de apoio.

Os Açores adaptaram a referida legislação comunitária pela publicação de portarias regionais que respeitavam àquela data as prioridades consideradas necessárias pela própria solicitação dos interessados, com a Portaria n° 48/94, de 18 de Agosto, em que se criou o regime de ajudas à extensificação da produção pecuária.

Posteriormente e a 20 de Julho de 1995, é publicada a Portaria n° 47/95 que estabelece as condições de aplicação do regime de algumas ajudas no âmbito das medidas agro-ambientais .

A oferta de produtos biológicos não se apresentavam, então, nos mesmos moldes em que viera a surgir mais tarde.

Os produtores biológicos, em período de conversão, reúnem-se pela 1.ª vez a 14 de Outubro de 1996, para acções de formação e formalizam acções públicas em sua defesa.

A partir daí, o insucesso na relação com o Governo Regional, através do Secretário da Agricultura, vem assumindo as mais indesejadas características, levando mesmo os produtores a se dirigirem à Direcção Geral de Agricultura da Comissão Europeia para apresentarem as suas legítimas preocupações.

Facilmente se compreende que esta solução confirma a clara falta de interlocutores nos Açores capazes de dar resposta às solicitações dos agricultores.

Como se tal não bastasse os agricultores decidem reunir com o Sr. Presidente do Governo na presença do Secretário de Agricultura assumindo ambos a resolução do problema até aos finais de Janeiro de 1998.

Este compromisso viria até a traduzir-se na inclusão no Plano Regional para 1998, na acção destinada a novas culturas, do apoio à agricultura biológica.

Apesar de já desiludidos com a condução de todo este processo, foram os ditos agricultores confrontados recentemente com uma carta do IFADAP/Lisboa, apelando às suas candidaturas, agora num novo regime de apoios com melhores ajudas designadamente a agricultura biológica.

Nos últimos contactos para o efeito com a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente voltaram novamente a ser informados da ausência de programas de apoio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar de já termos chegado à conclusão da ausência total de responsabilidade do Secretário Regional nessa matéria, dignou-se também o Director Regional do Desenvolvimento Agrário, de tomar posições públicas, apresentando desculpas, as mais "esfarrapadas" e remetendo a solução do problema para 1999.

Não podemos assistir, impávidos e serenos a este conjunto de atitudes inqualificáveis de total desrespeito por tudo e por todos, atentando claramente os próprios compromissos públicos do Governo Socialista.

Se porventura fosse verdade responsabilizar o passado nesta matéria, porquê só agora, um ano depois, tal viesse a ser utilizado como um argumento válido para não cumprir com o que é essencial.

Depois de tantas desculpas ridículas apresentadas por todos os responsáveis, chegou-se ao ponto de anunciar a necessidade da realização de um estudo de impacto sócio-económico para então decidir e, dois dias depois, anuncia-se nova reunião a 24 de Abril para repensar sobre a matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só pode concluir-se que não há vontade política de resolver tão simples tarefa sendo, neste caso, impossível alegar sistematicamente a falta de mecanismos legislativos e mesmo dificuldades financeiras face ao volume de verbas necessárias a afectar a este sector.

Se porventura aquilo que é de simples resolução está como está o que fará com o que é efectivamente mais complexo.

Situo-me agora na componente dos projectos de investimento aos quais todos reconhecem importância na modernização da agricultura.

A Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente está a protelar o investimento na Agricultura e fá-lo prejudicando seriamente os agricultores, utilizando os piores mecanismos.

Já aqui o afirmei e volto a fazê-lo.

As candidaturas ao abrigo do Programa de Desenvolvimento Agro-Pecuário dos Açores, da Portaria n.º 25/95 efectuavam-se com a entrega de projectos em Fevereiro, Junho e Outubro.

Em 1997, este Governo só possibilitou a entrega destes projectos em Novembro e alterou o programa em Outubro com a criação do DAPA, reduzindo drasticamente a possibilidade de novos investimentos na Agricultura.

Há um significativo volume de candidaturas entradas nos serviços desta Secretaria desde 95, 96 e 97, que visam o desenvolvimento agro-pecuário e a melhoria da eficácia das explorações agrícolas, que continuam a aguardar aprovação.

Os recentes contactos efectuados com o Presidente do IFADAP/Lisboa pelo Secretário de Agricultura reconhecendo publicamente a necessidade de se organizar uma "task force" para analisar e aprovar os projectos já entregues pelos jovens agricultores nos próximos três meses, traduz a aceitação plena das acusações de que o IFADAP e a Secretaria vêm sendo alvo por parte dos agricultores.

Procurar-se-á, certamente, resolver em 3 meses o que não se resolveu durante um ano e meio e reconhece-se o que ainda recentemente voltamos a denunciar.

O Governo continua a impedir a realização de milhões de contos de investimento das empresas agrícolas responsabilizando sempre o passado.

A Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente está a branquear a sua incapacidade de garantir os normais e desejáveis níveis de investimento e de modernização das explorações agrícolas, de cumprir com o que prometeu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Avancemos para as questões europeias.

Fazer crer junto da opinião pública, depois de posições nacionais assumidas, que a Agenda 2000 não serve aos Açores, é o reconhecimento da demissão clara do Governo Regional na relação evidentemente necessária com a União Europeia e que não existiu em 1997.

Recordo que o Secretário Regional assumiu a necessidade de proceder à alteração dos objectivos da Medida Agricultura do PEDRAA II no sentido de os adequar ao Programa do Governo Regional.

Mais tarde, já não se fazia referência à alteração dos objectivos, mas sim à renegociação da ficha financeira da Medida Agricultura.

Anunciou-se, posteriormente, um reforço de 20 milhões de contos para o sector e passados 5 meses assumiam-se apenas 1,9 milhões de contos.

Com este quadro financeiro não é de admirar que os compromissos assumidos pelo Governo não sejam cumpridos.

A não ser que o facto do Secretário Regional integrar a equipa técnica que acompanha o Ministro da Agricultura no Conselho de Ministros de Agricultura Europeu, permita resolver o que está na base dos problemas da Agricultura açoriana.

Tal como o Ministro da Agricultura não procura parcerias junto de países com regiões desfavorecidas, a região parece fazer o mesmo.

Ou se cria a consciência da procura de aliados junto das regiões insulares e ultraperiféricas para conquistar posições que outros já conseguiram, ou então para se assumirem, nos casos convenientes, posições comuns.

Os Açores, como região ultraperiférica reconhecida pela União Europeia, já perdeu a possibilidade de influenciar o documento da Agenda 2000, e também das propostas legislativas apresentadas em Março, pela Comissão Europeia.

Resta, e digo-o com toda a convicção, que apesar da alteração do Regulamento do Poseima não ter acompanhado as restantes propostas da Comissão, deve o Governo Regional “agarrar-se” ao que resta: uma possível renegociação do Poseima reforçando o seu quadro financeiro, aumentando as ajudas e promovendo o seu alargamento.

Só assim os Açores poderão garantir mecanismos de correcção das assimetrias quer internas quer em relação ao território continental, quer em relação à própria União Europeia.

Continuamos, contudo, sem saber que posições já foram assumidas pelo Governo Regional sobre estas matérias.



Estranhamos, pois, que o requerimento por mim apresentado nesta Assembleia a 17 de Fevereiro, solicitando apenas cópia dos documentos negociais sobre a Agenda 2000 e do Poseima, ainda não tenham merecido a fácil resposta.

Será que a postura de grande diálogo, isenção partidária e transparência, sistematicamente anunciada durante as sessões do Fórum Agrícola 2000, são mera conversa de político?

Ou será que o grande receio é o de evidenciar fracassos negociais da região em matéria agrícola?

Bem espero que não estejamos a hipotecar o futuro da Agricultura açoriana entregando, nas mãos daqueles que nem sequer nos conhecem, as decisões sobre o futuro da Região.

Tenho dito.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente** (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Atitudes enganosas, forma vergonhosa, ausência total de responsabilidade, falhanço... adjectivos, sobretudo muitos adjectivos.

Vamos aos factos.

Investimentos:

— Investimentos aprovados ao nível das diversas medidas com co-financiamento comunitário em 1997 superiores a 10 milhões de contos.

Factos:

— *Falhanço, falta de estratégia*, investimentos realizados no âmbito do combate à brucelose, superiores a um milhão de contos.

— *Forma vergonhosa de tratar os agricultores biológicos*, porque desde 1991 já existem regulamentos. Eu penso que em 1991 era o Governo apoiado pelo partido de V. Exa. e o Sr. Deputado estava nesta Casa.

Quero mencionar mais um facto, isto é, a legislação que regulamenta os apoios à agricultura biológica está pronta e está em regime de consulta, neste momento, junto das organizações e dos produtores.

Vamos ao futuro, àquilo que realmente interessa e que tenciono aprofundar um pouco mais para além dos adjectivos.

*Europa:*

Eu queria esclarecer esta Casa e o Sr. Deputado em particular, que este Governo, e eu pessoalmente, não adoptamos a atitude derrotista de quem diz que tudo já está decidido na Europa.

Quero dizer que de facto, neste momento, não só este Governo tem a orientação, tem medidas bem definidas para negociar no âmbito da Agenda 2000, como acompanhou com antecipação todas as propostas que foram apresentadas.

Aliás, se V. Exa. estivesse presente na reunião do Fórum Agrícola realizada antes de 8 de Março, teria ocasião de assistir por exemplo, à apresentação de documentos que ainda não tinham sido votados em conselho de comunitários, ou seja, a Região estava à frente e estava claramente informada.

Também quero dizer que tive a grata surpresa de ter em cima da mesa um bom relatório da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, no qual existe um documento, feito pelo nosso Deputado Europeu Dr. Costa Neves, em que apresenta a contribuição para a política europeia em três áreas: concorrência, coesão económica e social, e Poseima Agrícola.

No que respeita à concorrência, limita-se a dizer neste quadro que as Regiões Ultraperiféricas serão as que "têm mais dificuldade em adaptar-se no futuro".

Muito obrigado pela contribuição. Nós já sabíamos disso.

Na "coesão económica e social, há que garantir apoios efectivos ao desenvolvimento das zonas rurais".

Muito obrigado, nós já sabíamos disso.

**Presidente:** Sr. Secretário, informo que já está no fim do seu tempo.

**O Orador:** No Poseima Agrícola é preciso que o "apoio global à agricultura açoriana não seja reduzido".

Muito obrigado por apoiar a posição do Governo Regional dos Açores.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Élio Valadão.

**Deputado Élio Valadão (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Protelar investimentos na agricultura" — é falso!

Senão vejamos:

*Ordenamento agrário*

Construção e beneficiação de caminhos — 48 mil 427 metros. Foram 3 mil hectares beneficiados e 540 explorações.

Investimento — 1 milhão de contos.

Construção de reservatórios de água, perímetro de ordenamento agrário Cinco Ribeiras/Santa Bárbara e Feteira/Castelo Branco.

Explorações beneficiadas — 1039, área de 4 mil hectares. Investimento superior a 700 mil contos.

Matadouro Industrial de São Miguel — 2,25 milhões de contos.

Fábrica da Unileite — 2, 5 milhões de contos.

Medidas positivas deste Governo:

Importação de alimentos concentrados — um sucesso, ao ponto de haver uma ilha que não esgotou o plafond, reservando-o para segunda oportunidade.

Gasóleo agrícola para a agricultura dos Açores — pela primeira vez é reduzido em 6\$00, beneficiando 4.441 explorações, o que significa uma redução dos encargos em cerca de 100 mil contos.

Mais:

Questão dos projectos e sub-unidades de gestão — reuniu 4 vezes.

Projectos aprovados até ao momento pelo Governo do Partido Socialista — 453 projectos.

O Governo do PSD, — eu sei que o Sr. não era secretário na altura e talvez fizesse algumas críticas, mas não se pode julgar nenhuma posição porque já foi governo — só aprovou 405.

Portanto, estamos sempre a fazer mais do que aquilo que o PSD fez.

É natural este certo descontentamento da população, porque espera-se muito mais de um Governo do Partido Socialista do que alguma vez se esperou de um Governo do Partido Social Democrata.

**Voices da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PS).*

**O Orador:** Mais:

Se juntarmos aqui os projectos das contabilidades de gestão e da motomecanização, encontramos 1723 projectos.

Investimento — 3 milhões de contos.

Se quisermos falar em termos de instrução de candidaturas, de apresentação e de prazos, o que lhe posso dizer é que enquanto os Governos do PSD em 93 encerraram as possibilidades de apresentar projectos, este mantém as candidaturas abertas e só existe uma candidatura em vez três, por uma questão de instrução dos processos.

Não é possível os serviços, com o pessoal que dispõe, estarem sistematicamente a aceitar candidaturas e estarem a desviar o pessoal para fazerem trabalhos de experimentação de quando em vez, fazendo com que estejam sempre a braços com projectos, quando isto pode ser feito de uma forma mais ordenada e mais rentável.

Era apenas este esclarecimento que queria deixar.

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tudo teria sido certamente mais fácil se este Governo já tivesse presenteado esta Assembleia com o Relatório de Execução de 1997.

Poupar-se-ia certamente mais tempo no conjunto de considerações que foram aqui feitas.

Provavelmente teriam o mesmo teor de discriminação dos relatórios de execução dos governos anteriores. Pena que assim não tenha acontecido. Se calhar pouparíamos algum tempo nesta Assembleia.

Três questões pontuais que apresentei na minha intervenção:

1.<sup>a</sup> questão — Agricultura biológica.

Teci críticas claras, bem claras, à actuação do Governo na relação com os agricultores biológicos.

Não vale a pena esconder, estejam neste momento ou não propostas a ser elaboradas, iniciativas a ser assumidas, é pena que não o tenham feito logo no início de 1997.

Também é pena, que logo no início de 1997 não tenham feito aquilo que o regulamento comunitário permitia, ou seja, a apresentação de alterações ao programa no âmbito das medidas agro-ambientais, que poderiam enquadrar as medidas necessárias à satisfação desse tipo de necessidades.

2.<sup>a</sup> questão que coloquei — infelizmente não foi abordada pelo Sr. Secretário Regional, isto é, os projectos de investimentos privado.

É aí que me referia e não há hipótese de projectos de investimento na área do ordenamento agrário.

Estão a abrir uma quantidade enorme de perímetros de ordenamento agrário. Cedíssimo mesmo, porque são investimento que só serão feitos daqui a dois ou três anos.

Nós estamos a falar da execução, da obra a fazer ou feita durante o presente ano.

Em relação ao investimento privado é triste saber que continuam candidaturas de empresas privadas, de 95, 96 e 97 sem qualquer apreciação e aprovação.

Aquilo que o Sr. Deputado disse, em relação ao períodos de candidatura, é falso.

A verdade nua e crua é que quando se concentram os períodos de candidatura em apenas um mês, não há capacidade nem dos serviços da Secretaria Regional, nem de quem elabora projectos, nem do IFADAP de dar resposta a esse tipo de investimentos.

A verdade é que o Sr. Secretário Regional reconheceu junto do Presidente do IFADAP de Lisboa que era necessário criar uma "task force" para dar resposta à apreciação dos projectos.

Se assim é, tem que dar razão àquilo que as Associações de Agricultores disseram. Não faz sentido que haja uma quantidade enorme de projectos que não se sabe em que parte do circuito é que estão e que já deviam ter sido aprovados, pelo menos aqueles que remontam até ao princípio do ano de 1997.

Não vale a pena criar prazos, não vale a pena condenar o passado, os atrasos que aconteceram e que aqui eram reconhecidos, para agora fazer passar por esquecido.

Eu estarei aqui para dar os parabéns se resolver durante os próximos três meses as candidaturas que aguardam aprovação.

Em relação à Agenda 2000 e aos atrasos, eu não me refiro aos esforços que estão a ser feitos e que terão que ser feitos até ao final das negociações.

Refiro-me precisamente à primeira fase do processo negocial em que o Governo Regional julgo não ter acompanhado. E se acompanhou e se tomou posições, volto a referir qual a razão pela qual o meu requerimento ainda não mereceu resposta e na qual bastaria remeter ao Grupo Parlamentar ou à Assembleia Regional as cópias dos documentos que versavam as posições do Sr. Presidente do Governo e as posições do Sr. Secretário Regional.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses

**Deputado António Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Aquando da organização do Fórum Agrícola 2000 na Ilha Terceira, como Deputado e interessado nos problemas da minha terra, apesar de não ser especialista nesta matéria, tive o gosto de assistir aos trabalhos no anfiteatro da Escola de Enfermagem de Angra do Heroísmo.

Estavam lá centenas de agricultores e tive o prazer de ver o Sr. Secretário, mas não tive o prazer de ver deputados que, até por razões profissionais e de maior interesse, deveriam ter comparecido.

No decurso dos trabalhos tive a oportunidade de não só assistir com atenção às intervenções dos prelectores convidados, como também de falar com muitos agricultores que assistiram à sessão.

A sensação com que eu fiquei foi de que o Sr. Secretário Regional numa intervenção exaustiva, preocupou-se muito em transmitir uma palavra de tranquilidade para a audiência, tentando responder a algumas das críticas que têm sido feitas pelo PSD de

que o Governo não teria participado activamente na primeira fase das negociações e que agora com os regulamentos distribuídos não havia problema de maior, porque ainda estávamos a tempo de conseguir introduzir as medidas que os Açores necessitam.

Assisti a uma intervenção de um professor de agronomia, penso eu, assessor do Sr. Primeiro Ministro e assisti também à intervenção de um director de serviços e de um técnico superior e sem menosprezo para a categoria profissional destes dois intervenientes, não me pareceu que fossem grandes contribuições para o debate.

De qualquer forma, vi que a intervenção do professor foi para dar o enquadramento geral e teórico dos regulamentos sobre esta matéria e a do técnico era fundamentalmente para falar de questões de agricultura que não têm nada a ver com a agricultura dos Açores.

O director de serviços na sua intervenção falou mais de meia hora da cultura de cereais, do problema de plantação das azeitonas, do problema das cortiças e para fazer uma pequena ponte em relação ao assunto que tinha que tratar dos Açores, falou 30 segundos dizendo que cereais têm a ver com rações, rações têm a ver com gado, gado tem a ver com a resposta dos problemas agrícolas dos Açores.

Falei com muitos agricultores e eles estão preocupados, porque não perceberam nada da intervenção do professor. Aquilo que o director de serviços e os técnicos superiores disseram do Ministério da Agricultura não tem nada a ver com os problemas que eles sentem e, efectivamente, julgo que há algum fundamento para haver a preocupação dos deputados e dos agricultores dos Açores neste momento, porque a sensação que há é de que o Governo Regional na primeira fase entregou ao Governo da República e ao Ministério da Agricultura a defesa dos dossiers e dos interesses dos Açores.

Todos nós sabemos que na questão da Europa, não é os Açores com 250 mil habitantes que quando os regulamentos já estão distribuídos e a circular por 200 regiões da Europa e em países poderosíssimos com interesses na agricultura que são contraditórios, que à última da hora a nossa Região, integrada ou não na delegação nacional, tem força negocial para dizer que aquele regulamento altera os seguintes

artigos e a nossa proposta de alteração para esses mesmos artigos é esta, porque é a que nos interessa.

**Presidente:** Sr. Deputado, informo que está no fim do seu tempo.

**O Orador:** Nestas questões de negociação internacional, é preciso trabalhar com muita antecedência, é preciso fazer lobby, é preciso arranjar, como foi dito, regiões que são aliadas. A Irlanda é muito mais aliada da Região Autónoma dos Açores do que se calhar o Continente Português, porque os interesses da agricultura são diferentes.

Os interesses da agricultura mediterrânica não têm nada a ver com a defesa da agricultura atlântica que é a dos Açores.

Por consequência, penso que as observações foram feitas e Deus queira que há última da hora o Sr. Secretário tenha o engenho e a arte para conseguir introduzir nos regulamentos as medidas e a defesa da agricultura dos Açores.

Porém, as dúvidas que nós temos do sucesso dessa missão, penso que são bem fundamentadas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Fraga.

**Deputado Carlos Fraga (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha ideia é contrária à do Sr. Deputado António Almeida em relação à agricultura biológica. Contrária em relação ao tempo, à sua implementação e aos apoios.

Em agricultura, as actividades são lentas. Exigem estudos.

Infelizmente, no passado e sobre a adaptação de culturas feitas por processos biológicos, não há escola.

Provavelmente nos próximos anos essa escola não esteja pronta para que a agricultura biológica, quando começar a ser feita nos Açores possa vir a ser um sucesso.

Na minha opinião, o tempo é o correcto. O que está a ser feito está certo e acho que é necessário dar tempo para que todos os organismos que estarão envolvidos e os próprios produtores que terão grande responsabilidade no sector da produção, também estejam bem preparados para que quando a agricultura biológica tiver que ser um cartaz açoriano, que o seja com pés bem firmes na terra.



Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente** (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Primeira fase das questões colocadas aqui pelo Sr. Deputado António Almeida:

V. Exa. diz que é pena só agora... realmente é pena que só agora é que nós estejamos a fazer isto, mas nós não estávamos cá anteriormente. Portanto, o que se está a resolver é o trabalho que se está a fazer e esse trabalho está sendo feito.

Contrariamente àquilo que deu a entender dos 10 milhões aqui citados, a grande maioria do investimento não é público, é privado; a não ser que não considere privado mais 2 milhões de contos na Fábrica da Unileite, que julgo que é privado; a não ser que não considere privado o investimento na Fábrica UNICOL, que penso que é uma cooperativa, mas privada; a não ser que não considere também como privados todos os investimentos que foram superiores a 3 milhões de contos realizados pelos próprios agricultores e aprovados o ano passado, eu penso que é privado.

O que não é privado foi 1 milhão de contos na brucelose e o investimento aprovado na área do ordenamento agrário, mas esse nem está em causa neste momento, porque demos prioridade aos projectos privados que estavam em carteira e que aguardavam há muito tempo a sua aprovação. Eram muitos Sr. Deputado.

Porque é que é preciso a "task force"?

É preciso a "task force", porque o grande volume de projectos que neste momento estão no IFADAP a aguardar enquadramento, refere-se aos projectos que entraram nas vésperas das eleições de 1996. É esse o grande grupo de projectos. Foram os projectos que os Srs. deixaram entrar para tentar ganhar as eleições, mas infelizmente perderam.

No entanto, nós não vamos castigar os agricultores por causa disso. Nós pedimos ao Presidente do IFADAP e há uma colaboração inter-institucional para resolver o problema desses agricultores. Até esses nós vamos resolver. Mas precisamos de tempo e de meios.

Eu espero que o IFADAP ponha os meios, porque senão eu vou exigir que isto se resolva até ao Verão.

Espere pela sub-unidade de gestão até ao mês de Agosto e vai ter uma surpresa muito agradável, ou seja, vai ver muitos projectos.

Quanto à questão da Europa, em primeiro lugar, eu queria aqui esclarecer um assunto, porque fala-se em duas fases de negociações.

Sr. Deputado António Meneses:

Não houve duas fases de negociações. A não ser que o Sr. conheça alguma fase antes daquela que se iniciou no Conselho de Comissão a 18 de Março em que, pela primeira vez, aparece uma proposta formal aprovada em Conselho de Comissários.

O que existia antes eram orientações estratégicas, estudos e o documento da Agenda 2000. Era apenas isso, um documento estratégico que não era somente para a agricultura e aliás, vem no seguimento de uns estudos que se fazem há muito tempo, desde o Conselho de Agricultura de Madrid.

**Presidente:** Sr. Secretário, informo que está no fim do seu tempo.

**O Orador:** Obrigado, Sr. Presidente:

Toda a gente sabe que nessa altura nós também estivemos presentes.

No que respeita aos aliados, também quero dizer que concordo com o Sr. Deputado, é preciso encontrar aliados.

Não foi por acaso que no princípio deste ano eu estive em Bruxelas a assinar a escritura de fundação de uma associação que reúne os diversos Governos das Regiões Ultraperiféricas, exactamente no âmbito da agricultura. Chama-se Associação para o Desenvolvimento Rural, porque nós por um lado não descuramos a frente das ilhas, mas por outro, investimos grande parte do nosso esforço nos outros fóruns, sejam os fóruns nacionais, seja os fóruns internacionais a nível europeu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu voltarei a prestar esclarecimentos com mais pormenor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e em relação à agricultura biológica, concordo que a reconversão cultural leva tempo e que é preciso formação profissional.

Porém, não percebo como é que já foi testado o procedimento de conversão dos métodos culturais de um grupo de agricultores biológicos por uma empresa certificadora — a SOCERT — uma empresa do Continente, cuja actividade foi homologada pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

Portanto, presume-se que esses agricultores estão a trabalhar ao abrigo daquilo que é a legislação nacional, ou seja, o seu processo de conversão está devidamente equacionado.

Em segundo lugar, eu poderia situar-me num documento, o único que conheço e que é uma Resolução do Conselho do Governo de Março deste ano, sobre as negociações da Agenda 2000 e cito:

"Dever-se-á pugnar com firmeza e determinação para que os recursos financeiros mobilizáveis pela Região sejam no mínimo iguais em termos reais aos facultados pelo anterior quadro comunitário de apoio" — muito obrigado, nós já sabíamos!

"Dever-se-á assegurar que a ultraperiféricidade seja considerada uma inevitabilidade geográfica de carácter permanente e definitivo, exigindo portanto políticas duradouras e sustentadas" — nós também já sabíamos, muito obrigado.

"Dever-se-á pugnar junto da Comissão Europeia pela adopção de medidas de política específicas para a Região, sobretudo nos domínios fiscal, aduaneiro, dos transportes, das telecomunicações, da energia, da agricultura, das pescas, do ambiente, do turismo, da saúde, da educação e do abastecimento de matérias primas e de bens de consumo essenciais" — eu não sei se faltou alguma coisa. Muito obrigado, isso também nós já sabíamos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Élio.

**Deputado Élio Valadão (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado António Almeida no que se refere aos projectos de investimento.

De facto, eu estava a referir-me a projectos de investimento privado.

Como lhe disse, desde que este Governo tomou posse já aprovou 453 projectos privados.

Acredito que ainda possam existir bastantes mais para aprovar, mas ele já aprovou muitos mais do que aqueles que os Governos do PSD aprovaram em igual período.

Se aqui ainda incluirmos as contabilidades de gestão e a motomecanização, então aí eleva para mais de 1700.

Em relação ao Sr. Deputado António Meneses, de facto compreendo que o Sr. tenha tido alguma dificuldade em perceber aquilo que se tratou no Fórum 2000 em Angra.

O que eu percebi, é que houve um orador que falou de culturas arvenses, que de facto interessam-nos, falou dos apoios da comunidade a essas mesmas culturas.

Houve outro orador que também falou dos apoios ao rendimento na área da produção de leite e da produção de carne.

Em relação a um outro pormenor que o Sr. falou, ou seja, de que estranhou a ausência de alguns deputados talvez com mais afinidade pela matéria, eu não sei se se estava a referir aos deputados da bancada do Partido Socialista. Mas, tanto eu como o meu camarada, Deputado Francisco Oliveira, estivemos presentes.

A única diferença é que se calhar não estivemos na primeira fila, porque não temos tanta necessidade de aparecer na televisão e tanta preocupação com estas matérias de imagem televisiva.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos Fraga.

A agricultura biológica, Sr. Deputado, tanto quanto eu sei, não precisa de escola nos Açores para se desenvolver, porque se o Sr. Deputado tiver em atenção o nível cultural dos agricultores biológicos, eles estão muito mais preparados para perceber de botânica, química, ecologia e biologia, do que infelizmente os nossos outros agricultores.

Por isso, os indivíduos que nos Açores se dedicam à agricultura biológica, neste momento, têm todos os dados para a poderem fazer, menos aqueles que são mais importantes, ou seja, os apoios, a legislação, todos os conjuntos de regras

burocráticas e para esses Sr. Deputado, não é necessário escola para os fazer. É preciso é trabalhar neles, é preciso é que o Governo os faça, os ponha cá para fora e dê condições aos agricultores biológicos que temos nos Açores, porque eles têm qualidade e sabem trabalhar como quaisquer outros agricultores biológicos do mundo ou da Europa.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só queria dar uma palavra final sobre a questão da agricultura biológica.

É um bom sinal que nós estejamos aqui a discutir o problema da agricultura biológica. Eu não sei se os Srs. Deputados já se aperceberam da dimensão do problema.

A dimensão do problema é esta: há 8 produtores de agricultura biológica e nenhum deles é agricultor a tempo inteiro, ou seja, têm outras profissões, vivem e têm rendimentos.

É um bom sinal que a bancada do PSD esteja preocupada com essas 8 pessoas que de facto não são agricultores a título principal.

Muito obrigado.

Também quero dizer que vai haver legislação. Contrariamente nós não vamos esperar 7 anos, ou seja, desde 1991.

Vamos esperar o tempo suficiente. Já está pronta a legislação e vamos discuti-la com as organizações e vamos pô-la a funcionar.

Também quero dizer que o que me preocupa verdadeiramente neste momento, não são as pequenas produções biológicas, mas para isso é preciso fazer estudos.

O Sr. Deputado Carlos Fraga tem razão. Nós, neste momento, temos vantagens enormes nesta Região, como por exemplo na produção de carne. Há anos que se fala em produção de carne com as características pastoreiras naturais que nós temos.

Não há estudos feitos para isso. É preciso aproveitar.

Há um mercado que nos dá um "mark-up" de mais de 30 % do preço, se nós prepararmos esses estudos e fizermos regulamentação.

É preciso que a Comissão de certificação vá produzindo resultados. Nós precisamos de certificar a nossa carne. Aí vamos abranger milhares e milhares de produtores, mas também na produção de leite e de manteiga.

Há dias, num desses voos estrangeiros, tive a agradável surpresa de apanhar uma pequena embalagem de manteiga certificada biologicamente.

É em relação a isso que eu estou preocupado, porque vou abranger mais de 5 mil produtores a tempo inteiro que são profissionais, mas para isso meus senhores é preciso fazer estudos, porque não há nada feito.

O Sr. Deputado Carlos Fraga e os outros que conhecem verdadeiramente o sector têm razão.

No que respeita ao Fórum Agrícola agora, é preciso dizer Sr. Deputado António Meneses, que de facto talvez tenha sido difícil perceber, mas aquela sessão tinha uma estrutura muito simples que já foi aqui explicada. Era preciso explicar as propostas de regulamentos em relação às culturas arvenses e em relação às produções animais. Foi isso que foi feito para garantir uma estrutura simples de percepção.

É evidente que o que chama mais a atenção são os regulamentos e as questões muito concretas como seja, quantos contos de prémio é que se paga por exemplo para a vaca leiteira? Isto foi dito lá. Depois, há outras questões onde os líderes das organizações têm capacidade e têm preparação para perceber.

Por isso é que o fórum é simultaneamente um lugar de discussão e de divulgação, mas também é um lugar de formação, porque não havia a experiência de discutir estas questões abertamente. Discutiam-se nos grupos de trabalho de portas para dentro.

Quando se diz que não há estratégia, há estratégia sim senhor. Há estratégia, quando simultaneamente se apontam objectivos no programa do Governo. Eles estão lá, o reforço da competitividade.

Não foi preciso a documentagem da Agenda 2000 aparecer para nós sabermos que era preciso reforçar a competitividade. Este Governo já apresentou como programa eleitoral e como programa de Governo.

Não foi preciso a Agenda 2000 dizer-nos que era preciso reforçar e estruturar os sectores das fileiras do leite e da carne. Está no programa do Governo aprovado nesta Casa.

Muito antes do documento estratégico que apareceu, a Agenda 2000, e que não é negociação Sr. Deputado António Meneses, já este Governo e as pessoas que prepararam o programa eleitoral estavam a discutir e a preparar documentação que lhes permitiu chegar a esta Casa com um Programa do Governo que antecipa muitas das preocupações da Agenda 2000.

Em vez de estarmos atrasados, nós tínhamos mais de um ano de avanço, porque sabíamos que muitas dessas preocupações antes de aparecerem no documento formal da Agenda 2000, tinham sido encomendados estudos pela própria Comissão.

Antes de irem ao Conselho de Madrid já tinham sido encomendados estudos e circulavam internamente.

Nós tínhamos conhecimento dos trabalhos, como temos agora.

As negociações só começaram em 97 e nós estamos lá desde a primeira hora ou talvez antes da primeira hora.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu volto a insistir numa questão que coloquei há pouco, em relação ao relatório de execução do plano anual de ano passado.

Gostaria que informasse esta Assembleia quando é que esse relatório que já deveria estar cá, dará entrada, sob pena de eu na próxima semana dirigir uma carta ao Sr. Secretário Regional — não um requerimento — a solicitar um conjunto de informações que só ele as poderá dar, como eu fiz com o Sr. Deputado Élio Valadão, e ficarei esclarecido. Aliás, todos nós ficaríamos esclarecidos se o relatório de execução tivesse dado entrada nesta Casa.

Em relação à agricultura biológica fiquei a conhecer a razão pela qual o assunto ainda não está resolvido, ou seja, porque se tratam de 8 agricultores que não vivem a tempo inteiro desse tipo de exploração.

**Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente** (*Fernando Lopes*): Olhe que não Sr. Deputado!

**O Orador:** Oxalá que sejam os pioneiros para que outros venham a fazer aquilo que o Sr. Secretário acha e que todos nós achamos que poderá vir a ser aconselhável nas próximas décadas.

Porque referi a certificação da carne como exemplo e o ano passado já chamei a atenção desta Casa, gostaria de lhe lembrar que esse processo é demorado e exige um conjunto de actos de grande rigor desde a produção até ao consumidor.

Há várias hipóteses de se fazer a certificação da carne e o primeiro passo é procurar identificar a nossa carne nos mercados de destino, e neste caso, no Continente, Lisboa e Madeira.

É importante que se saiba onde é que está a nossa carne e o que se está a passar é que alguns exportadores de carne desossada que já a têm identificada não têm ainda nenhum logotipo. Sei que está a ser preparado um logotipo para a promoção da carne, mas é preciso identificar o nosso produto e isso já devia ter sido feito o ano passado.

Neste momento, um consumidor do Funchal ou de Lisboa não sabe onde é que está a carne dos Açores e está a comprar provavelmente carne dos Açores que não tem origem nas nossas ilhas.

Este é o primeiro passo antes de passarmos a um processo de certificação e o Sr. Secretário sabe que é mais completo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

**Deputado António Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao que foi dito pelo Sr. Deputado Élio Valadão, eu tenho que lhe dizer que eu já tenho a minha carreira, já sou muito conhecido e não preciso de me apresentar à frente da televisão.

O Sr. Deputado é que está no início da sua carreira e espero que ela seja promissora, porque acho que tem condições.

Eu entendo as suas palavras mais como aquela vontade de pôr-se em "bicos de pés", de mostrar serviço junto do Sr. Presidente do Governo...



*(Risos dos Deputados Vasco Cordeiro e Élio Valadão)*

... para que ele veja que é um Deputado combativo e activo e por consequência desculpo-lhe a ligeira impertinência das suas palavras.

No entanto, gostaria de lhe dizer que naquele fórum agrícola que tinha centenas de lavradores, não me pareceu que se conseguisse atingir o objectivo que o Sr. Secretário aqui disse, ou seja, um objectivo pedagógico e que só os líderes das Associações é que entendiam.

Ora, se os líderes das Associações foram os únicos que entenderam aquele fórum, aí está a prova de que o fórum falhou, porque das centenas dos lavradores que lá estavam não perceberam rigorosamente o que se passou ali dentro e apenas disseram, "este assunto não nos interessa, isto não tem nada a ver com os nossos problemas".

Na minha opinião, a iniciativa que provavelmente tinha um bom objectivo, uma boa intenção, não desobriga o Governo da tarefa de esclarecer os agricultores sobre esta matéria.

Não é juntar numa sala 300 ou 400 agricultores, deslocar peritos de fora e não é numa manhã que se consegue fazer acções pedagógicas.

Talvez os directores das associações tenham percebido os dirigentes.

Eu que sou deputado garanto que os lavradores que lá estavam não ficaram devidamente esclarecidos.

Fique o Governo esclarecido de que não se desobrigou das suas funções de esclarecimento com aqueles fóruns. Terá que encontrar outras formas, outras reuniões eventualmente mais restritas, mais multiplicadas para atingir o objectivo.

Uma coisa é certa: a negociação começou agora, mas antes de entrar na fase da negociação há todo um trabalho que é feito nas direcções gerais, nos serviços, nos corredores, falando com os técnicos e aí tenho dúvidas, a não ser que me demostrem o contrário, que haja papéis, documentos e propostas concretas, trabalho concreto dos técnicos e dos políticos do Governo Regional nessa fase preparatória.

Sr. Secretário:

Dizer que todas estas medidas e aquilo que o Governo pretende para a agricultura está no programa do Governo...?

Acha que em Bruxelas, na Comissão, os Comissários e os Directores Gerais pegaram no programa do Governo do Partido Socialista dos Açores e ficaram cientes daquilo que o Governo quer para a agricultura dos Açores?

Muito obrigado.

**Deputado João Cunha (PSD):** Viram tudo ao pormenor!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Fraga.

**Deputado Carlos Fraga (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Brasil:

Eu quando falei em escola, naturalmente não estava a falar em escola para promoção de graus académicos, mas sim numa escola de experimentação.

Infelizmente, julgo que o Sr. Deputado sabe — julgo não, tenho a certeza — que o nosso clima é bastante adverso para culturas que se queiram fazer por processos biológicos.

Não vou entrar nesse campo, porque julgo que não vale a pena e não pretendo maçar os Srs. Deputados com explicações de carácter técnico, mas a verdade é que o nosso clima é péssimo para esse tipo de culturas.

Daí haver necessidade absoluta de se ter que fazer experimentação.

Infelizmente, alguns estrangeiros que tiveram sucesso nas suas zonas de origem, ao quererem vir cá experimentar culturas por processos biológicos falharam redondamente, porque confrontaram-se com um clima muito diferente daquele que eles tinham experiência.

Em São Miguel e noutras ilhas há culturas que devido a alguns agricultores nunca terem atingido níveis muito elevados nas culturas tradicionais, quase que as fazem por métodos biológicos, mas não são essas experiências empíricas que vão servir de base para uma futura agricultura biológica dos Açores, porque se formos por aí vamos errar logo desde o início.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A discussão que aqui tem decorrido, na nossa opinião, é importante. No entanto, temos a impressão de que o Sr. Secretário Regional vem de certo modo fazer uma análise da situação, a qual aceitamos, em que a agricultura biológica e a extensificação na nossa Região tem o valor que tem e não pode ter o valor que alguns lhe possam querer dar.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Esta matéria preocupa-me, mas preocupa-me fundamentalmente as nossas produções tradicionais, como a da carne, a do leite e estou preocupado em relação a dois vectores.

O primeiro prende-se com a resposta que a Região tem que dar na produção de carne e de leite. Desde já, queria fazer um reparo, Sr. Secretário: eu estou muito preocupado, porque o plano aqui aprovado não está a ser cumprido aceleradamente, pelo menos no que diz respeito à rede regional de abate.

Eu penso que era importantíssimo que de um momento para o outro se avançasse...

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente** (*Fernando Lopes*): Com o Matadouro das Flores!

**O Orador:** É isso Sr. Secretário. Eu estou preocupado com o Matadouro das Flores.

Eu estou muito preocupado, porque penso que temos que avançar rapidamente em relação à nossa estrutura regional de abate como em relação aos apoios que temos que dar à produção do leite, de lacticínios e derivados da Região.

Por outro lado, gostaria de levantar uma questão ao Sr. Secretário em relação à implementação da Agenda 2000 e a uma possível transformação daquela proposta, no sentido da mesma ser melhorada a favor dos Açores.

Nós já frisámos que o Poseima não é referido na Agenda 2000.

Este Governo Regional tem esperança de que possa haver por parte da Região nessa Agenda a assunção de que nós somos uma região ultraperiférica e temos que ter apoios completamente diferentes e superiores a outras regiões?

Eram estas duas questões que gostaria de colocar ao Sr. Secretário.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente** (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Queria pôr um ponto final nalgumas das discussões que se fizeram até agora sobre a Agenda 2000.

Primeiro ponto:

Finalmente, o Sr. Deputado António Meneses aceitou que não havia negociações antes de 18 de Março. Não há!

Tentou-se criar essa ideia, mas não houve negociações antes de 18 de Março.

**Deputado António Meneses** (*PSD*): Mas há trabalhos preparatórios!

**Deputada Berta Cabral** (*PSD*): Foi por isso que nós fundamentámos!

**O Orador:** O que há são trabalhos preparatórios, outra coisa completamente diferente, mas é bom esclarecer, porque tentou-se confundir aqui as duas coisas.

A Agenda 2000 é um documento estratégico e não é mais do que isso.

No que respeita à certificação da carne, é evidente que há muitos trabalhos que têm que decorrer simultaneamente.

Está a decorrer simultaneamente o trabalho no âmbito da comissão de certificação; está a decorrer simultaneamente todo o processo de identificação, aliás, há logotipos já aprovados.

Ainda recentemente, no âmbito da aprovação de logotipos para as Regiões Ultraperiféricas, porque há um outro tipo de logotipo que identifica as questões das Regiões Ultraperiféricas, nós apresentámos uma proposta em Bruxelas e a carne está lá entre outros produtos. Com isto quero dizer que quando isto for aprovado, e penso que será aprovado brevemente, nós poderemos, para além do nosso selo regional, ter também um selo com publicidade que, neste momento será paga pela Comunidade, permitindo-nos identificar a nossa carne e os nossos produtos.

Esses trabalhos estão feitos e simultaneamente todos os trabalhos que têm a ver com a criação de estruturas base. O Sr. Deputado Paulo Valadão tem toda a razão, porque não nos serve nada ter a parte da certificação a funcionar e não termos uma rede de abate devidamente reconhecida de pé.

Sr. Deputado, eu também estou preocupado, porque estive recentemente nas Flores e o empreiteiro não está a avançar a tempo e a horas com a deslocação de máquinas para iniciar o matadouro.

De qualquer forma, adianto-lhe que já fizemos chegar isto junto dele e espero que brevemente as obras se iniciem, porque aliás, elas já estão adjudicadas há muito tempo.

Neste momento, não é um problema do Governo Regional no sentido de que o executivo tem que resolver, embora seja uma preocupação nossa fiscalizar a realização dessas obras e verificar se elas se iniciam dentro dos prazos que estão previstos.

No que respeita aos outros matadouros, para o de São Miguel, como sabe, foi aberto o concurso internacional, temos que esperar pelo decorrer dos prazos e em relação ao Matadouro Industrial da Ilha Terceira, que era ponto de honra do nosso programa do Governo, estamos neste momento a preparar o projecto. Já há a definição do programa preliminar e durante este ano teremos o projecto concluído e espero lançá-lo a concurso, se não este ano, pelo menos no início do próximo ano, mas gostaria que esses trabalhos avançassem rapidamente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à agricultura biológica, nós tratamos um agricultor, um grupo de 8 ou um grupo de 50 agricultores da mesma forma. Aliás, tratamos essa matéria da mesma forma como o Governo fez, ou seja, o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Secretário Regional receberam um grupo de agricultores no Palácio de Sant'Ana com toda a dignidade que eles merecem.

Aqui, nós temos o mesmo tratamento, aliás, nós fazemos o mesmo que o Sr. Deputado Paulo Valadão faz, ou seja, traz a esta Assembleia com o mesmo empenho que tem com tudo, o caso de uma simples pessoa, um problema de um simples cidadão dos Açores. É assim que deve ser e nós fazemos sem qualquer problema.

Em relação à Agenda 2000, eu gostaria de dizer que não percebo por que razão é que se situa o início das negociações depois da Comissão Europeia apresentar as propostas legislativas.

Então o Sr. nomeou a 17 de Novembro do ano passado um assessor para acompanhar as negociações da Agenda 2000 e diz que só considera o processo negocial a partir do dia 18 de Março?

O Sr. nomeia um assessor argumentando que o objectivo visado não pode ser eficazmente alcançado com recurso aos órgãos ao serviço da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas?

Será que até 17 de Novembro a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas não tinha técnicos capazes e competentes para acompanhar um processo negocial dessa natureza, quando já o tinham feito, alguns deles, em situações de muito maior acuidade, de muita maior dificuldade quando se tratava por exemplo de arrancar com o Poseima?

Será que só considerou o início das negociações após o dia 18 de Março passado e nomeou este assessor para quê?

Até mesmo penso que no seu entender nomeou esse assessor já tardiamente. Se assim o entende, já o devia ter feito no início do ano de 97, ou logo quando tomou posse a 9 Novembro de 1996.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais um esclarecimento acerca da agricultura biológica.

Evidentemente que sabemos — parece-me que está a fazer confusão ao querer meter a agricultura biológica toda no mesmo saco — que a agricultura biológica engloba a parte hortícola, frutícola, a produção pecuária e a indústria de lacticínios.

Quando surge aqui a ideia de que as condições atmosféricas ou que as condições climatéricas nos Açores são desfavoráveis a esse tipo de agricultura, julgo que são desfavoráveis a alguma agricultura biológica, mas mesmo assim, no campo das

hortícolas, nem é a todas as hortícolas que são desfavoráveis e portanto há processos para as ultrapassar.

Eu não acredito, de maneira nenhuma, que havendo já 8 agricultores biológicos nos Açores os mesmos, como diz o Sr. Secretário, sejam a tempo parcial.

Sr. Secretário:

Pelo amor de Deus!

Eles a tempo parcial são uns autênticos heróis, porque os apoios que eles têm tido e que têm merecido da parte da Secretaria, provavelmente noutra parte do mundo, pelas melhores condições que tivessem para a agricultura biológica, não haveria um agricultor biológico que fosse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

**Deputado Francisco Xavier (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Governo está natural e irremediavelmente condenado a legislar e a apoiar a agricultura biológica.

Estamos em 1998 e falar de agricultura biológica, naturalmente que é falar de uma vertente de extraordinária importância de quem tem a responsabilidade de implementar uma política ambiental.

O facto da agricultura biológica estar resumida a 8 agricultores, principalmente suponho que seja em São Miguel, isso não retira valor nenhum a esta vertente.

Ainda bem que apareceu, porque assim o Governo devia, ao contrário daquilo que aconteceu, potenciar e envolver-se com a iniciativa deles.

O que está mal aqui e por aquilo que eu presenciei ao longo destes meses, foi a postura que o Sr. Secretário tomou perante a iniciativa destes agricultores. Em vez de tomar uma iniciativa de envolvimento de estímulo, pelo contrário, tomou a iniciativa de não potenciar, do não envolvimento.

Isto só vem mostrar que o plano global do Governo em relação ao ambiente, tem alguma desorientação na sua implementação.

Basta ver as lagoas de São Miguel.

O que é que se passa com elas?

Já agora posso introduzir outros temas para não ficarmos limitados à agricultura biológica.

Em relação ao nosso património geológico, por exemplo, ainda há tempos — e recorde — essa questão foi debatida aqui em relação à Gruta do Carvão de Ponta Delgada, mais concretamente, a atitude inexplicável que a Direcção Regional do Ambiente tomou ao remeter o assunto para a Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Este assunto já foi aqui tratado e o Sr. Secretário na altura comprometeu-se a dar bom seguimento, mas a Direcção Regional tomou uma posição diferente.

Resíduos sólidos, por exemplo:

No que respeita à Portaria 58/97, a Direcção Regional da Saúde já deu cumprimento a ela e diz respeito ao resíduos sólidos hospitalares.

Portanto, são questões que também se integram no dia de hoje, tanto mais que é um dia muito especial para se falar nelas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu estava aqui a tentar não intervir sobre estas matérias, porque o debate estava a ficar pesado e cansativo.

No entanto, há algo que não posso deixar de forma alguma passar.

Sr. Deputado Francisco Xavier:

Eu julgo que todos nós, e quem tem responsabilidades políticas mais ainda, temos que contribuir ao nosso nível, sejamos 1, 2 ou 8, para o melhoramento da vida e do ambiente em todo o planeta. Todos os esforços são muitos válidos.

Porém, o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, não teve a coragem de dizer uma coisa que me apetece dizer, ou seja, não se trata sequer de produtores agrícolas em part-time. Tratam-se de pessoas que não são heróis...,

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Mas quase!

**O Orador:** ... que se entretêm, porque têm muito tempo vago, com experiências no âmbito da agricultura biológica. O que é muito diferente de serem produtores agrícolas.

Vou dar-vos um exemplo:



A agricultura biológica no campo das hortícolas e florícolas, não é mais cara do que produzi-la intensivamente com outros métodos. Posso ainda dar-vos outro exemplo:

Os Srs. sabem quantas toneladas de produtos hortícolas e de flores se importa para os Açores nos dias de hoje?

Existe mercado. As pessoas não produzem e não vendem, porque não querem.

Nos Açores, conseguimos produzir mais barato do que os produtos que vêm de fora da Região.

Essa história das escolas não tem nada a ver com a escola que se discutia há pouco, mas sim tem a ver com as escolas políticas que se confundem e os Srs. querem continuar a apoiar quem não quer ser apoiado. Esta é a questão que reside aqui.

Existe mercado. Deixem o mercado funcionar.

Não estejam preocupados com aqueles que não têm preocupações.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

**Deputado Francisco Xavier (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece que há alguma relação de incompatibilidade entre eu e o Sr. Secretário, porque todas as vezes que eu lhe faço perguntas ele raramente me responde.

*(Risos do Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente)*

Naturalmente foi um esquecimento.

Eu fiz duas referências: uma para uma resposta simples e a outra, uma oportunidade para V. Exa. poder brilhar, mas nem uma nem outra.

Em relação à Portaria 58/97 e que diz respeito aos resíduos sólidos hospitalares, devo recordar-lhe que o prazo fixado para que a Direcção Regional da Saúde apresentasse um relatório síntese da quantificação e qualificação, transporte e destino final dos resíduos hospitalares, era até 31 de Março.

A Direcção Regional da Saúde deveria apresentar esse relatório à Direcção Regional do Ambiente. Não sabemos se o fez, por isso gostaria de ter alguma informação neste sentido e não tenho outra solução senão dirigir-lhe agora e só a si essa pergunta,

porque neste momento nem o Secretário da Saúde, nem o Secretário Adjunto estão presentes.

Outra questão que dei oportunidade de V. Exa. brilhar, foi quando disse que hoje era um dia especial, porque hoje é o dia mundial da terra.

Não aproveitou a deixa, mas poderia ter brilhado bastante.

No entanto, recordo-lhe que hoje é um dia mundial extremamente importante. Surgiu nos Estados Unidos em 1970, no dia 22 de Abril, aliás foi o primeiro dia da comemoração e teve como temas principais naquela altura, a questão dos flúor carbonetes, a redução do CO<sub>2</sub>, etc, etc..

Depois de tanta agricultura biológica, convém tirarmos alguns segundos para relembrarmos esse dia, tanto mais que o nosso planeta, principalmente a Europa, tem dado passos extraordinariamente importantes e naturalmente que os Açores e Portugal de uma maneira geral têm-se envolvido.

De qualquer forma, julgo que é um dia que merece a nossa reflexão e ponderação.

Sei que normalmente neste dia, os países e as regiões escolhem um tema para se comemorar.

Desconheço se a Direcção Regional do Ambiente, nomeadamente a sua Secretaria, escolheu algum tema especial para a comemoração desse dia.

Muito obrigado.

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (para brilhar).

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Infelizmente não trouxe brilhantina para brilhar.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Nem é preciso!

**O Orador:** No que respeita à questão dos resíduos sólidos hospitalares, eu não respondi, porque era uma questão da competência do meu colega, mas julgo que ele já deu entrada, mas não tenho a certeza.

No que respeita à questão dos dias mundiais, para nós, a questão do ambiente, mais do que uma questão de dias, é uma questão de todos os dias. É o trabalho diário que

fazemos todos os dias e é isso é que nos preocupa, ou seja, encontrar meios para gestão dos nossos parques naturais, das nossas reservas, da paisagem etc..

De facto, temos áreas classificadas, mas os meios não existiam.

É o trabalho que os grupos técnicos neste momento estão a preparar e a fazer um levantamento dessas áreas, para definirem modelos de gestão e meios de gestão para as áreas protegidas;

É o trabalho sério de todos aqueles que estão fazendo o seguimento do estado das nossas lagoas;

É o trabalho daqueles que estão preparando a construção das bacias de retenção das Furnas e das Sete Cidades;

É o trabalho dos técnicos do INOVA, que neste momento, estão a avaliar qual é o estado da oxigenação das Furnas que, como sabem, dado o Inverno que tivemos, ficou debaixo da água e agora é preciso reavaliar.

Este é o nosso trabalho de todos os dias.

É um trabalho que não merece dias do ambiente, nem dias da terra.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu estava para não intervir nesta matéria, mas como o debate já está muito alargado e já se chegou às lagoas eu resolvi intervir.

Hoje, é o dia da terra.

O dia da terra é um dia igual a tantos outros para aqueles que estão ligados a ela e eu, felizmente, fui sempre ligado à terra e tenho muito respeito por ela, porque foi de lá que tive que tirar muitas vezes o meu sustento.

Um caso que me deixa muito preocupado e já trouxe este problema a esta Casa por diversas vezes e nunca obtive uma resposta clara e concreta, prende-se com as lagoas do Caldeirão.

Neste momento, que eu saiba não há nada de novo no que respeita a essas lagoas.

A situação está a agravar-se cada vez mais e se não fizermos nada amanhã teremos um pântano e não uma lagoa.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na sequência da resposta do Sr. Secretário Regional em relação aos dias comemorativos, apenas gostaria de lembrar que a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, festejou com alguma pompa e circunstância, o dia do guarda florestal.

Nós achámos muito bem, foi visível essa preocupação e porque era um dia comemorativo e porque haviam objectivos que se pretendiam atingir, eles continuam nas dúvidas do Sr. Director Regional dos Recursos Florestais que dizia publicamente no passado mês de Março:

" A nossa floresta está numa fase em que é necessário fazer alguma mudança rápida."

Na sua opinião, "há falta de uma maior fiscalização às florestas da Região, porque aquela que existe é insuficiente".

Espero que o dia comemorativo do guarda florestal tenha servido, apesar de ter passado um ano, para aliciar o Sr. Secretário Regional a tomar as posições políticas que lhe são atribuídas para resolver esta questão pertinente, aliás, pertinentemente colocada pelo Sr. Director Regional.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Voltando às questões de fundo, é evidente que vamos continuar a festejar e a comemorar o dia do guarda florestal.

Fizemos de uma forma muito clara, porque pensamos que são bons profissionais que estavam esquecidos e que trabalham todos os dias naquelas tarefas do dia-a-dia que não se vê ou não fazem notícia da televisão ou da rádio.

Há um dia especial em que nós chamamos a atenção para eles e tomámos medidas como por exemplo, o reforço de meios, porque para desempenharem essas tarefas que o Sr. Director dos Recursos Florestais diz e muito bem numa entrevista, é preciso meios.

Quais são esses meios?

É preciso mais guardas florestais, e por isso mesmo foi pedido o descongelamento de vagas, porque temos um corpo de guardas florestais envelhecido.

É preciso formar novos guardas e isso demora dois anos, mas já está a ser feito.

É preciso dotá-los de viaturas para eles serem efectivamente operacionais.

É preciso dotá-los de comunicações. Tudo isto está a ser feito.

É preciso, inclusive, dotá-los de fardamentos novos e de munições para as armas, porque infelizmente nas missões de fiscalização algumas das vezes actuam com risco da própria vida e é preciso dar condições de exercício efectivo da autoridade, porque é preciso ter condições para eles a exercerem. É isso que nós estamos a fazer.

No que respeita ao planeamento da floresta, quero dizer que neste momento, estão a decorrer dois trabalhos de fundo em colaboração com especialistas do Instituto Superior de Agronomia — aliás, vamos assinar um protocolo esta semana formalizando essa colaboração — com vista à preparação do plano de melhoramento florestal que envolve esses especialistas e técnicos da Direcção Regional dos Recursos Florestais.

No âmbito da estratégia nacional de valorização da floresta, estamos também preparando um plano de investimentos e aqui queria dizer mais uma vez ao Sr. Deputado António Meneses que nós não estamos atrasados.

Neste momento, estamos a fazer os trabalhos preparatórios do plano de investimento para o 3.º Quadro Comunitário de Apoio.

Há trabalho que não se vê, mas que está a ser feito.

No dia em que esses planos estiverem prontos — e espero que estejam prontos até ao fim deste ano — nós vamos apresentá-los para discussão pública.

No que respeita às lagoas, Sr. Deputado João Greves, é evidente que não referi especificamente o caso da lagoa do Caldeirão, mas continuamos a trabalhar.

Como sabe, fizemos de uma forma limitada o que nos tínhamos comprometido. O Verão passado enviámos técnicos.

Como já tivemos oportunidade de conversar, os objectivos não foram plenamente atingidos, mas vamos continuar a fazer esse trabalho de identificação concreta do que é que devemos fazer e de monitorização do estado da lagoa.

Isso começou o ano passado e vamos continuar este ano.

Há outro factor muito importante, ou seja, a área da lagoa do Caldeirão neste momento está na lista dos sítios de interesse comunitário. Mesmo aqui, há uma proposta, uma vez que é um património que ultrapassa a própria Região, que tem que ser preservado, como aliás outras zonas de interesse como São Jorge, Pico, mas nem todas as ilhas foram consideradas de interesse.

**Presidente:** Srs. Deputados, eu não queria desanimar ninguém — tenho ainda aqui duas inscrições — mas gostaria de lembrar que o nosso Regimento estabelece o prazo de 10 minutos para esses debates e nós já vamos com 45 minutos de debate.

Em todo o caso não há nenhum problema. As pessoas estão inscritas e vamos continuar com o debate se assim o entenderem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu prometo que vou ser muito breve.

O que suscitou o meu pedido de intervenção foi o facto do Sr. Secretário Regional ter, pela segunda vez nesta sala de plenário, falado nas viatura obsoletas do passado e que é preciso dotar as forças de fiscalização de viaturas novas.

Eu quero lembrar aqui dois episódios muito interessantes.

Eu que sou pobre, faço o meu dia-a-dia numa viatura que foi dos Serviços Florestais e foi comprada numa hasta pública por 120 contos. Eu faço o meu dia-a-dia nela e ela é muito fiável. O Sr. Deputado Humberto Melo há dias apanhou uma boleia comigo e ficou muito satisfeito.

Na Sexta-feira passada notei que a Direcção Regional do Ambiente, nomeadamente a Delegação de São Miguel, tinha um "gipão" lindíssimo, último modelo da Toyota, com um belíssimo aspecto, com o tal autocolante na porta e fiquei muito satisfeito, porque pensei que agora iam começar a fiscalizar o ambiente.

Qual não é o meu espanto quando no Sábado de manhã, encontro em plena Serra Devassa dois camiões cheios de gente a rapar as leivas numa zona de paisagem protegida. Confesso que não fiquei muito satisfeito com isso.

Sr. Secretário Regional:

Não são as viaturas nem as pessoas que resolvem a situação, mas sim os incentivos para essas pessoas fazerem a fiscalização, a qual muitas vezes não tem havido.

Segundo eu sei, e vem de fonte muito segura, tem havido algum desânimo no seio da Administração Regional em relação às directivas que vêm de cima para baixo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Lembro-me que na altura da discussão nesta Câmara da orgânica do Governo, foi aqui defendido e com grande força, que a Secretaria da Agricultura e Pescas, tinha a área do turismo a seu cargo e dentro desta área tinha o ordenamento dos recursos hídricos e a parte ambiental.

Na altura foram levantadas algumas dúvidas sobre o trabalho que se poderia fazer no futuro e a integração desses serviços e alguns deles estavam colocados e localizados em São Miguel.

O Sr. Secretário defendeu que as Secretarias independentemente da localização que tinham, iam todas trabalhar em conjunto e não era por aqui que iam surgir problemas de falta de resposta às pessoas.

Eu queria deixar aqui apenas uma preocupação na área dos recursos hídricos, mais propriamente nos pedidos de parecer, porque conheço pelo menos duas situações na Ilha de Santa Maria cujos pareceres dos recursos hídricos já estão a levar mais de um ano. São questões de orla marítima e de pessoas que querem construir.

De facto, essas questões levam tempo demais. Algumas dessas pessoas até são investidores e estão um ano à espera de um parecer o que pode contribuir para que esse investidor se aborreça e deixe de investir.

Queria deixar aqui este alerta e espero que no futuro estes pareceres sejam mais rápidos.

Quanto ao ordenamento do território, gostaria de levantar aqui um problema que existe neste momento, porque todos conhecem a Baía de São Lourenço, inclusivamente vários Srs. Secretários já passaram por lá, fizeram diversos discursos elogiando a beleza natural da zona, do cuidado que se deveria ter no futuro com qualquer investimento a fazer naquela baía, que todos esses investimentos deveriam

ser integrados de forma a que não viessem a trazer problemas no futuro, mas o que temos assistido é que tem sido feito precisamente o contrário.

Fizeram-se alguns colóquios sobre o ambiente, na própria zona de São Lourenço, onde a Sra. Directora Regional deu a sua opinião sobre esta questão.

Neste momento, há uma entidade que se propõe fazer uma ponte e uma estrada, outra entidade que visitou a zona de São Lourenço propõe fazer um parque de estacionamento, a Secretaria da Agricultura e Pescas propõe fazer um pequeno porto e a construção de casas de aprestos e no meio de tudo isto aparece a Câmara Municipal a lançar o chamado estudo de pormenor.

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se toda esta amálgama de entidades à volta de um local em que é preciso ter muito cuidado na realização de investimentos que se possam fazer ali, se isto indica estudos integrados e a grande preocupação no ordenamento do território?

Falo aqui da autarquia que com certeza teve a preocupação de lançar um concurso com estudos de pormenor e depois surge cada secretaria em si, a fazer uma construção diversa sem ter a mínima preocupação de integrar num estudo de pormenor e depois então todos em conjunto, cada um dentro das suas responsabilidades, construir aquilo a que tem direito.

De facto, é este ordenamento que não tem tido uma grande preocupação e também é opinião geral nesta Região que as questões ambientais, através da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, não têm sido uma preocupação de fundo, ou pelo menos não temos visto em termos públicos esta preocupação.

Queria apenas deixar esta questão sobre uma zona em que de facto todas as actividades se deviam juntar e fazer os investimentos integrados no tal estudo de pormenor e não fazer cada um por si quando resolvem visitar esse local durante algumas horas ou durante um dia.

Era esta a minha preocupação.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:



Em primeiro lugar, um esclarecimento ao Sr. Deputado José Maria Bairos.

Não faz parte da minha Secretaria a área do turismo. O turismo está integrado na Secretaria Regional da Economia.

No que respeita às questões da Baía de São Lourenço, tenho conhecimento do estudo de pormenor desenvolvido pela Câmara.

No que respeita à integração das obras, é bom que tenha havido diversas pessoas dos mais variados níveis lá, porque isto significa um entrosamento entre os diversos níveis da administração e significa também que não estamos a fazer as coisas de costas viradas uns para os outros, ou seja, nós sabemos e a Câmara também sabe o que é que está fazendo e procuramos que isso seja articulado.

Penso que foi o Sr. Deputado que reconheceu que haviam duas opções, ou parávamos tudo à espera do tal estudo integrado, ou avançávamos também com planeamento de projectos parcelares.

Foi o Sr. que reconheceu que era necessário fazer isso.

Por exemplo, no que respeita às obras de reparação do pequeno portinho, não é necessário haver estudo integrado para se começar a fazer esse levantamento, desde que haja diálogo entre as diversas instituições, como a Câmara, o círculo de amigos e os diversos organismos.

No que respeita aos pedidos de parecer dos recursos da orla marítima, não sei quais são os que se está a referir.

Eu quero recordar-lhe que nalguns casos nós instruímos o processo, mas isso tem que ir à Comissão do domínio público marítimo.

Não sei se é o caso, como não explicitou não lhe posso responder em concreto.

Quanto à preocupação do Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, numa nota muito directa, gostaria de lhe dizer que nem a Direcção Regional dos Recursos Florestais, nem a Direcção Regional do Ambiente, tinham a marca de gipes que o Sr. usa. Aquele gipe não me parece realmente igual aos outros.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Mais uma vez enganou-se!

Acho que deve estar mal informado!

**O Orador:** No que respeita à outra preocupação mais de fundo, que não são de facto só os gipes que resolvem, concordo plenamente consigo, por isso eu referi aqui

diversos níveis de actuação, ou seja, quando falei em meios não falei só em meios materiais, falei de meios humanos, falei de formação, falei de todo um conjunto de acções integradas.

Eu não falei em algo que foi referido marginalmente, mas penso também que tem a ver com a motivação da própria administração pública. Não é por acaso que celebramos o dia do guarda florestal. É porque pensamos que é uma acção de motivação e de reconhecimento do trabalho feito.

Isso motiva as pessoas e os funcionários a trabalharem melhor em cada ano que passa.

Isso está a ser feito, mas é um trabalho que leva muito tempo.

No que respeita à questão dos leiveiros....

**Presidente:** Sr. Secretário está no fim do seu tempo.

**O Orador:** ... ó Sr. Deputado, eu não sou jurista, mas um cidadão por si próprio tem o direito de identificar e depois fazer a denúncia. Faça-a Sr. Deputado, teria muito gosto.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Foi o que eu fiz para azar deles e sorte do Governo!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à Baía de São Lourenço, eu gostaria de dizer que se a obra do porto e da rampa de varagem ainda não foi iniciada é por culpa de uma entidade que se chama "Círculo de Amigos de São Lourenço", que junto da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, pediu para que o projecto fosse revisto.

Ele já foi revisto e está em estudo para saber se é viável ou não fazer-se esta obra.

Gostaria de informar que o porto não terá casa de aprestos.

Ainda em relação a esta baía, tal como o Sr. Secretário disse, todos os trabalhos estão a ser seguidos pela Direcção Regional da Habitação e Equipamentos e pela Direcção Regional do Ambiente.

Em Janeiro deste ano, foram visitados os terrenos para a reconversão das vinhas e prevê-se a escolha de 8 locais ao longo da baía.

Também estão previstas acções para se efectuar o controlo de maturação dos cachos nos terrenos pré-seleccionados.

Ainda este ano serão escolhidos os campos definitivos, realizando-se os trabalhos de limpeza e de preparação de solos e será feita a plantação para os enxertos no Inverno de 98/99.

Esta é uma prova de que o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, está interessado em resolver os problemas que se põem em São Lourenço.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Humberto Chaves:

Eu não pedi aqui um relatório de actividades. O que eu pus aqui em causa foram os diversos investimentos que estão programados para a Baía de São Lourenço e ao que me parece, até ao momento, eles não têm sido estudados de forma integrada.

Para lhe provar isto, e respondendo um pouco àquilo que acabou de ser dito pelo Sr. Secretário, ou seja, que as entidades estavam todas ligadas e em comunhão de esforços, digo-lhe que essas obras ainda não avançaram e a Câmara Municipal da qual eu sou vereador, aquando do lançamento do concurso público do estudo de pormenor, foi alertada para que fossem oficiadas todas as entidades regionais, alertando que se ia fazer um estudo de pormenor para que todas estas obras e investimentos tivessem em atenção este futuro estudo de pormenor.

O que se passava é que cada Secretaria fazia um investimento numa zona que nós todos desejamos que invistam, mas que não ponha em causa a Baía de São Lourenço.

Por um lado, felizmente que nenhuma destas obras arrancou, mas infelizmente por outro, porque todas elas foram anunciadas em altura de campanha eleitoral, com muita pressa e até algumas delas nem tinham o mínimo de cabimento técnico nem de estudo para se fazerem em termos de anúncio no comunicado do Governo aquando da visita a Santa Maria.

Aqui, a única preocupação, é que todos estes projectos sejam integrados e tenham em atenção este estudo de pormenor que se vai fazer.

Não está aqui em causa se a Secretaria da Agricultura e Pescas está a fazer a reconversão. As informações que o Sr. Deputado aqui prestou também são do meu conhecimento e sei que esse processo está em curso, mas a minha preocupação é que não se faça uma coisa de cada vez e que depois não se possa integrar estas construções e estes investimentos num estudo de pormenor que vai arrancar em breve.

Esta era a minha preocupação base.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui, eu digo aquilo que quero e não aquilo que o Sr. quer.

Se o Sr. não queria ouvir o relatório que eu fiz, a única coisa que poderia ter feito era sair da sala.

Em relação àquilo que está a ser feito....

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Não está a ser feito nada!

**O Orador:** Eu prefiro dizer à frente das pessoas.

Como estava a dizer, em relação àquilo que está a ser feito em São Lourenço e no que diz respeito ao parque de estacionamento, eu posso dizer-lhe que esse parque já tem a aprovação da Direcção Regional do Ambiente.

Houve consenso de uma família de Santa Maria para adquirir o terreno.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Aí está a prova!

**O Orador:** Isto não prova nada.

O que eu estou a dizer é que é preciso fazer coisas em São Lourenço.

Um parque de estacionamento é imprescindível.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Muito bem! Nem mais!

**O Orador:** Se nós formos a esperar para que tudo esteja pronto, sabe o que é que acontece? Vamos esperar provavelmente mais 20 anos, como esperámos até agora, porque nunca se fez nada em São Lourenço.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Ah, pois não!

**O Orador:** Nada! Absolutamente nada!

As estradas estão numa miséria e continuam, porque não se pode fazer. As coisas têm que ser feitas ao seu tempo, porque a autarquia vai ter que fazer o saneamento básico. Agora tenta-se, depois faz-se.

Antes, anunciavam-se as coisas, mas não se faziam.

São Lourenço foi prejudicado durante todos estes anos por causa disso.

Eu julgo que qualquer uma das Secretarias está a apostar e deve avançar.

Tenho a certeza que a autarquia está a par de todos os investimentos que as Secretarias vão fazer em Santa Maria, nomeadamente em São Lourenço.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É pena ter que dizer que durante 20 anos foi feito aquilo que era possível fazer.

O Sr. fala em estradas. Várias foram as obras que foram feitas lá.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Quais?! Diga uma!

**O Orador:** A protecção da orla marítima.

Ainda hoje continua-se com uma zona balnear por excelência com uma bandeira azul sem saneamento básico. Esta não é da responsabilidade dos governos anteriores.

**Deputado João Cunha (PSD):** É da Câmara Municipal!

**O Orador:** Aquilo que o Sr. acabou de dizer é a prova que não há ordenamento do território, porque cada Secretaria faz a obra por si e a autarquia, por sua vez, tenta controlar aquilo que cada um vai fazer.

O estudo de pormenor é que deve integrar todas estas obras e aí é que deveria existir uma preocupação global.

Se cada uma vai fazer a sua coisa, não vejo onde é que está o planeamento integrado na Baía de São Lourenço.

Aquilo que acabou de confirmar foi aquilo que disse inicialmente e que o Sr. Secretário disse que não era verdade.

De facto, não há planeamento e não há um planeamento integrado das diversas obras que se vão realizar lá.

Este estudo de pormenor está feito para 90 dias. Não é daqui a 10 anos. O concurso deste estudo de pormenor tem 90 dias.

Deve-se esperar por ele e integrar todas estas obras. Esta é a minha preocupação.

O Sr. quer fazer tudo à "balda", pois faça-se segundo a sua vontade!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é fazer à "balda", Sr. Deputado. Se as secretarias regionais estão de comum acordo, não é fazer à "balda". É fazer com cabeça.

**Deputado João Cunha (PSD):** Com cabeça, mas sem pés!

**O Orador:** É fazer as infraestruturas que São Lourenço precisa, não só em São Lourenço como também noutros lugares que necessitam delas, mas com cabeça para não acontecer o que aconteceu anteriormente, ou seja, fez-se as obras e agora temos que voltar a fazê-las novamente.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Têm surgido nos últimos tempos notícias da proximidade de mais uma vaga de deportações cujo destino principal é os Açores.

A inquietação que este tipo de notícias provoca, caracteriza-se, quase sempre, pelo agitar dos fantasmas da insegurança, do risco que o nosso modo de vida poderá correr com a presença daqueles que vêm de fora e não têm qualquer ligação aos Açores, seja ela de ordem cultural, social e, em alguns casos, até familiar.

O problema dos repatriados não é novo, é certo. Contudo, parece-nos que a consideração deste tipo de fenómeno como sendo uma manifestação espúria da emigração, é redutora, e simplista. E, como qualquer compreensão redutora e simplista, também esta coloca em perigo aspectos importantes desta delicada situação social.

Em primeiro lugar, saliente-se que uma correcta abordagem e actuação sobre este problema, deve incidir, essencialmente, a dois níveis. Por um lado, uma actuação que se situe nos países em que estes cidadãos se encontram e seja orientada no sentido, desde logo, da naturalização dos mesmos. Por outro lado, uma actuação que se centre nos Açores e na criação das condições e meios de reinserção.

Quanto ao plano externo este é o meio que pode evitar o processo de repatriamento sendo igualmente o único que se situa a montante da decisão, ou até do próprio início do processo de repatriar.

Outra linha de força, é o especial cuidado que deve ser posto, e efectivamente por este Governo Regional tem-no sido, ao nível da preparação daqueles que regressarão. Em especial, é de salientar o esforço posto na promoção do ensino da língua e do conhecimento da cultura da sociedade para onde serão remetidos.

Quer uma quer outra acção — apesar destas últimas já se desenvolverem na certeza do repatriamento —, parecem-nos merecedoras de aplauso entendendo mesmo que traduzem uma visão enfermada pelos devidos cuidados, naquela que poderemos considerar como sendo a vertente externa.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, a par desta perspectiva externa, chamemos-lhe assim, urge criar e apoiar nos Açores as condições para a devida integração social, cultural e profissional destes indivíduos.

Esta questão, mais complexa e mais delicada, desde logo porque mais próxima, constitui não uma solução pronta e acabada para os problemas dos repatriados, mas deve ter o carácter preventivo duma medida destinada a debelar uma situação que ultrapassa a nossa capacidade de controlo.

A situação não é nem tão simples, nem tão inocente como à primeira vista se poderá pensar.

Não querendo considerar esta matéria como uma questão potencialmente explosiva do ponto de vista social, porque, reconheço-o, não o é, julgo importante chamar a atenção para a influência decisiva que alguns aspectos assumem na sua abordagem.

A criação dos mecanismos que facilitem e potenciem a aceitação e plena integração social dos indivíduos nesta situação, deve constituir a linha de força, que no plano interno, se impõe ao Governo Regional prosseguir.

Aqui, a tarefa parece-nos particularmente dificultada, desde logo devido à reserva de aceitação de que muitas vezes estes indivíduos são alvo.

Confundindo aqueles que são deportados por motivo da prática de crimes no Canadá ou nos Estados Unidos, com estoutros que o são apenas porque não possuem os

devidos documentos de naturalização, a sociedade açoriana demonstra, em alguns casos, um receio desmedido e infundado no acolhimento e aceitação cultural e social destas pessoas.

A este nível, são essencialmente tarefas de pedagogia que podem tornar claro que um repatriado não é, por esse facto, um criminoso que deva estar limitado no acesso ao emprego, que deva estar limitado na sua inserção em agremiações desportivas ou culturais, em suma, não é um indivíduo que esteja cerceado no seu relacionamento com a sociedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É necessário, é imperioso lutar sempre e sem tréguas contra uma discriminação que já foi mais manifesta, é certo, mas que existe latente e, por isso, traz o perigo de assumir proporções preocupantes à nossa dimensão.

Esta tarefa de criar as condições objectivas favoráveis ao trabalho de integração social dos chamados repatriados, constitui uma tarefa que deve ser encarada por todos como sendo de todos.

Poderes públicos e entidades privadas não podem demitir-se desta importante função materializadora, por sua vez, do dever geral da solidariedade.

Ao Governo Regional deve exigir-se essencialmente uma tarefa preventiva com uma actuação virada para a vertente externa que promova e, porque não, potencie os esforços de naturalização destes cidadãos.

No plano interno o papel do Governo deve ser encarado primordialmente como destinado à criação dos mecanismos de reinserção social. Esta reinserção deve ser encarada como um trabalho de pareceria com instituições particulares como sejam as de solidariedade social.

Por último, e não menos importante é necessário evitar sempre a demagogia fácil e irresponsável de culpar os repatriados pelo aumento dos crimes, pelo aumento da sensação de insegurança, enfim culpá-los por tudo aquilo que de mau a nossa sociedade atravessa quando, na realidade, estas situações ocorreriam mesmo sem repatriados.



Aqui e agora, afirmamos a necessidade de que esta questão seja entendida como importante vector social dum projecto de desenvolvimento que, apesar das diferentes perspectivas partidárias, todos almejamos realizar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Reconheço que a questão dos repatriados já foi mais polémica e provocadora duma maior instabilidade do que a que agora se vive.

É certo que o receio não é tanto como já o foi, mercê também dum eficaz trabalho de desenvolvimento ao nível da inserção social.

Porém, é preocupante verificar que, surgida a notícia dum possível repatriamento, logo espíritos há que mostram particular dificuldade ou facilidade em cederem aos receios já referidos.

O medo injustificado, embora em menor grau, permanece.

Existem e, se me permitem existirão sempre, os casos falhados, as apostas perdidas, os esforços que fracassam.

No entanto, é na aceitação e reconhecimento de que esta reinserção tem maioritariamente resultados positivos, de que este trabalho vale a pena que todos, governo e particulares, devem buscar o ânimo para continuarem.

Dir-me-ão que a lógica do "Bom Samaritano" conduz sempre, nas coisas públicas, a aproveitamentos lesivos da boa fé com que são praticados.

Em primeiro lugar, estas tarefas de inserção correspondem a uma verdadeira obrigação decorrente dum poder político solidário e duma sociedade humanizada e não dum qualquer valor moral individualmente determinado e materializado. Mesmo nesta verdadeira obrigação, não defendemos que os que se dedicam a estas tarefas devam oferecer a outra face. Infelizmente, tal modelo de comportamento dos poderes públicos não se coaduna com a nossa sociedade.

O único ponto que julgo importante acentuar é que estes indivíduos sejam encarados pela própria sociedade açoriana não por aquilo que foram, mas por aquilo que são. Não vou sequer ao ponto de defender uma diferenciação positiva a favor dos repatriados. Pensamos aliás estarmos convictos, de que, considerados como iguais aos açorianos residentes, meio caminho está feito para a sua integração plena.

Por outro lado, e especialmente mesmo em relação àqueles que são deportados em cumprimento de sentenças condenatórias, é necessário afirmar e reconhecer que não temos o direito de querer julgar novamente aqueles que noutras paragens já pagaram a sua dívida à sociedade.

Esta perspectiva não significa, conforme já devem ter percebido, a impunibilidade dos repatriados.

Porém, que a censura social de que sejam alvo seja a que resulta do acto ilícito praticados cá e não por actos praticados noutro país, noutro tempo, noutras condições.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Discorri já sobre a perspectiva e vias possíveis na abordagem e resolução deste problema.

Outra questão que me parece também importante e que nunca será demais lembrar, é a de saber o que fundamenta estas tarefas de recuperação destes indivíduos?

Porque motivos nos devemos sentir obrigados a acolher e reintegrar os repatriados?

Para além de razões mais altruístas como sejam o dever de solidariedade, a razão radica desde logo, em nosso entender, em que é já tempo de nos consciencializarmos que a Diáspora não se resume aos casos de sucesso profissional, às Casas dos Açores, aos bailes e encontros de emigrantes, ao espalhar do nome dos Açores pelo mundo, a toda uma visão de fartura, prosperidade e êxito.

A visão lírica duma Diáspora que triunfou em terra estranha e conseguiu impôr-se sócio-económica, política e culturalmente, tem de ser completada com estoutra, menos agradável é certo, em que se englobam os delinquentes, os detidos, os toxicod dependentes os desempregados e falhados socialmente. Também estes são açorianos, também estes são nossos imigrantes, também estes são nossa gente.

E não queremos nem podemos acreditar que o argumento para incrementar as relações com estes, as bonitas palavras tecidas sempre que somos visitados e que giram à volta da saudade, do não esquecer a terra mãe, soçobrem afinal quando a história do imigrante em causa não é uma de sucesso e realização e estão em causa verdadeiramente pessoas que bastante precisam de um acolhimento amigo, duma oportunidade renovada.

Os Açores e os Açorianos têm nesta questão a oportunidade única de demonstrar que uma sociedade solidária, tolerante e fraterna não é uma utopia.

A responsabilidade é não só, mas também, nossa.

Disse!

*(Aplausos das bancadas do PS, PSD e do Secretário Regional Adjunto)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro trouxe a esta Casa um tema que pela sua importância não pode deixar de merecer da nossa parte uma palavra de congratulação, pela forma como tratou e colocou-a perante os deputados.

Por outro lado, queremos também de alguma forma dar aqui o nosso testemunho de acompanhamento desta situação, deste problema muito complicado que se coloca à comunidade açoriana e quando falo em comunidade açoriana, refiro-me à comunidade residente e à comunidade da diáspora.

Eu próprio quando me desloquei em exercício de funções públicas, quer por esta Casa, quer pelo Governo — e não foram raras as vezes que o fiz perante as acusações do Partido Socialista que achava que essas deslocações eram demasiadas — nos contactos que tive com os emigrantes, tive a oportunidade de referir, e fi-lo convicto que esta era a única solução, a necessidade que havia dos nossos concidadãos dos Estados Unidos obterem a sua cidadania, e obtida essa cidadania tinham que se integrar de corpo inteiro na vida comunitária dos Estados Unidos e na vida das suas comunidades.

Efectivamente, o estrato social e até etário que estamos a receber como repatriados, corresponde a uma situação que talvez se relaciona com determinada época vivida nos Estados Unidos e na nossa Região.

Há problemas que são inultrapassáveis. Por um lado, o próprio esquema judicial dos Estados Unidos que não nos permite intervenção nessa matéria e, por outro lado, a própria resistência das pessoas que vivem nos Estados Unidos.

Eu encontrei — Santo Deus!! — pessoas que nunca tinham obtido a cidadania por questões religiosas e que são questões inultrapassáveis e acabam por pagar uma culpa nos Estados Unidos e serem repatriados.

São cidadãos que perante a lei nacional não têm qualquer cadastro, não têm faltas cometidas. Portanto, a nossa obrigação é acolhê-los tal como eles são, procurar ajudar directa e indirectamente na sua inserção e, felizmente, o saldo não é negativo.

Conheço e conheci casos durante a minha estadia no Governo, de pessoas que vieram para cá, integraram-se nas suas comunidades e acabaram por arranjar emprego, casar e ter filhos. Portanto, seguem a sua vida.

Outros porém, têm mais dificuldades. Alguns deles começam pela dificuldade inelutável de nem sequer conhecerem a língua e quando cá chegam nem falam português.

Falei com um rapaz que tinha 30 e poucos anos, pai de 4 filhos, que não sabia falar português. Vivia nos Estados Unidos onde há muito poucos portugueses, tinha a sua profissão, foi preso, cumpriu a sua culpa. A mulher não era de ascendência portuguesa, não queria vir viver para os Açores e ele não podia viver nos Estados Unidos. O que é que se faz a um homem destes?!

Não há solução.

A solução é aceitá-lo, conhecê-lo, ajudá-lo e, felizmente, já nessa altura procurei fazê-lo sempre com a máxima discrição, porque estas coisas têm que ser feitas com discrição.

Entrei em contacto com instituições de solidariedade social, porque elas sabem os caminhos que podem percorrer e as formas de actuar para ajudar a integrar essas pessoas.

Este não é um problema que possamos remeter para o Governo, que possamos comodamente remeter para os outros, ou comodamente expurgar o sistema judicial americano ou outro qualquer por aquilo que acontece.

Esta é uma questão que nos diz respeito e tal qual como o Sr. Deputado a colocou e colocou-a muito bem, diz respeito à nossa comunidade e diz respeito, sobretudo, à capacidade de demonstração da nossa solidariedade.

O problema é esse e é aqui que ele se coloca.

**Presidente:** Sr. Deputado, informo que já terminou o seu tempo.

**O Orador:** Eu já termino, Sr. Presidente.

Fica aqui por minha parte esta palavra de apreço pela sua intervenção e fica também a prova provada nesta Casa que em bancadas opostas, as pessoas por vezes encontram as plataformas de entendimento que engrandecem o nosso trabalho, a nossa missão e, sobretudo, são o espelho correcto de uma vivência democrática que nesta terra vivemos. E já que vamos viver tão proximamente o 25 de Abril, mas não em reunião plenária, fica esta homenagem a esta data, porque foi através dela que obtivemos a autonomia, porque tivemos primeiro a democracia.

É por esta via e por esta data feliz que todos nos devemos congratular, a qual nos permite estar aqui como representantes de diversas ilhas, de diversos pontos da nossa Região, colocando as questões, pondo-as com denodo, com determinação, com entusiasmo e na certeza de que não trabalhamos para a gente, trabalhamos para os outros e é este testemunho que eu aqui deixo — já sou velho nesta Casa, não está presente o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que é que me acompanha nesta evocação da antiguidade.

A minha homenagem a esta data, já que não poderemos fazê-la no dia certo.

Sr. Presidente, desculpe este alongamento e muito obrigado.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos até às 18.00 horas.

*(Eram 17.40 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que se fossem aproximando dos seus lugares, mesmo sem atropelos.

*(Eram 18.20 horas)*

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

**Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nove parcelas de terra situadas em pleno Oceano Atlântico, constituem um Arquipélago e este outras tantas ilhas. Umas maiores, outras mais pequenas, todas elas constituem a Região Autónoma dos Açores.

O Corvo e as Flores continuam sem ligações aéreas durante o fim de semana e mais grave ainda fica a população da Ilha do Corvo limitada apenas a dois voos semanais, com espaço de 5 dias sem nenhuma ligação.

Interrogo-me muitas vezes de quais serão as razões que os Srs. Membros do Governo encontram para só e apenas se deslocarem ao Grupo Ocidental durante o Verão!...

Julgo que a resposta é fácil, e, em nossa opinião deve encontrar justificação no receio que todos têm de ficarem ali retidos, durante alguns dias, já que o Inverno, também este, é mais rigoroso nestas ilhas.

Mas este Governo insiste em não disponibilizar mais voos da SATA, nomeadamente ao fim de semana, para as Flores e Corvo.

E não vale a pena o Governo, uma vez mais, se refugiar no argumento que no tempo do PSD era assim. É verdade, mas também não é menos verdade, e para isso basta consultar os Diários da Assembleia para ver o que, no passado recente, desta tribuna disse acerca deste assunto.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tanto quanto sabemos os actuais responsáveis políticos da nossa Região disseram, antes e depois das eleições que este Governo iria fazer melhor. E o povo acreditou. Tanto assim é, que votou maioritariamente no Partido Socialista. Nesta matéria ficamos entendidos.

O que não entendemos são os argumentos, nomeadamente os de natureza financeira, invocados pelo Governo, relativamente a esta questão, e que se traduzem pelo reduzido número de passageiros de/e para a Ilha do Corvo.

Porém, parece-nos haver nesta matéria alguma contradição já que, quando convém, o Governo diz que o avião "Dornier" foi adquirido para fazer as ligações de/e para o Corvo.

Então em que é que ficamos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A agro-pecuária é, ainda hoje, uma das principais fontes de riqueza da nossa Região, quer pela sua importância económica, quer mesmo pelo papel maioritário e decisivo que as indústrias ligadas ao sector desempenham no todo Regional.

É necessário que a carne de bovino da Ilha do Corvo colocada no mercado nacional tenha um selo de qualidade, já que os nossos animais não são criados e alimentados à base de rações, mas sim de pastoreio o que faz com que a respectiva carne seja considerada, no Continente, pelos especialistas na matéria, como uma das melhores produzida nos Açores.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa do VII Governo Regional elegeu a Educação como uma prioridade. O objectivo é aumentar os níveis de instrução e formação profissional da população açoriana.

Deu-se, assim, seguimento às recomendações constantes dos relatórios europeus, nomeadamente, as contidas no relatório do QCA para 94/99, no qual se refere no ponto 2.3.25 Açores:

"No que diz respeito ao ensino e à formação profissional, foram efectuados progressos no período 1989/1993. Todavia, sendo esses sectores determinantes para o desenvolvimento sócio-económico da região, deve ser empreendido um esforço suplementar a nível das infraestruturas, do equipamento e da qualificação dos professores, tendo em vista uma aproximação das taxas de escolarização da média nacional e comunitária. Deve igualmente ser feito um esforço nos domínios da formação inicial pós-escolar e da formação contínua para melhorar as qualificações dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento regional."

Após 17 meses de governo da responsabilidade do Partido Socialista, o balanço no sector da Educação é francamente positivo

A taxa de execução financeira, em 97, do programa "Desenvolvimento das infraestruturas Escolares" e de 73,6%. De 1996 para 1998, a dotação financeira que será empregue na área das construções escolares, sofre um aumento de 300% . Em 97, diagnosticaram-se 500 salas de aula com necessidades de intervenção, tendo-se já procedido a intervenções em 300 dessas salas. A previsão de investimento na construção, amplificação e reparação de edifícios escolares para os próximos 7 anos, é de 20 a 25 milhões de contos, à média de cerca de 3 milhões de contos anuais. Irão ser construídas duas Escolas Gerais e Básicas (uma na Lagoa e outra na Horta) e duas Escolas Básicas com Ensino Artístico (uma em Ponta Delgada e outra em Angra do Heroísmo).

Irá proceder-se, já no próximo ano lectivo, à integração do primeiro ciclo do ensino básico, em oito escolas, passando estas a Escolas Básicas Integradas.

No programa "Desenvolvimento do Sistema Educativo" a taxa de execução financeira é 77,5%. Na rubrica da Formação, a taxa de execução financeira é de 100%. Em 97, só no âmbito da D.R.E., realizaram-se 10 acções de formação de docentes, num total de 584 formandos, e 6 acções para Pessoal não Docente, num total de 183 formandos.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A justeza de uma política educativa mede-se pelos princípios que a orientam, pelas estratégias que utiliza e, principalmente, pelos resultados que se obtêm, no que diz respeito à qualidade do ensino ministrado, e à percentagem de sucesso escolar.

Em educação, a avaliação dos resultados só é possível a longo prazo, o qual corresponde, em geral, a um ciclo de 10 anos. No entanto, é imprescindível que essa avaliação se faça. As provas de avaliação aferidas, de âmbito Nacional, no 4º, 6º e 9º anos do E. Básico, que o Ministério da Educação pretende implementar a partir do ano 2000, poderão ser um bom instrumento para que se conheça o grau de cumprimento dos objectivos curriculares mínimos, visando o controlo da qualidade do sistema de ensino, a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e, ainda, a confiança social no sistema escolar.

Os resultados obtidos no recente Estudo Nacional de Avaliação Externa do Desempenho dos Alunos do E. Básico, demonstram a necessidade urgente de investir



na formação inicial e na formação contínua dos professores do Ensino Básico, principalmente, em Português e em Matemática. Algo vai mal no nosso ensino, quando 80% dos alunos do Ensino Básico não resolvem problemas, 50%, no 1.º ciclo, não sabem medir centímetros com uma régua e 66% revelam grandes deficiências na expressão escrita.

A política educativa deste Governo Regional, não se esgota na melhoria das infraestruturas escolares, pretende ir muito mais longe, tendo por objectivo central possibilitar a igualdade de oportunidades educativas, por forma a que cada jovem açoriano tenha acesso efectivo ao grau de instrução que desejar adquirir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perseguindo o objectivo de dar mais autonomia às escolas, foi aprovado, nessa Assembleia, o Decreto Legislativo Regional n.º 1/98/A, de 24 de Janeiro que, adaptando à Região o Dec.-Lei n.º 43/89, veio trazer mais competências às escolas, permitindo que os órgãos de gestão assumam responsabilidades na pequena e média manutenção dos edifícios escolares, na aplicação de apoios financeiros a projectos educativos, bem como, encontrem formas de gestão eficazes dos refeitórios, bufetes e papelerias, permitindo, nomeadamente, o pagamento atempado aos seus fornecedores.

Também foi aprovado um novo modelo para a gestão das escolas do 1.º ciclo do E. Básico, visando uma melhor coordenação por áreas as escolares.

As recentes medidas anunciadas pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, revelam a vontade política de introduzir melhorias substanciais no Sistema Educativo nos Açores. A criação de Escolas Básicas Integradas e a unificação da Gestão das Escolas do 2.º e 3.º ciclos do E. Básico decorre, naturalmente, da Lei de Bases do Sistema Educativo, que determina que o E. Básico é universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de 9 anos. Neste nível de ensino, é de realçar a importância da articulação entre os ciclos, obedecendo a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspectiva global do ensino básico. Na prática, tem-se verificado que as escolas básicas integradas com 1.º, 2.º e 3.º ciclos, ou as escolas com 2.º e 3.º ciclos,

são aquelas que oferecem mais garantias de desenvolverem um Projecto Educativo global para o E. Básico.

Assim, é desejável porque, pedagogicamente aconselhável, a unificação das escolas que ministram os vários ciclos do Ensino Básico, sempre que a realidade o permita.

As recentes Jornadas sobre Currículos Alternativos no E Básico, que se realizaram nos dias 30 e 31 de Março passado e que mobilizaram 90 professores de toda a Região, promovendo, assim, a diferenciação de práticas educativas, foram um privilegiado "Fórum" de sensibilização e formação de docentes.

De regresso às suas escolas, e de acordo com as necessidades dos seus alunos e as características específicas da comunidade onde a escola está inserida esses professores integrarão equipas, que irão conceber "Currículos Alternativos" adaptados àqueles alunos concretos, que, por várias ordens de razões, apresentam insucesso escolar.

O objectivo dos "Currículos Alternativos" no Ensino Básico, não deverá ser o de dar formação profissional aos jovens, mas, sim, criar condições pedagógicas, para que todos eles adquiram a escolaridade básica obrigatória, atingindo o perfil definido para a mesma, por forma a poderem prosseguir estudos ou a inserirem-se em esquemas de formação profissional.

Espera-se, que cada vez mais Escolas adiram a essas práticas pedagógicas diferenciadas.

A possibilidade dos currículos passarem a conter, além do núcleo central de disciplinas de âmbito nacional, um de disciplinas de âmbito regional e outro com disciplinas de interesse local, a ser definido autonomamente pelas escolas, irá permitir uma melhor aprendizagem, por parte dos alunos, dado que se tem em conta os seus centros de interesse e se valorizam os conhecimentos que, informalmente, eles vão adquirindo, de acordo com o contexto social em que estão inseridos

A contratação, já em curso, pelas escolas da Região, de Psicólogos Educacionais, num total de treze, é outra importante medida que já tardava a ser implementada. Deste modo, vai ser possível completar a constituição das equipas multidisciplinares por forma a reforçar o apoio, por parte destas, aos professores na integração dos

jovens auto-excluídos do Sistema Escolar e na recuperação dos alunos que apresentam insucesso escolar.

O alargamento do "PROFIJ" (Programa Formativo de Inserção de Jovens), já no próximo ano lectivo a várias Escolas, visando a qualificação de jovens e a sua inserção no mundo do trabalho, através de uma estratégia pedagógica que aproxime o jovem, a Escola e a Empresa, é uma medida altamente positiva e promissora. Vejam-se os resultados que já se estão a obter na Escola E.B.2, 3 da Lagoa onde, quinze jovens com idades iguais ou superiores a 15 anos com insucesso escolar, alto grau de absentismo e, conseqüentemente, sem perspectivas de adquirirem o sexto ano da escolaridade básica obrigatória, estão a frequentar, com grande motivação o "Curso de Pescador".

A assiduidade passou a ser quase total e, embora o aproveitamento nas disciplinas teóricas não seja ainda o desejado, aproxima-se dos 50% de sucesso. A motivação dos alunos cresce à medida que as disciplinas estão mais ligadas à prática, manifestando grande interesse no trabalho prático que executam às Sextas-Feiras, na Fábrica Castro, onde aprendem a tratar o pescado. Esta Fábrica já manifestou interesse em que, três desses alunos, fiquem lá a trabalhar.

É de salientar a participação dos pais desses alunos, os quais, até então, nunca tinham comparecido na Escola, no acompanhamento do processo de implementação do curso e no acompanhamento dos filhos ao longo do ano escolar.

A integração dos professores das Equipas de Educação Especial nas áreas escolares e nas escolas básicas integradas, é uma boa medida. Desta forma, possibilita-se a esses professores uma maior ligação à realidade dos estabelecimentos de ensino onde dão apoio aos alunos com dificuldades especiais de aprendizagem. Conhecendo melhor a realidade local, e estando essas equipas representadas no Conselho Pedagógico, haverá uma maior intervenção daqueles professores nas opções pedagógicas que forem tomadas, por forma a que essas, também contemplem as necessidades da Educação Especial.

As novas regras para o Ensino Recorrente de Adultos e Ensino Extra-Escolar, possibilitando a equiparação de habilitações e a certificação, vêm atribuir uma maior credibilidade a esses tipos de ensino, tornando-os mais úteis para quem os frequenta.

A criação dos Conselhos de Educação, englobando as autarquias e outras forças vivas, irão permitir um maior envolvimento e apoio da comunidade ao Projecto Educativo da sua escola.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todas estas medidas aqui referidas e outras iniciativas legislativas que, em breve, irão ser apresentadas a esta Assembleia, são essenciais para que se dê início a uma, efectiva, reforma do ensino nos Açores. Porém, quero deixar aqui um alerta: "Nenhuma reforma na educação tem êxito se não tiver como agentes privilegiados os professores".

As leis podem ser perfeitas, as medidas regulamentares excelentes, mas, se os professores não forem ganhos para as vantagens das mudanças propostas, se não sentirem que fazendo de outra forma diferente daquela a que estão habituados e que sempre fizeram, os seus alunos aprendem mais e melhor, então as mudanças não se efectuam.

Os responsáveis pela Política Educativa Regional não podem, nunca, esquecer que, sem o empenho e a convicção dos professores, não há renovação da Escola. Por isso, deverão:

- Privilegiar a ampla participação dos professores, através dos seus legítimos representantes, em todas as decisões que digam respeito à transformação da Escola;
- Apoiar e fomentar a formação contínua dos professores;
- Preocupar-se e ocupar-se da formação inicial dos professores. Deve ser dado conteúdo concreto à decisão de exigir o grau de licenciatura para o ingresso da profissão em todos os graus de ensino. Na nossa Região, é necessário aumentar e diversificar os Mestrados em Ciências da Educação e em Didácticas Específicas, com especial relevo para a Didáctica da Matemática e isto, porque foi na didáctica da matemática e nos programas de matemática que as mudanças foram maiores e é preciso um esforço grande na formação dos professores nessa área;
- Criar incentivos à fixação dos professores, por forma a uma crescente estabilização do corpo docente de cada Escola;

Encontrar formas de "premiar" os professores que desenvolvem projectos diferenciados. Não é justo que aqueles que, voluntariamente fazem esforço

suplementar, não tenham nenhuma compensação, além da satisfação pessoal, que a execução do projecto e os resultados lhes possam trazer;

- Apoiar a realização de "Fóruns," onde se divulguem as "boas práticas pedagógicas" que se vão desenvolvendo nas várias escolas dos Açores;

- Proporcionar condições às escolas para que elas sejam o espaço privilegiado para o exercício da actividade profissional dos professores;

- Incentivar a celebração de "contratos autonomia", como uma forma de compromisso entre a Escola e a DRE, ficando claro o que compete a cada uma dessas Instituições.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se, paralelamente às medidas legislativas, houver a preocupação de informar, motivar e responsabilizar todos os agentes educativos, em especial os professores, estou convicta que a renovação da Escola, nos Açores, será uma realidade a curto prazo.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS, Governo e dos Srs. Deputados Sidónio Bettencourt e Humberto Melo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 18 de Março p.p. a Comissão Europeia apresentou as suas propostas para a reforma das políticas da União, para a adesão de novos países, bem como o enquadramento financeiro por que se guiará no período compreendido entre 2000 e 2006.

As propostas de regulamentos que ora se encontram em cima da mesa para discussão, concretizam o que, dum modo mais geral, vinha referido no Documento designado "Agenda 2000", em Julho do ano passado.

Apresentados os regulamentos, eis que os Governos da República e Regional entraram em ebulição como se não estivessem à espera. A Agenda 2000 assim o pronunciava. Disso mesmo nos fomos dando conta ao longo do tempo, inclusive por

algumas entidades ouvidas periodicamente pela Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, no âmbito do tratamento de assuntos europeus que interessam à nossa Região.

Disso mesmo nos demos conta na reunião que a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais manteve com a Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República, no âmbito duma auspiciosa, porque muito útil, visita ao Continente no início de Março passado.

No momento, o Presidente da Comissão, o Deputado Açoriano Medeiros Ferreira, prometeu convidar a Assembleia Legislativa Regional dos Açores para estar presente nas reuniões ou outros trabalhos promovidos pela Comissão de Assuntos Europeus e que tivessem a ver com os problemas e especificidades das Regiões Autónomas.

Prometeu e cumpriu. Para a reunião que a Comissão promoveu na Assembleia da República com os Deputados Europeus e o Ministro João Cravinho, convidou representantes das Assembleias Legislativas Regionais. A Assembleia Legislativa Regional dos Açores designou-me para o efeito.

Algumas das conclusões dessa reunião, deixo-as aqui como contributo para a abordagem destes temas num futuro próximo.

As propostas de regulamentos pecam por:

- Ser falhas de ambição;
- Ser aparentemente simplificadoras;
- Ignorar os objectivos financeiros para os Estados Membros da Coesão;
- Fazer recair 60% dos custos do alargamento sobre os fundos estruturais;
- Sobrevalorizar a taxa de desemprego em detrimento dos níveis de desenvolvimento.
- Insistir na prosperidade de cada Região, em vez da prosperidade de todo o Estado-Membro.
- Aceitar falar na coesão e comprometé-la na prática, sobretudo a dos actuais Estados Membros.

Quanto à Reforma da PAC:

- Não existe subjacente a ela nenhum sentido de coesão.
- Faz crescer as ajudas à custa dos Fundos Estruturais.

- Concede os apoios sem princípios nem regras (são disso exemplos não haver igualdade de tratamento entre as produções e concentração dos apoios nas produções típicas do Norte).
- Não faz modulações nem justiça, transferindo para os Estados-Membros essa tarefa.
- Apoia a produção sem ligar à qualidade e ao ambiente.
- Persiste no entendimento sobre os apoios, que conduz a que 50% das ajudas do sector agrícola atinjam somente 1% dos agricultores.
- Insiste na necessidade de desempregar no sector, em flagrante contradição com outras políticas da UNIÃO que são para criar emprego.

Para o futuro foram consensuais as recomendações:

- Face a este panorama, importa que Portugal assuma uma posição de combate, todas as forças políticas e parceiros sociais unidos, porque se trata de negociações extremamente difíceis.
- Continuar a defender o alargamento, desde que ele não se faça à custa da coesão dos actuais Estados-Membros.
- Defender as políticas estruturais numa perspectiva de equidade e eficácia.
- Ligar a reforma da PAC ao desenvolvimento regional.
- Continuar a insistir para que a Região de Lisboa e Vale do Tejo não saia do Objectivo 1, uma vez que há sub-regiões que não obtiveram o nível de desenvolvimento - médio.
- Aderir ao Euro que, como é inevitável, potencia o desenvolvimento dos grandes centros, o que torna mais necessária a Coesão.

O representante da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, teve oportunidade de intervir, apresentado o documento que elaborou para esta reunião e que, antecipadamente, conferiu com o Sr. Presidente da Assembleia, tendo também entregue aos Líderes Parlamentares para eventuais sugestões.

No final da reunião, foi entregue uma cópia do documento ao Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus e, por sugestão deste, ao Sr. Ministro do Planeamento.

Para que esta Assembleia continue a participar ou melhor, participe mais neste processo, como é sua obrigação, a Comissão de Política Geral e Assuntos

Internacionais deliberou propor ao Sr. Presidente da nossa Assembleia a realização de um colóquio sobre estes assuntos, com particular incidência sobre as questões dos próximos fundos para a Região Autónoma dos Açores.

Recentemente, fomos informados que a realização de tal colóquio foi aprovada. A nossa participação é necessária. Útil a intervenção nos debates da sociedade civil.

Para possíveis ajustamentos de agendas, informo que, em princípio, o colóquio terá lugar em Ponta Delgada nos dias 26 de Junho ao fim da tarde e 27 de manhã.

Num futuro próximo, estará em jogo a continuidade do desenvolvimento da nossa Região.

Justifica-se a nossa participação empenhada.

Disse.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila para uma intervenção.

**Deputado José Nascimento Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha vinda hoje a esta tribuna, prende-se única e exclusivamente com algo de belo e maravilhoso que o círculo eleitoral, que aqui represento possuí, e que constitui uma beleza ímpar nos Açores, no nosso País, e porque não, talvez também no mundo. É certo que todos já compreenderam que me vou debruçar sobre a denominada "Caldeira" ou "Furna do Enxofre" existente na Ilha Graciosa.

A nossa Região Arquipelágica é eminentemente de origem vulcânica e infelizmente, por certo, todos nós já sentimos e vivemos os efeitos drásticos de tal origem.

Para a nossa geração, bastará lembrar o Vulcão dos Capelinhos; posteriormente as várias crises sísmicas que assolaram a nossa região, bastando tão só lembrar os acontecimentos na Ilha do Pico, São Jorge e o trágico 1.º de Janeiro de 1980, que além de elevadíssimos danos materiais, ceifou algumas dezenas de vidas, na Ilha Terceira, isto para não ser mais enfadonho e fazer descrições pormenorizadas do que tem sido neste século a actividade sismológica e vulcanológica dos Açores.



Se é certo que por vezes o belo resulta do terrível não é menos certo, no caso vertente, que terá sido um vulcão que não se sabe determinar a data, mas rigorosamente muito antes do seu povoamento, que originou a "Furna do Enxofre" na Ilha Graciosa.

A comprovar, lá está a reminescência da sua actividade, ou seja, o enxofre que ainda e sempre borbulha constituindo uma fonte de respiração e libertação de gases, que pode muito bem minimizar novas catástrofes.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos aqueles que já tiveram a felicidade de visitar tão aprazível local, uma das belezas que faz parte integrante da Ilha Graciosa, é o seu lago interior, cujas águas possuem características bioquímicas particulares, lago esse que outrora tinha 130 metros de diâmetro e 15 de profundidade, onde era possível fazer-se passeios de barco.

A quantidade de água existente no lago da referida Furna, tem vindo a diminuir drasticamente, nos últimos 30 anos a ponto de ser justo questionar se um dia não acabará por deixar de existir água no referido lago, o que indiscutivelmente virá empobrecer a beleza natural, já que o elemento hídrico, é um factor amenizador da agressividade de outros elementos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e Srs. Membros do Governo:

Vivemos hoje uma época em que as preocupações dos governos de todo o mundo, têm carácter prioritário no âmbito da ecologia e ambiente, não podendo deixar de prestar a minha homenagem, muito sincera, às pessoas que tão abnegadamente fazem parte dos movimentos ambientalistas e ecologistas, com particular destaque para a Quercus e Greenpeace.

Atrevo-me pois, neste momento, a lançar um repto ao Governo Regional, no sentido de que sob o ponto de vista científico e técnico, se mande elaborar um estudo altamente credenciado, com vista a serem apuradas as causas reais que motivam a constante perda de água do citado lago, já que empiricamente muito se diz, mas cientificamente pouco se sabe.

É um dado adquirido, que na década de sessenta, se mandou proceder a uma grande plantação de árvores, com vista a provocar um maior grau de pluviosidade, contudo o

resultado que temos à vista, é o enorme desenvolvimento das referidas árvores, o que em parte ameniza a paisagem, mas também se diz que a absorção que as mesmas fazem, pode estar na origem da descida do nível da água no referido lago.

É certo que também se especula que hipotéticas actividades sísmicas podem ter constituído factores determinantes para a abertura de fendas por onde a água se escoia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em casos desta natureza, o que nos parece importante e fundamental, é descobrir a causa que motiva o efeito. No caso presente, há que, com rigor, objectividade e conhecimento adequado, evitar que o sistema ecológico, a beleza paisagística, a harmonização dos vários elementos de carácter mineral e vegetal não se percam naquela que já foi considerada pelo Príncipe Alberto do Mónaco, aquando da sua visita à Graciosa em 1870, "uma maravilha única no mundo". Esta afirmação feita por esse notável oceanógrafo do século XIX, que realizou várias campanhas no mar dos Açores e outros tantos de grande renome, confirma o valor extraordinário daquele preciosíssimo património natural da humanidade.

De salientar ainda a sua inquestionável importância a nível mundial, o que levou, muito recentemente o Comité de análise da UNESCO, a dar parecer favorável à classificação como Zona de Património Mundial à Gruta do Enxofre da Ilha Graciosa.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é nada demais falarmos aqui de problemas de São Jorge, porque já não é a primeira vez que o fazemos só que "oh vã ilusão!..."

Embora o provérbio, diga que "água mole em pedra dura tanto dá até que fura", o que parece ser certo, é que no caso concreto de S. Jorge, tanto faz a água ser mole ou dura, porque nada muda.

*(Risos da Câmara)*

O que é que mudou em relação à Lagoa da Caldeira de Santo Cristo?

A lagoa, continua entregue ao "Deus dará", "sem rei nem roque", como soi dizer-se com a apanha de amêijoas, quer de dia quer de noite, com ou sem calibre, sem peso nem medida, com lota ou sem lota, tanto faz.

Por outro lado, a exportação deste molusco, continua clandestinamente, a fazer-se, quer de barco ou avião, qual mercado negro, à mercê apenas de uns poucos, que com isso beneficiam de lucros apreciáveis.

E que tem sido feito, em relação à abertura e assoreamento da lagoa?

A resposta, infelizmente, é dolorosa mas simples!... Nada, rigorosamente nada!...

Aqui, infelizmente, a história repete-se: a Direcção Regional do Ambiente estuda, a Secretaria Regional da Agricultura Pescas e Ambiente pondera, o Governo mantem-se na expectativa e os jorgenses ficam a ver "por um canudo" a sua bela lagoa desaparecer.

Depois, só depois mesmo, quando já não houver lagoa, ou quando o processo for irreversível, então só provavelmente todos lamentarão, quais macaquinhos com as mãos aferradas às orelhas, a irem para o fundo, por não saberem nadar, mas a chorar o bem que perdeu S. Jorge, o bem que perdeu a Região, o bem que perdeu a natureza, o bem que perdeu o Planeta, mas como lá diz o nosso povo "depois de burro morto cevada ao rabo" e as carpideiras lá irão cumprir a sua função que é a de carpir, mesmo que seja noutro lado, embora a catástrofe desencadeada não haja lamentos ou choros que a neutralizem.

O que é que mudou em relação a área protegida do Ilhéu do Topo?

Aqui podemos dizer sim, que algo mudou, mas apenas só para os jorgenses, que quando querem visitar o Ilhéu têm, ao que parece, pedir autorização que lhe pode ainda ser ou não concedida. Enquanto que de outras ilhas, todos aqueles que têm

lanchas ou barcos rápidos o podem fazer, a seu belo prazer, lá desembarcando à vontade, que ninguém lhe sai ao encontro, isto pura e simplesmente porque aquela área não está guardada, nem vigiada, de modo que qualquer embarcação lá pode entrar e sair a seu belo prazer, sem ninguém a incomodar, nem se saber de onde veio nem para onde vai ou ao que veio.

É caso para perguntar, onde estão esses pacotes ambientais, que Sua Excelência o Sr. Secretário Regional da Agricultura Pescas e Ambiente prometia e onde é que está a sua eficiência na salvaguarda de tal património. Apenas aos jorgenses que saem da ilha para o Ilhéu e do Ilhéu para a ilha toda a gente os vê e penaliza.

O que é que mudou em relação a toda a vertente norte da Ilha de São Jorge, desde a Fajã dos Cubres até à Ponta do Topo, incluindo a Caldeira de Cima, que já deveria ser pelo seu património natural e construído, Parque Natural?

Mas não o é, porque toda esta maravilhosa e espectacular zona da ilha está em São Jorge, porque se estivesse nalguma ilha mais favorecida provavelmente já o era.

O que é que mudou em relação ao porto da Calheta?

Que conste nada, uma vez que, segundo sabemos, continua-se a estudar os problemas daquela infraestrutura portuária. Isto é, estudou-se no passado, estuda-se no presente e provavelmente quando chegar ao ano dois mil ainda se continuará a estudar, para não perderem a preparação e o ritmo de estudo para o próximo século o século XXI. Só que, se a paciência santificasse, os calhetenses de certo que eram todos canonizados, tal é a penitência de espera que eles têm feito...

**Secretário Regional da Economia (PSD):** 20 anos!

**O Orador:** ... à espera do arranjo condigno do seu porto que até aqui não veio e que, "pelo andar da carruagem", parece pouco provável que venha.

No entanto, estes mereciam e merecem que este Governo tome uma atitude séria em relação ao caso **Porto da Calheta**. Já sem mais demoras, sem ambiguidades nem subterfúgios, e que de uma vez por todas, o Governo assumira a atitude, de resolver ou não, o problema do Porto da Calheta.

E que aos calhetenses seja dito "olhos nos olhos", se sim ou não?

Se sim, para quando o início das obras?

Se não, porquê?

O que é que mudou em relação ao aeródromo de S. Jorge?

Que saibamos, apenas tem aumentado a dimensão da cratera provocada pela pedreira activa que se encontra na projecção da cabeceira oriental da pista e junto à mesma.

Esta cratera, segundo alguns dos pilotos da SATA que operam em S. Jorge, está criando graves problemas às operações de aterragem e descolagem. No entanto, não é para ninguém novidade que o aeródromo de S. Jorge, não só é o segundo de menores dimensões na Região, como pelo seu enquadramento topográfico, é um dos de mais difícil operacionalidade, como o mais penalizado da Região. É certo que o aeródromo de S. Jorge, nunca poderá ser um excelente aeroporto, mas fundamentalmente, poder-lhe-ão ser introduzidas melhorias, que favoreçam a sua operacionalidade e segurança, tais como o crescimento de mais 200 ou 300 metros de pista e alargamento da mesma em mais 15 metros, bem como o fecho da citada cratera.

Para uma ilha como S. Jorge, que é a quarta da Região em área, que tem o sector primário, mais estável dos Açores e que se lhe derem condições de transportes e estruturas para as aeronaves e as embarcações operarem, poderá ser também a quarta no desenvolvimento económico da Região.

Só que parece que há alguém que não lhe interessa o desenvolvimento de S. Jorge, isto porque segundo o Sr. Secretário Regional da Economia, vão ser melhorados aeroportos noutras ilhas, mesmo contra todas as indicações de peritos e técnicos da matéria, porque as condições climatéricas ali existentes não o permitem. Tudo isto, apenas para satisfazer interesses político-partidários e não a operacionalidade em segurança das naves que lá pretendem fazer operar. Ao contrário do aeródromo de S. Jorge, cujo melhoramento desejado, pretende apenas melhorar as condições técnicas de operacionalidade para as aeronaves que presentemente lá fazem serviço.

O que é que mudou em relação à construção de um porto de recreio em S. Jorge?

Por aquilo que sabemos, nada mas mesmo rigorosamente nada!...

Vemos sim, a intenção de construírem em outras ilhas Marinas nas quais já existem portos de recreio, gastando o Governo Regional nestas construções vários milhões de contos, quando em S. Jorge, com apenas 1.5 milhões de contos far-se-ia um óptimo porto de recreio.

O que é que leva então os responsáveis políticos desta Região, a castrarem o desenvolvimento económico de S. Jorge? É o medo de S. Jorge se tornar na quarta ou terceira "potência económica" da Região, ou é apenas perseguição aos jorgenses por motivos políticos ou outros quaisquer?

Decidam-se, mas digam-nos quais!...

Os jorgenses têm o direito de saber os erros dos seus pecados ou os pecados dos seus erros.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Ou os erros do passado!

**O Orador:** Só que quem não peca não erra, mas infelizmente há sempre alguém apostado em fazer os outros pecarem.

Os jorgenses não querem nem precisam de servir de "cortina" ao desenvolvimento de qualquer outra ilha da Região. Mas também não podem aceitar, nem aceitam, que os pretendam marginalizar ou estrangular no seu desenvolvimento económico, no desenvolvimento económico que eles querem e a que têm direito, porque têm massa cinzenta e a ilha potencialidades para tal.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Forjaz Sampaio.

**Deputado João Forjaz Sampaio** (*PS*): Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados, Srs Membros do Governo

O conjunto de todas as relações que existem entre o homem e tudo aquilo que o rodeia, como sejam os outros seres vivos, o meio social, os diversos habitats, etc., é conhecido por meio ambiente.

Este conceito, adoptado por muitos especialistas passou a ser mais utilizado quando o próprio homem começou a verificar que não podia continuar a utilizar os recursos naturais indiscriminadamente. Motivados por essas acções, nascem, nesse mesmo período novos conceitos, como o de "habitat", "nicho", bem nossos conhecidos e uma

nova ciência para estudar e enquadrar esta nova preocupação dos homens. É, como sabemos, a Ecologia.

Contudo, é preciso não confundir o ambiente, onde o homem ocupa o centro das atenções, e na realidade o seu objecto e a ecologia, ciência que estuda as relações de todas as espécies vegetais e animais com o meio natural.

Muito embora os dois conceitos se mostrassem suficientes para os definir, em 1973 a Comunidade Económica Europeia, decidiu proceder à sua clarificação desses conceitos, adoptando para a definição de ambiente, como o conjunto dos elementos que na complexidade das suas relações constituem o quadro, meio e condições de vida do homem tais como são ou como são sentidas por este.

Para dar corpo a este conceito e defendê-lo, estabeleceu seis objectivos principais para concretizar as medidas a adoptar numa política para o ambiente.

Assim, como primeiro objectivo temos:

- manter o equilíbrio ecológico e zelar pela protecção da biosfera, ou seja, da salvaguarda do meio natural;
- olhar pela boa gestão dos recursos do meio natural, evitar toda a exploração abusiva destes, susceptível de provocar danos importantes ao equilíbrio ecológico;
- orientar o desenvolvimento em função das exigências de qualidade particularmente pela melhoria das condições de trabalho e do quadro das exigências da vida;
- fazer com que os aspectos do ambiente sejam considerados vantajosos aquando da realização das acções de transformação e conservação das estruturas do território;

Por fim:

- encontrar com os estados vizinhos dos países membros da Comunidade Económica soluções para os problemas comuns.

Contudo, e mesmo com estes princípios, o mundo natural não é estático, aliás nunca o foi.

Temos hoje conhecimento das grandes alterações de natureza climática operadas por fenómenos de origem natural e também das modificações lentas que se vão operando gradualmente, de transformação das florestas em prados, das savanas em desertos, dos estuários dos rios em pântanos, do recuo e avanço das calotes de gelo, da

extinção de algumas espécies de seres vivos e do aparecimento até de novas formas de vida.

Embora estas alterações tenham sido rápidas quando comparadas com as observadas na geologia, os animais e plantas sempre conseguiram na maior parte dos casos acompanhá-las, adaptando-se às novas exigências, modificando os seus hábitos, em suma, sobrevivendo e mantendo-se presentes.

Há algumas décadas, o homem passou a dominar grande parte dos meios que podem levar à realização de profundas modificações.

Na realidade, o domínio e nível técnico que atingimos no campo das engenharias, da química, da biologia e mais recentemente da genética poderão em poucos meses transformar não só um braço de rio ou um recanto de uma floresta, mas também todo um sistema fluvial ou mesmo uma floresta inteira. Aliás os exemplos são quase diários.

A escala de alteração é agora gigantesca e o seu maior inimigo é a ambição humana.

Para gerir estes recursos de uma forma sensata e eficiente estabeleceram-se várias regras simples que todos devemos seguir;

— as reservas de animais e plantas não devem ser explorados tão intensamente que se tornem incapazes de se auto-renovar;

— não se deve proceder à modificação do meio ambiente a ponto de interferir com os processos básicos de manutenção da vida e;

— deveremos manter a diversidade dos seres vivos, não apenas pelo facto de muitos deles constituírem fontes importantes de alimento para o homem, nem pelo facto de ainda se saber tão pouco a seu respeito ou acerca do seu valor de ordem prática, mas até pela simples razão de desconhecermos o papel que poderão desempenhar no futuro.

Na conservação da vida, o primeiro elemento que teremos que ter em conta é a água. Só para avaliarmos a sua importância nas produções agrícolas, estima-se em cerca de mil litros a quantidade de água necessária para a produção de apenas um quilo de trigo.

São assim de grande importância todas as medidas de protecção das áreas de infiltração das nossas reservas naturais e das áreas adjacentes às nascentes.



Sr. Presidente, Sras e Srs Deputados, Srs Membros do Governo:

Para além de outros factores, a vida vegetal passa também pela disponibilidade e qualidade dos solos, pelo que a sua degradação sob a acção da água e do vento, leva ao empobrecimento parcial ou total das camadas superficiais responsáveis pelo êxito das produções.

Face à íntima ligação entre o sector agrário e a conservação e protecção da água e do solo, existem programadas uma série de acções de formação e de aplicação de outros documentos que esperamos possam lançar um alerta quanto necessidade de introdução de novas tecnologias e a aplicação de equipamentos adequados.

Impõe-se por isso considerar estes aspectos como objecto prioritário de medidas de política, pois é difícil imaginar um meio ambiente completamente divorciado da natureza.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Com esta intervenção encerramos o Período de Antes da Ordem do Dia. Vamos passar ao ponto seguinte, ou seja, à ordem do dia, com a leitura dos relatórios das Comissões Permanentes ao abrigo do artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis, relator da Comissão de Organização e Legislação.

**Deputado Aires Reis (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório da Comissão Permanente de Organização e Legislação a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

*(Ante-Período Legislativo de Abril de 1998)*

## CAPÍTULO I

## Introdução

**1** - A Comissão de Organização e Legislação é constituída pelos seguintes Deputados:

**a) Do Partido Socialista**

António Loura, António Gomes, António Silva Melo, Guilherme Sousa, José Nascimento Ávila e Manuel Herberto Rosa.

**b) Do Partido Social Democrata**

Aires Reis, José Avelar Nunes, José Francisco Fernandes, Jorge Valadão dos Santos, Victor Cruz e Humberto Melo.

**c) Do Partido Popular**

Alvarino Pinheiro.

## CAPÍTULO II

### Generalidades

No ante-período legislativo de Abril de 1998, a Comissão reuniu nos dias 13 e 14 de Abril, na Delegação da Assembleia Legislativa, em Ponta Delgada, tendo os Deputados Aires Reis, Alvarino Pinheiro e Jorge Valadão dos Santos sido substituídos pelos Deputados Sidónio Bettencourt, Nuno Almeida e José Manuel Bolieiro, respectivamente.

Os deputados José Avelar Nunes e José Francisco Fernandes apresentaram-se mais tarde à reunião, devido à hora de chegada do avião, enquanto o Deputado António Loura faltou justificadamente. O Deputado Guilherme Pinto foi, no dia 13, substituído pelo Deputado Vasco Cordeiro.

## CAPÍTULO III

### Trabalhos realizados

Foi dada continuidade aos trabalhos de Revisão do Regimento da Assembleia face às propostas apresentadas pelo Partido Popular e pelo Partido Social Democrata. Particularmente o trabalho incidiu na apreciação das grandes linhas e dos objectivos que nortearam as propostas já entradas, visando a procura do maior consenso.

## CAPÍTULO IV

### Programação de trabalhos

Está agendada para 12 de Maio p.f. nova reunião para apreciação na especialidade e por forma a ser possível a discussão e votação no Plenário subsequente.

Ponta Delgada, 14 de Abril de 1998.

**O Relator**, *Aires Reis*.

Aprovado por unanimidade.

**O Presidente**, *Humberto Melo*.

**Presidente:** Não havendo pedidos de esclarecimentos sobre este relatório, vamos passar à leitura do relatório da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais. Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

**Deputado Francisco Xavier (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

**Relatório da Comissão de Política Geral e Assuntos internacionais a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores**

*Ante- Período Legislativo de Abril de 1998*

## CAPÍTULO I

### Generalidades

1. A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais é constituída pelos seguintes deputados:

**a) Do Partido Social Democrata (PSD)**

- Manuel da Silva Azevedo (Presidente)
- Francisco Xavier Araújo Rodrigues (Relator)
- João Manuel Bettencourt Cunha
- Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
- José Maria Bairos

**b) Do Partido Socialista (PS)**

- Maria da Natividade Medeiros da Luz (Secretária)
- Carlos Alberto da Costa Fraga
- João Carlos Couto Macedo
- José Humberto de Medeiros Chaves
- Rui Pedro Lopes Machado Ávila

**c) Do Partido Popular (PP)**

- João Maria Fraga Greves
- Nuno Almeida e Sousa

**d) Do Partido Comunista Português (PCP)**

- Deputado Paulo António de Freitas Valadão

2. Aos trabalhos da Comissão que ocorreram na Horta, nos dias 13, 14 e 15 de Abril, faltaram justificadamente, o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, do PP, e nos dias 14 e 15 de Abril, o Sr. Deputado João Greves, do PP. Os Srs. Deputados Joaquim Ponte, do PSD, e Carlos Fraga, do PS, foram substituídos, respectivamente, pelos Srs. Deputados Eugénio Leal e Fernando Menezes.

3. De 1 de Janeiro a 30 de Junho, por efeito da suspensão de mandato do deputado do Partido Popular, José António Monjardino, o deputado Nuno Almeida e Sousa assumiu funções nesta Comissão.

## **CAPÍTULO II**

## Trabalhos Realizados

**1.** Nos dias 13, 14 e 15 de Abril de 1998, a Comissão reuniu-se na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores a fim de:

**1.1.** Apreciar e aprovar o Relatório da Actuação da Protecção Civil, aquando da calamidade que atingiu o concelho da Povoação, no passado dia 31 de Outubro, e que ficou em anexo ao presente documento.

**1.2.** Apreciar e aprovar os relatórios da visita que a Comissão efectuou à Ilha Graciosa, nos dias 3, 4 e 5 de Fevereiro, e que também são anexados ao presente relatório.

**1.3.** - Emitir parecer:

a) À Proposta de Decreto Legislativo Regional — "desafecção do domínio público do Estado para o domínio público da Região Autónoma dos Açores, dos terrenos e edifícios transferidos pelo Decreto-Lei nº 208/90, de 27 de Junho";

b) Ao Projecto de Decreto-Lei que "regula o concurso como forma de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da Administração Pública";

c) Ao Projecto de Decreto-Lei que "altera o Decreto-Lei nº 99/94, de 19 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do quadro comunitário de apoio".

**1.4.** Ouvir, em audição, o Sr. Secretário Regional da Economia, em questões que dizem respeito ao estudo das formas de compensação aos trabalhadores açorianos pelos custos acrescidos de insularidade, em cumprimento da tarefa que foi atribuída a esta Comissão pela Resolução que, neste sentido, foi aprovada na ALRA.

**1.5.** Aprovar o presente relatório, elaborado ao abrigo do artigo 119º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

**2.** Na mesma reunião, o Sr. Presidente da Comissão deu a conhecer aos Srs. Deputados o conteúdo dos trabalhos em que participou em Lisboa, por designação da ALRA, no âmbito de uma reunião da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República, com a presença dos deputados europeus e representantes das Assembleias Regionais e que versou as Propostas de Regulamentos de Aplicação da

Agenda 2000. Destas matérias foram distribuídos vários documentos que ficam em anexo ao presente relatório.

Foi também deliberado recomendar ao Governo Regional que desse conhecimento atempado a esta Comissão dos novos desenvolvimentos que venham ocorrer nesta matéria.

Sobre este assunto, a Comissão ainda deliberou propor a realização de um colóquio, em Ponta Delgada, a 26 e 27 de Junho, bem como desenvolver esforços no sentido de que na Agenda de Trabalhos das Jornadas Parlamentares (Açores, Madeira e Canárias) fosse integrada essa matéria para reflexão.

3. Deliberou também a Comissão que não seria mais permitido o fumo do tabaco nas suas reuniões, baseada no princípio da sã convivência e no facto, aceite por todos, de que o fumo é altamente prejudicial à saúde.

## **CAPÍTULO III**

### **Programação de Trabalhos**

As próximas reuniões da Comissão têm a seguinte programação:

- De 12 a 14 de Maio, em S. Miguel, no Concelho da Ribeira Grande;
- De 22 a 24 de Setembro, no Pico.

## **CAPÍTULO IV**

### **Trabalhos Pendentes**

-Relatórios das reuniões ocorridas no Continente, nomeadamente com as Comissões Parlamentares da Assembleia da República, com as Direcções das Casas dos Açores e com as Direcções da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias.

- Relatório da audição efectuada ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

- Estudo das formas de compensação aos trabalhadores açorianos pelos custos acrescidos de insularidade, de acordo com a Resolução n.º 10/97/A, de 12 de Dezembro. Nesta matéria, é de referir que já se realizaram audições ao Sr. Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Horta e ao Sr. Secretário Regional da Economia.

Horta, 15 de Abril de 1998.

**O Relator:** *Francisco Xavier Araújo Rodrigues.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente:** *Manuel da Silva Azevedo.*

---

## ANEXOS

**Reunião da Comissão de Assuntos Europeus com Deputados Europeus e Ministro João Cravinho - Tópicos para uma eventual intervenção do representante da A.L.R.A.**

### **1. TRATADO DE AMSTERDÃO.**

1.1. Reafirmação do princípio da coesão económica e social

1.2. Enquadrado neste objectivo maior, está consagrado em artigo referenciando expressamente as Regiões Ultraperiféricas: Prevê a adopção de medidas específicas, em função de circunstâncias específicas.

### **2. AGENDA 2000**

2.1. Devia acolher o que determina o Tratado e não o faz. Somente equipara as Regiões Ultraperiféricas a Regiões do Objectivo 1

2.2. Sobre o Poseima - nenhuma referência.

2.3. Regis - desaparece.

### **3. FUNDOS ESTRUTURAIS**

O que é necessário para os Açores.

**3.1.** Prevalência do critério "nível de desenvolvimento" com base do PIB, em desfavor da taxa de desemprego.

**3.2.** Prevalência do artigo do Tratado sobre as ultraperiferias sobre os regulamentos dos Fundos Estruturais.

**3.3.** Aumentar ou pelo menos manter o mesmo montante do actual QCA. Mais REGIS, POSEIMA e acesso ao Fundo de Coesão.

**3.4.** Manter participações da UE a nível dos 85%.

**3.5.** Dotação plurianual possibilitando que verbas não gastas num ano, possam ser utilizadas no seguinte.

**3.6.** O novo QCA não poderá abranger só o que tem vindo a contemplar até agora. Há novas necessidades.

#### **4. PAC**

**4.1.** Uma vez que a sua reforma visa a adaptação da agricultura europeia à maior concorrência mundial originada pelos acordos do GATT, quem terá mais dificuldades em se adaptar serão as regiões mais desfavorecidas entre as quais as regiões ultraperiféricas.

**4.2.** O critério maior dos auxílios comunitários não poderá ser a produtividade. Como ficariam os Açores?

**4.3.** Com este cenário, mais necessário se torna a continuidade do POSEIMA agrícola com as alterações que a reforma da PAC ditar, qualitativa e quantitativamente.

#### **5. POSEIMA**

**5.1.** Continuar as medidas que ainda forem necessárias no âmbito da agricultura e pescas.

**5.2.** Novas medidas com efectivo aumento de verbas. (exemplos no artigo do Tratado) e apoio à PME's, ambiente, qualificação profissional, acessibilidades.

**5.3.** Medidas a manter enquanto se mantiverem as razões. "factores cuja persistência..."

**5.4.** Medidas flexíveis - com possibilidade de adaptação permanente a novas realidades.



Ponta Delgada, 27 de Março de 1998.

**O Deputado Regional, Manuel da Silva Azevedo.**

---

## **Relatório da Reunião da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República com Deputados Europeus e Representantes das Assembleias Legislativas Regionais**

A grande questão que se põe, hoje, à União Europeia tem a ver com a sua própria construção em que assume lugar primordial o alargamento a outros países.

Para Portugal e para todos os países que actualmente fazem parte da UNIÃO, há dois momentos-chave em todo este processo:

### **1. O actua**

Após a apresentação da Agenda 2000, em Junho passado, e das recentes propostas de regulamentos, é que o Governo é chamado, directamente, a participar.

Estes documentos pecam por:

- Ser falhos de ambição.
- Ser aparentemente simplificadores
- Ignorar os objectivos financeiros para os Estados Membros da Coesão.
- Fazer recair 60% dos custos do alargamento sobre os fundos estruturais.
- Sobrevalorizar a taxa de desemprego em detrimento dos níveis de desenvolvimento.
- Insistir na prosperidade de cada Região em vez da prosperidade de todo o Estado-Membro.
- Aceitar falar na coesão e comprometê-la na prática, sobretudo a dos actuais Estados Membros.
- Reforma da PAC
- Não existe subjacente nenhum sentido de coesão.
- Faz crescer as ajudas à custa dos Fundos Estruturais.
- Concede os apoios sem princípios e regras (ex. não há igualdade de tratamento entre as produções; concentração dos apoios nas produções típicas do Norte).
- Não faz modulações nem justiça, transferindo para os Estados-Membros essa tarefa.

- Apoia a produção sem ligar à qualidade e ao ambiente.
- Persiste no entendimento sobre os apoios, que conduz a que 50% das ajudas do sector agrícola atinjam somente 1% dos agricultores.
- Insiste na necessidade de desempregar no sector, em contradição com outras políticas da UNIÃO que são para criar emprego.

## **2. O FUTURO**

- Face a este panorama, importa que Portugal assuma uma posição de combate. Todas as forças políticas e parceiros sociais unidos porque se trata de negociações extremamente difíceis.
- Continuar a defender o alargamento desde que ele não se faça à custa da coesão dos actuais Estados-Membros.
- Defender as políticas estruturais numa perspectiva de equidade e eficácia.
- Ligar a reforma do PAC ao desenvolvimento regional.
- Continuar a insistir para que a Região de Lisboa e Vale do Tejo não saia do Objectivo 1, uma vez que há sub-regiões que não obtiveram o nível de desenvolvimento - médio.
- Aderir ao Euro, como é inevitável, potencia o desenvolvimento dos grandes centros, o que torna mais necessária a Coesão.

## **NOTA FINAL**

### **ULTRAPERIFERIAS**

O representante da Assembleia Legislativa Regional dos Açores teve oportunidade de intervir, apresentando o documento que elaborou para esta reunião e que, antecipadamente, conferiu com o Senhor Presidente da Assembleia tendo-o, também, entregue aos Líderes Parlamentares para eventuais sugestões.

No final da reunião foi entregue uma cópia do documento ao Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus e, por sugestão deste, ao Senhor Ministro do Planeamento.

Ponta Delgada, 30 de Março de 1998.

**O Deputado, Manuel da Silva Azevedo.**

---

**Relatório das Audições aos Senhores Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, Presidente da Câmara da Povoação, Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande e Comasndante dos Bombeiros da Povoação, no âmbito da actuação da Protecção Civil na calamidade que afectou o Concelho da Povoação, em 31 de Outubro de 1997.**

## **ÍNDICE**

**página**

### **CAPÍTULO I**

- Introdução ..... 3

### **CAPÍTULO II**

**A** - Audição do Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos. .... 7

**B** - Audição do Senhor Presidente da Câmara da Povoação. .... 17

**C** - Audição do Senhor Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande. .... 26

**D** - Audição do Sr. Comandante dos Bombeiros da Povoação. .... 33

### **CAPÍTULO III**

- Apreciação global ..... 37

### **CAPÍTULO IV**

- Resultado das votações .....50

### **CAPÍTULO V**

- Anexos ..... 53

## CAPÍTULO I

### Introdução

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, no cumprimento das competências que a alínea e) do artigo 57º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional lhe atribui, decidiu realizar audições ao Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos e Presidente da Câmara Municipal da Povoação, em virtude de haver contradições entre as conclusões do Relatório do Senhor Provedor de Justiça e as declarações do Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores e do próprio Senhor Secretário Regional acerca da actuação da Protecção Civil na calamidade que afectou a Ribeira Quente a 31 de Outubro de 1997.

Em consequência dos resultados destas audições, a Comissão decidiu, de igual forma, ouvir, na mesma matéria, o Senhor Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande e o Senhor Comandante dos Bombeiros da Povoação.

Assim, no dia 19 de Janeiro de 1998, realizaram-se as audições do Senhor Secretário Regional e do Senhor Presidente da Câmara Municipal na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Horta, e, no dia 29 de Janeiro, as dos Senhores Comandantes de Bombeiros, na Delegação da A.L.R.A., em S. Miguel.

O presente documento está organizado em cinco capítulos.

**I.** A parte introdutória-**capítulo I** - contempla o enquadramento jurídico, os motivos e calendarização das audições, bem como ainda a forma como o presente documento está estruturado.

**II.** Das quatro audições realizadas elaboraram-se relatos sucintos e estruturados e que constituem o **capítulo II**.

**III.** No **capítulo III**, formulou-se uma apreciação global, baseada nas declarações prestadas durante as audições, as quais estão registadas nos relatos incluídos no capítulo II.

**IV.** O **capítulo IV** inclui o resultado das votações que ocorreram no âmbito da Comissão.

**V.** No **capítulo V**, foram integrados os anexos, assim designados:

- Declaração de voto e proposta conclusões apresentadas pelo Partido Socialista;
- Cópias das declarações escritas do Comandante dos Bombeiros Voluntários do Nordeste e do 2º Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande;
- Cópia da acta da Direcção da Associação de Bombeiros Voluntários da Povoação, enviada à Assembleia Legislativa Regional dos Açores pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Povoação;
- Transcrições reais e completas das quatro audições efectuadas.

## **CAPÍTULO II**

### *Relatos das Audições*

#### **A - Audição do Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos**

##### **Considerações genéricas**

**1.** Como declaração inicial, fez questão de registar que a sua presença no Parlamento, para ser ouvido pela Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais em questões que se relacionaram com a actuação da Protecção Civil, aquando da calamidade da Ribeira Quente, e com as consequentes conclusões do relatório da Provedoria de Justiça, é bem a mostra do respeito que o Governo Regional tem pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores e da importância que atribui à segurança das populações.

**2.** Para o Senhor Secretário Regional, as razões que determinaram que tivesse sido o Presidente do Governo Regional dos Açores o escolhido para prestar declarações ao inquérito realizado pela Provedoria de Justiça prendem-se com o que estipula a lei, a qual atribui ao Presidente do Governo a responsabilidade de todas as áreas do Governo Regional, designadamente a da Protecção Civil. Depreende-se ainda dos esclarecimentos prestados a esta Comissão, que o Senhor Secretário assume, por

inteiro, as declarações que o Senhor Presidente do Governo Regional prestou ao inquérito da Provedoria, pois tanto ele, como o próprio e mais alguns elementos que fazem parte do CECORP, fizeram *"uma avaliação dos meios disponíveis e da sua actuação"*, pelo que concluíram *"que essa coordenação estava bem e tinha funcionado"*.

3. Para o Governo Regional não há contradição entre as suas declarações e as recomendações do Senhor Provedor de Justiça. Há, sim, pontualmente, interpretações divergentes. No entanto, considera o Secretário, ter sido grave a situação instalada na Ribeira Quente, que preocupou e ocupou muita gente, a qual agiu *"perante uma situação rápida e repentina que não se compadece com algumas afirmações"* contidas no relatório da Provedoria. Na sua opinião, *"afirmar como se afirma neste relatório (o da Provedoria) que se os Bombeiros da Ribeira Grande tivessem chegado duas horas mais cedo ter-se-iam salvo vidas"*, considera ser *"uma enormidade"*.

Refere ainda que *"essa interpretação que pode ser ou não vista como uma suspeição ... não corresponde a uma afirmação"*, pelo que não devia fazer parte de um relatório da Provedoria da Justiça. A esta Instituição, o Senhor Secretário reconhece a responsabilidade de *"outras competências ao nível do parecer não vinculativo que dá"* nas suas recomendações. Ainda em relação à interpretação do Senhor Provedor atrás mencionada, referiu que constitui uma afirmação que, a ser posta com carácter mais ou menos de dúvida, *"não fez sentido face aquilo que se passou"* e, por isso, acha *"que ela é exagerada e não deveria ter sido vertida no relatório"*.

4. Entende que no âmbito do Serviço Regional de Protecção Civil (SRPC) e perante as condições reais, *"é preciso sempre ter a humildade de melhorar a eficácia dos serviços"*, mas, considera que nas primeiras horas de uma calamidade, o pior que qualquer cidadão pode fazer é aumentar a insegurança das populações, bem como a dos serviços. Julga, ainda, ser grave quando, em matéria de segurança, ocorre o empolamento das situações.

5. No que respeita à recomendação do Senhor Provedor ao Governo Regional para que fosse determinada a instauração de um processo de averiguações, informou a esta Comissão que, a 9 de Janeiro de 1998, o Senhor Presidente tinha já dado orientação

nesse sentido. No entanto, logo a seguir à calamidade de 31 de Outubro, foi também solicitado ao

Presidente do SRPC um relatório com a cronologia dos acontecimentos e que foi denominado "A Fita do Tempo".

6. No entanto, ao ser questionado se era ou não de se considerar uma situação de subavaliação o facto de se decidir "*fazer um relatório exaustivo sobre os acontecimentos, apenas quando o Senhor Provedor de Justiça*" o mandou fazer, o Senhor Secretário respondeu que "*essas averiguações começaram logo a ser feitas imediatamente a seguir aos acontecimentos.*

*Não foi preciso o Senhor Provedor de Justiça vir dizer que eram precisas outras averiguações. Portanto, as averiguações que o Governo Regional entendeu na altura fazer, efectuou-as. O Senhor Provedor de Justiça recomendou a feitura de outras averiguações, perante a leitura que ele teve dos acontecimentos. E foi nesse estrito cumprimento que o Governo Regional mandou proceder a essas averiguações que estão em curso".*

7. Quanto às outras recomendações do Senhor Provedor, informou a Comissão que algumas estão já em curso e outras já foram mesmo resolvidas.

Faz parte das intenções do Governo instalar um sistema de comunicações eficaz e mais aperfeiçoado, sensibilizar as câmaras municipais para a elaboração dos planos municipais de emergência e, também, inventariar os meios, os recursos e outras dificuldades dos municípios, para que, assim, se possa instalar um sistema de Protecção Civil que conte, em primeira linha, com as competências das câmaras municipais.

8. Não faz sentido que um concelho não possua um plano municipal de emergência (PME). Considera que um plano desta natureza já devia existir, pois trata-se de matéria da competência das autarquias. O Governo, não podendo obrigá-las, vai, certamente, sensibilizá-las e disponibilizar-se para cooperar. Foi, aliás, o que fez durante 1997, escrevendo várias cartas às câmaras a recomendar-lhes a elaboração dos planos e que se associou a visitas efectuadas pelo Inspector Regional de Bombeiros. Numa reunião da DROAP com as Câmaras

Municipais, ocorrida no Pico, esta matéria voltou a ser referida, o que se repetirá na reunião de 26 e 27 de Janeiro, a promover pelo Governo Regional, onde mais uma vez as autarquias serão sensibilizadas e às quais o Governo manifestará a sua disponibilidade para cooperar. A este propósito, informou que o PME mais adiantado é o de Santa Cruz da Graciosa, que está em condições de ser sujeito a homologação.

9. Pretendeu ainda o Senhor Secretário, nesta audição, relevar *"as dificuldades que os principais responsáveis pela Protecção Civil tiveram em recolher informações do que aconteceu, efectivamente, naquele local e nas primeiras horas, porque não havia comunicações da Ribeira Quente para o SRPC. Havia, sim, informações esparsas, uma a dizer que talvez houvesse mortos, outras a dizer que talvez era muito grave, que havia muitas derrocadas, etc."*. Na sua opinião, está convicto de *"que desde a primeira hora, face aos meios disponíveis e à hora de chegada das informações fiáveis, o serviço foi activado"*. Por isso, considera *"que a avaliação foi feita perante os dados disponíveis e perante a informação que saiu da Ribeira Quente"* e, por tal facto, *"não gostaria de qualificar esta operação ao nível da subavaliação da situação que foi instalada na Ribeira Quente"*.

10. Posta a questão de, após a primeira avaliação no terreno, ter havido ou não alguma confirmação técnica e séria de que todos os desaparecidos tinham morrido, ou se se admitia a hipótese de haver desaparecidos com vida, o Senhor Secretário respondeu que *"a avaliação foi feita pelos comandantes dos bombeiros e por todos aqueles que presenciaram aquele cenário dantesco"*.

### **Cadeia de Comando**

11. Não concorda que se diga que não houve cadeia de comando, porque, de facto, os interventores mais directos da Protecção Civil começaram, com os meios que dispunham, a coordenar as operações, sendo certo que é o Presidente do SRPC que, por competência própria, coordena todas as acções fora do concelho. Portanto, na sua opinião *"não houve violação da lei que diz respeito ao CECORP , porque uma coisa são as competências do Presidente do SRPC e outra coisa são as competências dos membros do Governo que fazem parte dessa estrutura (...). São competências completamente diferentes e é no uso das mesmas que o Presidente do SRPC activou*



*meios e bombeiros e ... solicitou a Força Aérea", enquanto que os membros do Governo se deslocaram para "a frente da situação" para procederem a uma avaliação mais próxima.*

**12.** No que diz respeito ao operador de comunicações do SRPC, referiu que é uma função desempenhada por várias pessoas e em escuta permanente. A qualquer sinal das corporações de bombeiros ou dos presidentes de câmaras municipais, o operador informa o CECORP, o qual é imediatamente activado. Porém, considera que as recomendações da Provedoria vão no sentido de se criar um CECORP permanente, o que exigiria a presença contínua, no SRPC, do seu Presidente ou Vice-Presidente, ou então dos dois chefes de divisão. No entanto, informou que o governo tem uma resposta para esta situação, pois os responsáveis pelo SRPC estão em comunicação permanente, através de rádios e de *bips*, com a sede, pelo que o centro de operações é logo activado, quando lhes são dadas informações neste sentido. Na sua opinião, não há, na actual lei orgânica que transitou para o actual Governo, a possibilidade de se ter um centro de emergência permanente, como vem recomendado no Relatório da Provedoria. Considera mesmo que é uma má interpretação do Relatório, o supor a existência , na actual lei orgânica, dum CECORP permanente. O que o actual enquadramento legislativo permite e exige ao Governo Regional é um operador de telecomunicações por turnos e em regime de permanência.

**13.** Considera, no entanto, que no campo das comunicações há matéria de grande reflexão, pois na situação da Ribeira Quente não houve comunicações fiáveis. As informações, com a verdadeira dimensão do que se tinha passado, partiram da Ribeira Quente tardiamente. Tal ocorrência *"vem demonstrar a necessidade de, em todas as zonas de maior risco, haver comunicações cada vez mais eficazes"*.

**14.** Em relação à questão do SRPC dever ou não estar de prevenção, tal como estiveram, naquela noite, os bombeiros, o Senhor Secretário informou que, quer aquele serviço, quer os próprios bombeiros se orientam por uma escala de alertas, graduadas de 1 a 5, e que determina tipos de procedimentos para cada um desses graus. Assim, o SRPC, naquela noite, possuía uma carta meteorológica semelhante a muitas outras que tem durante o ano, tendo, de acordo com ela, determinado as prevenções e os procedimentos mais adequados.

## **A actuação dos Bombeiros**

15. Em relação ao facto do Relatório da Procuradoria fazer menção a uma corporação de Bombeiros que estaria disponível mas que, atempadamente, não foi solicitada a intervir, referiu que *"qualquer corporação de bombeiros desta Região tem como principal prioridade acudir aos sinistros, independentemente das ordens que lhe forem dadas"* Precistou ainda que, no que diz respeito à *"injustificada demora na tomada de decisões"* e à *"utilização tardia dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande"*, não corresponde à verdade, porque os Bombeiros da Ribeira Grande ficam a uma distância de 30 km e não de 20 e que não estiveram à espera de ordens, pois a entrada estava obstruída e por tal facto não podiam chegar à Ribeira Quente. Recordou ainda que, de acordo com a lei vigente e a Lei-de-Bases do Sistema Nacional de Protecção Civil, são as Câmaras Municipais e os Bombeiros que constituem a linha avançada das primeiras horas, a qual depois pede reforços fora do seu concelho sob a coordenação do Serviço Regional de Protecção Civil. Na Ribeira Quente, como estipula a lei, primeiro devem actuar os Bombeiros da Povoação e, só depois e em caso de necessidade, os Bombeiros da Ribeira Grande. Mas nem uns nem outros puderam entrar em acção, porque as estradas estavam obstruídas. Por isso se deu prioridade aos meios aéreos.

16. Informou que nunca houve directiva que possa ser invocada pelo Comando da Ribeira Grande a justificar o atraso em partir para a Ribeira Quente. Nunca houve qualquer directiva escrita a dizer que os bombeiros deviam, no caso das zonas operacionais, actuar nesta ou naquela circunstância. O que estava em vigor, continua em vigor. De facto, o conceito de "zona operacional" tem sido alvo de reflexão no seio dos conselhos regionais de bombeiros. No entanto, dessa reflexão nunca foi vertida qualquer directiva operacional. Ou seja, as quatro zonas operacionais continuam em vigor, tal como estavam anteriormente. Concluiu ainda que *"as interpretações da discussão ocorrida no Conselho Regional de Bombeiros são de quem as fez"*. Acrescenta ainda que *"não havia que introduzir aqui o facto de que uma corporação de bombeiros, sabendo ela própria quais são as competências, teria que ficar à espera fosse do que fosse"*, pois *"não há bombeiro nenhum nesta Região,*

..., que fique à espera seja lá do que for para actuar, quando tem a exacta noção de que a situação é grave". Porém, o Senhor Secretário, independentemente da leitura que faz dos acontecimentos, conclui que, quando se tornou possível a desobstrução de parte da estrada, os Bombeiros da Ribeira Grande puderam dirigir-se para a Ribeira Quente.

17. Por tais razões, quanto à *"falta de coordenação de uma corporação de bombeiros que não teria sido mandada avançar"*, o Senhor Secretário concluiu que o Governo Regional não a aceita como recomendação principal. Mais referiu que não entende *"que se possa gravitar à volta de conceitos acessórios ou de situações que eventualmente não servem para a melhoria dos serviços e que podem ter outro tipo de interesses"*.

### **A intervenção dos helicópteros**

18. Na sua opinião, o relatório da Procuradoria põe a questão do helicóptero para 4º ou 5º plano, quando tinha sido *"o ponto de controvérsia inicial"*.

19. Confirma que o acesso à Ribeira Quente só se podia fazer por meios aéreos e que, mesmo assim, o helicóptero só poderia aterrar no local, depois de se ter improvisado um heliporto, o que efectivamente veio a acontecer pelas 11 horas.

20. Perante a questão de só se ter solicitado à Base Aérea o 2º helicóptero, pelas 13,30 horas e sem carácter de urgência, quando a prioridade de acesso à Ribeira Quente era por meios aéreos, o Senhor Secretário respondeu que, com a avaliação do primeiro helicóptero, na primeira viagem que fez ao local, *"verificou-se que os feridos, o material e as pessoas que podiam ser transportadas para lá, naquela primeira hora, estavam resolvidos"*.

21. Entretanto, quando se activou o 2º helicóptero, pelas 13:30 horas, ele avançou, *"mas teve um atraso em virtude de ter sofrido uma avaria, tendo o mesmo regressado"*. Quando, finalmente, se deslocou para S. Miguel, fez uma viagem demorada por haver vento desfavorável.

22. Realçou, também, o facto de o relatório da Provedoria não fazer reparo a atrasos do helicóptero, independentemente do Governo já ter admitido que

*"eventualmente, naquela primeira hora de recolha de material, poder-se-ia ter ganho meia hora".*

23. Referiu, ainda, que a operação da utilização do helicóptero só foi desencadeada depois de se saber efectivamente que eram necessários meios aéreos, o que de facto aconteceu entre as 7:15 e 7.30 horas. Mais informou que, após este momento e ao fim de 30 a 45 minutos, é que se estabeleceu contacto com a Base Aérea para se solicitar meios aéreos. Este intervalo de tempo foi preenchido com a necessária ponderação do pessoal da Protecção Civil que se reuniu para avaliar a situação e desencadear os mecanismos necessários.

24. Por outro lado, o tempo que mediou entre a disponibilidade do helicóptero e a sua partida para S. Miguel prendeu-se, principalmente, com a viagem dos dirigentes do SRPC, desde Angra do Heroísmo até às Lajes, e com a recolha de material. De facto, é neste intervalo de tempo, segundo a sua opinião, *"que poderá ter havido meia hora de fuga"*.

### **Transporte dos membros do governo**

25. O Senhor Secretário informou que o transporte dos membros do Governo para a Ribeira Quente só foi feito após a evacuação dos feridos estar consumada.

26. De facto, houve uma informação aos membros do Governo de que o helicóptero iria aterrar no campo de futebol nas Furnas. *"Logo após, surgiu outra informação a dizer que não era aconselhável o helicóptero aterrar lá, uma vez que o terreno não estava em boas condições e havia o perigo do Fojo causar alguma perturbação, face às condições climatéricas. Então, o Governo Regional dirigiu-se para o campo de golfe, ficando a aguardar que o helicóptero fizesse a evacuação dos feridos, para depois ser transportado"*.

27. A possível existência de um civil que terá dado "ordens" ao comandante do helicóptero, no entendimento do Senhor Secretário, não parece ser razoável, nem pode traduzir as indicações do SRPC. Na sua opinião, o comandante não devia aceitar qualquer tipo de orientação dessa natureza, o que constitui matéria que não compete ao Governo Regional averiguar.

## **B - Audição ao Senhor Presidente da Câmara do Concelho da Povoação**

### **Apreciação geral do Relatório da Provedoria**

28. O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que o Relatório do Provedor de Justiça, que resultou de meia hora de reunião com os dois auditores e de "*muitas poucas notas*" por eles registadas, é extremamente ligeiro e até pretencioso nas suas conclusões, face a assunto que, no seu entender, é muito sério.

### **Comissão Local de Protecção Civil (CLPC)**

29. Quanto à CLPC, informou a Comissão de que ela existe, embora formalmente não esteja homologada. Ela é constituída pelo Presidente da Câmara da Povoação e Adjunto para a Protecção Civil e pelos representantes da Direcção Regional das Obras Públicas, dos Serviços de Acção Social, do Centro de Saúde, da EDA, dos Serviços Agrícolas e, quando em caso de necessidade, são ainda envolvidos a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e as Associações de Lavradores. Acrescentou ainda que a CLPC, embora exista e actue, no entanto, não reúne. E assim acontece, porque, na sua opinião, as acções que ela implementa "*não passam ainda pela CLPC, a não ser quando em acção concreta de terreno*", por considerar que se trata de "*uma comissão extremamente operativa*". E para que ela funcione melhor, considera que é necessário, primeiramente, atingir "*o nível de concepção*". Se esse nível "*não está a ser feito ou está a ser deficientemente feito, é evidente que a CLPC tem mais dificuldade de operação e de execução*".

Na sua opinião final, acerca de CLPC, referiu que ela funciona, apesar dos conflitos evidenciados.

### **Rede de comunicações da Câmara Municipal**

30. No campo das comunicações, informou que, desde 1994, o concelho dispõe de um centro coordenador de comunicações na Câmara Municipal e outro no quartel dos Bombeiros da Povoação, bem como de centros emissores em quatro juntas de freguesia (Água Retorta, Faial da Terra, Furnas e Ribeira Quente) e de rádios em todas as viaturas, não só da Câmara, como também nas dos Bombeiros da Povoação.

## **Plano Municipal de Emergência (PME)**

**31.** No seu entender, um PME tem fases para as quais a CLPC não está preparada, e que se organizam da seguinte forma: caracterização científica da situação; ordenamento do território; definição de estratégias de intervenção para a diminuição das consequências ou para a prevenção de riscos; inventariação dos recursos necessários a afectar; organização final do plano local de emergência. Não obstante a 1ª fase não estar realizada, o Senhor Presidente, na qualidade de Presidente da CLPC, diz ter contribuído com *"todos os seus esforços para que esta caracterização científica se venha a fazer, e de alguns anos a esta parte"*, tendo pedido, inclusivamente, a elaboração da carta de riscos do Concelho da Povoação. Nesta ordem de ideias, a Câmara Municipal, a partir de Setembro passado, admitiu um geógrafo nos seus serviços. Tem ainda colaborado intensamente com técnicos da Universidade dos Açores, nomeadamente, na implementação da rede de vigilância vulcânica. Também referiu que *"desde 1994, há dezenas e dezenas de ofícios a chamar a atenção dos diferentes responsáveis governamentais para a necessidade de limpeza de leitos de ribeiras, para a necessidade de cortes de árvores e, por outro lado, para a necessidade de arborizações de determinados espaços"*.

**32.** Não obstante as diligências referidas no número anterior, o Senhor Presidente da Câmara sustenta que não há condições para se fazer um PME, a não ser que seja *"para estar no papel"*. Na sua opinião, primeiro há que começar pela caracterização científica e ordenamento do território e, só depois, é que se poderá partir para a elaboração do plano de emergência. Considera, também, que *"a grande virtude do plano de emergência é a actuação ou a possibilidade de uma actuação preventiva sobre o terreno, ou seja, à medida que os estudos vão sendo elaborados, há formas, há actuações imediatas que levam a atitudes de prevenção"*, sendo para estas que mais gosta de trabalhar.

**33.** Em relação a esta matéria, acusou o Governo anterior de não ter divulgado o resultado dos estudos que integraram o Projecto Vulcão/Furnas. Trata-se, na sua opinião, do único estudo que existe sobre o Concelho da Povoação que poderia levar a um Plano de Emergência das Furnas, pelo que a CLPC fica inibida de fazer um bom

trabalho. Refere, também, como decisão do Governo anterior, a elaboração do plano de ordenamento da Lagoa das Furnas e, do actual Governo, a decisão, em Janeiro de 1997, de se realizar um plano de ordenamento da bacia hidrográfica da Povoação, desconhecendo em que fase se encontra. Concluiu, ainda, que apesar das acções que desencadearam e dos documentos que já possuem, não se sentem "*capazes de realizar um plano na realidade, um plano concreto, um plano capaz*".

### **Transferência de comando**

34. Em relação à acusação de que "*o Presidente da CLPC usurpou a cadeia de comando*" e de ter, assim, violado o disposto no nº 5 do artigo 18º, da Lei de Bases da Protecção Civil, refere que, no seu entender "*quem está errado*" é o comandante dos Bombeiros da Povoação que, não querendo que o Presidente da Câmara se relacionasse com o presidente do SRPC, quer ele próprio relacionar-se directamente com o Inspector dos Bombeiros. Na opinião do Senhor Presidente da Câmara, o que o Comandante pretende não está de acordo com a legislação em vigor, porque, de facto, ele, enquanto Comandante dos Bombeiros da Povoação, tem que passar pela coordenação do CCO da Ribeira Grande. Considera que, na qualidade de Presidente da CLPC, não tem que se relacionar com o CCO da Ribeira Grande ou com o seu Delegado, mas sim, directamente, com o Presidente do SRPC.

35. Destacou, também, o facto de o relacionamento entre o Presidente da CLPC e os Bombeiros da Povoação se fazer através do Adjunto do Presidente da Câmara para a Protecção Civil que, simultaneamente, desempenha as funções de Ajudante de comando dos Bombeiros da Povoação. Na sua opinião, não há conflito com os Bombeiros da Povoação, porque sempre funcionou assim.

36. Mais referiu que foi o Comandante, em coordenação com o Adjunto do Presidente da Câmara para a Protecção Civil e também Ajudante de Comando, que deu ordens aos bombeiros para seguirem, até uma determinada fase. O único pedido que fez aos bombeiros, foi para saírem de casa, e fê-lo por motivos que se prenderam com a obstrução das estradas. De qualquer forma, o Comandante dos Bombeiros estava não só em contacto directo com os bombeiros, como também comunicava na rede interna da Câmara Municipal.

## Articulação do Presidente da Câmara da Povoação com o Serviço Regional de Protecção Civil Açores e CCO da Ribeira Grande

37. Nas primeiras horas do dia da calamidade, diz ter expressado a sua opinião, junto do Presidente do SRPC, de que os Bombeiros da Ribeira Grande e da Vila Franca deveriam avançar para a Ribeira Quente, enquanto que os da Povoação e do Nordeste para o Faial da Terra.

38. Quanto ao facto dos Bombeiros da Povoação chegarem atrasados à Ribeira Quente, o Presidente da Câmara remete a questão para o Senhor Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande, porque considera que este é que tem a superintendência no funcionamento dos Bombeiros da Povoação, por estarem integrados no CCO da Ribeira Grande. E isto, na sua opinião, só pode ter sido consequência do alheamento completo do comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande.

39. Quanto aos conflitos que o Senhor Presidente da Câmara da Povoação tem com o Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande, resultantes das competências que o CCO da Ribeira Grande e respectivo Delegado têm no Concelho da Povoação, transcreve-se a seguir, integralmente, parte das declarações que prestou em relação a esta matéria:

*"Quando na vigência do mandato anterior foram criadas duas delegações de protecção civil em São Miguel, elas, nomeadamente a delegação da Ribeira Grande, recebeu de imediato a minha frontal discordância, porque em primeiro lugar, foram atribuídas a esses delegados, as competências para darem pareceres sobre obras particulares.*

*Eu entendia que o trabalho que até aí vinha a ser feito pelos Bombeiros da Povoação, era um trabalho competente, digno e que devia ser respeitado.*

*Que o Governo quisesse criar um delegado à Protecção Civil ou do Serviço Regional de Protecção Civil na Ribeira Grande, era lá com ele.*

*Que lhe desse competências que vinham retirar competências aos Bombeiros da Ribeira Grande, que vinham diminuir a dignidade*



*funcional dos Bombeiros da Povoação, aí é que eu não podia estar de acordo. Aí é que eu não podia estar de acordo e referi isso por escrito mais do que uma vez.*

*A partir desse momento, a minha atitude foi:*

*O Sr. Comandante de Bombeiros da Ribeira Grande é o Sr. Comandante de Bombeiros da Ribeira Grande. Enquanto delegado à protecção civil, não tem nenhuma relação com o Presidente da Câmara ao mesmo tempo Presidente da Comissão Local de Protecção Civil.*

*Esta é que é a grande questão, porque de acordo com a lei, o Presidente da Comissão Local de Protecção Civil não tem que relacionar-se com uma estrutura intermédia entretanto criada pelo Governo.*

*O Presidente da Câmara, de acordo com a lei e esgotados os equipamentos e os meios existentes no concelho, face a uma determinada situação, tem a obrigação funcional de relacionar-se de imediato com o Serviço Regional de Protecção Civil, ou seja, com o seu Presidente.*

*Aqui é que se diz que o Presidente da Câmara da Povoação põe em causa as hierarquias.*

*Não põe nada. A lei é clara.*

*O Presidente da Comissão Local de Protecção Civil perante uma dada situação, ajuizada uma determinada situação, vistos os meios de que dispõe, necessitando de outros, comunica de imediato ao Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil.*

*Aqui há uma luta de interesses pelo poder, é evidente. E toda a gente na Ilha de São Miguel conhece isto.*

*O conflito de poderes é este.*

*Eu não dou espaço!*

*Quero que isto fique muito claro, porque nunca o dei. Eu não dou espaço ao delegado da Protecção Civil no Concelho da Ribeira Grande na sua actuação no Concelho da Povoação.*

*Não dou espaço por duas razões, isto é, porque sempre estive em desacordo com a criação daquele lugar e porque é minha obrigação, enquanto Presidente da Comissão Local de Protecção Civil, coordenar, superintender e executar as tarefas da protecção civil.*

...

*O que eu não deixo — e isto se calhar é o pior de toda a questão, mas aí vai desculpar-me porque é por obrigação própria — é que o Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande venha mandar, venha coordenar a acção da Protecção Civil. Mas isso não é uma atitude conflituosa. É a minha obrigação.*

*Eu tenho a obrigação, de acordo com a lei, de exercer funções de coordenação e superintendência.*

...

*Até Dezembro de 93, o Presidente da Câmara tinha uma determinada actuação, deixava espaço de manobra e eu entendo que por obrigação funcional e legal, devo assumir as minhas competências. É tão simples como isto. Isto é que é a objectividade da questão.*

...

*Se quiser vou dizer-lhe assim para que isto fique esclarecido de uma vez por todas: há incompatibilidades formais, não há incompatibilidades reais, pelo menos do meu lado, do nosso lado. "...*

**40.** No que respeita ao relacionamento com o SRPC, o Presidente da Câmara informou que por volta das cinco e meia, seis horas - no início da manhã - a sua relação passou a ser com o Presidente do SRPC e, a partir daí, desvinculou-se da relação com os bombeiros.

### **Transporte do Presidente da Câmara da Povoação e seu Adjunto, desde a Vila da Povoação até à Ribeira Quente**

**41.** Em relação ao seu transporte e do seu Adjunto para a Protecção Civil, desde a Vila da Povoação até à Ribeira Quente, descreve os acontecimentos da seguinte forma:

*"A determinada altura há uma hemodializada na Povoação que necessita naquele mesmo dia de fazer hemodiálise.*

*As estradas estavam todas obstruídas.*

*Há uma comunicação através do meu Adjunto para Ponta Delgada solicitando a opinião do médico dessa senhora.*

*Nós não sabemos bem quem é que dá ordem ao helicóptero para parar na Ribeira Quente e vir à Povoação. Nem sequer via rádio percebemos quem é que deu essa ordem.*

*O certo é que parece que o helicóptero recebe uma orientação ou do médico ou de uma outra pessoa qualquer que tem que vir buscar a hemodializada à Povoação.*

*Entretanto, esse médico vai aos Bombeiros de Ponta Delgada e pede-me — aí eu já estava nas comunicações — que eu chame um médico do hospital. Eu chamei o médico e estiveram a entender-se, viram o quadro clínico da senhora e repararam que ela não necessitaria de sair da Povoação para ir a Ponta Delgada fazer a hemodiálise.*

*Entretanto, como o helicóptero tinha recebido ordens para vir à Povoação, eu aproveitei o mesmo para chegar à Ribeira Quente.*

...

*Eu, logo muito cedo, tinha entrado em contacto com o Sr. Presidente do Governo que estava nas Furnas e disse ao comandante — aliás, isso está por escrito não há nada a esconder e julgo que o Presidente do Governo tinha toda a necessidade de chegar o mais rápido possível à Ribeira Quente —: "eu sei que o Presidente do Governo está nas Furnas. Se pudéssemos fazíamos o desvio às Furnas e íamos para a Ribeira Quente". Isto foi tão rápido que demorou 13 minutos de diferença.*

*Quando nós chegámos às Furnas, de facto, o Sr. Presidente do Governo já não estava, mas atenção, não fui eu que dei ordem ao helicóptero para ele ir às Furnas.*

*Eu recordo-me perfeitamente que o Sr. Comandante subiu na Povoação e pediu autorização — parado em cima — para duas situações, primeiro para me levar e segundo para ir às Furnas e recebeu orientações, não sei de quem, para me levar a mim e ao meu adjunto e para ir às Furnas.*

*Entretanto, não encontrámos o Presidente do Governo.*

...

*Chegámos às Furnas - ninguém nos mandou sair — houve um rapaz que eu vi que se dirigiu ao Sr. António José que estava no Centro de Comunicações das Furnas para ver se o Sr. Presidente do Governo ainda lá estava — isto demorou dois ou três*

*minutos, ou 5 minutos, não sei porque era tudo tão rápido — volta a dizer que ele já não estava lá e então seguimos para a Ribeira Quente. "...*

## **C - Audição do Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande**

### **CCO da Ribeira Grande**

42. O Centro de Coordenação Operacional da Zona 1, com sede na Ribeira Grande, incluía na sua área de coordenação os concelhos da Ribeira Grande, Nordeste e Povoação, podendo accionar as corporações de bombeiros voluntários destes concelhos, bem como, ainda, a secção da Lomba da Maia, sempre que se estivesse perante uma situação que carecesse de ajuda de uma corporação exterior a um desses concelhos. Na opinião do Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, o poder de coordenação que lhe estava atribuído assim funcionou até à reunião de 11 de Setembro, que decorreu no quartel dos Bombeiros da Ribeira Grande, onde estiveram presentes, para além dele próprio, o Senhor Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores (SRPCA) Tenente Coronel Vasco Capaz, o Senhor Inspector Adjunto, Senhor Luís Pinheiro, o Comandante dos Bombeiros de Nordeste, Senhor Daniel Calhau, e o 2.º Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande, Senhor Dr. Mário Simas. Nesta reunião, ficou determinado pelo Presidente do SRPC que, a partir daquele momento, o Comandante Operacional e os Bombeiros da Ribeira Grande ficavam proibidos de intervir no concelho da Povoação, a não ser que a sua intervenção fosse solicitada pelo Comandante dos Bombeiros da Povoação, pelo Presidente da Comissão Local da Protecção Civil da Povoação (CLPC), ou, ainda, por ordem directa da Inspeção Regional dos Bombeiros.

43. Referiu ainda que, embora essas ordens não tivessem sido dadas por escrito, não se sentia autorizado a entrar no concelho da Povoação porque, se o fizesse, não estaria a cumprir o que estava determinado superiormente, tanto mais que das reuniões ocorridas na Zona Operacional, ao longo do ano (1997), nunca chegou a ser redigida qualquer acta.

44. A corroborar as suas afirmações nesta matéria, apresentou à Comissão duas declarações escritas e assinadas, uma pelo Comandante dos Bombeiros de Nordeste e a outra pelo 2º Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande, e que ficam anexas a este relatório. Nelas se afirma que participaram na dita reunião de 11 de Setembro e que, testemunham o facto de o Senhor Presidente do SRPC/Inspector Regional ter determinado que, a partir daquela data, o Corpo de Bombeiros da Ribeira Grande apenas poderia intervir no Concelho da Povoação quando, para o efeito, fosse solicitado pelo Comandante dos Bombeiros da Povoação, Presidente da CLPC (Povoação) ou por ordem directa da Inspeção Regional de Bombeiros.

45. Perante a acusação que lhe tem sido feita por alguns responsáveis da Protecção Civil na Região, de que, *"apesar de toda e qualquer dependência orgânica existente nas estruturas operacionais da Inspeção Regional de Bombeiros, caberia, sempre e em qualquer circunstância, a capacidade de decidir da sua intervenção se entendesse estar em risco a vida humana"*, respondeu que o problema estava exactamente no facto de lhe terem dito que a Corporação de Bombeiros da Ribeira Grande não interveria, de forma alguma, no Concelho da Povoação, sem haver pedido de auxílio das entidades já referidas. Na sua opinião, cumpriu *"à risca"* aquilo que lhe determinaram.

46. Mais referiu, que, não obstante a natureza e determinação da ordem que lhe foi dada, desde muito cedo se disponibilizou à CLPC e aos Bombeiros da Povoação para partir para a Ribeira Quente mas, nunca obteve qualquer resposta. As tentativas que fez a disponibilizar-se, usando para tal a rede de comunicações da Protecção Civil, podem ser testemunhadas por todos aqueles que presenciaram as operações que se desenvolveram no Centro de Coordenação da Ribeira Grande, nomeadamente, o Senhor Vereador da Câmara Municipal da Ribeira Grande, o 2º Comandante, os Ajudantes de Comando, os chefes e os operadores de serviço.

#### **A reconfirmação da cronologia dos acontecimentos**

47. Toda a cronologia dos acontecimentos registada no Relatório da Provedoria de Justiça foi reconfirmada pelo Senhor Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande.

No entanto, aproveitou o momento para melhor precisar e clarificar algumas situações.

**48.** As comunicações no CCO da Ribeira Grande são feitas pela operadora de serviço, Senhora D. Maria do Carmo, podendo ela confirmar a veracidade dos dados aqui declarados.

**49.** Às 6 horas do dia 31 de Outubro, os Bombeiros da Ribeira Grande encontravam-se prontos para avançar para onde fosse necessário. De facto, o seu trabalho começou pelas 2 horas da manhã, no Concelho da Ribeira Grande, envolvendo 59 homens e 2 máquinas. Pelas 6 horas, as situações problemáticas naquele concelho estavam ultrapassadas, pelo que poderiam regressar a casa, mas não o fizeram porque, desde logo, se aperceberam da gravidade da situação no Concelho da Povoação.

**50.** Tornou a confirmar que às 6.10 horas comunicou com os Bombeiros da Povoação e com a IRBA a dar conta da gravidade do que se passava na Ribeira Quente, bem como da existência de feridos e mortos.

**51.** Confirmou também que o operador de serviço na Povoação, ao receber esta mensagem, comunicou à Ribeira Grande que o Comandante dos Bombeiros da Povoação e o Senhor Presidente da Câmara não estavam presentes. Daí que solicitou aquele operador que os chamasse o mais rápido possível, pois o Corpo de Bombeiros da Ribeira Grande estava disponível e preparado para partir.

### **A avaliação dos acontecimentos**

**52.** O Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande referiu que o grande erro foi a má avaliação que a CLPC da Povoação fez e transmitiu ao SRPC. De facto optou-se por dar prioridade a outros sítios, quando os trabalhos que aí se realizaram podiam ter sido feitos mais tarde.

**53.** Apenas pelas 7:29 horas, é que a IRBA, por solicitação do Senhor Presidente da Câmara da Povoação, ordenou aos Bombeiros da Lomba da Maia (3ª secção dos B.V. da Ribeira Grande) para partirem para o Faial da Terra.

**54.** Na sua opinião, o SRPC ou a IRBA, cedeu ao pedido do Presidente da Câmara da Povoação, apesar de já ter alertado estas entidades que o trabalho mais grave

estava na Ribeira Quente e que não fazia sentido socorrer em primeiro lugar o Faial da Terra.

55. Mais referiu que, durante o tempo que decorreu desde o momento da inteira disponibilidade dos Bombeiros da Ribeira Grande (6:00 horas), até à altura em que foram solicitados para intervirem na Ribeira Quente (8:15 horas), desenvolveu-se algum diálogo através dos meios de comunicação da Protecção Civil.

56. A esse respeito, informou que ele e outros presentes ouviram o Senhor Presidente da CLPC da Povoação a solicitar à IRBA a intervenção dos Bombeiros de Nordeste no Faial da Terra. A essa solicitação, o operador de serviço na IRBA pediu ao Senhor Presidente da Povoação que entrasse em contacto com os Bombeiros da Ribeira Grande, ao que respondeu apenas que queria falar com o Presidente do SRPC.

57. O Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande, sabendo que o Presidente do SRPC não se encontrava ainda presente, tentou, naquela altura, comunicar por três ou quatro vezes, com o Presidente da Câmara da Povoação, pondo-se à sua disposição, mas do qual não obteve qualquer resposta. Este episódio, para o Comandante dos Bombeiros, não está esclarecido, no que diz respeito ao que se terá passado naquele momento com a rede de comunicações da Povoação. Hoje já se sabe qual foi a razão de não se conseguir falar, mas na altura quando foi ouvido ainda não sabia.

### **A obstrução dos Caminhos**

58. A obstrução dos caminhos, na sua opinião, não é explicação para a solicitação tardia dos Bombeiros da Ribeira Grande. Eles foram transportados de carro até onde foi possível e depois, com o "*material às costas*", continuaram a pé, até à Ribeira Quente, trilhando os caminhos que foram utilizados aquando do exercício simulado que ocorreu na estrada de acesso àquela freguesia.

Mais disse que apenas encontraram duas obstruções, entre o Campo de Golfe e a Freguesia das Furnas, as quais foram facilmente ultrapassadas, o que já não aconteceu nas obstruções junto aos túneis da Ribeira Quente.

59. Em relação a essa matéria, referiu que, às 6.00 horas, a estrada do norte do Concelho da Ribeira Grande estava totalmente desobstruída, fruto do trabalho que desenvolveram durante toda a noite.

### **Cadeia de Comando**

60. Na opinião do Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande, a quebra da cadeia de comando não se faz apenas do Presidente da CLPC da Povoação para com o Comando dos Bombeiros da Povoação, mas também para com o comando Operacional da Ribeira Grande, porque se considera, também, responsável por aquela zona (concelho da Povoação).

61. Em relação ao facto do Adjunto do Presidente da Câmara para a Protecção Civil ser o Ajudante de Comando dos Bombeiros da Povoação, teceu as seguintes considerações:

*"O Senhor Comandante da Povoação tem uma só pessoa para o ajudar, que é o Ajudante de Comando, porque o quadro dos Bombeiros da Povoação não prevê um 2º Comandante, nem tão pouco neste momento tem chefes, nem subchefes, porque é uma corporação nova. Portanto, quando alguém tirar o Ajudante de comando ao Senhor Comandante, ele fica só e somente. Para além desse inconveniente que traz ao Corpo de Bombeiros da Povoação, traz também inconvenientes a nível de chefias quando há intervenção dos outros corpos de bombeiros ... . Julgo que este é um problema que já foi discutido a nível de chefias ... . É a questão do Ajudante da Povoação, ou ele é uma coisa ou é outra, as duas coisas ao mesmo tempo é que não é, porque no momento da catástrofe para que é que serve um homem, neste caso o Ajudante de Comando, se o seu Comandante pode dispôr dele durante um ano, mas quando aparece uma situação de maior dimensão ele não tem ninguém para o ajudar, fica sózinho. Foi isto que aconteceu na Povoação e a nível de chefias o Sr. Comandante estava sózinho e não tinha mais ninguém".*

### **Rede de Comunicações**

62. Informou que a rede de comunicações da Câmara Municipal da Povoação apenas abrange um concelho, não possibilitando a comunicação para fora dele.



Efectivamente, é a rede da Protecção Civil o único meio de comunicação que abrange uma área mais vasta e que, naquele dia, funcionou bem pois, de facto, todos puderam ouvir as comunicações da Povoação com a Terceira.

63. O facto do rádio da Protecção Civil da Povoação estar localizado no Quartel dos Bombeiros e não na Câmara Municipal, na sua opinião, não pode ser o motivo para se justificar as falhas na comunicação, porque, no caso concreto da Ribeira Grande, o rádio sempre esteve no Quartel dos Bombeiros e, no entanto, tais falhas não acontecem por existir respeito mútuo pelas competências de cada um.

### **Viagem do helicóptero à Povoação**

64. No que se refere ao transporte para a Ribeira Quente, por helicóptero, do Senhor Presidente da Câmara da Povoação e do seu Adjunto, o Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande manifesta a sua surpresa pelo facto de o helicóptero, em vez de levar apenas essas duas pessoas, não ter transportado também alguns bombeiros da Povoação. Tal episódio, na sua opinião, vem provar a *"descoordenação e o desaproveitamento do momento"*, quando o Senhor Presidente já sabia que não havia possibilidades de se chegar por terra a partir da Povoação. Em relação a esta matéria, teceu ainda as seguintes considerações:

*"... Se eles (Presidente da Câmara e Adjunto para a Protecção Civil) avançam (para a Ribeira Quente, de helicóptero) sem levar os bombeiros, vão coordenar o quê? Se não está lá ninguém, porque em princípio não sabiam se os Bombeiros da Ribeira Grande tinham chegado lá ou não, ... o que é que vão lá fazer? Isto é a mesma coisa que ir apagar fogo sem levar mangueira".*

### **D - Audição do Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários da Povoação**

#### **Cadeia de Comando**

65. O Senhor Comandante dos Bombeiros da Povoação confirmou que houve, de facto, interferência na cadeia de comando. O Presidente da Câmara chega pelas 6:15 horas ao quartel dos bombeiros, apesar de ter estado a coordenar as operações no concelho desde as 2:15 horas. Assume pessoalmente o controlo das comunicações e,

quando abandona o quartel, nada lhe comunica. Considerou também que as instalações não são as melhores, porque as duas redes de comunicação estão nos Bombeiros e até achou, na altura, que o comando estaria bem entregue e que não faria melhor. Tais considerandos levaram-no a não querer criar "*confusões*".

**66.** Confirmou também que ouviu o Presidente da CLPC comunicar e que o operador desse serviço teria sugerido que entrassem em contacto com a Ribeira Grande, mas que o Presidente respondera que pretendia falar directamente com o Presidente do SRPC.

**67.** O Comandante da Povoação clarificou também que o Presidente da Câmara não assumiu o Comando dos Bombeiros, mas em contrapartida possuiu a direcção dos meios e deixou de se relacionar com ele, enquanto comandante dos Bombeiros. Tais factos terão sido responsáveis pela falta de coordenação, uma vez que é o Presidente da Câmara que está no comando das operações. Mais referiu que, por diversas vezes, se sentiu desautorizado, tal como aconteceu quando ele próprio estava, via rádio, a comunicar com o Comandante de Nordeste a tentar resolver o problema da cedência de uma moto-bomba e que o Presidente da Câmara se intrometeu nas comunicações, não lhe dirigindo qualquer referência, na tentativa de ser ele a resolver o assunto que estava a ser tratado entre os dois Comandantes.

**68.** O facto do Senhor Presidente da Câmara ter como Adjunto para a Protecção Civil o Ajudante de Comando dos Bombeiros da Povoação faz diminuir a capacidade de intervenção da Corporação de Bombeiros. Nas alturas das catástrofes o Adjunto de Comando, em vez de estar ao lado do Comandante, está a acompanhar o Presidente da Câmara.

### **CCO da Ribeira Grande**

**69.** Referiu também que ouviu o comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande a disponibilizar-se para avançar para a Ribeira Quente e que "*de facto, por ordens do Senhor Presidente da Câmara*" é que isto não foi possível acontecer. Aliás, o Senhor Presidente nem queria ouvir o Comandante da Ribeira Grande. Mais disse que ele próprio não solicitou a interveção dos Bombeiros da Ribeira Grande porque não tinha acesso aos rádios e não se podia interpor nem "*faltar ao respeito à entidade máxima*

*do Concelho*". No entanto, afirmou que se estivesse no lugar do Presidente da CLPC, teria de imediato solicitado a intervenção dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande.

70. Numa reunião realizada na 1ª semana de Janeiro/98 onde esteve presente, também o Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários da Povoação, o Presidente da Câmara disse, mais do que uma vez, que não queria nada com os Bombeiros da Ribeira Grande. Na sua opinião, admira a posição do Presidente da Câmara ao não querer que uma força exterior coordene as operações dentro do seu Concelho, mas considera que são ordens superiores, as quais determinam que em situações de maior gravidade a coordenação das actuações dos corpos de bombeiros deva ser feita pelo Comandante do CCO da Ribeira Grande. Diz não estar contra esta determinação e que quem tem esse problema é o Sr. Presidente da Câmara.

### **Avaliação**

71. É de opinião que o trabalho que os Bombeiros da Povoação desenvolveram no seu concelho foi importante, mas que, em termos de prioridade, era a Ribeira Quente que, com feridos e mortos, estava em primeiro lugar

### **Viagem do Helicóptero à Povoação**

72. Perante o facto de os Bombeiros da Povoação não terem aproveitado a passagem do helicóptero pela Povoação para serem transportados para a Ribeira Quente, referiu que não tinha conhecimento da viagem do helicóptero e que o Presidente da Câmara não teve com ele qualquer conversa nesse sentido.

### **Intervenção dos Bombeiros da Povoação na Ribeira Quente**

73. Apenas chegam às 16 horas à Ribeira Quente, porque aguardam não só a desobstrução das estradas, mas também que o Presidente da Câmara, que partira para a Ribeira Quente, sem que houvesse qualquer diálogo com ele, os coordenasse.

### **CLPC da Povoação**

74. Considerou ainda que não houve, superiormente, qualquer coordenação dos Bombeiros da Povoação e que, embora aceite que o Presidente da Câmara seja a autoridade máxima no Concelho, no entanto, não lhe reconhece competência no âmbito da Protecção Civil. Mostrou, também, a sua surpresa pelo facto do Presidente da Câmara, na já referida reunião de 15 de Janeiro, lhe ter dito que *"não precisa de reuniões da CLPC"* porque tudo resolve pontualmente e que, também, *"não precisa de falar com o Comandante da Povoação"*.

### **Relatório da Provedoria de Justiça**

75. O Comandante dos Bombeiros da Povoação informou a Comissão que não foi prestar declarações para o Relatório da Provedoria de Justiça por motivos pessoais e de força maior, mas que solicitara ao seu Ajudante que o substituísse.

## **CAPÍTULO III**

### **Apreciação Global**

### **As críticas e recomendações do Relatório da Provedoria de Justiça**

76. No dizer do Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, não há contradições entre as conclusões do Governo e as do Relatório da Provedoria de Justiça, mas, apenas, interpretações divergentes. Contudo, no decorrer das audições, foram por ele tecidas duras críticas, às quais se associou o Senhor Presidente da Câmara da Povoação, às conclusões daquele relatório. Entende a Comissão que tais críticas, embora da inteira responsabilidade de quem as fez, foram despropositadas atendendo a que, ou não estão de acordo com o que diz o Relatório do Senhor Provedor, ou apenas pretendem evidenciar aspectos de pormenor de somenos importância. As críticas referidas não podem, de forma alguma, desvalorizar o alcance e as vantagens das recomendações daquele relatório. (ver nºs 3 e 28)

77. O Governo Regional mandou instaurar um processo de averiguações, como recomendava o Relatório da Provedoria, a par do cumprimento de outras recomendações, em cursos umas, já resolvidas outras. É de registar, também, que o

Governo, através do Sr. Secretário Regional, se mostrou sensível e determinado a contribuir para um sistema de Protecção Civil mais eficaz onde assumirá especial relevância a rede de comunicações e a sensibilização das Câmaras Municipais para a elaboração dos Planos Municipais de Emergência (PME's). (ver nºs 5, 6 e 7)

### **CECORP e violação da cadeia de comando**

78. No que respeita à crítica que o Relatório do Sr, Provedor de Justiça dirige ao Governo Regional no sentido de ter sido o Presidente do SRPCA a presidir ao CECORP, em vez do Sr. Presidente do Governo Regional, ou de um Secretário Regional em quem delegasse (violação ao disposto no nº1 do artigo 9º do Decreto Reg. Regional nº 33/87/A, de 24 de Novembro), não encontramos nas declarações do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos argumentos claros que contrariem objectivamente a crítica e a recomendação que, nesse sentido, foram formuladas pela Provedoria de Justiça.

Fica, assim, no mínimo, a dúvida instalada, havendo, por isso, necessidade do Governo Regional reflectir e clarificar esta questão porque, e como diz o Relatório da Provedoria, importa definir tarefas e rotinar procedimentos. (ver nº 11)

### **Centro de Operações Permanente**

79. Ao contrário do que o Senhor Secretário diz no ponto **12**, o Relatório da Provedoria não recomenda um CECORP permanente, mas sim que *"seja criado no âmbito do SRPC um centro de operações a funcionar em permanência, em regime de turnos, para permitir o acompanhamento constante da situação e a activação oportuna do CECORP"*. A análise objectiva da actuação da Protecção Civil nas primeiras horas a seguir à calamidade de 31 de Outubro deverá contribuir, certamente, para que o Governo Regional saiba reconhecer os benefícios daquela recomendação, ao contrário de sustentar a sua posição numa visão restritiva da lei.

De facto, o Decreto Regulamentar Regional nº 33/87/A, de 24 de Novembro, designadamente o artigo 29º, não nos parece restringir a criação de um centro de operações permanente. Além do mais,

- a forma como foram avaliadas as informações colhidas, na manhã de 31 de Outubro;
- o demasiado tempo que se levou a tomar decisões;
- a já conhecida vulnerabilidade das comunicações;
- a nossa realidade insular;

constituem razões que justificam, plenamente, a existência de um centro de operações permanente com capacidade de avaliação e de decisão, designadamente nos domínios da intervenção e da coordenação. A necessidade de se introduzir na orgânica da Protecção Civil esta inovação ficou melhor evidenciada com a forma como actuou a Protecção Civil aquando da calamidade da Ribeira Quente, a 31 de Outubro.

De facto, o CCO da Ribeira Grande ao ter ficado impedido, a partir de 11 de Setembro de 1997, de coordenar as operações das corporações de bombeiros no Concelho da Povoação, veio potenciar as lacunas e dificuldades que já existiam ao nível da Protecção Civil. Mesmo que a autonomia de CCO da Ribeira Grande tenha sido já reposta ao nível em que se encontrava antes de 11 de Setembro, não se justifica de forma alguma que o SRPC não venha, mesmo assim, a dispor de um centro de operações permanente e em regime de turnos. (ver nºs 12 e 14)

### **Avaliação da situação**

**80.** A evidência que o Senhor Secretário põe na dificuldade que os responsáveis pela Protecção Civil tiveram em recolher informações do que aconteceu na Ribeira Quente, só tem razão de existir, enquanto constituir justificação para o atraso verificado na acção da Protecção Civil, no tempo que decorreu desde a hora da ocorrência da catástrofe, até, sensivelmente, às seis horas. De facto, a partir desta hora, o SRPC passou a ter conhecimento da dimensão da catástrofe, como se pode comprovar pelas afirmações contidas neste relatório.

Uma deficiente avaliação do que se estava a passar na Ribeira Quente poderá estar na origem da lentidão da resposta dos meios aéreos.

De facto, quando a Força Aérea tinha disponibilizado um helicóptero e um aviocar, não se compreende que o primeiro helicóptero descole muito tarde, e apenas para transportar pessoal dirigente do SRPC e, muito mais tarde ainda, é que parte o

segundo helicóptero. Nesta matéria, não há novos dados introduzidos nem os argumentos utilizados pelo Senhor Secretário Regional justificam a demora excessiva na utilização dos meios aéreos.

Continua-se a não compreender que o SRPC/IRBA tenha solicitado a intervenção da 3ª secção dos Bombeiros da Ribeira Grande para o Faial da Terra, quando todas as informações indicavam que as consequências de maior gravidade se localizavam na Ribeira Quente.

Quando o Senhor Presidente da Câmara da Povoação não solicita directamente a intervenção dos Bombeiros da Ribeira Grande na Ribeira Quente, efectivamente a corporação melhor situada e apetrechada para actuar naquela situação, nem reage, incompreensivelmente, à disponibilidade que, por diversas vezes, aquela corporação apresentou, por via rádio, nem solicita ao Comandante da Povoação que faça o pedido, sabendo, para agravamento da situação, que o Presidente do SRPC não se encontrava presente, certamente que actuava com base numa subavaliação da situação ou, então, sobrepôs as suas incompatibilidades com os comandantes bombeiros aos superiores interesses e direitos de segurança da população do Concelho da Povoação. (ver nºs 9, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 37, 38, 39, 40, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57 e 71)

### **O CCO e a Corporação de Bombeiros da Ribeira Grande**

**81.** A nota negativa que o Senhor Secretário Regional atribui aos Bombeiros da Ribeira Grande, por não terem acudido atempadamente a Ribeira Quente, destoa completamente do teor da apreciação que o Relatório da Provedoria de Justiça fez àquela corporação de bombeiros. As declarações que, nesse sentido, foram proferidas pelo Senhor Secretário estruturam-se da seguinte forma:

- a) Os Bombeiros da Ribeira Grande, afinal, poderiam intervir, independentemente de quaisquer ordens contrárias;
- b) Nunca houve directiva escrita que pudesse ser invocada pelo Comando da Ribeira Grande para justificar o atraso da partida para a Ribeira Quente, mas sim uma mera reflexão que ocorreu no âmbito de um Conselho Regional dos Bombeiros;

c) Os Bombeiros da Ribeira Grande não partiram para a Ribeira Quente, não por estarem à espera de ordens, mas sim porque as estradas estavam obstruídas.

Por esta análise, não se clarifica se, afinal, os Bombeiros da Ribeira Grande não partiram, atempadamente, para a Ribeira Quente se:

a) por incompetência operacional;

b) por sustentarem a sua posição numa simples reflexão que se terá confundido com uma ordem;

c) apenas, porque as estradas estavam obstruídas.

Porém, a análise cruzada das declarações que, também nesta matéria, foram prestadas pelos Senhores Presidente da Câmara da

Povoação, Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande e Comandante dos Bombeiros da Povoação, bem como, ainda, das apreciações críticas do Relatório da Provedoria, permite-nos, de facto, clarificar um pouco melhor esta questão.

I Houve, de facto, orientações rígidas e limitativas, no que concerne à coordenação do CCO da Ribeira Grande no concelho da Povoação, dadas pelo Presidente do SRPC/IRBA, não num âmbito reflexivo de um Conselho Regional de Bombeiros, como disse o Senhor Secretário, mas sim numa reunião de Zona Operacional, como testemunharam os presentes.

II As manifestas incompatibilidades do Presidente da Câmara da Povoação para com o Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande, o Comandante dos Bombeiros da Povoação e o Presidente da Associação de Bombeiros da Povoação, a sua total discordância para com a criação dos CCOs e, conseqüentemente, a sua recusa frontal em aplicar os regulamentos superiormente instituídos, conjugados com os testemunhos escritos (em anexo) e com as declarações quer do Comandante da Ribeira Grande, quer do da Povoação, não deixam margens para dúvidas que o Presidente do SRPC/IRBA, ao ter condicionado e limitado a capacidade de intervenção dos Bombeiros da Ribeira Grande, no concelho da Povoação, veio, de facto, favorecer as pretensões do Senhor Presidente da Câmara, mas, simultaneamente, acabou também por formalizar um procedimento que se veio a revelar, no mínimo, altamente perigoso para a segurança das populações do concelho da Povoação. O facto do IRBA ter repostado a autonomia inicial do CCO da Ribeira



Grande é a prova cabal de que aquela medida contribuiu sobremaneira para a actuação descoordenada da Protecção Civil.

**III** O comportamento do Senhor Presidente da Câmara da Povoação, evidenciado quer pelas suas declarações, quer pelas dos Comandantes dos Bombeiros, no que diz respeito à recusa determinada em solicitar a intervenção dos Bombeiros da Ribeira Grande, na manhã de 31 de Outubro, a ausência de decisão na IRBA, na fase inicial, e a autonomia excessivamente condicionada do CCO da Ribeira Grande em relação à IRBA, no que dizia respeito à intervenção na Povoação, constituíram os verdadeiros motivos, pela clareza e evidência dos factos aqui descritos, da tardia utilização da Corporação dos Bombeiros da Ribeira Grande e não as obstruções das estradas, como referiu o Senhor Secretário Regional.

Assim, consideramos que as afirmações do Senhor Secretário Regional não estão totalmente de acordo com a realidade dos factos aqui demonstrados. Porém, poderemos considerar discutível o facto de ter sido levada ao limite a decisão dos Bombeiros da Ribeira Grande de não intervirem na Povoação, tanto mais que se baseou numa ordem verbal do Presidente do SRPC/IRBA, dada no âmbito de uma reunião de zona operacional. No entanto, parece ser usual, por informação do Comandante da Ribeira Grande, não se produzir actas daquelas reuniões, pelo que, a ser verdade, é de se recomendar ao Senhor Presidente do SRPC/IRBA que, de tais reuniões, se passe a lavrar as actas respectivas.

De qualquer modo, fica reforçada a necessidade e a urgência da recomendação do Senhor Provedor, no sentido de se melhorar a *"gestão de informação e coordenação de meios que levaram a um atraso significativo no socorro às vítimas da Ribeira Quente"*. (ver nºs 15, 16, 17, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 58, 59, 66, 69 e 70)

### **Presidente da Câmara da Povoação e a violação da cadeia de Comando**

**82.** Consideramos que a crítica contida no Relatório da Provedoria de Justiça, no que diz respeito à violação do nº 5 do artigo 18º da Lei 113/91, de 29 de Agosto, bem como a disciplina e regulamento contidos, respectivamente, no Decreto Regional nº 21/81/A, de 10 de Novembro e no Decreto Regulamentar Regional nº 33/87/A, de 24 de Novembro continua a fazer sentido, tanto mais que é demasiado evidente que o

clima de relações do Presidente da Câmara com o Comandante dos Bombeiros da Povoação e com o CCO da Ribeira Grande conduz, certamente, ao atropelo das funções de cada um. De facto, a violação da cadeia de Comando pode até não ter sido feita de forma explícita e directa, mas a postura do Senhor Presidente e o controlo que fez dos meios, associados a alguns episódios esporádicos de relacionamento menos agradáveis, potenciaram, certamente, um ambiente de inibição e de desautorização permanente que em nada contribuíram para a eficácia do comando das operações.

A esta situação acresce, ainda, o facto de o Adjunto do Presidente da Câmara para a Protecção Civil ser o Ajudante de Comando dos Bombeiros da Povoação. A sua relação hierárquica com o Comandante passa a ser difícil, porque difícil é dissociar-se quando é que ele é Adjunto do Presidente da Câmara ou quando é Ajudante de Comando. Poderá tratar-se de uma situação de sobreposição de competências e que a falta da exercitação periódica de um PME contribui para a sua não clarificação. (ver nºs 34, 35, 36, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 70 e 73)

### **O Transporte do Governo, do Presidente da Câmara e do seu Adjunto e a viagem do helicóptero à Povoação**

**83.** Na opinião do Senhor Secretário, o transporte do Governo para a Ribeira Quente foi feito após a evacuação dos feridos estar consumada.

A primeira tentativa de transporte do Governo, a partir do campo de futebol das Furnas, falhou, por ter havido desencontro com o helicóptero.

A necessidade de transportar uma hemodializada para Ponta Delgada terá sido o motivo da viagem do helicóptero à Povoação, desconhecendo o Presidente da Câmara quem terá dado esta ordem. Com a chegada do helicóptero e como já não havia necessidade de transportar a doente, o Presidente e o seu Adjunto aproveitaram o transporte para a Ribeira Quente. O Presidente solicitou ao Comandante do helicóptero que fosse às Furnas, ao campo de futebol, para transportar também o Governo para a Ribeira Quente. Como não encontraram o Governo, ao fim de alguns minutos de espera, partiram para a Ribeira Quente, porque havia necessidade de transportar mais feridos. Em relação a esta matéria, o Comandante dos Bombeiros da

Ribeira Grande lamenta que o helicóptero, já que não evacuou a hemodializada, não tivesse sido aproveitado para transportar bombeiros da Povoação para a Ribeira Quente, pois que era o único meio de transporte que poderiam utilizar. O Comandante dos Bombeiros da Povoação diz não ter tido qualquer solicitação, neste sentido, por parte do Senhor Presidente da Câmara.

Numa análise mais cuidada destas informações, podemos ajuizar que, afinal, o transporte do Governo para a Ribeira Quente não ocorreu, antes da evacuação dos feridos estar totalmente consumada, apenas por mero acaso. De facto, se não tivesse havido desencontro com o local da aterragem, o Governo teria sido transportado antes dos últimos feridos o serem, tal como aconteceu com o Senhor Presidente da Câmara e seu Adjunto.

Porém, não se podendo ser conclusivo nesta matéria, fica por esclarecer se os factos aqui descritos são indiciadores da existência de uma prévia combinação para o transporte do Presidente da Câmara e seu Adjunto, a partir da Povoação, e dos elementos do Governo, a partir das Furnas, para a Ribeira Quente.

A análise crítica e conclusiva destes procedimentos é necessariamente urgente e deve assumir-se como um imperativo de consciência para quem tem a responsabilidade última da Protecção Civil nesta Região, por forma que se passe a respeitar as prioridades de actuação e a evitar-se, em situações futuras, a descoordenação que neste episódio ficaram bem evidenciadas. De igual modo, consideramos também que a Força Aérea não pode, nem deve, alhear-se desta reflexão. (ver nºs 25, 26, 27, 41, 64 e 72)

### **CLPC da Povoação**

**84.** Na opinião do Senhor Presidente da Câmara da Povoação a CLPC, apesar dos conflitos existentes, funciona, mas não reúne.

O Senhor Comandante dos Bombeiros da Povoação, de facto, confirma que o Presidente da Câmara não fez qualquer trabalho de coordenação porque o Presidente diz "*não precisar de reuniões da CLPC*" porque tudo resolve pontualmente e que também "*não precisa de falar com o Comandante da Povoação*". Tais factos levam o

Senhor Comandante a concluir que é a maneira de ser do Senhor Presidente que tem contribuído para a ocorrência de muitas falhas na Protecção Civil do seu Concelho.

Apenas encontramos inconvenientes no facto da CLPC não se reunir, pelo que julgamos que a sensibilidade e determinação do Governo nesta matéria é fundamental e urgente, para que os agentes da Protecção Civil da Povoação possam chegar a um bom entendimento. Disto, também dependerá a segurança das populações naquele Concelho.

São diversos os dados recolhidos nas audições que reforçam, nesta matéria, a crítica da Provedoria no que diz respeito à manifesta tendência do Presidente da Câmara em actuar isoladamente. (ver n°s 29, 73 e 74)

### **Plano Municipal de Emergência da Povoação**

**85.** O faseamento proposto pelo Presidente da Câmara para a elaboração do PME não é de forma alguma despropositado. Revela, no entanto, um excessivo rigor e inflexibilidade na consecução de cada uma das fases pelo que, naqueles moldes, se tornará difícil a sua elaboração. De facto, a morfologia do solo e as evidências de actividade vulcânica daquele território concelhio exigem o contributo de diversas entidades e um acrescido cuidado na elaboração do PME. No entanto, é de se considerar que um Plano desta natureza, não podendo ser perfeito, nunca o será definitivo. É um instrumento orientador que deve ser periodicamente avaliado e actualizado, por forma a rotinar os procedimentos e a minimizar, atempadamente, os conflitos de relacionamento entre os agentes da Protecção Civil. Tais razões levam-nos, também, a reforçar a necessidade de se actualizar e homologar o PME da Povoação o mais rapidamente possível. É de realçar, aqui, a já revelada sensibilidade do Governo para esta matéria e, até, alguns esforços já desenvolvidos pelo Presidente da Câmara da Povoação. (ver n°s 8, 31, 32 e 33)

### **Rede de Comunicações no Concelho da Povoação**

**86.** A Povoação dispõe de duas redes de comunicações: uma municipal e a outra, de maior alcance, da Protecção Civil. O facto desta última rede se localizar no quartel dos Bombeiros terá provocado, na prática, alguma perturbação no relacionamento

hierárquico do Presidente da Câmara com o Comandante dos Bombeiros já que, tecnicamente, ela funciona bem.

Porém, não pode ser a localização da central de comunicações daquela rede a razão de tais desentendimentos. Há, sim, pelo contrário, e à semelhança de outros Concelhos, que distribuir e respeitar as tarefas e competências técnicas de cada um.

A solução deste problema passa, mais uma vez, imperiosamente, pela clarificação das funções de cada um e por exercícios periódicos que deveriam ocorrer no âmbito da CLPC e de acordo com o Plano Municipal de Emergência. (ver nºs 13, 30, 62 e 63)

## CAPÍTULO IV

### Votações

Analisado e discutido o relatório, a Comissão deliberou, para além de se proceder à votação global do documento, votar também isoladamente os primeiros três capítulos e a proposta de conclusões do Partido Socialista.

Os resultados das votações foram os seguintes:

**Capítulo I e II:** Aprovados por maioria, com os votos favoráveis do PSD, PS e PP e com a abstenção do PCP.

**Capítulo III:** Aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e PP, com a abstenção do PCP e com o voto contra do PS.

**Proposta de conclusões do PS:** Rejeitado por maioria, com os votos contra do PSD e PP, com o voto favorável do PS e com a abstenção do PCP. (O documento encontra-se em anexo).

O Senhor Deputado Paulo Valadão, do PCP, justificou a sua posição na votação, declarando que não lhe foi possível estar presente nos trabalhos da Comissão dedicados ao assunto aqui em discussão, pelo que, quando o documento for discutido em Plenário, apresentará uma opinião melhor fundamentada.

O Partido Socialista também apresentou, por escrito, uma declaração de voto e que se encontra anexa a este documento.

Horta, 13 de Abril de 1998.

**O Relator**, *Francisco Xavier Rodrigues*.

O presente relatório foi aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e PP, com a abstenção do PCP e com o voto contra do PS.

**O Presidente**, *Manuel da Silva Azevedo*.

## **CAPÍTULO V**

### **ANEXOS**

#### **DOCUMENTOS ANEXOS AO RELATÓRIO SOBRE A ACTUAÇÃO DA PROTECÇÃO CIVIL, NO CONCELHO DA POVOAÇÃO EM 31 DE OUTUBRO DE 1997**

#### **Declaração de Voto**

**Assunto: Conclusões/recomendações (?) da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais s/as audições efectuadas ao Sr. Secretário Regional da tutela do Serviço Regional de Protecção Civil, Srs. Comandantes de Bombeiros Voluntários da Povoação e ribeira Grande e Sr. Presidente da Comissão Local de Protecção Civil da Povoação, a propósito da actuação daquele Serviço no socorro à população vítima da catástrofe ocorrida na Ribeira Quente, em 31 de Outubro de 1997.**

As audições que a Comissão deliberou por unanimidade, efectuar sobre o **assunto em epígrafe, tiveram como justificação a alegada "contradição entre as** opiniões dos membros do Governo e o Relatório do Inquérito da Provedoria de Justiça".

Ouviram-se à partida o Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, como governante que tutela o referido Serviço Regional de Protecção Civil e o Sr. Presidente da Camara Municipal da Povoação, como Presidente da Comissão Local de Protecção Civil do Concelho da Povoação - onde se registou a triste catástrofe.

Na sequência das declarações então preferidas, entendeu a Comissão ouvir ainda os Senhores Comandantes de Bombeiros da Povoação e da Ribeira Grande.

Está elaborado o competente relatório de todas as audições (Cap. I e II) que mereceu o nosso voto favorável.

Quanto às conclusões, ou Apreciação Global do *"Relatório das audições aos Senhores Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, Presidente da Câmara da Povoação, Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande e Comandante dos Bombeiros da Povoação, no âmbito da Actuação da Protecção Civil na Calamidade que afectou o concelho da Povoação, em 31 de Outubro"* como agora lhe querem chamar, e depois de terem sido confrontados com uma primeira versão das mesmas, os Deputados do G.P. - P.S. e o Sr. Deputado do P.C.P. não concordaram, por razões diferentes, com o conteúdo dessa primeira versão e ficou entendido e recomendado ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator da Comissão que se poderiam e deveriam tirar conclusões objectivas de todo este trabalho parlamentar, procurando-se o maior consenso possível, o que infelizmente não veio a acontecer, insistindo o Sr. Presidente e o Sr. Relator, com a aprovação dos Senhores Deputados do P.S.D. e do P.P., em não se produzirem conclusões objectivas, como as que os Deputados do P.S. apresentaram, mas optando sim, por uma Apreciação Global com um elevado grau de subjectividade, designadamente ao não se aterem à mera análise dos factos descritas, mas querendo-se porventura "julgar" quem, actuando "a quente". sofrendo as pressões emocionais do momento, actuou dentro do melhor entendimento que teve para uma situação tão complexa como aquela que se viveu durante a madrugada e dia 31 de Outubro, na freguesia da Ribeira Quente e restante concelho da Povoação.

Entendiam os Deputados do G.P. - P.S. (nessa reunião da Comissão de i./19 de Flancos - continuam a entender agora (13 de Abril) que em vez de todo o arrazoado subjectivo, não se tenha produzido um outro tipo de "Conclusões", ~ mais sintetizadas e abarcando todo o processo de actuação da Protecção Civil aos vários níveis e a todo o tempo, como se depreende do título do Relatório ou seja durante os vários dias em que actuaram no terreno e não, como acontece na intitulada Apreciação Global, ficarem-se apenas pelo hipotético contraditório sobre a hora certa a que se deveria ou não ter mandado avançar uma Corporação.

Assim, este tipo de conclusões subjectivas, são elaboradas ao que parece, com propósitos inconfessáveis denegrir a imagem pública daqueles que, felizmente, sentiram e sentem da parte da população todo o apoio e consideração pelo trabalho abnegado e empenhado que **desenvolveram, embora o Serviço Regional de Protecção Civil não esteja isento de insuficiências, não de agora mas desde há muito.**

A verdade é que toda a comunidade afectada, designadamente a população mártir da Ribeira Quente, que sabe e sentiu como ninguém a dor e o sofrimento, entendeu e reconheceu que foram envidados os melhores esforços, empregues todos os meios técnicos e humanos possíveis e coordenados e realizados todos os trabalhos que eram necessários e que a gravidade da situação impunha, sem se olharem às horas dispendidas nem às várias noites *não dormidas*, por parte de todos os que permaneceram, durante muitos dias, no terreno das operações no socorro e apoio à população vitimada pela catástrofe.

Nisto as conclusões do Relatório são omissas. Porquê?

Lamentamos que não se tenha produzido um outro tipo de "Conclusões".

Foi nesse sentido, que se esperou mais um mês, para que todo este trabalho da Comissão entroncasse em **Conclusões, de tal modo objectivas e consensualizadas**, que pudessem receber o nosso voto favorável, mas assim não o entenderam os Deputados dos grupos PARlamentares do PSD e do PP.

Em face das considerações acima expendidas, os Deputados do Grupo t~arlamentar do Partido SocialistJ na Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, não podem deixar de **votar coerentemente contra as conclusões transformadas numa**



**pseudo-Apreciacno Global, ( que em nosso opinião não tem qualquer suporte regimental) do Relatório das Audições efectuadas sobre a actuação da Protecção Civil no socorro às populações da Ribeira Quente, vitima da Catástrofe de 31 de Outubro último e das restantes freguesias do concelho da Povoação.**

Horta. Sede da ALRA, 14 de Abril de 1998.

**Os Deputados do Grupo Parlamentar do PS, Rui Pedro Ávila, José Humberto Chaves, Natividade Luz, João Carlos Macedo e Fernando Meneses.**

---

**Relatório das Audições aos Srs. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, Presidente da Câmara Municipal da Povoação, Comandante dos Bombeiros da Bibeira Grande e Comandante dos Bombeiros da Povoação, no âmbito da actuação da Protecção Civil na calamidade que afectou o Concelho da Povoação, em 31 de Outubro.**

### **Proposta de Conclusões**

A Comissão entende informar o Plenário da A.L.R.A., nos termos da alínea e) do Artº 57º do Regimento - "Habilitar o Plenário com os elementos que lhe permitam apreciar os actos do Governo e da Administração Regional (...) Protecção Civil" - do seguinte:

1 - O Governo Regional apesar de já o ter feito, irá continuar a sensibilizar os Municípios da Região para que elaborem os seus Planos Municipais de Emergência, o mais urgente possível, por forma a que os mesmos sejam o suporte duma dinâmica operativo das Comissões Locais de Protecção Civil. (Pag. 4 do Cap. II Relatório);

2 - A nível da organização do Serviço Regional da Protecção Civil, aguarda-se a entrega nesta Assembleia, da proposta da nova legislação sobre a organica (pag. 14 Cap. II) que reformulará todo o sistema de Protecção Civil, nomeadamente quanto à melhoria da rede de comunicações e à existência de mecanismos de coordenação (pag. 3 Cap. II) conforme prometeu o Sr. Secretário Regional da tutela, e que venham

ao encontro das insuficiências que, desde há muito, são reconhecidas no Serviço Regional de Protecção Civil;

3- As recomendações da Provedoria de Justiça ao Governo Regional, segundo também informou à Comissão o Sr. S.R.H.E., "ou já estavam em curso e algumas já foram mesmo resolvidas" (pag 5 Cap. II).

**Os Deputado do Grupo Parlamentar do PS,** *Rui Pedro Ávila, João Carlos Macedo e José Humberto Chaves.*

Nota: Esta proposta foi rejeitada por maioria com os votos contra do PSD e do PP e a abstenção do PCP.

---

**Audição da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.**

**Presidente da C.P.A.I.** (*Dep. Manuel Azevedo*): Boa tarde Sr. Secretário e Srs. Deputados.

Para nos situarmos, estamos aqui para ouvir o Sr. Secretário Regional no âmbito da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, sobre a contradição evidente entre declarações proferidas pelo próprio Sr. Secretário, pelo Sr. Presidente do Governo Regional, pelo Governo em geral, acerca dos acontecimentos da Ribeira Quente, da actuação da Protecção Civil, e aquilo que agora vem dizer num relatório, após um inquérito, o Sr. Provedor de Justiça.

Isto mesmo é justificação para a proposta feita pelo PSD em Comissão, e que foi aprovada por unanimidade, para que esta audição, com carácter de urgência, tivesse lugar.

Desde logo, queria agradecer ao Sr. Secretário, em nome da Comissão, a sua presença e a atenção que teve para a urgência do pedido. Depois de ter sido tomada esta deliberação em Comissão, foi tomada uma outra - por proposta do PS - para se ouvir o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação, como presidente da Comissão

Local de Protecção Civil, no mesmo sentido, o que acontecerá logo após esta audição.

Posteriormente, comecei a ser "assediado", por escrito e oralmente, por alguns órgãos de comunicação social, no sentido de - ao abrigo do Artº. 125 do Regimento - esta reunião poder ser pública.

De imediato, e uma vez que havia alguma urgência em se saber isso, contactei os coordenadores dos partidos na Comissão que me deram, na sua globalidade, o seu assentimento para que as reuniões fossem públicas, tendo sido exactamente isso comunicado aos órgãos de comunicação social.

De qualquer maneira, o Artº. 125 diz que "as reuniões das comissões são públicas, se estas assim o deliberarem". Embora, tenha o assentimento dos coordenadores dos partidos políticos, perguntaria agora à Comissão se algum dos Srs. Deputados tem alguma objecção a que esta reunião seja pública?

*(Pausa)*

Se ninguém tem qualquer objecção, vigorará aquilo que os coordenadores dos partidos decidiram.

A reunião realiza-se aqui nesta Sala, por acordo com o Sr. Presidente da Assembleia, dado o melindre das questões que serão tratadas, exigirem que a reunião seja gravada.

A Assembleia não tem outros meios logísticos que não sejam estes, para se efectuar a gravação.

Posto isto, e talvez como introdução a esta audição, perguntaria genericamente ao Sr. Secretário o seguinte:

- O Sr. Secretário não estranhou não ter sido ouvido pela Provedoria?

- E não tendo sido, assume as declarações do Sr. Presidente do Governo Regional à respectiva Provedoria, que foram prestadas por escrito, designadamente no seu ponto 12, onde o Sr. Presidente diz que "tudo com a Protecção Civil decorreu dentro da normalidade"?

Eram estas as perguntas genéricas, para depois nós começarmos o debate e dar a palavra aos Srs. Deputados que se estão inscrevendo.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados:

Naturalmente que a minha presença aqui com carácter de urgência e o aceder à mesma, prende-se com o respeito que o Governo Regional tem por esta Casa, e já o demonstrou, e é óbvio que o fará sempre. Aliás, o facto de a audiência ser pública, significa também não só esse respeito, independentemente do público não ser numeroso, creio que isso não significa que as pessoas não estão interessadas num tema tão importante como é o da Protecção Civil, que é um tema que trata da segurança das populações.

Nesse sentido, o Governo Regional gostaria de reafirmar a necessidade que uma instituição como a Protecção Civil que, por razões de conjuntura, esteve mais ou menos inactiva durante largos anos, deve ter e que ela constitui matéria de segurança da Região Autónoma dos Açores e, por isso, deve ser tratada com o cuidado que todas as instituições, de que dependem muitas vezes a tranquilidade das populações, não devem estar sujeitas, nomeadamente a factores de insegurança, ou seja, de ateamento de "fogos" no meio da "tempestade".

Isto significa, concretamente, que o entendimento deste Governo Regional em relação à Protecção Civil é de, por um lado, saber que há melhorias crescentes de qualquer instituição que devem ser feitas no decurso da sua actividade - e esse diagnóstico foi feito pelo Governo Regional logo no início do seu mandato, no sentido de sabermos que tipo de falhas e de deficiências é que os serviços entretanto tinham verificado - e, por outro lado, de introduzir no plano de investimentos todas as acções conducentes a que essas situações fossem de algum modo minimizadas.

É por isso que em 1997, o Governo Regional procedeu à realização e à edificação de três diplomas, dois dos quais vão passar por esta Assembleia este ano, e que correspondem à reformulação do Serviço Regional de Protecção Civil e à existência de mecanismos de coordenação mais importantes.

Por outro lado, o decreto regulamentar regional que está a ser preparado pelo Governo Regional, depois dos decretos legislativos estarem aprovados, pretende também dar uma nova eficácia ao serviço.

Em relação à questão posta pelo Sr. Presidente da Comissão de eu não ter estranhado não ter sido ouvido, e que os responsáveis pelos serviços foram ouvidos, desde todos os actores no terreno, bem como o Governo Regional, por intermédio do Sr. Presidente, e em estrito cumprimento também daquilo que a lei actual introduz como o principal responsável não só pela Protecção Civil, mas como por todas as áreas do Governo Regional. De resto, o Sr. Presidente do Governo Regional, naturalmente face às perguntas do Sr. Provedor de Justiça, solicitou informação e a respectiva actuação dos serviços durante a fase preliminar, a qual tem gerado alguma controvérsia.

Mas eu gostaria de dizer também nesta Casa que os Srs. Deputados devem estar lembrados que o ponto de controvérsia inicial foi a questão do helicóptero que, de repente, no relatório do Sr. Provedor de Justiça, passou para 4º ou 5º plano, uma vez que a Força Aérea até foi muito elogiada - e bem - nesta operação, começando-se a fazer incidir algumas apreciações críticas ao nível da actuação, sobretudo de uma corporação de bombeiros que estaria disponível e que não tinha entrado em acção.

Assim sendo, eu gostaria de dizer com toda a clareza a esta Comissão que, efectivamente, as coisas às vezes não são o que parecem. E todos nós que vivemos na Região Autónoma dos Açores, sabemos que qualquer corporação de bombeiros desta Região, tem como principal prioridade acudir aos sinistros, independentemente das ordens que lhes forem dadas.

Isso é verdade para comandantes de zona operacional, como é o caso do Comando da Ribeira Grande, mas é verdade também para qualquer corporação de bombeiros. Aliás, este é um princípio nobre das próprias corporações de bombeiros. E, por outro lado, não houve - tal como o relatório parece querer produzir - atrasos na chegada desses bombeiros, porque simplesmente eles não podiam lá chegar. Todas as estradas estavam cortadas, fundamentalmente a estrada da Ribeira Quente, em vários lances até ao túnel.

Digo mais: os bombeiros tinham feito, pouco tempo antes, um exercício de passagem sobre o túnel, perante uma situação de obstrução daquela via. Mas o problema era mais grave. É que nem sequer se chegava ao túnel, porque quando se chegou, de facto houve intervenção. E só se podia chegar através dos meios aéreos.

Em relação à situação do helicóptero - que foi bem falada e não vem referenciada como veio no início do "quente" da crise - ele nem podia aterrar na Ribeira Quente. O heliporto ficou pronto às 11 horas da manhã. E, por outro lado, gostaria de dizer que em termos dos meios navais - que foram solicitados também - a marinha achou por bem não entrar naquela localidade, porque todos os troncos que estavam junto à costa e o estado do mar, impediam qualquer operação junto à mesma.

O que eu queria referir em relação aos atrasos, e que de algum modo é uma das observações que vem com uma apreciação crítica neste relatório - por exemplo, e cito, "injustificada demora na tomada de decisões" e aponta a "utilização tardia dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande", e que efectivamente aqui não se verifica, porque os Bombeiros da Ribeira Grande ficam a uma distância não de 20 mas de 30 quilómetros, tinham as estradas obstruídas, fizeram o seu melhor para chegar lá, mas pura e simplesmente não estiveram à espera de ordens, não podiam chegar lá, porque a estrada estava obstruída, só podiam lá chegar por meios aéreos e não puderam naquelas duas primeiras horas.

Depois, nós entendemos que não há contradição entre as nossas declarações e as recomendações do Sr. Provedor de Justiça. Podemos ter alguma interpretação divergente em relação a esta questão do eventual atraso. Mas eu recordo que o próprio plano regional de protecção civil que, como sabem, não é da nossa responsabilidade e estará em vigor até ao novo plano regional, diz uma coisa tão simples como esta: "capacidade de resposta à catástrofe". Ou seja, pode não ser possível, durante algumas horas, após uma catástrofe natural ou provocada pelo homem, o Governo Regional prestar auxílio aos municípios. E nem foi isso que aconteceu. Mas isto é o actual plano regional de protecção civil que está em modificação.

Portanto, o que eu gostaria de veicular junto desta Comissão é que o Governo Regional entende que a melhoria dos serviços e as próprias recomendações do Sr.

Provedor de Justiça, nomeadamente em relação à necessidade de termos sistemas de telecomunicações de emergência mais aperfeiçoados, concretamente termos necessidade de um centro de operações que já está previsto num decreto regulamentar regional que irá ser aprovado e que já existe na actual legislação, no que respeita por exemplo à necessidade do Governo Regional sensibilizar as câmaras municipais para os planos municipais de emergência, que é uma actividade que está em curso.

Portanto, todas estas recomendações estão - quanto a nós - em curso e algumas já foram mesmo resolvidas.

Tal como já disse algumas vezes nesta Casa, nós este ano já equipámos as corporações de bombeiros com mais de 50 rádios para facilitar a comunicação entre os mesmos. E também gostaria de dizer que no ano de 1997, o Serviço Regional de Protecção Civil tem em curso e em términos uma inventariação criteriosa dos meios dos recursos e outras dificuldades das câmaras municipais, para podermos instalar um sistema de protecção civil que conte, em primeira linha (como diz a lei), com as competências daquelas.

São, efectivamente, e de acordo com a lei vigente e com a lei de Bases do Sistema Nacional de Protecção Civil, as câmaras municipais e os bombeiros que constituem a linha avançada das primeiras horas, que depois pedem naturalmente reforços fora do seu concelho, os quais são coordenados pelo Serviço Regional de Protecção Civil.

Para além disso, eu ainda gostaria de referir a esta Comissão que a situação instalada na Ribeira Quente foi grave, preocupou e ocupou muita gente, o que demonstrou - tal como o edifício legal da Protecção Civil - que os açorianos, mais os homens e mulheres da Ribeira Quente, bem como todos aqueles que estiveram neste caso envolvidos, independentemente do esforço que foi o de acudir às primeiras horas, agiram perante uma situação rápida e repentina que não se compadece com algumas afirmações neste relatório.

Afirmar, como se afirma neste relatório, que se os Bombeiros da Ribeira Grande tivessem chegado 2 horas mais cedo ter-se-iam salvo vidas, permitam-me que diga a esta Comissão que é uma enormidade.

Toda a gente sabe que nós tínhamos ali uma situação de soterramento de casas por lamas e por água, que conduziu - infelizmente - à morte instantânea daqueles que vieram a perecer.

Isso não significa que o Serviço Regional de Protecção Civil não esteja preocupado com situações que não eram aquelas a que os açorianos estavam habitualmente sujeitos, ou seja, para além dos sismos e dos vulcões. Porque, fundamentalmente com os transbordos das ribeiras, esta situação do escorregamento de terras - felizmente até aqui, mas infelizmente desta vez - não era muito vulgar. E isso significa também que, em termos de apetrechamento do Serviço Regional de Protecção Civil, o detector de soterrados que nós precisamos nos Açores, não é apenas um detector de soterrados por escombros, mas tem que ser um detector de soterrados por lamas. E toda a gente sabe bem dessa dificuldade.

Queria também chamar a atenção da Comissão para a gravidade do empolamento de situações de matéria de segurança.

É que nós precisamos, com bom senso, de ver o ano de 1997. E precisamos, com bom senso e equilíbrio, reflectir sobre os cenários que ocorreram este ano que findou em muitos países da Europa, da América e, fundamentalmente, em países que até têm serviços nacionais de protecção civil muito bem apetrechados - vejam o caso do Canadá que está há 1 mês sem electricidade.

Nós conhecemos todas as situações gravosas que ocorreram durante este ano de 1997, em que não houve nenhum serviço de protecção civil que conseguisse parar as graves situações climáticas e parar os graves acidentes que ocorreram por todo o mundo.

Mas o Governo Regional não entende este ano de 1997 como um ano de fatalidade, em termos de protecção civil. Entende, sim, no âmbito do Serviço Regional de Protecção Civil, que perante as nossas condições, é preciso sempre ter a humildade de melhorar a eficácia dos serviços, mas entende também que no caso de primeiras horas de determinadas situações, o pior que qualquer cidadão pode fazer é aumentar a insegurança das populações, bem como a dos serviços.

Fico-me por aqui nesta minha primeira intervenção.

**Presidente da C.P.G.A.I. ( Dep. Manuel Azevedo):** Muito obrigado.



O Sr. Secretário foi além da pergunta feita, mas não há qualquer problema, porque assim algumas perguntas poderão já ter ficado eventualmente respondidas.

Desde já, queria fazer um apelo aos Deputados da Comissão e ao Sr. Secretário, para que as perguntas sejam precisas e concisas.

Também as respostas devem ter o mesmo cariz, tendo em conta um relatório que aponta uma série de casos e faz uma série de afirmações.

Por isso mesmo, eu ainda vou abusar um pouco dos outros Srs. Deputados, porque há uma questão referida pelo Sr. Secretário, independentemente da interpretação de que não há contradição entre aquilo que o Governo afirma e o que diz o relatório do Provedor de Justiça, a qual eu coloquei directamente e não me apercebi que o Sr. Secretário tivesse respondido. Ou seja, se assume as declarações do Sr. Presidente do Governo Regional, designadamente a que consta do ponto 12 e que diz textualmente o seguinte:

"A opinião do Sr. Presidente do Governo Regional, a qual resulta do seu conhecimento pessoal e directo, é de que todo o processo de coordenação das forças no terreno, decorreu de forma adequada" - esta é a 1ª questão.

A segunda é um esclarecimento: eu não sou advogado do Sr. Provedor de Justiça, mas o Sr. Secretário afirmou que a Provedoria de Justiça dizia uma *enormidade* - foi esta a palavra que o Sr. Secretário empregou - ao dizer que se os bombeiros tivessem chegado mais cedo, poderia não ter havido mortos.

O que eu vejo aqui dito é que fazendo um juízo - na página 151 - de "prognose póstuma" em relação a esta circunstância, e de acordo com os dados disponíveis, **fica por esclarecer** "se o atraso em questão terá tido consequências ou não quanto à perda de vidas humanas".

Portanto, o que diz a Provedoria é que fica por esclarecer isto e não diz aquilo que o Sr. Secretário afirmou aqui, a menos que isso esteja noutra local e que eu não tenha reparado.

Deixo aqui estas duas questões muito rápidas, para as quais peço também precisão nas respostas.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** O que eu disse em relação a essa matéria é que os açorianos que conhecem o terreno onde

vivem, e que estiveram no teatro das operações desde a primeira hora, sabem exactamente que essa interpretação que pode ser ou não vista como uma suspeição da eventualidade de haver pessoas vivas naquelas duas primeiras horas, não corresponde a uma afirmação que eu até penso que não devia fazer parte de um relatório da Provedoria da Justiça, a qual tem, naturalmente, outras competências ao nível do parecer não vinculativo que dá sobre as suas averiguações.

Queria dizer também que, naturalmente, para aqueles que conhecem e que conheceram o teatro das operações desde a primeira hora, essa afirmação, posta com esse carácter mais ou menos de dúvida ou de instalação da mesma, não faz sentido face àquilo que se passou.

É por isso que eu acho que ela é exagerada e não deveria ter sido vertida no relatório. São as divergências pontuais e não as contradições - na nossa perspectiva - que nós achamos que o relatório, sob este ponto de vista e eventualmente, pode ter.

Em relação às afirmações do Sr. Presidente do Governo Regional, tanto ele como eu próprio e mais alguns elementos que fazem parte daquilo que está contido na legislação como o SECORP, fizemos uma avaliação dos meios disponíveis e da sua actuação e foi nessa justa medida que, face aos meios e aos recursos disponíveis, acharam que essa coordenação estava bem e tinha funcionado. Mas foi com uma visão de quem está no local.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

**Deputado Joaquim Ponte (PSD):** Sr. Secretário, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados:

Eu tinha também algumas questões que queria pôr e, desde logo, dizer-lhe que esta iniciativa que tomámos de o ouvir nesta Comissão tem - da parte do PSD - única e exclusivamente, a intenção mais séria de não só avaliar esta situação que nos traz este relatório e toda a realidade que nós fomos conhecendo ao longo do tempo, em que estes infelizes acontecimentos decorreram, mas também termos, depois da análise que for feita desta situação, mais ou menos consciência de que o que se passou já não é remediável - mesmo que deficiências tenham havido - mas a intenção de prevenir futuras situações, em que pontos deste relatório e observações feitas por nós próprios, quer no terreno quer por informação de interpostas pessoas, possam ter corrido menos

bem e, nessa circunstância, serem corrigidas para que, em casos futuros, elas se não repitam.

Se partilho, de alguma forma, daquilo que diz o Sr. Secretário relativamente à possibilidade de se ter salvo vidas ou não, mediante uma intervenção mais pronta das tais 2 ou 3 horas, também tenho seríssimas dúvidas que, por 2 horas e meia ou 3 horas, se tivessem chegado os meios de salvamento, isso pudesse ter ocorrido. Não tenho também tanta certeza do contrário. Mas acho que a probabilidade seria extremamente diminuta de isso poder acontecer.

Todavia, sei como sabem outros colegas aqui presentes, que um tipo de tragédia de outras características que não aquelas de que esta se revestiu, 15 minutos, 10 minutos ou às vezes segundos, são fatais para se salvar uma vida. E, por conseguinte, penso que não devemos tratar esta questão da lentidão de intervenção com ligeireza, não pode ser tratada como se de uma questão menor se tratasse, porque ela é absolutamente fundamental em qualquer serviço de protecção civil e na sua acção.

Nós pedimos esta reunião com o Sr. Secretário e de alguma forma também, vimos confirmar neste relatório algumas críticas e alguns elogios que responsáveis do partido que eu aqui represento fizeram nos dias seguintes a esta tragédia.

Por vezes, talvez na altura, não tenhamos sido bem entendidos, pois algumas pessoas quiseram mesmo insinuar de que se tratava de algum aproveitamento político que estava a ser feito à volta desta questão, só que não era. E a verdade é que o relatório vem dar razão às principais situações gerais que nós então apontámos.

Gostaria então que o Sr. Secretário me esclarecesse, se assim não for, relativamente às questões que então apresentámos e que eu dizia que este relatório vem confirmar.

De facto, o problema maior que é aqui apontado na primeira fase de instalação, prende-se com a lentidão e o atraso da intervenção dos serviços da Protecção Civil. E esse atraso decorre, de acordo com o relatório que nós temos, daquilo que vem escrito no ponto 19 do mesmo e que resulta, de resto, de uma alteração introduzida pelo presente Governo Regional, que foi a de retirar a autonomia e poder de intervenção às comissões ou aos serviços que nessa altura tinham essa mesma possibilidade.

Foi de facto, lendo o relatório - em sucessivas ocasiões - que verificámos que ficaram serviços à espera de ordem para poderem intervir e que essa ordem tardou em chegar.

Suponho que esta questão vem alterar todo o esquema operacional, vem alterar a autonomia do comando e que, como digo, é da responsabilidade da actual administração, que é a responsável e está na origem de toda a lentidão e de toda a demora que aconteceu.

De outra forma, de resto, e congratulo-me muito seriamente com isso, não se justificaria - conforme aqui se diz no relatório - que este esquema já tenha sido alterado e repostado o anterior, certamente porque se testou, porque se viu que deu mau resultado e ainda bem se assim foi, que se repôs aquilo que estava bem feito.

Outra das questões que apresentámos, Sr. Secretário, e que fizemos uma crítica no sentido construtivo, diz respeito ao desaparecimento de uma cadeia de comando na 1ª fase, ao desaparecimento de qualquer hierarquia e vemos que essa crítica que então fizemos vem aqui confirmada. A não ser verdadeira, gostaria que o Sr. Secretário justificasse, porque quando nós nos apercebemos - pela leitura do relatório - que é um telefonista que gere todo o processo até à altura de serem despoletados os meios e que vai gerindo o tempo até avisar o Serviço Regional de Protecção Civil, convenhamos, com todo o respeito que merecem os telefonistas, que não são as pessoas mais indicadas para gerir situações deste tipo, nem sequer são conhecedoras nem especialistas neste tipo de questões.

Quando verificamos - e apenas para ilustrar, darei dois exemplos - que são populares que dão ordens a helicópteros para eles voarem para aqui ou para acolá, é evidente que há aqui uma falta de hierarquia, há aqui uma quebra de comando.

De resto, outra das críticas que apresentámos e vemos aqui também neste relatório confirmada, e desde já gostaria que o Sr. Secretário prestasse algum esclarecimento sobre ela, tem a ver com a desorganização que existe em toda a 1.ª fase de intervenção nesta situação da catástrofe da Ribeira Quente, isto para além do sistema operacional não ter funcionado, de não haver cadeia de comando, da lentidão que isto tudo originou.

De facto, eram precisos dois helicópteros (e pelos vistos até eram necessários), o 2.º helicóptero só é chamado muitíssimo mais tarde, quando o 1.º já andava a sobrevoar e por vezes até a fazer viagens inúteis, parava, não encontrava as pessoas que era para transportar, tal qual como aconteceu com o Governo Regional, porque o helicóptero

esperou em terra não sei quantos minutos por ele, depois volta para trás - eu estou referindo o que vem no relatório, por isso espero que o Sr. Secretário tenha depois ocasião de esclarecer, no caso de isto não ser tal como aqui está escrito.

Na nossa perspectiva, há também má avaliação quer dos meios quer da situação que é ilustrada em diversas passagens do relatório, nomeadamente com a deslocação de equipas de salvamento para determinados lugares, isto é, quando eram mais necessários na Ribeira Quente, estavam a ser mandados para o Faial da Terra.

Por conseguinte, há aqui uma descoordenação da qual resulta má avaliação dessas questões.

Voltando ao início, para terminar, há aqui uma recomendação final neste relatório da Provedoria ao Governo Regional e que vem na sequência da tal insinuação da intervenção mais ou menos rápida poder estar na origem de maiores ou menores prejuízos para a população da Ribeira Quente, a qual passo a citar: "O Governo Regional deve determinar um processo de averiguações relativamente à actuação dos serviços regionais de Protecção Civil, concretamente em função da gestão, informação e coordenação de meios que levaram a um atraso significativo no socorro às vítimas da Ribeira Quente".

Em face disto, perguntar-lhe-ia se esta recomendação vai ser atendida por parte do Governo Regional e no caso afirmativo, qual o calendário que se prevê para a sua execução?

Muito obrigado.

**Presidente da C.P.G.A.I.** (*Dep. Manuel Azevedo*): Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Em primeiro lugar, e de acordo com os dados disponíveis que tenho, gostaria de dizer que nunca houve directiva nenhuma para que essa situação invocada pelo comando da Ribeira Grande, tivesse o seu "timing".

O que se falou foi num conselho regional de bombeiros, num dia 3 de Janeiro de 97, nesses conceitos de zona operacional e de quem intervém e de quem fica à espera de ordens, no sentido de uma reflexão que os bombeiros estavam a fazer para nós, no âmbito da lei da protecção civil nos Açores, podermos edificar no diploma o conceito

de **zona operacional** ou então de **centro operacional de ilha** que é uma matéria que esteve em discussão nesse conselho regional de bombeiros.

Portanto, nunca houve qualquer directiva escrita para dizer que os bombeiros deviam, no caso das zonas operacionais, actuar nesta ou naquela circunstância.

O que estava em vigor continua em vigor.

O que se pôs à discussão foi se essa cadeia de comando devia ter sido feita como se fazia antigamente, ou como alguém pensou que agora estava em vigor, pelo facto de ter havido discussão dessa matéria no conselho regional de bombeiros, porque de acordo com a informação que eu tenho do Sr. Presidente da Protecção Civil, não há qualquer directiva nesse sentido.

Para sabermos como é que funciona esta questão das zonas operacionais, eu gostaria de referir aqui que nós temos 4 zonas dessas.

A 1ª zona operacional corresponde aos Concelhos de Nordeste, Ribeira Grande e Povoação; a 2ª a Ponta Delgada, Vila Franca do Campo e Vila do Porto; a 3ª a Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Stª. Cruz da Graciosa e a 4ª à Corporação da Horta que inclui a Madalena, S. Roque, Lajes do Pico, Velas e Calheta de S. Jorge. E depois há sub-zonas operacionais.

No caso desta estrutura operacional, e das próprias dependências funcionais de cada uma dessas zonas operacionais, a mesma tem vindo a ser alvo de reflexão no seio dos conselhos regionais de bombeiros, no sentido de se pensar que seria importante que cada ilha tivesse pelo menos uma zona operacional, para não ficar dependente de zonas operacionais e de directivas de outra ilha mais distante.

De facto, esta matéria foi efectivamente discutida no conselho regional de bombeiros, mas nunca foi vertida para nenhuma directiva operacional. Ou seja, o que estava em vigor continua em vigor que são as 4 zonas operacionais, tal como elas estavam anteriormente.

As interpretações da discussão ocorrida no conselho regional de bombeiros, são de quem as fez.

Por outro lado, gostaria de referir que nós não estamos de acordo relativamente à afirmação de que não haveria cadeia de comando, porque desde a primeira hora, quer o Sr. Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil quer o Governo Regional,

através tanto do Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, como do Sr. Presidente do Governo Regional, bem como dos Directores Regionais que estavam mais directamente envolvidos nesta matéria, começaram efectivamente com os meios que dispunham a coordenar as operações, sendo certo que o Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil é, por competência própria, aquele que coordena todas as acções fora do concelho, isto é, o serviço funciona do seguinte modo: quando o Sr. Presidente da Câmara, que é o Presidente da Comissão Local de Protecção Civil, acha que os meios que existem no seu concelho são insuficientes para minimizar qualquer acidente grave, catástrofe, ou calamidade, ele pede ajuda ao Serviço Regional de Protecção Civil, o qual faz posteriormente accionar os meios.

Portanto, não havia que introduzir aqui o facto de que uma corporação de bombeiros, sabendo ela própria quais são as competências, teria que ficar à espera fosse do que fosse. Aliás, eu já disse isso há pouco e é importante que tenhamos a noção de que não há bombeiro nenhum nesta Região, e ainda bem que é assim, que fique à espera seja lá do que for para actuar, quando tem a exacta noção de que a situação é grave.

Isso faz parte dos princípios de todas as corporações de bombeiros que, aliás, foram elogiadas - e muito bem - neste relatório, tal como foram outros organismos, outras entidades que são a alma "mater" da Protecção Civil.

Já uma vez tive oportunidade de dizer isto, e volto a referi-lo: a Protecção Civil não é 5º exército de nenhum açoriano, mas sim um conjunto de todas as entidades que sabem ou não quais são as suas competências e que actuam no âmbito das mesmas, desde as câmaras municipais, passando pelos bombeiros, até chegar às outras direcções regionais envolvidas e àqueles que coordenam depois essas entidades.

Relativamente ao caso do telefonista, eu devo dizer que é uma função desempenhada por várias pessoas que estão em escuta permanente no Serviço Regional de Protecção Civil e que a qualquer sinal das corporações de bombeiros ou do presidente da câmara, chamam aqueles que correspondem ao SECORP que é o principal núcleo do comando das operações em situações deste tipo, o qual é activado exactamente nessa proporção.

O que este relatório propõe, e eu gostaria que os Srs. Deputados tivessem a noção dessa dimensão, é um SECORP permanente, que na situação actual do Serviço

Regional de Protecção Civil significa uma coisa tão simples quanto isto: deveria estar sempre no Serviço Regional de Protecção Civil o seu Presidente ou Vice-Presidente, ou então os dois chefes de divisão, um dos quais é o inspector-adjunto dos bombeiros.

É isto que, convertido na actual estrutura, significa.

O que nós pensamos é que, independentemente da macro-estrutura que seria criar um edificio legal e depois uma super-estrutura que tivesse um centro permanente, com todos ou cada um destes responsáveis, quer no serviço regional quer nos centros de operações que viessem a ser criados em cada uma das ilhas, era uma estrutura que de facto pudesse ser bem resolvida, se a activação dos principais responsáveis for feita como deve ser, isto é, em primeira linha, por aqueles que são os primeiros responsáveis pela segurança das suas populações, isto é, pelos presidentes de câmara, pelos bombeiros daquele próprio concelho, porque efectivamente, os bombeiros acabam por estar bem integrados no Serviço Regional de Protecção Civil, porque são a primeira linha avançada, em toda e qualquer ocorrência.

Portanto, em matéria de telefonistas, gostaria que pensassem que o serviço de escuta permanente do Serviço Regional de Protecção Civil existe, e ainda bem, e a recomendação do Sr. Provedor de Justiça, no sentido de se criar um centro operacional de emergência permanente, significa um serviço de protecção civil que tem que ter, em permanente alerta, no serviço e fisicamente, essas pessoas.

Porém, nós temos uma resposta para isto, porque qualquer responsável destes que eu enunciei do Serviço Regional de Protecção Civil, está em comunicação permanente através de rádios e de "bips" com a sede do Serviço Regional de Protecção Civil. E isso significa que o centro de operações é logo activado, quando são-lhe dadas informações para essas ocorrências.

No entanto, há aqui uma matéria de grande reflexão nesta situação da Ribeira Quente e que se prende com o facto de, infelizmente, não ter havido comunicações fiáveis da Ribeira Quente para fora, senão muito tardiamente, porque o Sr. Presidente da Junta, a quem lhe tinha sido dado um rádio - e isso está no relatório - não tinha carga na pilha do rádio e porque a outra pilha estava alagada com a água dos temporais.



Assim sendo, e como a única outra possibilidade era feita através de um rádio amador, que não tinha dormido nessa noite com o rádio ao pé de si (e isso já foi referido várias vezes), quando o alerta, com a verdadeira dimensão do que se tinha passado ocorreu, já foi a horas que, sob o ponto de vista do relatório, podem conduzir à ideia do atraso entre o início do fenómeno e o alerta dado em primeiro lugar.

Portanto, esta é que me parece ser a leitura que vem demonstrar a necessidade de, em todas as zonas de maior risco, haver comunicações cada vez mais eficazes, que têm que ser distribuídas por mais pessoas, se calhar da própria freguesia. E é isso que deve constar nas demandas dos presidentes de câmaras que são os principais responsáveis pela feitura dos planos municipais de emergência de Protecção Civil.

Isto significa que não faz sentido um sr. presidente de junta ter um rádio naquelas condições, não faz sentido não haver um plano de emergência - que já devia existir - e é por isso que as câmaras municipais têm sido e vão ser sensibilizadas, porque é matéria da sua competência. O Governo Regional não pode obrigar, mas pode sensibilizar e dizer que está disponível, daí o nosso próximo encontro nos dias 26 e 27 de Janeiro, para dizer às câmaras municipais que há uma determinada lei, mas ela só valerá se de facto as câmaras municipais começarem a sentir este problema como uma realidade, não relegando por isso a protecção civil para assunto menor, às vezes até por razões legítimas de falta de meios. Mas não por razões legítimas, face ao edifício legal que nós temos hoje em dia e face às obrigações que as autarquias têm também nesta matéria.

Relativamente à situação do helicóptero, eu devo dizer que o Sr. Presidente do Governo Regional teve oportunidade de dizer aos microfones da comunicação social que o transporte de Membros do Governo para a Ribeira Quente, só seria feito depois da evacuação dos feridos estar consumada. E foi isso que aconteceu.

Em relação à situação que o Sr. Deputado relatou há pouco que se prende com o helicóptero que teria ido ou não para as Furnas, efectivamente houve uma informação aos Membros do Governo que estavam no terreno que ele deveria aterrar naquele local. E, logo após, surgiu outra informação a dizer que não era aconselhável o helicóptero aterrar lá, uma vez que o terreno não estaria em boas condições e havia o perigo do fojo causar alguma perturbação, face às condições climatéricas.

Então o Governo Regional dirigiu-se para o campo de golfe, ficando a aguardar que o helicóptero fizesse a evacuação dos feridos, para depois ser transportado.

A existência, como disse, de alguém que deu "ordens", um civil ou comandante do helicóptero, não me parece razoável, independentemente do comandante não dever aceitar qualquer tipo de orientação, mas essa não é matéria do Governo Regional.

Como deve calcular, pelo facto de haver alguém dentro do helicóptero civil que disse que o mesmo devia-se deslocar para aqui ou para ali, não deve ser indicativo de que eram essas as indicações do Serviço Regional de Protecção Civil, porque não eram. Sempre foi dito a todas as instâncias que estavam no teatro de operações que a primeira prioridade era a evacuação dos feridos. E o Governo Regional só foi para a Ribeira Quente depois dessa situação estar consumada.

No que diz respeito à avaliação dos meios, nós entendemos que os meios disponíveis que temos não são suficientes, como se calhar não o são em qualquer serviço de protecção civil. Nós entendemos, e já o dissemos bastas vezes, que o Serviço Regional de Protecção Civil tem, e de acordo até com as próprias recomendações que estão em curso e eu também já disse isso aqui hoje à Comissão, necessidade de melhorar rapidamente o sistema de comunicação, tem necessidade de fazer com que as câmaras - se é que isso se pode dizer assim - procedam rapidamente à elaboração dos planos municipais de emergência e de fazer com que este diálogo entre as câmaras municipais, os corpos de bombeiros e o Serviço Regional de Protecção Civil, seja regulado através de diplomas que darão uma nova estrutura à Protecção Civil. E é por isso que a Assembleia Legislativa Regional, durante o ano de 1998, vai pronunciar-se e aprovar - esperamos - a nova lei orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil.

Por outro lado, relativamente à recomendação que o Sr. Deputado Joaquim Ponte aqui faz, eu devo dizer que no dia 9 de Janeiro o Sr. Presidente do Governo Regional procedeu a orientações para que essas averiguações tivessem lugar, no âmbito daquilo que compete ao Governo e ao Serviço Regional de Protecção Civil.

Essas averiguações estão em curso e, naturalmente, vão ser dadas a conhecer quando estiverem terminadas.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Muito obrigado, Sr. Secretário.

O Sr. Deputado Joaquim Ponte considera-se esclarecido?

**Deputado Joaquim Ponte (PSD):** Há apenas duas ou três questões que eu gostaria de obter um melhor esclarecimento, no caso de ser possível.

Uma delas é que registei - e o Sr. Secretário referiu isso mais do que uma vez - a directiva que fez com que os serviços de bombeiros e outros andassem à espera de ordem para avançar. V. Ex<sup>a</sup>. frisou mais do que uma vez que não há qualquer directiva escrita.

Por aquilo que percebi, deverá ter havido uma directiva que resultou em termos dessa reunião de bombeiros e todos a entenderam da mesma forma, razão pela qual certamente isso aconteceu.

Quanto à Protecção Civil, há aqui apenas um pequeno pormenor, não é que ele tenha relevância, mas de qualquer forma não queria deixar de o referir, e que se prende com este episódio do helicóptero. Ou seja, o comandante do helicóptero - segundo o relatório e o Sr. Secretário saberá disso tão bem quanto eu - não recebe ordens de um popular qualquer. O que vem aqui dito é que há um funcionário do Serviço de Protecção Civil local e um presidente de junta de freguesia que dizem ao helicóptero que ele deve tomar esse destino.

Eu já lhe digo qual é a página para não ter o trabalho de procurar.

Cá está, na página 120, se vir o ponto nº7, aliás eu posso lê-lo: "O PUMA chega à Povoação e após alguns minutos, chegam duas pessoas, uma da Protecção Civil" - que eu presumo que o Sr. Secretário já saberá quem seja - "e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia".

Ora, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia deve saber quem é este funcionário da Protecção Civil, portanto não é uma pessoa qualquer, não é um popular qualquer, o qual vem dizer ao helicóptero que há dois feridos graves para transportar ainda antes do Governo Regional. O que me faz supor que se, porventura, o helicóptero tem apanhado ali os Membros do Governo, ao contrário daquela que era a pretensão do Sr. Presidente do Governo, teria transportado antes o Governo e só depois os feridos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Isso não é verdade, porque já tinha havido antes transporte de feridos.

**O Orador:** Está bem, Sr. Secretário. Mas até aqui faltavam estes dois e eles estavam em terra quando mandaram ir buscá-los.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): O Sr. Deputado está a falar na Povoação.

Vamos lá ver se nós entendemos a cronologia dos acontecimentos.

Quando o helicóptero foi solicitado para a Ribeira Quente, para onde foi, teve de facto essa notícia de que era preciso transportar alguém da Povoação. E levaria 3 minutos a ir buscar essa pessoa lá, mais 3 minutos para regressar à Ribeira Quente e evacuava o ferido.

**O Orador:** Não é a esse caso que eu me estou a referir. A gente não se está a entender. Esse era o caso de uma senhora com diálise.

O Sr. Secretário perdoe-me o diálogo, mas eu estou a falar de dois feridos graves que foram buscar à Ribeira Quente.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Pois, mas aí não houve confusão nenhuma.

Vamos lá a ver se entendemos aqui uma situação.

Quando se fala "numa pessoa da Protecção Civil" é preciso ver que não vem ninguém da Protecção Civil para a Ribeira Quente. Portanto, está aqui provavelmente a referir alguém da Comissão Local de Protecção Civil que tenha vindo no helicóptero, ou seja, não é nenhum dirigente daquele serviço, é bom que isso fique claro. Não há nenhum dirigente do Serviço Regional de Protecção Civil a regressar da Ribeira Quente para as Furnas.

**Presidente da C.P.G.A.I.** (*Dep. Manuel Azevedo*): Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila** (*PS*): Sr. Presidente, Sr. Secretário:

Nós participámos com muito agrado, dando a nossa aquiescência a que esta audição tivesse lugar também com carácter de urgência, porque entendemos que numa postura positiva e sem nenhum sentido inquisitorial, porque julgamos que o Parlamento deve exercer o seu papel que é acompanhar os actos do Governo, está a fazê-lo e penso que bem. Ou seja, cada um exprime as suas opiniões e acho que assim é que deve ser.

Porém, uma coisa é certa: nós ouvimos como cidadãos anónimos, o programa da RTP-Açores, em que as pessoas que lá estavam da Ribeira Quente, de um modo geral, inclusivamente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, disseram que não haveria qualquer possibilidade de salvar vidas desses infelizes que estavam soterrados. Isso para nós é um ponto que já é passado, infelizmente para aqueles que perderam as suas vidas.

Congratulamo-nos com as posições do Governo em enviar a esta Casa uma nova lei do Serviço Regional da Protecção Civil. Há muita coisa que deve realmente ser revista, repensada e melhorada, com as experiências - algumas boas outras más - que entretanto foram ocorrendo.

Agora o que nos preocupa é como é que se vai proceder no futuro?

Como é que se vai dar uma esperança a todas as populações que continuam a viver em zonas de risco?

Quanto aos planos municipais de emergência, pensamos que o Governo deve dar às autarquias - porque há algumas que têm dificuldades de meios técnicos - todo o apoio, desde o momento em que elas o solicitem e aliás isso vem referido no relatório, ou seja, o Governo deve ter uma acção pedagógica, e que aliás o Sr. Secretário também já frisou.

Posto isto, queríamos deixar apenas duas questões:

O que é que este Governo encontrou de trabalho já produzido, relativamente àquele exercício feito pelo Serviço Regional de Protecção Civil em 1993, quando se ensaiou o isolamento da freguesia da Ribeira Quente?

E em termos concretos, o que é que está já dentro do fórum das atribuições do Governo?

Que medidas já foram tomadas em relação às recomendações que o Sr. Provedor de Justiça faz ao Sr. Presidente do Governo, com base neste relatório?

Era só isto. Muito obrigado.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Eu vou dar a palavra ao Sr. Secretário, não sem antes tentar fazer o ponto da situação outra vez.

Nós estamos aqui para fazer uma audição ao Sr. Secretário, no sentido de apurar a eventual contradição entre as declarações do Governo e aquilo que está no relatório do Sr. Provedor de Justiça.

Teremos muito gosto, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila e Sr. Secretário, em a qualquer altura - pode ser esta semana, pode ser para a semana - ouvir o Sr. Secretário relativamente às medidas que tem previstas tomar no futuro para a reformulação do Serviço Regional de Protecção Civil. No entanto, não é esse o objecto da nossa reunião. De qualquer maneira, dou a palavra ao Sr. Secretário que entretanto pede também a palavra.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Eu, de facto, congratulei-me com o anúncio feito pelo Sr. Secretário, de que iria mandar para esta Casa uma nova lei. E perguntei - e acho que isso é legítimo - com base nas recomendações do relatório, que medidas pensa o Governo tomar.

Era só para precisar isto.

Quanto à nova lei, congratulei-me com ela, o que também acho que tenho alguma legitimidade para o fazer.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Bem, eu não vou naturalmente falar no passado, porque todos o conhecem. Vou falar, como é óbvio, naquilo que o Governo Regional acha que é importante, face a essas recomendações, actuar em vários âmbitos.

Já aqui hoje fiz referência às principais medidas para o ano de 1998 e que têm relação directa com essas recomendações, mas também com o próprio plano de investimentos do Governo Regional - é importante que isto fique aqui referido.

Os Srs. Deputados aprovaram há pouco tempo, pelo menos para o ano de 98, cerca de 75 mil contos para as telecomunicações de emergência, perante um investimento de 325 mil contos.

Nós temos a EDA como assessora do Governo Regional para a instauração desse sistema de comunicações, aliás o contrato já está assinado.

Nós temos também a constituição de "Kits de emergência" que possam ser posicionados nas Ilhas de S. Miguel, Terceira, Faial e Flores e que venham a ser palatizados e utilizados pelo ATP da SATA, pelo Aviocar, ou pelo PUMA da Força Aérea.

Nós temos uma consulta em marcha de aparelhos para detecção de soterrados, que não tenham só a ver com escombros, mas também com lamas.

Temos no plano de actividades de 1997, no protocolo com a Universidade dos Açores, esse alargamento do protocolo para o ano de 98 e seguintes, onde a elaboração de cartas de risco são também uma preocupação fundamental do Governo Regional.

Nós tínhamos, inclusivamente, já agendado, antes da catástrofe da Ribeira Quente, uma reunião com os órgãos de comunicação social, para a integração destas problemáticas no âmbito do cenário de pós-crise.

Nós temos também, neste ano de 1998, uma preocupação na informatização dos sistemas de protecção civil, para sabermos, em cada lugar, quais são os meios e os recursos, bem como as dificuldades que podem ajudar as câmaras municipais a elaborar planos de emergência municipal como deve ser.

Portanto, isto são acções do ano de 1998.

Fundamentalmente, gostaria de dizer que associado aos diplomas que nós produzimos em 1997 e às preocupações com as comunicações, são estas as principais linhas que podemos apontar para a protecção civil neste ano que agora começou.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Está satisfeito com a resposta, Sr. Deputado?

*(Resposta afirmativa do Deputado Rui Pedro Ávila)*

Tem então a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

**Deputado Francisco Xavier (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Secretário:

Eu inicialmente tinha uma questão para lhe colocar, e embora já esteja esvaziada até ser ponto pelas intervenções que me antecederam, vou ser teimoso e vou colocá-la de novo.

Essa questão prende-se com os planos de emergência municipais.

Nós sabemos, tal como diz o relatório, que é da competência do serviço municipal de protecção civil a elaboração desses planos, no entanto a própria recomendação do Provedor de Justiça vai no sentido de também envolver o Governo Regional na elaboração dos mesmos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): É preciso ver que os planos municipais de emergência são da responsabilidade das câmaras municipais.

O Sr. Deputado disse que era competência do Serviço Regional de Protecção Civil, mas não é.

**Deputado Francisco Xavier** (*PSD*): Peço desculpa, está certo, é das câmaras municipais.

No entanto, a recomendação do Provedor de Justiça vai no sentido de envolver o Governo Regional na elaboração desses planos.

Gostaria de saber se no caso do Concelho da Povoação, o Sr. Secretário não acha que o Governo Regional, através dos órgãos próprios, deveria ter sido mais preciso e mais incisivo relativamente àquele concelho, no sentido de ser ele próprio a elaborar o seu plano de emergência?

Eu faço esta pergunta, tendo em vista o Concelho da Povoação ter sido particularmente atingido por diversas calamidades.

Por outro lado, não posso deixar de fazer aqui uma apreciação acerca do que o Sr. Secretário disse dos Bombeiros da Ribeira Grande, concretamente, e com respeito àquela questão das 2 horas e meia de atraso.

A sua intervenção surpreende-me (mas não quero com isto dar-lhe ou tirar-lhe a razão), porque quem conhece como trabalha uma corporação de bombeiros e sabe que aquela gente, sendo voluntários, por vezes faz bastante sacrifícios para levar a cabo todas aquelas missões, e, concretamente no caso dos Bombeiros da Ribeira Grande que naquela noite estavam no terreno desde as 2 horas da manhã, e quando se preparavam para ir para casa, começam a surgir as primeiras informações de que havia qualquer problema na Ribeira Quente e com a continuada insistência daquela corporação junto do Serviço Regional de Protecção Civil, no sentido de saber o que é



que tinham que fazer, só receberam resposta a isso pelas 8 e meia da manhã, quando chega a primeira ordem de partida.

Agora o Sr. Secretário vem aqui dizer que não há nenhuma ordem que tivesse impedido os bombeiros daquela corporação de partirem.

Para mim, alguém está a mentir neste processo.

Eu acho que temos que saber quem é que está a falar verdade. Ou seja, saber se realmente houve alguma ordem, verbal sequer, se houve alguma confusão instalada.

Ou seja, há que atribuir responsabilidades àquilo que aconteceu, porque quer queiramos quer não, levou-se 2 horas e meia a dar essa ordem. E é isto que é inadmissível, principalmente para quem tem a responsabilidade da protecção civil a nível regional.

Portanto, esta é a minha preocupação relativamente a este aspecto, pois eu penso que estas questões não podem ficar por aqui, porque perante uma situação destas e perante uma afirmação dessas, na minha opinião os Bombeiros da Ribeira Grande, neste caso concreto, ficaram "em maus lençóis", portanto acho que dever-se-ia continuar com as investigações.

Muito obrigado.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Deputado Francisco Xavier:

Não há ninguém nesta Região - nem deputados nem ninguém - que tenha mais respeito pelos bombeiros do que o Governo Regional. Podem ter o mesmo respeito, mas não têm mais.

Os Bombeiros da Ribeira Grande estão exactamente nessa justa medida, incluídos neste sentimento e neste respeito que é mútuo.

Portanto, o problema não reside aí.

Nós sabemos qual a mais valia dos bombeiros, qual o seu valor, portanto é uma generalização abusiva querermos invocar que os Bombeiros da Ribeira Grande ficam bem ou mal em qualquer uma destas situações.

O que está aqui a ser apreciado, factualmente, é se a Corporação de Bombeiros da Ribeira Grande ficou ou não 2 horas à espera e se isso foi motivo de falta de coordenação ou de directivas contraditórias, face àquilo que tinha sido dito.

O nosso entendimento é de que não há directiva nenhuma escrita que levasse qualquer corporação de bombeiros a não intervir fosse onde fosse.

Agora, nós precisamos de saber outra coisa: a Freguesia da Ribeira Quente encontra-se no Concelho da Povoação e está em primeira linha sob a jurisdição dos Bombeiros da Povoação. E dista 30 quilómetros da Ribeira Grande. Portanto, em primeiro lugar e de acordo com aquilo que é a directiva, essa sim, e que está consignada na lei, entram em acção os primeiros bombeiros. Mas o problema foi outro, isto é, não puderam entrar em acção nem uns nem outros, porque a estrada estava obstruída. Esta é que é a verdadeira razão da situação ocorrida. Ou seja, tanto os Bombeiros da Povoação como os da Ribeira Grande, não puderam chegar lá. Só poderiam chegar através de meios aéreos. E foi por isso que foi dada prioridade à activação desses mesmos meios.

Que isto não se confunda de maneira nenhuma - porque seria irresponsável da parte de qualquer um de nós - com qualquer

imputação aos bombeiros o facto de terem estado ou não parados e o facto de terem ou não actuado.

Portanto, aqui não há senão a análise factual do que nós conhecemos.

Assim sendo, nem os Bombeiros da Ribeira Grande nem os da Povoação puderam chegar, infelizmente, e por obstrução da estrada, nas primeiras horas à Ribeira Quente.

Por outro lado, penso que o Sr. Deputado também afirmou que o Governo Regional teria que ter maior empenhamento - se é que isso pode classificar-se assim - na elaboração dos planos municipais de emergência.

Eu devo dizer-lhe que, efectivamente, o Governo Regional em 1997 fez várias cartas às câmaras municipais, aliás na última reunião da DROAP no Pico, essa matéria voltou a ser referida. E tem feito, juntamente com as visitas efectuadas do Sr. Inspector Regional de Bombeiros - que é também Presidente do Serviço Regional de

Protecção Civil - visitas às câmaras municipais, no sentido da activação desses planos.

Agora, esta situação que, infelizmente, também é nacional, tem mostrado que a maior parte das autarquias do País ainda não avançou para esses planos de emergência.

O ano de 1998, e a própria reunião que o Governo Regional vai promover nos dias 26 e 27 de Janeiro, é mais uma vez uma grande chamada de atenção para que não só se cumpra a lei, porque isso é competência das autarquias, mas também é para dizer que o Governo Regional, através do Serviço Regional de Protecção Civil, vai fazer aquilo que estiver ao seu alcance para que esses planos aconteçam. E o Governo Regional não faz mais do que a sua obrigação, de colaborar e cooperar nessa edificação dos planos municipais de emergência.

O que nós gostaríamos é que também todas as autarquias sentissem este problema como uma prioridade, porque os planos municipais de emergência podem, efectivamente, resolver um sem número de situações que já se vieram a verificar que são importantes, tanto no Concelho da Povoação como nos outros concelhos dos Açores. E, actualmente, o plano municipal de emergência mais adiantado e que vai ser sujeito a homologação, é o de St<sup>a</sup>. Cruz da Graciosa.

Portanto, o nosso esforço é realmente para que as câmaras municipais tenham também essa prioridade, como uma primeira linha das suas preocupações.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** O Sr. Deputado está satisfeito ou pretende mais algum esclarecimento?

**Deputado Francisco Xavier (PSD):** Pretendia mais um esclarecimento.

Sr. Presidente, Sr. Secretário:

Em relação a essa última questão dos planos de emergência municipais, eu espero que realmente o Governo consiga levar a cabo, para bem de todos nós como é evidente.

Relativamente à primeira questão, não estou de acordo, naturalmente consigo, porque na altura os Serviços Regionais de Protecção Civil sediados na Terceira, não tinham a consciência exacta de como é que estavam os caminhos.

Portanto, qualquer pessoa nessa função, mandaria os bombeiros saírem automaticamente.

Isso para mim, e desculpe-me o juízo de valor que faço, não passa de uma desculpa para justificar essas 2 horas e meia de atraso. Tanto mais que os Bombeiros de Vila Franca foram a pé pelo caminho de Ponta Garça e os Bombeiros da Ribeira Grande não foram de carro até à Ribeira Quente, portanto, qualquer responsável da Protecção Civil o que tinha a fazer era mandar os bombeiros saírem automaticamente, não esperavam que os caminhos ficassem desimpedidos para depois ir "passar" até à Ribeira Quente. De maneira nenhuma.

De qualquer modo, se essa investigação continuar, nós teremos naturalmente oportunidade de precisar melhor essas situações por alguém talvez mais habilitado até do que nós sobre esta matéria.

Para além disso, não se compreende - e a questão continua de pé - que esteja sempre uma corporação de bombeiros a solicitar ao Serviço Regional de Protecção Civil uma intervenção e essa autorização nunca apareça.

O Sr. Secretário acaba agora de dizer que se deu prioridade aos meios aéreos. E naturalmente sabe a que horas é que se deu prioridade aos meios aéreos, ou seja, o 1.º helicóptero levanta quase às 10 horas. Por isso, que grande prioridade se deu aos meios aéreos, Sr. Secretário!

Era só isto que eu tinha a dizer.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Deputado Francisco Xavier:

Eu gostaria de realçar, mais uma vez, que esta matéria não pode ser vista dessa maneira.

A minha presença aqui não tem naturalmente o pendor de vir dar lições a ninguém, mas gostaria de chamar a atenção para que a obstrução dos caminhos foi a primeira coisa que se soube. Infelizmente, o que não se soube, desde a primeira hora, foi se havia mortos ou não havia mortos.

Essa é que é a questão de fundo que está aqui invocada.

Portanto, em relação a essa falta de ordem para o avançar de qualquer corporação de bombeiros, não há nenhum bombeiro desta Região que, tendo conhecimento de uma

situação que pelo menos se sabia que era grave, fique à espera de ordens para avançar seja em que lado for. Nem na Ribeira Grande nem em lado nenhum. Porque isso já aconteceu noutras situações que tivemos posteriores a essa. Como por exemplo, outro dia nas Calhetas de Rabo de Peixe, houve aquela derrocada com muito menos gravidade e a actuação foi imediata.

Portanto, a situação que está aqui em cima da mesa é exactamente o seguinte: cabe, em primeiro lugar, aos bombeiros do concelho acudir aos sinistros e depois todas as outras forças, e sobretudo aquelas que estão mais perto - e até neste caso concreto as forças que correspondem ao comando da zona operacional como é o caso da Ribeira Grande que faz parte da zona operacional nº1 que engloba a Ribeira Grande, Povoação e Nordeste - devem acudir, por isso até não faz sentido invocar falta de ordens seja de quem for.

É preciso vermos que o problema não reside nesse facto, e eu já disse isso aqui anteriormente. O problema é que não se conseguia chegar à Ribeira Quente, isto é, nem os Bombeiros da Ribeira Grande nem os da Povoação. E quando foi possível, perante desobstrução de parte da estrada, então os bombeiros dirigiram-se para lá, porque o exercício que estava feito naquele local, era a passagem por cima do túnel. Não estava previsto nesse exercício a estrada cortada muitos metros antes.

Portanto, nós temos que saber exactamente que tipo de situação é que havia ali.

Nós não sabíamos, tal como os bombeiros quando fizeram o exercício, que não era só o túnel que estava impedido, era tudo que estava impedido.

Por isso, os bombeiros para chegarem ao túnel e praticarem o exercício que já tinham feito, tiveram que fazer avançar as máquinas durante muitos metros e durante muitas horas.

Esta é que é a realidade de quem esteve lá e viu, como eu vi, as máquinas a fazerem esse trabalho e como alguns outros também viram.

Portanto, esta é que é a realidade factual da não chegada dos Bombeiros da Ribeira Grande e dessa eventual falta de ordens. Ou seja, a dificuldade gerada aqui, tem a ver com a dificuldade em chegar à Ribeira Quente e não tem a ver com o esperar por ordens seja de quem for.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Eu tenho aqui mais duas inscrições, no entanto o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila pede a palavra. Só se for muito rápido.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente é só para dizer-lhe que foi V. Ex<sup>a</sup> que disse que o âmbito desta audição era as contradições e nós já estamos a ir para a análise quase hora a hora dos acontecimentos.

Por mim está tudo bem, mas o Sr. Presidente é que chamou a atenção para o propósito desta audição.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Sr. Deputado, mas eu penso que não estamos a descambar, porque a contradição é exactamente essa. Ou seja, o Governo diz que tudo decorreu dentro da normalidade e o relatório do Provedor de Justiça diz que houve atrasos. E quando há atrasos a gente tem que ver horas por horas

Já agora vou dar-lhe o seguinte exemplo: quando o Sr. Secretário estava agora a dizer isto, eu estava inquieto para intervir para dizer que às 6 horas e 7 minutos, para além de se dizer em comunicações que havia derrocadas, já se admitia a hipótese de haver mortos. E disso foi informado o IRBA às 6 horas e 13 minutos. E às 6 horas e 38 o IRBA foi informado novamente. E o Sr. Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil só foi acordado às 6 horas e 45 minutos.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sim, mas eu não sei o que é que isso tem a ver...

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Tem a ver com o facto do Governo ter dito que tudo correu dentro da normalidade e isto é uma anormalidade!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Se me é permitido, eu gostaria apenas de dizer o seguinte: o Sr. Secretário disse que a primeira análise cabe ao serviço local de Protecção Civil e depois entra o Serviço Regional de Protecção Civil, dando até o exemplo das Calhetas.

Portanto, se a gente agora vai começar a analisar o relatório hora a hora, minuto a minuto, quem é que prestou declarações verdadeiras, quem é que prestou declarações mais ou menos contraditórias, acho que vai-se perder o âmbito da audição.

Por mim, posso estar aqui até à meia noite, mas não podia deixar de fazer um ponto à situação e só vi que devia chamar a atenção, porque o Sr. Presidente também tomou essa iniciativa quando me deu anteriormente a palavra.

Foi só nesse âmbito e mais nada.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Com certeza, Sr. Deputado. Agradeço-lhe imenso a chamada de atenção, mas nós não podemos ficar aqui por generalidades, relativamente às contradições evidentes, apesar do Sr. Secretário dizer que não há qualquer contradição entre uma coisa e outra.

Não podemos ficar dessa maneira, aliás estou convencido, no decorrer deste processo, que a gente vai ter que ouvir mais gente.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, desculpe-me por interrompê-lo, mas eu queria só dizer uma coisa que já deveria ter dito no início da reunião, é que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro está aqui em substituição do Sr. Deputado João Carlos Macedo.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Muito obrigado.

Assim sendo, vamos continuar.

Penso que já está aqui numa sala ao lado o Sr. Presidente da Câmara da Povoação e daqui a pouco vou deslocar-me lá para falar com ele, para dizer-lhe como é que isto vai evoluir, porque eu tenho aqui variadíssimos pedidos de intervenção, nomeadamente do Sr. Deputado Nuno Barata, da Sr<sup>a</sup>. Deputada Ana Carolina e do Sr. Deputado João Cunha que aliás me pediu para intervir agora, porque a sua questão tem a ver com isto. Além disso, tenho agora o Sr. Deputado José Maria Bairos que não tinha visto antes, desculpe.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, quantos deputados tem o PSD na Comissão?

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Tem estes todos que aqui estão: os Srs. Deputados José Maria Bairos, João Cunha, Joaquim Ponte, Francisco Xavier e eu próprio.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Mas eu vejo também a Sr<sup>a</sup>. Deputada Ana Carolina, por isso fiquei na dúvida.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Mas diz o Regimento que qualquer sr. deputado pode participar nas reuniões das comissões, podendo intervir, mas não podendo votar.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Acho que não é bem assim.

Penso que qualquer deputado pode assistir às reuniões das comissões, porém, para participar nas mesmas só se a comissão autorizar.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Tem razão.

Portanto, esta Comissão não autoriza que a Sr<sup>a</sup>: Deputada Ana Carolina participe?

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não Sr. Presidente, não é nada disso. Não vale a pena ir para aí, tenha calma!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** É que houve mais deputados do PS que também podiam estar agora aqui nesta audição ou na outra que se segue. Só que nós pensámos como é uma mera audição, não deviam estar todos a intervir. Porque, como sabem, temos 10 deputados na Ilha de S. Miguel onde tudo isto se passa, portanto é só para vos dizer qual é o nosso entendimento desta questão concreta, mais nada.

Por nós, podem falar, mas tomámos esta posição.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Muito obrigado pelo seu esclarecimento.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Cunha, mas terá que ser muito rápido, porque eu já tinha previamente inscrito o Sr. Deputado Nuno Barata.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Secretário Regional:

De entre todas as suas palavras há aqui uma coisa que eu não percebi, ou seja, eu vejo que só por volta das 13, 30 horas é que foi pedido à Base Aérea 4, sem qualquer carácter urgente, um 2º helicóptero.

Pergunto então: estando as vias de acesso à Ribeira Quente totalmente obstruídas, conforme diz o Sr. Secretário e muito bem, porque é que este helicóptero só é pedido a estas horas, sabendo-se que já existia o heliporto improvisado naquela localidade e que poderia dar uma ajuda preciosa aos bombeiros que nessa altura tentavam deslocar-se para lá?

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** A questão dos helicópteros foi resolvida com base na avaliação, depois da primeira ida do



helicóptero à Ribeira Quente. E verificou-se que os feridos, o material e as pessoas que podiam ser transportados para lá, naquela primeira hora, estavam resolvidos.

Quando se activou o 2º helicóptero que - por acaso também não disse, mas está aí escrito - veio a avariar e por isso é demorou esse tempo todo, acontece que as primeiras intervenções, face à avaliação da situação no terreno, foram resolvidas com o 1º helicóptero.

Quando o 2º helicóptero se mostrou disponível avançou, mas teve um atraso em virtude de ter sofrido uma avaria, tendo o mesmo que regressar. Aliás, basta ler o relatório.

**Deputado João Cunha (PSD):** Mas essa é a sua opinião.

**O Orador:** Não é a minha opinião. É o que está escrito aqui no relatório do Comandante da Base Aérea nº4.

Portanto, em matéria de helicópteros, eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado - e já que falámos antes nesta questão das horas - que o helicóptero só chegou à Ribeira Quente às horas que chegou, porque não tinha antes onde aterrar.

Isso já foi dito pelo próprio engenheiro que trabalhou, abnegadamente, nesta operação e que até levou, e muito bem, um elogio do Sr. Provedor de Justiça.

Portanto, é preciso desmistificar tudo isso que é a contabilização das horas envolvidas nesta operação.

É preciso desmistificar junto daqueles que sabem que o helicóptero viajou com vento desfavorável e que levou mais tempo do que leva normalmente.

De resto, não há - como foi veiculado inicialmente - nenhum reparo a atrasos de helicóptero neste relatório, antes pelo contrário. E essa foi a grande bandeira daqueles que, irresponsavelmente, fizeram análises apressadas a esta operação da Ribeira Quente.

Agora, com a chegada deste relatório, a discussão centrou-se na questão do eventual atraso de ordens aos bombeiros. Mas no princípio, toda a gente se lembra que o móbil da discussão era o atraso do helicóptero.

Pelos vistos, agora já ninguém refere com a intensidade e o ardor de outrora a questão dos helicópteros. E ainda bem que é assim, porque o Sr. Provedor de Justiça viu que a contabilização dessas horas, independentemente de nós termos admitido - como já

admitimos - que eventualmente naquela primeira hora de recolha de material, poder-se-ia ter ganho meia hora ou 1 hora. Aliás, o Sr. Presidente do Governo chegou a dizer isso. Mas, mesmo assim, já não há o ponto da discórdia com o célebre helicóptero. Agora, a discussão e a eventual contradição, residiria na falta de coordenação de uma corporação de bombeiros que não teria sido mandada avançar. É isto que nós não temos como recomendação principal. Temos, sim, como recomendação principal do relatório do Sr. Provedor de Justiça, todas aquelas que correspondem às medidas que estavam em curso e que o Sr. Provedor, vendo a resposta do Governo Regional a uma primeira carta que ele pediu para respondermos, verificou o cariz das nossas respostas.

Por exemplo, quando Sr. Provedor de Justiça nos faz menção de que não existem planos municipais de emergência e porque é que o Governo Regional ainda não sensibilizou as câmaras municipais nesse sentido, nós respondemos que não existem planos municipais de emergência, que é uma competência das câmaras municipais e o Governo Regional está disponível para colaborar.

Estas recomendações foram construídas assim: **recomendação** - "*Recomenda-se ao Governo Regional que sensibilize, mais aceleradamente, os planos de emergência municipal*".

Portanto, é este o grosso das recomendações e são essas recomendações que servem ao Governo Regional para assumir que elas têm validade no âmbito da sua actividade, bem como do Serviço Regional de Protecção Civil.

Nós não entendemos que se possa gravitar à volta de conceitos acessórios ou de situações que eventualmente não servem para a melhoria dos serviços e que podem ter outro tipo de interesses.

**Presidente da C.P.G.A.I.** (*Dep. Manuel Azevedo*): Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata** (*PP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu realmente tinha uma série de perguntas para fazer que já foram postas e por isso não vou repeti-las, até porque já ouvi as respectivas respostas. Fiquei satisfeito com algumas e não fiquei com outras.

Para além disso, também tenho aqui uma série de considerações para fazer, mas agora vou limitar-me a apenas uma que se prende com uma precisão.

A precisão é de que o acesso em caso de catástrofe à Ribeira Quente, tal como o Sr. Secretário deve saber, não se faz pela estrada nem pelos túneis. A saída dos túneis faz-se pela Cova da Burra, pela Freguesia das Furnas, mais concretamente por um prédio que se chama "As escadinhas" e que é pertença do Sr. Estevão Gago da Câmara.

Portanto, se a corporação de bombeiros tivesse chegado à Cova da Burra, e até por acaso pela via sul não havia grandes obstruções, se calhar tinha chegado mais cedo à Ribeira Quente. Mas isso não é caso que me preocupe neste momento, por isso vou deixar passar, foi apenas um preciosismo.

O Sr. Secretário ao longo desta audição tem falado várias vezes em disfunção do sistema, ou seja, aquilo que estava implantado no passado e que é culpa do Partido Social Democrata - presumo eu - e que não estava bem feito.

É verdade. Mas os senhores levaram um ano, nomearam pessoas para disfuncionar e, no entanto não alteraram esse sistema.

Quanto às perguntas, tenho duas para colocar e gostaria de as ver respondidas da mesma forma sintética que vou fazê-las.

Houve um relatório realizado pelas autoridades regionais sobre os acontecimentos?

Houve subavaliação da situação e por isso as corporações de bombeiros não chegaram com maior ligeireza ao local da tragédia?

Muito obrigado.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Em relação à primeira pergunta, houve um relatório que foi pedido, imediatamente a seguir, ao Sr. Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil e que foi denominado "A Fita do Tempo". Ou seja, a cronologia dos acontecimentos que, aliás depois foi também solicitado no âmbito da Provedoria da Justiça.

Está em curso, como eu já disse aqui, face às recomendações do Sr. Provedor de Justiça, um outro processo de averiguações perante aquilo que ele acha que ainda deve ser averiguado.

Quanto à segunda questão, eu devo dizer-lhe que não gostaria de qualificar esta operação ao nível de subavaliação da situação que foi instalada na Ribeira Quente.

O que eu gostaria de relevar nesta operação são as dificuldades que os principais responsáveis pela Protecção Civil tiveram em recolher informação do que aconteceu, efectivamente, naquele local nas primeiras horas, porque não havia comunicações da Ribeira Quente para o Serviço Regional de Protecção Civil. Havia, sim, informações esparsas, umas a dizer que talvez houvesse mortos, outras a dizer que talvez era muito grave, que havia muitas derrocadas, etc.. No entanto, não havia informação fidedigna até à hora que aí está descrita no relatório do Sr. Provedor de Justiça.

Portanto, a minha convicção é que desde a primeira hora, face aos meios disponíveis e à hora de chegada das informações fiáveis, o serviço foi activado.

Nós admitimos - tal como o Sr. Presidente do Governo Regional uma vez disse - que na primeira fase de recolha de equipamento até à entrada no helicóptero, eventualmente, podia ter havido aí um espaço de tempo de 30 ou 45 minutos e que poderiam ter sido poupados na operação, que iria naturalmente debater-se com a impossibilidade de aterrar na Ribeira Quente, mas pronto, admitimos que talvez nessa primeira fase a hora de chegada poderia ter sido encurtada em meia hora ou 45 minutos.

Se isso iria ou não impedir vítimas, efectivamente aqueles que conhecem o terreno, terão muito mais probabilidades de dizer que não iria impedir vítimas, porque elas já existiam, infelizmente.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** O Sr. Deputado Nuno Barata está satisfeito?

**Deputado Nuno Barata (PP):** Depois da resposta que o Sr. Secretário me deu, nós estamos de facto numa situação de subavaliação, nomeadamente quando o Sr. Secretário diz que talvez houvesse mortos, talvez não houvesse, portanto havia a dúvida. E nós próprios quando ouvimos as primeiras declarações dos populares, nomeadamente do Sr. Bettencourt que estava em cima dos acontecimentos, a dizer "veio um senhor bater à minha porta a dizer que estava tudo morto no Fogo e eu fiquei sem saber, vim buscar o pão cá fora, fui para dentro peguei no rádio,

telefonei... não telefonei", isto quer dizer que havia efectivamente uma situação de subavaliação.

Acredito, e aceito perfeitamente que, tendo-se actuado mais cedo, se calhar não se tinha salvo mais ninguém - admito isso - mas também não posso aceitar que se baixe os braços quando se diz "está tudo perdido"!

Acho que devemos sempre tentar arranjar uma solução mais eficaz.

Já agora, que isto também nos sirva de lição para o futuro, para que em outras situações talvez se possa salvar pessoas se de facto actuar-se mais depressa.

Por outro lado, há subavaliação, quando só se pretende fazer um relatório exaustivo sobre os acontecimentos, apenas quando o Sr. Provedor de Justiça manda fazer.

Nós, que somos os grandes defensores da autonomia, precisámos que o Sr. Provedor de Justiça viesse do Continente Português, da Pátria-Nação ou Estado, dizer que estava tudo mal, para nós então assumirmos e pormos gente no terreno a fazer um relatório mais exaustivo.

São apenas estas duas pequenas considerações, de resto considero-me esclarecido sobre as perguntas que fiz.

Muito obrigado.

**Presidente da C.P.G.A.I.** (*Dep. Manuel Azevedo*): Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Eu devo dizer ao Sr. Deputado Nuno Barata que essas averiguações começaram logo a ser feitas imediatamente a seguir aos acontecimentos. Não foi preciso o Sr. Provedor de Justiça vir dizer que eram precisas outras averiguações.

Portanto, as averiguações que o Governo Regional entendeu na altura fazer, efectuou-as.

O Sr. Provedor de Justiça **recomendou** a feitura de outras averiguações, perante a leitura que ele teve dos acontecimentos. E foi nesse estrito cumprimento que o Governo Regional mandou proceder a essas averiguações que estão em curso.

Em relação à subavaliação, nós pensamos que a avaliação foi feita perante os dados disponíveis e perante a informação que saiu da Ribeira Quente.

Quem quiser admitir que havia poucos dados disponíveis a partir da Ribeira Quente, por impossibilidade de saída desses mesmos dados, e que isso conduziu à ideia da não dimensão da catástrofe naquelas proporções, nós até podemos admitir essa gradação. Agora, o que nós não podemos é deixar passar a ideia de que não se activaram todos os meios a partir dessa hora.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Obrigado, Sr. Secretário.

Penso que o Sr. Deputado João Cunha tinha mais uma precisão a fazer, faça favor.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Secretário, eu penso que não percebeu bem aquilo que eu disse.

O que eu ponho aqui em dúvida relativamente àquilo que perguntei pela primeira vez é o seguinte: diz aqui o Comando da Zona Aérea dos Açores que o pedido é feito sem nenhum carácter urgente. - isto pelas 13 horas e 30 minutos.

Sabendo-se que às 11 horas e 30 minutos já havia gente na Ribeira Quente, como é que ainda se avalia um pedido de um 2º helicóptero sem carácter urgente?!

Mais: não é a questão do helicóptero ter chegado atrasado ou não devido a uma avaria, não é isso que está em causa. O que está aqui mais em causa é que o 2º helicóptero fica em P. Delgada às 16 horas e 40 minutos. E só às 17 e 30 minutos é que se desloca para a Ribeira Quente, levando ainda uma equipa de bombeiros. Como é que isto é possível, Sr. Secretário?

Há ou não má coordenação no terreno, destas coisas?

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Deputado, eu queria dizer-lhe que relativamente a essa questão do helicóptero, essa avaliação foi feita não subestimando o que estava em causa. Foi, sim, depois de nós sabermos que o 1º helicóptero tinha resolvido a evacuação dos feridos que existiam na Ribeira Quente.

O 1º helicóptero foi suficiente para resolver a situação dos feridos. Infelizmente, o que aconteceu foi que nós encontrámos poucos feridos e muitos desaparecidos - essa é que é a grande questão.

Portanto, não é a questão de haver mais um helicóptero para transportar feridos que não existem!

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte, mas tem que ser rápido, porque há outras inscrições.

**Deputado Joaquim Ponte (PSD):** Era só para um complemento de esclarecimento a esta questão que o Sr. Secretário acabou de referir.

É que em relação a esta questão dos helicópteros, eu tenho uma perspectiva que, de alguma forma, aproxima-se daquela que foi aqui transmitida pelo meu colega João Cunha.

Quando se verificou - e isto agora é uma questão de juízo para quem está a decidir - que há urgência, quer em transportar pessoal quer em deslocar pessoas e quando se verifica que os meios de eficácia para esses fins são apenas meios aéreos, parece-me difícil de justificar que o 2º helicóptero só seja pedido às 2 e meia da tarde, vindo a chegar à Ribeira Quente apenas às 5 da tarde, por motivos até justificados por uma avaria.

Portanto, parece-me que este 2º helicóptero, neste enquadramento, devia ter sido solicitado - por quem tinha obrigação de comando e de coordenação - com muito maior antecedência, dado que ele ainda por cima estava disponível na Base Aérea nº4 e aguardava apenas que lhe dessem ordem para partir, a qual só é dada à hora que aqui se refere.

A precisão que queria que o Sr. Secretário me fizesse, na sequência daquilo que acabou de afirmar, é o seguinte: o Sr. Secretário diz que depois de avaliarem viram que o 1º helicóptero já tinha transportado todos os feridos. E que a partir daí só havia desaparecidos.

O que eu pergunto é se, nessa altura em que só havia desaparecidos, havia alguma confirmação técnica, alguma confirmação séria, de que todos os desaparecidos tinham morrido? Ou admitia-se a hipótese, nesse momento, de ainda haver desaparecidos que estivessem feridos, daí decorrer uma necessidade urgente de transporte dessa gente para centros de saúde, onde pudessem ser acudidas?

Era a questão que queria colocar.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado Joaquim Ponte que, infelizmente, quando o helicóptero chegou

lá, e face àquilo que se via no terreno, em que os próprios comandantes de bombeiros já tinham verificado que com aquelas toneladas de terra e de lama em cima daquelas casas, só por milagre é que se podia pensar em pessoas ainda com vida, o que se sabia é que os primeiros feridos que foram socorridos no centro de saúde, que estava de prevenção durante aquela noite, e aqueles que vieram a ser retirados ainda naquelas primeiras horas e que também estavam no centro de saúde, esses sim, sabia-se que estavam em condições de serem transportados e foram.

A avaliação que foi feita pelos comandantes de bombeiros e por todos aqueles que presenciaram aquele cenário dantesco, com aqueles milhares de toneladas de terra e de lama em cima das casas com aquele aspecto, de facto, infelizmente, não havia a percepção de haver pessoas vivas. Agora, havia realmente a percepção de àquelas horas, com aquele volume de terra e água, já de facto as pessoas estarem mortas.

Essa foi a percepção de quem esteve lá no terreno e viu aqueles milhares de toneladas de terra e de lama que tinham arrasado as casas todas.

**Presidente da C.P.G.A.I.** (*Dep. Manuel Azevedo*): Tem a palavra, finalmente, e autorizada, a Sr<sup>a</sup>. Deputada Ana Carolina.

**Deputada Ana Carolina** (*PSD*): Em primeiro lugar, muito obrigada por terem autorizado a minha participação nos trabalhos desta Comissão.

Antes de mais, um aparte para registar uma discordância que tenho com o Sr. Secretário: eu acho que a questão dos helicópteros não está a ser desvalorizada. Surgiram novos dados, uns mais graves do que outros, mas essa questão continua na ordem do dia. Não só pelos atrasos ainda inexplicáveis, mas também pelo facto de não haver necessidade do 2º helicóptero, a não ser à hora que o meu colega já esclareceu.

Eu acho que o lema deve ser "antes a mais do que a menos" nestas circunstâncias. Mas é apenas um aparte.

Eu queria voltar atrás e voltar talvez a uma primeira origem de todos esses atrasos e a um claro exemplo de ineficácia.

Esta não era uma noite qualquer.

Era uma noite em que se previam condições meteorológicas adversas. Era uma noite em que as corporações de bombeiros da Ilha de S. Miguel estavam em alerta.



Em face disto, porque é que o Serviço Regional de Protecção Civil não estava em estado especial de prevenção?

Porque é que estava só o operador de serviço? E porque é que foi este operador de telecomunicações que fez a filtragem inicial da informação e fez também uma primeira avaliação do problema?

Se era uma noite difícil, se era uma noite em que se previam condições meteorológicas graves, porque é que o Serviço Regional de Protecção Civil não estava, todo ele, num estado de prevenção que se exigiu por exemplo às corporações de bombeiros?

Depois, gostaria de obter alguns esclarecimentos relativamente às declarações do Sr. Presidente do Governo, concretamente na página 137, no seu ponto 9, lê-se: "O Sr. Presidente do Governo, acompanhado de diversos Secretários Regionais, dirigiram-se cerca das 8 horas e 20 minutos para o local de ocorrência".

Que local de ocorrência? - pergunto eu.

O Presidente do Governo e os Membros do Governo partem de onde e chegam a que horas à Ribeira Quente?

É porque há aqui a questão de "partem às 8 horas e 20 minutos para o local de ocorrência", mas depois a chegada é a que local?

*(Aparte inaudível do SRHE)*

**A Oradora:** Mas só à tarde...?

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Só à tarde não. Ao meio dia e vinte.

Foi depois dos feridos terem sido transportados, como já disse aqui hoje.

**A Oradora:** Quanto ao SECORP, para todos os efeitos, as decisões operacionais partiram do Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil.

Segundo a legislação vigente, o SECORP é presidido pelo Presidente do Governo Regional.

Há aqui ou não uma violação da lei?

Era só isto.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Eu devo dizer que os bombeiros têm uma escala de alertas de 1 a 5, bem como o Serviço Regional de Protecção Civil.

Isso significa que há determinado tipo de procedimentos que são observados consoante esse tipo de alerta.

Portanto, o Serviço Regional de Protecção Civil, que até tinha uma carta meteorológica semelhante a muitas outras que nós temos durante todo o ano, fez as prevenções adequadas para o estado de procedimentos que é compatível com as condições meteorológicas que habitualmente existem nos Açores.

Por outro lado, relativamente à segunda questão, não houve violação da lei que diz respeito ao SECORP, porque uma coisa são as competências do Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil e outra coisa são as competências dos Membros do Governo que fazem parte dessa estrutura que referiu. São competências completamente diferentes e é no uso das mesmas que o Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil activou meios e bombeiros e é por isso que foi ele que solicitou a Força Aérea e naturalmente que os Membros do Governo que se deslocaram - como eu já disse há pouco - de helicóptero para a Ribeira Quente, e deslocaram-se de P. Delgada, em primeiro lugar, para a frente da situação para ver o estado de obstrução da estrada, bem como as condições numa avaliação mais próxima, partiram todos - dizia eu - de P. Delgada.

De resto, eu não gostaria de estar aqui a fazer outro tipo de reparos, mas nós como Membros do Governo, não fomos, como em 1989, 15 dias depois ao Faial da Terra!

Mas isso é um aparte que eu me escuso de comentar.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Tem a palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada Ana Carolina.

**Deputada Ana Carolina (PSD):** Sr. Secretário, quem fala em violação é o parecer do Provedor de Justiça, nomeadamente na página 57, onde diz que "o que constituiu uma violação ao disposto no nº1 do Artº. 9º do Decreto Regulamentar Regional nº 33/87/A".

Quanto às condições meteorológicas, na opinião do Sr. Secretário, aquela era uma noite como muitas outras?

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Não, não. Eu não disse isso.

Eu disse que as condições meteorológicas eram semelhantes a outras tantas nos Açores que motivam estados de alerta, de acordo com o manual de procedimentos que o serviço tem.

Foi isso que eu disse.

Quando esse estado de alerta é activado, é por isso que os Bombeiros da Ribeira Grande estavam no estado em que estavam. Portanto, não foi "por obra e graça do Senhor Espírito Santo".

Foi, de facto, com um manual de procedimentos que tem determinados níveis de actuação e de alerta.

**Deputada Ana Carolina** (*PSD*): Para o Serviço Regional de Protecção Civil o alerta era só a presença do operador de telecomunicações?

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Ó Sr.<sup>a</sup>. Deputada, deixe-me que lhe diga uma coisa: não há na actual lei orgânica que transita para este Governo, a possibilidade - a não ser nesta nova lei orgânica - de nós termos um centro de emergência permanente, como vem recomendado aí.

Nós podemos pensar nisso nesta nova lei orgânica, ou seja, termos um presidente do Serviço Regional de Protecção Civil, um vice-presidente, um chefe de divisão de telecomunicações, etc., durante 24 horas sobre 24 horas.

O serviço, como está regulado agora, é com um operador de telecomunicações que faz em regime de turnos 24 sobre 24 horas e que recebe, em primeira instância, as informações dos bombeiros, ou dos presidentes de câmara, ou de quem reporta para lá.

Portanto, é preciso que nós conheçamos como é que funciona e como é que o serviço estava estruturado.

É preciso que nós saibamos porque é que o Governo Regional entende que deve ser alterada a lei orgânica, face até à legislação nacional e face às competências que o Executivo acha que o serviço pode ter para melhorar a sua eficácia.

Portanto, não pode haver (e isso é uma má interpretação do relatório) na estrutura actual e na lei orgânica, um SECORP permanentemente 24 sobre 24 horas, porque é preciso saber o que é o SECORP e quais são os funcionários do Serviço Regional de Protecção Civil que poderiam fazer parte de uma estrutura chamada SECORP, que são um presidente, um vice-presidente, dois chefes de divisão, que corresponde ao inspector regional adjunto, e também o chefe das telecomunicações.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Julgo que a Sr<sup>a</sup>. Deputada Ana Carolina quer mais um esclarecimento. tem a palavra.

**Deputada Ana Carolina (PSD):** Sr. Secretário:

Nas recomendações ao Sr. Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil, não se exige um SECORP a título permanente. Exige-se, sim, um centro de operações a funcionar em permanência, que permita activar o SECORP mais rapidamente. Exige-se, portanto, um núcleo duro que esteja a funcionar, este sim em permanência, e que possa activar rapidamente o SECORP, o que é diferente.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente)** Na actual lei orgânica - volto a dizer - o que está previsto é exactamente aquilo que existe. E é por isso que nós temos, em regime de turnos, o operador de telecomunicações.

O que eu também já disse hoje aqui à Comissão, é que no âmbito da reformulação do Serviço Regional de Protecção Civil, e com a coordenação por ilha, esta estrutura que até já foi reflectida nos conselhos regionais de bombeiros, pode vir a ser considerada, com esta configuração do Sr. Provedor de Justiça, ou com a configuração de centros operacionais de ilha. É uma estrutura que pode funcionar até na dependência dos bombeiros e num quartel de bombeiros por ilha.

O actual enquadramento legislativo o que permite, e o que exige ao Governo Regional, é esse operador de telecomunicações por turnos. É isso que existe.

**Presidente da C.P.G.A.I. (Dep. Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Secretário:

Das várias declarações que prestou até este momento à Comissão, eu vou tentar elencar algumas das contradições que vieram ao de cima, proferidas por V. Ex<sup>a</sup>. e em confronto com o relatório da Provedoria.

Numa questão de catástrofe, pede-se imediatamente à Protecção Civil que são as primordiais nessas situações, isto é, a rapidez e a avaliação correcta da situação.

Ora, o que nós vemos através deste relatório é que de facto esta rapidez não foi a ideal e houve uma subavaliação, tal como já foi aqui referido.

O Sr. Secretário trouxe aqui alguns elementos importantes que vêm corroborar aquilo que eu vou dizer a seguir.

Portanto, tomámos conhecimento aqui que sempre se soube que os caminhos de acesso à Ribeira Quente estavam impedidos e que era impossível o apoio por terra.

*(Aparte inaudível do S.R.H.E.)*

**O Orador:** Ver-se-á mais tarde nas gravações.

De seguida, disse que a prioridade foi dada de imediato aos meios aéreos, uma vez que não havia possibilidade de fazer este apoio por terra.

Se nós formos ver os termos do relatório da Provedoria, verificaremos que não se exige um SECORP e o Sr. Secretário foi o próprio a dizer que de facto estavam os bombeiros de prevenção, havia uma situação que não tinha despoletado os diversos graus de prevenção, mas que toda a equipa da Protecção Civil é facilmente contactada através de rádio e até de "bips".

Portanto, subentende-se que numa situação destas, seriam os elementos da protecção rapidamente informados da situação, ou então alertados para o facto de que se desconfiava que havia uma situação complicada na Ribeira Quente.

Nós, através do relatório, vemos que o técnico de telecomunicações que estava de serviço, recebeu esta informação às 6 e 13 minutos. E o Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores só 30 minutos depois é que é informado dessa mesma situação.

Portanto, isto prova que houve uma subavaliação da situação e que não houve a rapidez necessária - esta é a primeira questão.

Diz também que os helicópteros desapareceram como elemento importante, mas eu penso que não, porque se não havia estradas, a prioridade tinha sido dada aos meios aéreos, como é que se entende que às 8 horas da manhã esteja o 1º helicóptero disponível, o Sr. Presidente da Comissão Regional da Protecção Civil dirige-se para a Base Aérea nº4 às 9 horas e 45 minutos, ou seja, 1 hora e 45 minutos depois, e ele levanta às 10 horas. Isto é, passaram-se 2 horas, a partir do momento em que este tem tomado conhecimento de que havia talvez situações de mortos - e eu aqui reafirmo a posição da Comissão, em que é evidente que nós não queremos afirmar que se o helicóptero tivesse ido mais cedo teria evitado mortes, mas sim temos que provar que aqui houve de facto uma má capacidade de resposta e que cada uma das cadeias de comando não fez uma avaliação correcta, demorando imenso tempo, porque só às 10 horas é que ele levantou da Terceira, portanto passam-se 2 horas.

Portanto, se de facto acham que meia hora para estabelecer contacto entre o técnico das telecomunicações e o Presidente, é rapidez de comunicações, tal como o Sr. Secretário acabou de dizer há pouco que a comunicação flui com grande rapidez através de rádios e de "bips", e se acham que estas 2 horas em que o Presidente da Comissão Regional de Protecção Civil dos Açores leva para resolver que era necessário mandar meios aéreos para S. Miguel, são necessárias?

Pegando no assunto do 2º helicóptero, reafirmo aquilo que foi dito há pouco, ou seja, quando se trata de situações desse tipo, e quanto a meios, "antes mais do que menos", porque se de facto já havia a informação de que só havia a possibilidade dos meios aéreos, penso que eles se deviam ter deslocado todos naquela altura, no mínimo para P. Delgada, para evitar que a viagem da Terceira para lá se viesse a realizar muito mais tarde, como efectivamente veio a acontecer, em que ele só chegou por volta das 16 ou 17 horas.

Portanto, eram estas as questões que queria pôr e agradeço, desde já, toda a informação que nos deu aqui, porque podemos afirmar que realmente houve uma subavaliação da situação e a rapidez das pessoas que tinham que dar esta resposta e que tinham que avaliar as circunstâncias não foi a mais correcta.

Por outro lado, reafirmo que isto não tem nada a ver com o facto de que morreria ou não mais gente.

O problema é que pode surgir uma situação destas amanhã noutra local qualquer e esta demora pode ser suficiente para contribuir para surgirem mais mortes.

**Presidente da C.P.G.A.I.** (*Dep. Manuel Azevedo*): Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

**Deputado Rui Pedro Ávila** (*PS*): Desculpe, Sr. Presidente, mas é que eu gostaria de saber o que é que está combinado para se fazer a seguir?

**Presidente da C.P.G.A.I.** (*Dep. Manuel Azevedo*): O que está combinado é que o Sr. Presidente da Câmara da Povoação está a aguardar e neste momento não tenho mais inscrições.

Tem então a palavra o Sr. Secretário Regional.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado José Maria Bairos que a conclusão de subavaliação, ou outra coisa qualquer, daquilo que disse, é da sua responsabilidade. Não pode fazer a generalização daquilo que eu factualmente disse aqui, para tirar essas conclusões. Essas são **as suas conclusões**, não são as nossas.

Em relação à questão do helicóptero, eu queria relembrar à Comissão que a operação do mesmo só foi desencadeada depois do Serviço Regional de Protecção Civil - e isso aconteceu entre as 7 e 15 e as 7 e 30 - saber efectivamente que eram necessários meios aéreos.

Portanto, quando eu estou a falar que sempre se soube que havia estradas obstruídas, estou a referir-me em termos temporais àquilo que está escrito no relatório, para quem o leu. Ou seja, quando essas informações foram realmente confirmadas e isso está escrito na cronologia do tempo.

Por outro lado, gostaria de dizer que aquilo que está sendo considerado demasiado tempo, são 30 a 45 minutos. O que estão a dizer que é o tempo para estabelecer o contacto com a Base Aérea, é o tempo da ponderação e da avaliação do desencadeamento dos mecanismos e do pessoal da Protecção Civil que se reuniu para avaliar a situação.

Não foi, como nunca é nestas circunstâncias, uma chamada de que é preciso meios aéreos e toca a pegar no telefone e avançam os helicópteros, sem saber o estado do tempo, sem saber que tipos de situações é que existem no terreno. Essas coisas não se

fazem assim na hora. Passam-se numa análise que se pode fazer hora a hora, com o privilegiar de determinados acontecimentos, esquecendo-se o que se passa na hora a hora.

Por outro lado ainda, queria dizer que só às 8 e 30 foi confirmada a disponibilidade dos meios para o helicóptero sair.

De facto, o tempo gasto entre isso e um quarto para as 10, que é exactamente o tempo de chegada ao aeroporto - que dista cerca de 25 quilómetros e está mau tempo, apesar da estrada para as Lajes ser uma boa estrada, mas estava mau tempo e nevoeiro - que são mais 20 minutos, mais a recolha do material, esta é que é a crítica liminar no relatório, ou seja, a recolha do material das pessoas que foram arranjar materiais de primeira emergência e até o detector de soterrados que também foi nessa viagem. Também tiveram que apanhar o Inspector Adjunto que estava na via rápida Angra/Praia.

Portanto, esse lapso que houve do tempo, foi consumido nesta operação de recolha de material e do Inspector Regional Adjunto para a deslocação.

A partir daí temos que ter em conta o tempo de deslocação que alguns até discutem em termos de gíria da aviação, isto é, se o tempo de deslocação é quando o avião está com as "rodas no ar" ou se é "quando os motores estão a trabalhar".

Nós podemos fazer todas essas contabilizações crescentes e em seguida analisamos a hora que o helicóptero chegou e se era possível chegar uma hora ou duas antes.

Nesta primeira fase, como já dissemos de recolha de material e de deslocação para o aeroporto, admitimos que poderá ter havido meia hora de fuga, mas ela está efectivamente mal entendida com a ideia de atrasos. Esta é que é a cronologia do tempo e as explicações que poderão ser dadas passo a passo, hora a hora.

**Presidente:** Muito obrigado Sr. Secretário.

Entretanto já surgiram mais duas inscrições e espero que sejam breves.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Muito se tem falado em contrariedades e especialmente em relação ao que consta, quer das declarações que são compiladas neste relatório, quer na própria análise crítica que o mesmo faz destas declarações.



Contudo, julgo que o que é importante — salvo o devido respeito que de uma melhor opinião — sair daqui, é em que ponto estamos em relação ao futuro e em que ponto estamos em relação às declarações que o Sr. Provedor de Justiça faz e à forma como o Governo Regional as encara.

Algumas dessas respostas foram aqui dadas, nomeadamente quando se refere que a Assembleia receberá ainda este ano uma proposta para uma nova orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil, mas para ficarmos cientes em que ponto é que todas as situações detectadas neste relatório merecem a devida ponderação por parte do Governo Regional, gostaria de saber do Sr. Secretário Regional, em especial em relação às recomendações que são feitas ao Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil e também em relação às recomendações que são feitas ao Governo Regional na pessoa do seu Presidente, quais as que estão em andamento, quais as que já foram tomadas e para quando se prevê o cumprimento daquelas que ainda não foram tomadas?

Era só, Sr. Presidente.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Fazendo uma elencagem daquilo que me é pedido, em primeiro lugar, gostaria de dizer que a institucionalização do centro de operações que aqui tem sido falada, está proposta no decreto regulamentar que o Governo Regional vai aprovar em Conselho de Governo, depois de aprovado o decreto legislativo regional que emana exactamente essa nova orgânica.

Contudo, gostaria de dizer que já há um centro de operações semelhante àquele que vai ser aprovado e que por nós também já foi edificado mesmo antes disso, nos moldes do manual que existe no Serviço Regional de Protecção Civil.

Em relação ao regime de turnos que aqui é proposto do centro de operações, nós entendemos que esse regime de turnos só é necessário implementar depois e a partir da situação de prevenção simples.

Portanto, há uma escala gradativa dos serviços que vai ser instituída e o centro de operações poderá derivar depois da prevenção simples. É aquilo que vai estatuir esse diploma regional.

Em relação à rede de telecomunicações, gostaria de dizer que este ano, como já afirmei aqui, foram adquiridos 53 equipamentos de rádio para estações fixas das corporações de bombeiros, um investimento de 8 mil contos.

Quanto à nova rede de emergência, a EDA tem um contrato conosco para ser lançado após essa assessoria, um concurso internacional para a aquisição das telecomunicações de emergência que está previsto no plano do Governo Regional.

Gostaria de reafirmar mais uma vez que em 1998 — e consta do plano de actividades do serviço — haverá cada vez mais contactos directos com as autarquias, para além deste que houve no dia 26, no sentido de uma vez por todas nós estimularmos a instalação dos serviços municipais da Protecção Civil e os centros municipais de operações de emergência da Protecção Civil.

Esta acção vai contar não só com elementos do Serviço Regional de Protecção Civil, como também dos delegados à Protecção Civil que nesta altura são constituídos pelos comandantes de bombeiros que fazem parte das zonas operacionais agora existentes.

Quanto aos factos que eventualmente são relatados neste relatório do Sr. Comandante da Base Aérea nº 4, a serem averiguados disciplinarmente, não será pelo Governo Regional. O Governo Regional não tem competências sobre essa área.

Por outro lado, nós, durante este ano, estamos a proceder à inventariação de meios, recursos e das dificuldades que têm sido sentidas no âmbito dos concelhos, para a instauração de verdadeiros planos municipais de emergência.

Esse trabalho tem vindo a ser concatenado com informações que têm sido pedidas ao longo de todo o ano de 97 e vai ser um instrumento fundamental para que os planos de emergência municipal possam também vir a acontecer.

A informatização de todo este tipo de situação está também nos planos de actividade do Serviço Regional de Protecção Civil e já em 1997 e em 1998 continuará essa informatização para que esse dados possam não só ser utilizados pelas câmaras municipais, como estarem em permanente alteração se se vier a verificar essa dinâmica.

Também gostaria de dizer que há poucos recursos humanos disponíveis no serviço. No âmbito da nova orgânica, para as áreas que nós conhecemos que são mais deficitárias, vai ser proposto o descongelamento de algumas vagas para que o serviço tenha um corpo bastante mais completo em algumas áreas que se verifique vir a ser preciso, nomeadamente ao nível das comunicações, mas também da Inspeção Regional de Bombeiros.

Também já está em marcha a constituição de "Kits de emergência" para várias ilhas, a fim de poderem ser utilizados sob o ponto de vista do transporte aéreo ou outro tipo de transporte. Portanto, "Kits de emergência" que só podem ser paletelizados.

Também está em fase de aquisição um detector dos soterrados para situações não só de escombros.

A carta de riscos pedida à Universidade dos Açores está em elaboração. Nós já temos algumas cartas de risco sismo-vulcânico e estamos a pedir ao Centro de Vulcanologia, que tem um protocolo connosco, que vai associando outro tipo de risco e que seja dada prioridade às zonas que nós já sabemos que de antemão têm mais riscos, ou seja, o caso das Flores, das Fajãs de São Jorge e também o caso de São Miguel, Concelho da Povoação, Nordeste, parte da orla marítima e também a freguesia de Ponta Garça. Quem conhece São Miguel sabe o que é que eu estou a dizer.

Por outro lado, no âmbito de uma melhor comunicação com os órgãos de comunicação social e com a necessidade de se gerar factores de segurança logo a partir da crise, independentemente de nós sabermos como é que se "vende notícias", nós estamos dispostos e já tínhamos marcado isso de antemão, antes de acontecer a crise da Ribeira Quente, a fazer um seminário, um encontro com os órgãos de comunicação social para que se discuta com profundidade e com seriedade o modo de se ajudar num âmbito de uma crise e também para que esses agentes da protecção civil possam ter um papel relevante na actuação e no encontro da divisa captação civil. É uma tarefa de todos e na prática não pode ser de alguns.

**Presidente da CPGAI (Dep. Manuel Azevedo):** Muito obrigado.

Considera-se satisfeito, Sr. Deputado?

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Eu tomei nota de algumas, mas se bem apanhei, a totalidade das recomendações do Sr. Provedor de Justiça já estão cumpridas e por aquilo que me pareceu, por mais que paradoxal que pareça, antes mesmo do conhecimento do relatório, foram tomadas medidas no sentido de sanear algumas dessas dificuldades.

**Presidente da CPGAI (Dep. Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** No âmbito da actividade do Serviço Regional da Protecção Civil, nós já tínhamos dito que há recomendações deste relatório que estavam em curso, outras estavam concluídas e outras estavam projectadas para 1998. É isso que nós dissemos e é isso que nós provámos.

**Presidente da CPGAI (Dep. Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Se me permite, Sr. Deputado José Maria Bairos, há bocadinho fiquei com uma imprecisão e como isto está gravado espero que não fiquem dúvidas.

O Sr. Deputado referiu que todos ao helicópteros viessem para São Miguel?

Não foi isso que quis dizer, com certeza.

Só queria ressaltar aqui que há uma situação que se verifica muito mais nas ilhas do Grupo Central, ou seja, a deslocação de doentes.

O Sr. Deputado com certeza que não quis referir-se a todos os helicópteros.

Eu percebi "todos" e não quero que fique a dúvida, porque sei que o Sr. Deputado também comunga das mesmas preocupações que eu comungo.

**Presidente da CPGAI (Dep. Manuel Azevedo):** Já agora esclareça o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu referia-me aos dois helicópteros em causa.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Aos dois. Eu percebi todos.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Com certeza que eram todos.

**O Orador:** Eu não sei se são todos, se há mais. Eu não sei o número de helicópteros que há.

O que me referia aqui, é que se se fez o levantamento e que mais tarde se veio a optar por vir o helicóptero, ele veio na mesma. Não é bem a situação dos doentes. Veio a acontecer na mesma, porque enquanto ele esteve em São Miguel não havia evacuação de doentes.

O que referi na altura é que com a falta de informação que havia — a certa altura não se sabia qual era a situação — ter-se mantido para já o 1.º helicóptero duas horas entre o conhecimento e a acção, e depois não se ter solicitado um 2.º helicóptero... e veio a verificar-se mais tarde que ele era necessário.

Porque é que não foi solicitada a vinda dele para São Miguel naquela altura?

**Presidente da CPGAI (Dep. Manuel Azevedo):** Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

É a última inscrição que eu tenho dos Srs. Deputados.

**Deputada Ana Carolina (PSD):** Sr. Secretário, Srs. Deputados:

A nossa posição, foi uma posição de seriedade, de postura séria perante esse problema e nunca de aproveitamento político.

No entanto, confirmaram-se de novo as divergências entre o relatório do Provedor de Justiça e as divergências entre esse relatório e o Governo Regional.

Há claramente problemas de avaliação desta calamidade. Não houve aproveitamento dos meios, houve atrasos nas decisões, a coordenação foi mal feita, houve falta de entendimento, houve uma autoridade que esteve dispersa e a nossa mensagem final aqui é para que se cumpra os apelos de averiguação das situações de irregularidade que aqui no relatório são esclarecidas. Portanto, para que se cumprissem esses apelos de averiguação.

**Presidente da CPGAI (Dep. Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não posso concordar, Sr. Presidente, de maneira nenhuma com uma afirmação feita pela Sra. Deputada Ana Carolina, mas respeito, porque é a opinião dela e isso é que nós temos que começar a perceber.

Há posições aqui antagónicas e cada um assume as suas responsabilidades pelas opiniões que emite.

Não houve dispersão e autoridade.

O Governo Regional, ao nível dos seus mais altos responsáveis esteve a seguir aos feridos, no local da tragédia.

Que isto fique sempre presente.

Nós sabemos que isto está na cabeça dos açorianos.

É este o reparo que queria deixar.

**Presidente da CPGAI (Dep. Manuel Azevedo):** Mas isto não foi posto em causa.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Apenas para dizer à Sra. Deputada Ana Carolina que naturalmente quando vim aqui foi com o espírito de que esta Comissão era formada por pessoas sérias e no estrito respeito, mais do que o Estatuto, pelas funções que cada um exerce.

Não posso estar de acordo com as conclusões que a Sra. Deputada Ana Carolina acabou por elencar e que são a sua leitura acerca daquilo que o relatório diz e não naturalmente da maior parte do que factualmente foi aqui descrito.

De resto, o que eu gostaria de dizer mais uma vez, é que o Serviço Regional de Protecção Civil, até pela última coisa que disse, é uma instituição que está ao dispor dos açorianos, tem uma determinada configuração, uma determinada existência de meios que existiam ou não, está sendo melhorado e as recomendações do Sr. Provedor de Justiça em nada são contraditórias com aquilo que estava em curso.

Nós temos o direito de entender que alguns pontos do relatório do Sr. Provedor de Justiça, não a maioria das recomendações, mas algumas das recomendações, não têm a mesma interpretação do Governo Regional.

Como aliás, no próprio Serviço Regional de Protecção Civil, a Inspeção Geral da Administração Interna, observou interpretações que não foram condicentes com o relatório do Sr. Provedor de Justiça para os serviços nacionais, independentemente de pontos de acordo.

É importante que o equilíbrio desta questão tenha a ver com a atitude construtiva daqueles que querem melhorar o Serviço Regional de Protecção Civil, que até estão de acordo nas áreas que é preciso melhorar e não estão preocupados nem a pagar a sua história, nem a resumir as suas melhorias a essa história.

**Presidente da CPGAI (Dep. Manuel Azevedo):** Muito obrigado.

Entretanto, embora isto não seja muito curial, mas a Sra. Deputada Natividade tem estado aqui muito atenta às inscrições e pediu para dizer uma pequena coisa.

Julgo que não é nenhuma pergunta, por isso vou dar-lhe a palavra e depois encerro.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Apenas queria dizer que é preciso que fique claro que esta síntese que a Sra. Deputada Ana Carolina acabou de fazer, não é, de forma alguma, as conclusões desta Comissão, porque eu não concordo com muitas delas.

**Presidente da CPGAI (Dep. Manuel Azevedo):** Então vamos lá ver Srs. Deputados, se as duas conclusões que eu vou pôr aqui na Mesa são aceites por todos.

**A** — Entre o Governo e o relatório do Sr. Provedor de Justiça e pelos vistos aqui da bancada do PSD — não sei se do Sr. Nuno Barata — há conceitos diferentes de avaliação e sub-avaliação.

**B** — Há conceitos diferentes de coordenação e de descoordenação.

Aceitam estas duas hipóteses que aqui coloquei?

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, se me permite, esta audição não terá que ser conclusiva.

**Presidente da CPGAI (Dep. Manuel Azevedo):** Com certeza.

Aliás, quando disse isto, foi por aquilo que disse a Sra. Deputada Natividade.

Agora, o que me parece evidente, e digo isto como Presidente da Comissão sem vincular ninguém, é que de facto provou-se aqui que há conceitos diferentes quer no relatório, quer na opinião de alguns Srs. Deputados, quer do Governo. Conceitos diferentes de avaliação e de sub-avaliação e conceitos diferentes de coordenação e de descoordenação.

Muito obrigado.

Srs. Deputados, vamos conversar primeiro, para saber o timing.

Muito obrigado Sr. Secretário.

---

**Audição da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação.**

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Srs. Deputados, boa tarde.

Temos "quorum" para começar a nossa audição.

Sr. Presidente da Câmara da Povoação:

Muito obrigado pela sua presença e esse obrigado é mais sincero quanto o Sr. Presidente não tinha obrigação nenhuma de vir depor perante a Comissão.

Quero historiar um pouco esta audição.

Na última reunião da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, o PSD propôs uma audição com carácter de urgência ao Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos, como tutela da Protecção Civil, com base nas evidentes contradições existentes entre o relatório da Protecção Civil e aquilo que o Sr. Secretário, o Sr. Presidente do Governo e o Governo Regional vinham dizendo relativamente à actuação da Protecção Civil nas catástrofes da Ribeira Quente.

Entretanto, o Partido Socialista, na mesma altura, apresentou uma proposta para que o Sr. Presidente também fosse ouvido no mesmo âmbito.

Uma vez que se trata de uma audição, podia talvez abrir já as inscrições, mas pedia que fossem mais sucintos do que foram aquando da audição ao Sr. Secretário da Habitação. Podem utilizar horas, mas sejam mais sucintos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila** (*PS*): Muito obrigado Sr. Presidente.

Muito obrigado Sr. Presidente da Câmara da Povoação.

Tomámos a iniciativa de pedir a sua presença nesta Casa, nesta Comissão, na sua qualidade de Presidente da Comissão Local de Protecção Civil.

Tínhamos uma avaliação feita pela comunicação social, feita por testemunhos, de que uma Comissão Local de Protecção Civil, no caso concreto do Sr. Presidente, teria agido bem.

Depois fomos confrontados com este relatório do Sr. Provedor de Justiça em que levanta algumas questões que gostaríamos de ver esclarecidas, nomeadamente quando refere que terá estravasado as suas competências e que a Comissão Local de Protecção Civil não tem grande sentido.

Como é um concelho infelizmente sujeito a catástrofes, especialmente no último ano como todos sabemos, gostaríamos de ouvir a sua opinião.



Julga que há alguma razão para sentir que ouve má interpretação das suas declarações e que deram azo ao relatório que referi?

Por outro lado, o que é que há de concreto quanto aos plano de emergência, uma vez que é também uma das recomendações bastante incisivas — chamemos assim — que o Sr. Provedor de Justiça recomenda, nomeadamente o Plano Municipal de Emergência que a Povoação concretamente não tem?

Inicialmente, era sobre estas três questões que eu queria ouvir explicações do Sr. Presidente da Câmara.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação** (*Carlos Ávila*): Muito boa tarde a todos.

As questões que o Deputado Rui Pedro Ávila acaba de colocar, no fundo, são a grande súpula de toda esta questão.

Eu vou tentar ser breve, mas não sei se o conseguirei.

Em primeiro lugar, eu gostaria de vos referir e depois de ter reflectido muito bem o relatório do Provedor de Justiça, que ele é feito com uma ligeireza sobre um assunto tão importante, que de facto cada vez que o leio, fico mais admirado.

Eu gostaria que soubessem que os dois auditores representantes do Sr. Provedor de Justiça, estiveram comigo durante meia hora, tomaram muito poucas notas, ao ponto de referirem que eu referia que o Concelho da Povoação tinha quatro freguesias.

E da mesma forma que se escreve nas declarações do Presidente da Câmara da Povoação, ou que se coloca na boca do Presidente da Câmara da Povoação, que eu terei afirmado que aquele concelho tem quatro freguesias, com certeza que os Srs. Deputados não se admirarão, que outras declarações que tenham sido colocadas na minha boca não sejam as mais correctas, porque penso que não passa pela cabeça de ninguém que eu terei afirmado que o Concelho da Povoação é apenas composto por quatro freguesias.

Este é um aspecto que eu acho relevante.

Eu acho, meus senhores, que o relatório dos auditores do Sr. Provedor de Justiça, e não do Provedor de Justiça, é um relatório extremamente ligeiro e até pretencioso nas

suas conclusões, demasiado pretencioso face ao assunto que, no meu entender, é extremamente sério.

Vamos à questão da Comissão Local de Protecção Civil.

A Comissão Local de Protecção Civil, na Povoação, existe.

A documentação que dá conta da sua formação, está na Secretaria ou nos serviços competentes.

É uma comissão local que não está homologada, ou seja, não está formalizada, mas ela existe. Tanto existe, que eu peço a alguém que distribua por vós o organigrama da Comissão Local de Protecção Civil que, infelizmente, tem vindo a actuar e muito — e no meu entender bem, tanto quanto é possível — desde 14 de Dezembro de 1996, em todas as intempéries que têm assolado o concelho. Existe e é a possível.

Se repararem, o Presidente da Câmara aparece como Presidente da Comissão Local de Protecção Civil, que tem um adjunto para a Protecção Civil que é simultaneamente o ajudante de comando dos bombeiros da Povoação — este Sr. que aqui está ao meu lado.

Nós costumamos actuar com os Bombeiros da Povoação. Já explico este relacionamento entre Presidente da Comissão Local de Protecção Civil e bombeiros, através do meu adjunto à protecção civil.

Temos o Director ou o representante da Direcção Regional das Obras Públicas, temos o representante do Servido e Acção Social ou do Instituto de Acção Social, o do Centro de Saúde, da EDA e dos Serviços Agrícolas.

A Comissão Local de Protecção Civil, através do seu Presidente, tem posto também em funcionamento e sempre que é necessário, a Câmara do Comércio e Indústria e as associações de lavradores.

Eu considero que tem sido este o funcionamento normal da Comissão Local de Protecção Civil.

O que eu disse aos senhores auditores e mantenho, porque é a verdade e não tenho nada que esconder, é que a Comissão Local de Protecção Civil não reunia, mas isso não quer dizer que ela não actue.

Ela não reunia, porque, de facto, eu acho que as acções desta Comissão Local, que é uma comissão extremamente operativa, as acções que eu tenho a obrigação de

implementar, não passam ainda pela Comissão Local de Protecção Civil, a não ser quando em acção concreta de terreno.

Gostaria de vos dizer também, que outras acções que preocupam o Presidente da Câmara em relação à Protecção Civil, têm a ver com a rede de comunicações da Câmara Municipal e julgo que é uma fotocópia que vos foi entregue — se não têm eu peço aos serviços da Assembleia que tirem fotocópia.

*(Pausa)*

Têm a rede de comunicações da Câmara Municipal?

*(Pausa)*

Não têm do organigrama?

*(Pausa)*

Portanto, esta Comissão Local de Protecção Civil na Povoação, estende-se através da sua rede de comunicações internas às próprias juntas de freguesia.

Nós temos, de acordo com o organigrama funcional da Comissão Local de Protecção Civil, um centro coordenador de comunicações nos Passos do Concelho, outro centro coordenador nos Bombeiros da Povoação, temos centros emissores em quatro juntas de freguesia (Água Retorta, Faial da Terra, Furnas e Ribeira Quente), temos rádios em todas as viaturas, seja da Câmara, incluindo as máquinas e viaturas dos Bombeiros da Povoação.

Portanto, isto acontece desde o princípio, mais ou menos, de 1994, ou seja, desde que eu sou Presidente da Câmara.

Outras acções são para mim extremamente importantes, referindo-me agora, ao Plano de Emergência.

O Concelho da Povoação, como se repara, é um concelho cheio de problemas, cheio de riscos naturais.

Eu sempre entendi, que um plano tem fases para as quais a Comissão Local de Protecção Civil não está preparada, nem tem que estar.

Eu referi apenas algumas das fases de um **bom** plano de emergência.

A primeira fase deste plano é a **caracterização científica da situação**. Nós temos várias situações:

- situação geológica;
- situação hídrica e
- situação vulcânica.

Esta caracterização ainda não está feita.

Desta caracterização científica, devemos passar ao **plano de ordenamento do território** que, como se sabe, não existe.

Por outro lado, nós devemos passar à terceira fase, ou seja, **definição de estratégias de intervenção para diminuição das consequências ou prevenção de riscos**.

Uma quarta fase: **inventariação dos recursos necessários a afectar, nomeadamente aos planos de emergência ou de evacuação**.

Quinta fase: **organização final do plano local de emergência**.

Para nós fazermos um bom plano de emergência do Concelho da Povoação, temos que ter dados para os quais, nesse concelho, não existe preparação.

Mas o Presidente da Câmara, simultaneamente Presidente da Comissão Local de Protecção Civil, tem feito todos os seus esforços para que esta caracterização científica se venha a fazer e de alguns anos a esta parte.

Já pedi a elaboração da carta de riscos do Concelho da Povoação.

Acompanhei de muito próximo o projecto Vulcão/Furnas e gostaria de dizer aqui — não sei se sabem — mas a muito custo conseguimos recolher uma carta desse projecto, elaborada por cientistas da Universidade dos Açores e cientistas internacionais na vigência do Governo anterior, que delimita as zonas de risco nas Furnas.

Nós ainda preocupámo-nos com outras acções como seja, a partir de Setembro passado nós admitimos um geógrafo para a Câmara Municipal e ele tinha e tem como responsabilidade encetar este trabalho de planificação. Não o pôde ainda iniciar, porque como sabem ele entrou em Setembro e em Outubro aconteceu o que

aconteceu. Portanto, em vez de estar em tarefas de concepção ainda está em tarefas de execução.

A seguir às cheias da Povoação, nós pedimos e foi aprovado — ainda não foi realizado, porque não houve tempo, a aprovação foi em Setembro — a realização de um "Seminário sobre a prevenção de cheias na Povoação".

Nós propusemos a realização de um protocolo com o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, porque a partir do momento que temos um geógrafo ele é capaz de acompanhar as medições de pluviosidade, ou equipamento que não existe no Concelho da Povoação. Sabem que uma das grandes dificuldades, nomeadamente para a Universidade dos Açores, é a inexistência de equipamento que registe a pluviosidade naquele concelho.

Nós temos, como eu já disse, uma rede de comunicações que é a única em todos os concelhos dos Açores, e temos acompanhado e fornecido todas as informações solicitadas e que estão — podem ser com certeza visualizadas — na base de dados do Serviço Regional de Protecção Civil.

Temos ainda colaborado intensamente com técnicos da Universidade dos Açores, nomeadamente na implementação da rede de vigilância vulcânica.

Escusado será dizer que desde 94, há dezenas e dezenas de ofícios a chamar a atenção dos diferentes responsáveis governamentais para a necessidade de limpeza de leitos das ribeiras, para a necessidade de cortes de árvores, e por outro lado, para a necessidade de arborizações de determinados espaços.

Portanto, há toda uma acção que eu tenho vindo a desenvolver no âmbito da Protecção Civil e enquanto Presidente da Comissão Local de Protecção Civil.

A Comissão Local de Protecção Civil existe, funciona sobre o terreno e é coordenada pelo Presidente dessa mesma comissão, ou seja, o Presidente da Câmara.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Rui Pedro Ávila** (*PS*): Sr. Presidente, falta responder a uma questão.

**Presidente da Câmara da Povoação** (*Carlos Ávila*): Desculpe, Sr. Deputado.

Muito obrigado por me lembrar.

Apenas para concluir que às vezes eu estou extremamente ausente, outras vezes extremamente presente.

Há inclusive um signifiante utilizado pelos auditores do Provedor de Justiça que dizem que eu sou *individualista*.

Bom, então vamos a essa questão.

A questão tem este fundo: há aqui gente que quer ultrapassar as suas competências, há aqui gente que quer liderar o seu espaço de poder ou quer definir o seu espaço de poder.

Quando na vigência do mandato anterior foram criadas duas delegações de protecção civil em São Miguel, elas, nomeadamente a delegação da Ribeira Grande, recebeu de imediato a minha frontal discordância, porque em primeiro lugar, foram atribuídas a esses delegados, as competências para darem pareceres sobre obras particulares.

Eu entendia que o trabalho que até aí vinha a ser feito pelos Bombeiros da Povoação, era um trabalho competente, digno e que devia ser respeitado.

Que o Governo quisesse criar um delegado à Protecção Civil ou do Serviço Regional de Protecção Civil na Ribeira Grande, era lá com ele.

Que lhe desse competências que vinham retirar competências aos Bombeiros da Ribeira Grande, que vinham diminuir a dignidade funcional dos Bombeiros da Povoação, aí é que eu não podia estar de acordo. Aí é que eu não podia estar de acordo e referi isso por escrito mais do que uma vez.

A partir desse momento, a minha atitude foi:

O Sr. Comandante de Bombeiros da Ribeira Grande é o Sr. Comandante de Bombeiros da Ribeira Grande. Enquanto delegado à protecção civil, não tem nenhuma relação com o Presidente da Câmara ao mesmo tempo Presidente da Comissão Local de Protecção Civil.

Esta é que é a grande questão, porque de acordo com a lei, o Presidente da Comissão Local de Protecção Civil não tem que relacionar-se com uma estrutura intermédia entretanto criada pelo Governo.

O Presidente da Câmara, de acordo com a lei e esgotados os equipamentos e os meios existentes no concelho, face a uma determinada situação, tem a obrigação funcional de relacionar-se de imediato com o Serviço Regional de Protecção Civil, ou seja, com o seu Presidente.

Aqui é que se diz que o Presidente da Câmara da Povoação põe em causa as hierarquias.

Não põe nada. A lei é clara.

O Presidente da Comissão Local de Protecção Civil perante uma dada situação, ajuizada uma determinada situação, vistos os meios de que dispõe, necessitando de outros, comunica de imediato ao Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil.

Aqui há uma luta de interesses pelo poder, é evidente. E toda a gente na Ilha de São Miguel conhece isto.

O conflito de poderes é este.

Eu não dou espaço!

Quero que isto fique muito claro, porque nunca o dei. Eu não dou espaço ao delegado da Protecção Civil no Concelho da Ribeira Grande na sua actuação no Concelho da Povoação.

Não dou espaço por duas razões, isto é, porque sempre estive em desacordo com a criação daquele lugar e porque é minha obrigação, enquanto Presidente da Comissão Local de Protecção Civil, coordenar, superintender e executar as tarefas da protecção civil.

É por isso que depois aparece um ofício, nomeadamente do Comandante dos Bombeiros da Povoação, suponho por influência do Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande, que diz mais ou menos isto: "o Presidente da Comissão Local de Protecção Civil, usurpou a cadeia de comando" e eu sou acusado pelos auditores do Provedor de Justiça, contra um artigo da Lei de Bases da Protecção Civil — Decreto 113 —, de relacionar-me, por um lado, directamente com os trabalhadores de representantes de serviços e de acabar com a cadeia de comando, quando no meu entender quem está errado são os próprios, nomeadamente no caso concreto, o Comandante dos Bombeiros da Povoação que não querendo que eu me relacione com o Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil, quer ele relacionar-se directamente com o Inspector dos Bombeiros.

Ele sim não o pode fazer, porque de acordo com a legislação em vigor ele tem que passar pelo CCO da Ribeira Grande, enquanto comandante dos Bombeiros da Povoação.

Eu, enquanto Presidente da Comissão Local de Protecção Civil não tenho que me relacionar com o CCO da Ribeira Grande ou com o Delegado da Protecção Civil na Ribeira Grande, tenho sim que me relacionar directamente com o Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil.

Portanto, julgo que nunca, mas nunca, usurpei as minhas competências. Sempre fui capaz, suponho eu — pelo menos estou de consciência tranquila — de coordenar e exercer até à exaustão, algumas vezes, as competências que a lei me confere.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Muito obrigado.

**Deputado Rui Pedro Ávila** (*PS*): Sr. Presidente, V. Exa. não precisou aqui uma questão que me continua a suscitar dúvidas.

É afirmado no relatório que houve, em determinada altura, aceitação inclusive da transferência da linha de comando, isto no caso concreto dos Bombeiros Voluntários da Povoação.

Eu julgo que aqui não é chamada a questão. O Sr. Presidente tem a sua opinião sobre se está bem ou não haver duas zonas em São Miguel.

Houve ou não houve — foi isso é que nos motivou o pedido da sua vinda aqui à Comissão — transferência de linha do comando?

Eu acho que é uma coisa completamente fora do que é lógico.

Portanto, dá a entender aqui no relatório, Sr. Presidente, que deixa de haver um Comandante de Bombeiros da Povoação e passa a haver o Presidente da Câmara no lugar desse comandante.

Houve ou não houve?

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação** (*Carlos Ávila*): Não.

O meu relacionamento com os Bombeiros da Povoação dá-se desta forma — sempre foi assim nunca houve outra forma:

Ajudante de Comando dos Bombeiros da Povoação e a mesma pessoa é meu Adjunto para a Protecção Civil.

Há uma situação, seja ela qual for:

Da mesma forma como eu me relaciono com o Sr. Armando Cardoso na Povoação, que é o representante das Obras Públicas, eu não me relaciono com os trabalhadores daquele serviço e nunca ninguém me acusou de tal.



Da mesma forma como eu me relaciono com os colegas do Instituto de Acção Social, ninguém me acusou de eu me imiscuir na orientação dos técnicos.

Da mesma forma como eu me relaciono com o Sr. Norberto Araújo, nunca me imiscuí nos trabalhadores dele. O que lhe peço é que ele actue em determinada situação.

Da mesma forma como me relaciono com o Sr. Engenheiro da EDA, nunca ninguém me viu a relacionar-me directamente com os trabalhadores da EDA.

É evidente que nos relacionamos, conhecemo-nos todos. Há situações que não aparece o Engenheiro e nós dizemos "eh pá, se calhar ali é melhor".

Da mesma forma que em relação ao meu relacionamento com o Centro de Saúde e Postos Clínicos, é assim mesmo com os Bombeiros da Povoação, ou seja, "Dionaldo, eu preciso disto". Neste caso, eu estou a relacionar-me com o meu Adjunto à Protecção Civil.

O Dionaldo quando se relaciona com os Bombeiros da Povoação, relaciona-se numa outra função, ou seja, como ajudante de comando e em simultâneo como meu adjunto à Protecção Civil.

Não há, para ninguém na Povoação, a não ser para o Presidente da Associação dos Bombeiros, nunca houve, nem agora nem antes, nenhum conflito.

Este homem, para além do mais, até é cunhado do comandante dos bombeiros.

Portanto, não há nenhum conflito. É familiar dele.

Eu peço ao Dionaldo que os bombeiros actuem em determinada parte, o Dionaldo por sua vez é que se relaciona directamente com os Bombeiros da Povoação, independentemente de eu que conheço o Manuel, o Francisco e o José, me poder relacionar com eles. E esta é uma hipótese académica, uma conjectura política se quiserem, o meu conflito não é com os Bombeiros da Povoação, porque ele sempre funcionou assim.

Eu continuo a dizer que o conflito é com o Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande que quer mandar no Concelho da Povoação e que eu não deixo.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

**Deputada Ana Carolina** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A minha pergunta é muito simples:

Quem é que nesta noite deu ordens aos bombeiros, ou seja, quem é que disse aos bombeiros para onde e quando é que eles deviam avançar?

Não é só. Tenho mais algumas perguntas.

Porque é que os Bombeiros da Povoação chegam...

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação (Carlos Ávila):** Talvez seria melhor eu responder agora.

**A Oradora:** Está bem!

Recapitulando, quem é que nessa noite ordenou aos Bombeiros da Povoação para seguirem e para onde seguirem?

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação (Carlos Ávila):** Desde as primeiras horas dessa noite que começou a chover muito na Povoação — eu devo dizer-lhe que a ribeira da Povoação atingiu nessa noite 3 picos — para nós foi extremamente difícil acompanhar a situação.

É por isso que se calhar não se admiram se eu vos disser que cheguei durante a noite, ainda aos bombeiros, mas que desde a uma da manhã, meia noite e meia, estava em contacto com o Dionaldo que estava na Lomba dos Pós, os bombeiros que estavam na Vila — na central — o António José que estava nas Furnas e o Dr. João Pedro que é o nosso geógrafo, que estava no Faial da Terra.

E por rádio, penso que agora se percebe que nós temos de facto uma efectiva rede de rádios, nós íamos fazendo o ponto da situação. Nós estávamos constantemente a conversar e até devo dizer-vos para nos ajudarmos uns aos outros, porque a situação não era para brincadeiras.

Por volta das 3 horas da manhã, eu faço seguir uma máquina da Câmara para a zona da Água Retorta, porque os bombeiros receberam um pedido de ajuda e começo a ter nessa zona um outro ponto de emissão, a nossa máquina, que como vos disse as nossas máquinas têm rádio e a partir daí comecei a ter um ponto de informação.

As ordens que eram dadas para os bombeiros seguirem até a uma determinada fase, até ao alvorecer, foram dadas pelo Comandante dos bombeiros que estava em coordenação com o Dionaldo.

A única ordem — se é que se pode chamar, mas é um pedido e é um pedido normal aos bombeiros, porque o Dionaldo nessa altura tinha abandonado a sua própria casa, porque a água estava a entrar lá, e toda a gente sabe disto, porque os rádios funcionaram sempre durante toda a noite — o único pedido que fiz aos bombeiros, foi para saírem de casa, porque como nós tínhamos estradas nas Furnas obstruídas, era necessário procurar o Sr. Armando para que ele pusesse as máquinas da Secretaria em movimento.

Portanto, Sra. Deputada, eu não posso dizer-lhe directamente quem é que deu ordens. É evidente que o Comandante dos bombeiros deu, e ele estava em contacto directo com os bombeiros e estava na nossa rede, estávamos todos em conversação na rede interna da Câmara e íamos todos combinando entre nós que tipo de actuação é que devíamos fazer.

Às primeiras horas do dia a minha opinião avançada para o Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil foi a seguinte: os Bombeiros da Ribeira Grande e de Vila Franca avançam para a Ribeira Quente e os Bombeiros da Povoação e do Nordeste avançam para o Faial da Terra.

**Presidente da CPGAI (Dep. Manuel Azevedo):** Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos tentar fazer aqui um ponto da situação: a perguntas precisas vamos ver se respondemos com precisão, porque senão a gente não sai daqui.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

**Deputada Ana Carolina (PSD):** Sr. Presidente:

A chegada dos Bombeiros da Povoação à Ribeira Quente dá-se quatro horas depois da chegada dos Bombeiros da Ribeira Grande.

Não seria mais lógico, uma vez que estavam mais pertos, terem avançado para a Ribeira Quente primeiro do que os Bombeiros da Povoação.

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação (Carlos Ávila):** Oh, minha senhora, vai ter que perguntar isso ao Sr. Comandante dos Bombeiros a Ribeira Grande, porque ele tem superintendência no funcionamento dos Bombeiros da Povoação.

Porque é que os Bombeiros da Povoação, tal como eu tinha combinado com o Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil, não foram para o Faial da Terra,

não receberam nenhuma orientação da Ribeira Grande e foram às quatro e tal da tarde para a Ribeira Quente? Porquê?

Aliás, eu possuo e os Senhores também, um ofício do Sr. Comandante dos Bombeiros da Povoação que critica directamente o CCO da Ribeira Grande.

Chega ao ponto de dizer que foram esquecidos e marginalizados pelo Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande.

Quem tem a obrigação de dar orientações aos Bombeiros da Povoação, é o CCO da Ribeira Grande e é o Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos** (*PSD*): Sr. Presidente:

Apenas para fazer uma ou duas perguntas sobre alguns pontos que nos informou agora.

Eu percebi na altura que se referiu ao relatório do Provedor de Justiça em que ele afirmava que não existia Comissão Local de Protecção Civil.

Eu estive a ler o relatório e não encontro isso. O que encontro apenas é que ela não reunia, é a afirmação que está lá e também nas declarações da audição feita ao Presidente da Câmara se não estou em erro.

Eu andei aqui à procura e não encontrei, especificamente, aquilo que informou na altura à Comissão.

A única afirmação que está ali é que ela não reunia e o Sr. Presidente nas suas declarações acabou de reafirmar que, de facto, ela não reúne, que não há reuniões de coordenação e que são normais nas comissões locais de Protecção Civil.

Eu não tinha a ideia de haver aqui uma afirmação que não existia e por isso é que fiquei um pouco confuso.

V. Exa. afirmou também, e acho muito bem e julgo que estamos inteiramente de acordo, que em zonas de risco como aquela deve haver a calendarização científica, os planos de ordenamento do território, todas estas situações.

Julgo que percebi que tinha posto em causa a criação dos planos de emergência, enquanto não houvesse de facto todos esses estudos elaborados? — isto é uma pergunta.

Estes planos de emergência deviam esperar que todas essas situações tivessem resolvidas e esses estudos necessários estivessem feitos para fazer um verdadeiro plano de emergência?

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação** (*Carlos Ávila*): Como deve entender, pela minha profissão, eu fazia parte da Comissão Local de Protecção Civil e tenho reflectido sobre o funcionamento das comissões locais não apenas depois de ser presidente da Câmara. Eu já pertencia, desde 85, à Comissão Local de Protecção Civil (85 ou 86, por volta disso).

Mas vou referir dois exemplos:

Num dado momento, foi feito este exercício de Protecção Civil na Povoação.

Dentro da escola da Vila alguém orientou esse exercício e a certo momento nós vemos os alunos todos, **mas todos**, a correr pela porta fora em direcção à avenida na Povoação. Uma situação de bradar aos céus!

Esta era a Comissão Local de Protecção Civil.

Mais recentemente, foi feito um exercício na estrada da Ribeira Quente.

A simulação era a seguinte:

Obstrução do túnel da Ribeira Quente.

A única parte da estrada que ficou boa, na Ribeira Quente, foi o túnel.

Ou seja, não me peçam a mim, até porque eu tenho também alguma formação de fazer planos, de planeamento, que faça planos para estar no papel. Isso é uma perda de tempo, nem peçam a ninguém.

Eu peço-vos isto.

Vamos começar pelo princípio, vamos começar pelo mais importante e o mais importante no Concelho da Povoação como em outros, se calhar como em todos, é a caracterização e o ordenamento do território.

Só depois disso, então sim, vamos fazer os planos de emergência.

Só depois disse vamos fazer os planos de fuga.

Até porque é preenchimento de papéis para nada.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos** (*PSD*): Muito obrigado Sr. Presidente.

Já agora, uma vez que deu mais uma achega àquilo que tinha falado, posso dizer-lhe que estou de certa forma de acordo consigo, esses elementos são todos necessários.

Porém, discordo noutro aspecto, ou seja, de facto, se nós esperarmos que esses estudos fiquem feitos, entretanto a natureza não tem "timings".

Na natureza as coisas acontecem e todos nós temos que estar preparados para responder a elas.

Deu exemplos de alguns exercícios.

Eu julgo que os exercícios servem precisamente para nós corrigirmos os erros e pôr de facto a tal comissão de protecção civil a trabalhar como deve ser.

Os exercícios servem de uma forma pedagógica para actuação dos alunos — deu o exemplo da escola —, dos professores e inclusivamente de toda a equipa que está relacionada com a Protecção Civil, porque sabemos que nem toda a gente nasce sabendo e contamos com os exercícios tanto para as pessoas que vão ser ajudadas, como para aquelas que vão prestar ajuda, o que vai constituir uma mais valia neste diferente grupo, no sentido de fazerem uma acção correcta.

O Sr. descreve aqui uma situação que me preocupou muito — e digo honestamente, o Sr. Presidente há-de me desculpar —, ou seja, de que houve conflitos a mais e Protecção Civil a menos. De facto, isto é preocupante.

Julgo que todos nós e o Sr. Presidente também, devíamos analisar este aspecto na sua profundidade e tentar resolver esses conflitos, seja através de legislação ou através da forma como está a funcionar neste momento, porque a Protecção Civil e a segurança das pessoas, como nós pudemos ver neste último ano de 1997, não se compadece com conflitos desta natureza, nem de uma parte, nem de outra. Eu julgo que este é o ponto mais importante desta audição.

São conflitos a mais e depois a Protecção Civil se calhar não funciona como devia funcionar.

Eu julgo que devemos concentrar o nosso esforço nesse aspecto.

Muito obrigado.

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação** (*Carlos Ávila*): Em relação à primeira questão, a Comissão Local de Protecção Civil tem um nível operativo ou de execução.

Para que esse nível operativo ou de execução funcione melhor do que está a funcionar, precisa de um nível primeiro, ou seja, o nível de concepção.

Se o nível de concepção não está a ser feito ou está a ser deficientemente feito, ou morosamente feito, é evidente que a Comissão Local de Protecção Civil tem mais dificuldade de operação e de execução. Mas não quer dizer que não tenha actuado e sempre no máximo das suas capacidades, no máximo das suas possibilidades.

Portanto, uma coisa é eu pretender, eu gostar, eu pedir-vos que olhem, em primeiro lugar, não tanto para a execução, mas para a concepção — e isto não apenas no Concelho da Povoação, mas em muitos outros — outra coisa é pensarem que a Comissão Local de Protecção Civil não funciona, porque ela funciona.

Ela funciona, apesar dos conflitos que eu estou aqui a exprimir.

O senhor não pense que este é o dia-a-dia, porque não é verdade. Nem sequer é a minha actuação em cima do terreno. Eu relaciono-me muito bem com todos os bombeiros.

Eu tenho dado diplomas de mérito pela actuação que os bombeiros, nomeadamente os Bombeiros da Ribeira Grande têm feito.

Porém o que o Sr. vai ter que concordar, é na necessidade que eu tenho hoje, de esclarecer e de responder a um conflito que não sou eu que o levanto. Não sou eu que o levanto e nem sequer o demonstrei até hoje. Podia tê-lo feito, porque ele já vem desde 94, mas mesmo assim eu tenho posicionado, eu tenho pautado a minha posição com alguma discrição.

Eu descordei por escrito com a criação de lugar de delegado da Protecção Civil, porque isso vem facultar a perda da dignidade funcional dos Bombeiros da Povoação, mas mesmo assim eu continuo a relacionar-me da mesma forma com os bombeiros.

O que eu não deixo — e isto se calhar é o pior de toda a questão, mas aí vai desculpar-me porque é por obrigação própria — é que o Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande venha mandar, venha coordenar a acção da Protecção Civil. Mas isso não é uma atitude conflituosa. É a minha obrigação.

Eu tenho a obrigação, de acordo com a lei, de exercer funções de coordenação e superintendência.

Eu percebo que existe na sua latência esse conflito, porque alguém queria continuar a coordenar como fazia até Dezembro de 93 e eu não deixo, mas não deixo porque tenho este espírito de, enquanto estou num lugar, eu tenho que exercer as minhas funções tal como devo exercer e não devo deixar para outros aquilo que é da minha obrigação.

Portanto, não pense, nem pode extrapolar, acredite, que na prática este conflito existe. Ele é latente, mas ele não é visível. Ele aparece neste momento Sr. Deputado, porque eu tenho necessidade de vos explicar, do meu ponto de vista, o que está na base destas declarações.

**Presidente da CPGAI (Dep. Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Apenas para dizer ao Sr. Presidente da Câmara, que como membro desta Comissão que tem a seu cargo a área da Protecção Civil, em 1995 tivemos o prazer de ser recebidos e muito bem recebidos por V. Exa., na Povoação.

Neste momento, apenas vou referir-me à parte final da sua declaração.

Nós ao chegarmos lá, sentimos logo esta situação latente, através das declarações das pessoas e de alguns organismos que estão ligados à Protecção Civil e sentimos de imediato que haviam coisas que não estavam bem. Era latente. Não era necessário viver na Povoação para notar isso.

Apenas quero dizer que não é perceptível de imediato quando chegamos lá, mas naquela deslocação que fizemos sentimos logo que havia alguma incompatibilidade entre alguns dos órgãos que acabou de referir, o caso dos Bombeiros da Ribeira Grande, dos bombeiros locais e da Comissão Local de Protecção Civil e algumas dessas situações encontram-se relatadas no relatório da Comissão.

Portanto, nós apercebemo-nos logo. Como vê, não é assim uma coisa que não ressalte logo à vista.

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação (Carlos Ávila):** Uma coisa é a subjectividade inerente às questões, ao relacionamento. Outra coisa é a objectividade. O que eu estou aqui a procurar ser é extremamente objectivo.



Eu tenho funções — repito —, eu tenho competências que as exerço. Não me alheio das situações e sou dos primeiros da frente em determinadas situações.

Até Dezembro de 93 quem mandava na Povoação em situações idênticas, era o Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande e este é o problema, não há outro.

Até Dezembro de 93, o Presidente da Câmara tinha uma determinada actuação, deixava espaço de manobra e eu entendo que por obrigação funcional e legal, devo assumir as minhas competências. É tão simples como isto. Isto é que é a objectividade da questão.

É evidente que depois traz algum mal estar.

Mas... atenção!

Não sou eu que devo ser criticado, porque exerço as minhas funções e as minhas competências, é aqueles que se calhar não querem considerar o seu próprio lugar.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

**Deputado Francisco Xavier** (*PSD*): Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara:

A multiplicidade de funções que tem sido dada hoje nesta Sala aos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande e a confusão que realmente revela essa multiplicidade de funções, torna difícil dissociar uma coisa da outra, principalmente ao nível daquele Comando. Aquele Comando trabalha bastante unido.

Parece que é bem o exemplo como funciona a Protecção Civil, ou pelo menos como tem funcionado ultimamente nos Açores.

Eu fico preocupado com estas afirmações, nomeadamente de incompatibilidades com o Comandante de Bombeiros da Povoação, como diz o Sr. Presidente, com o Comandante de Bombeiros da Ribeira Grande que também assume funções de Delegado de Protecção Civil.

O Sr. Presidente tem todo o direito de discordar das funções que foram atribuídas por lei. Tem todo o direito, mas assuma a responsabilidade das consequências negativas que poderão vir a acontecer com este posicionamento político.

Eu agora já começo a perceber — oxalá que esteja enganado — porque é que o Bombeiros da Ribeira Grande levaram muito tempo a sair do seu quartel.

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação (Carlos Ávila):** Porque o Comandante não quis.

**O Orador:** É isso que nós vamos ver.

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação (Carlos Ávila):** Apenas porque o Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande não quis!

**O Orador:** Eu não sei, mas deixe-me acabar. Deixe-me seguir o meu raciocínio e depois o Sr. Presidente naturalmente terá todo o tempo que quiser para responder.

Não sei se é ou não é.

Nós estamos agora a ouvir declarações do Sr. Presidente e há pouco ouvimos do Sr. Secretário e provavelmente teremos oportunidade de ouvir de outras entidades, nomeadamente do Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande.

Portanto, esta questão preocupa-me, isto é, se esta incompatibilidade é ou não o motivo do atraso da saída dos bombeiros, porque quer queiramos quer não, nós estamos aqui a tratar de uma situação na qual resultou feridos e houve 29 mortos, Sr. Presidente.

Poderia ter ocorrido mais, poderá continuar a ocorrer e com esta confusão da Protecção Civil o nosso objectivo é contribuir para que as coisas se esclareçam e não haja essa confusão que já foi demonstrada hoje.

O Comandante da Ribeira Grande diz que lhe foi retirada a autonomia de actuação. O Sr. Secretário diz que não foi, que não foi dada nenhuma ordem escrita.

O Sr. Presidente diz que no seu concelho ele não manda.

Em que é que ficamos?

É preciso clarificar esta situação.

Espero que, quanto a esta nossa análise às contradições do relatório, se clarifique esta situação de uma vez por todas.

Em relação ao plano de emergência, eu discordo completamente consigo. Eu já fui Presidente do Conselho Directivo de uma escola secundária e tive a oportunidade de fazer um plano de evacuação de emergência de uma escola e naturalmente se nós vamos esperar pelo melhor, acabamos por não fazer nada.

Pelas informações que eu tenho, o Sr. quando entrou para a Câmara como Presidente, herdou um plano já elaborado, embora não aprovado. O melhor que poderia ter feito

era continuar a trabalhar nesse plano, porque o que há a fazer é saber gerir aquilo que temos e não esperar por ter todas as condições deste mundo e do outro para podermos ter um Plano de Emergência Municipal.

Eram estas as minhas considerações, Sr. Presidente.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação** (*Carlos Ávila*): Sr. Deputado:

A gente conhece-se bem. O Sr. conhece bem aquela terra que visita há muito e sabe que há algumas incorrecções naquilo que está a dizer, até porque V. Exa. conhece perfeitamente as pessoas sobre as quais nós estamos a tratar.

Ele queixa-se de ter perdido a autonomia?

No meu caso concreto do concelho, ele não perde autonomia, apenas deve executar as funções e competências que a lei lhe confere. Apenas essas.

Se ele exercia outras antes de eu entrar, essa é uma outra questão.

Peço desculpa, nós conhecemo-nos bem. Portanto, o Sr. tem que pelo menos aceitar — acho eu, pelo menos é o meu ponto de vista — que eu sou um homem de "virar a cara". Se a lei me confere determinadas competências eu tenho que as executar. É tão simples quanto isto, mas tão complicado também às vezes quanto isto.

Em segundo lugar, acredite que em situação real não há incompatibilidade.

Se quiser vou dizer-lhe assim para que isto fique esclarecido de uma vez por todas: há incompatibilidades formais, não há incompatibilidades reais, pelo menos do meu lado, do nosso lado.

Sr. Deputado:

Há uma diferença abismal entre um plano de evacuação de uma escola e um plano de emergência municipal. É fácil construir um plano de evacuação de uma escola. É extremamente difícil fazer um plano de emergência municipal.

Eu posso vislumbrar nas suas declarações que apesar de tudo tem razão, mas vamos andando para a frente.

Eu já referi aqui mais do que uma vez que preencher papéis, preencher os impressos do plano de emergência é muito fácil. Estão preenchidos, como referiu e eu também já o tinha referido, mas em relação ao Concelho da Povoação de que é que servem?

O que se trata é da realização da caracterização que não está na totalidade feita e do plano de ordenamento que há-de levar ao plano de emergência. Isto é fundamental para o Concelho da Povoação e para a Região. É **fundamental**.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

**Deputado Francisco Xavier** (*PSD*): Sr. Presidente da Comissão, Sr. Presidente da Câmara:

Apenas para clarificar a minha posição em relação a essa questão dos bombeiros. A minha postura aqui é para clarificar.

Quando nós reunimos com uma determinada entidade dizemos uma coisa, outros dizem outra. Portanto, há que clarificar e saber a verdade e isto em relação à questão dos bombeiros.

Nós demos este passo hoje que é extremamente importante.

Aqui no relatório, Sr. Presidente, o Provedor de Justiça diz que o Sr. não tem o plano elaborado. V. Exa. diz que tem alguma coisa elaborada, simplesmente não está actualizada, por aquilo que me apercebi, se não estou enganado.

É neste pequeno debate que nós clarificamos as situações.

Em relação aos planos de emergência, discordo consigo. Cada coisa no seu lugar.

Podemos ter um plano de escola, um plano de um concelho ou um plano de uma Região, cada um no seu lugar. Porém, apercebemo-nos, cada um a seu nível, das dificuldades que há e nós sabemos que nunca temos tudo.

Quando fiz o plano da minha escola, depois de o exercitar é que descobri coisas que não sabia que havia quando o redigi.

Uma boa teoria é a melhor coisa prática que existe e um bom plano, mesmo que seja modesto, pode não ser um grande plano, mas abre-nos caminho para o melhorar e é isto que continuo a dizer que o Sr. não fez.

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação** (*Carlos Ávila*): Uma coisa é o plano de evacuação, outra coisa é o plano de emergência!

O plano de emergência é um plano integrado, desculpe, mas tenho que...

**O Orador**: Deixe-me acabar só a ideia.

Já ia acabar e agora fez-me fugir ao resto do raciocínio.

Portanto, a partir daquele plano que o Sr. disse que tinha, acho que devia continuar a trabalhá-lo e hoje deveria ter muito mais.

Resta saber agora, e isso é extremamente difícil de avaliar, se essas incompatibilidades formais — a ausência de plano — tiveram ou não algum contributo para aquilo que aconteceu na Ribeira Quente. Isto num aspecto global, como o atraso dos Bombeiros da Povoação que só chegaram às 4 horas da tarde.

Terá ou não terá alguma responsabilidade?

Nós não sabemos e é extremamente difícil avaliar também.

Se tivesse o plano poderia não ser a mesma coisa. Não se pode dizer isso de maneira nenhuma.

Era só isto, Sr. Presidente.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Tem a palavra, Sr. Presidente.

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação** (*Carlos Ávila*): Eu continuo a referir:

Um plano de evacuação de uma escola é um plano de evacuação. Um plano de emergência, é um plano integrado de actuação sobre uma dada área geográfica. Não pode haver comparação nem deve haver, porque são substancialmente diferentes.

*(Aparte inaudível do Deputado Francisco Xavier)*

Desculpe, não é o processo, porque o processo em relação a um plano de evacuação é um. O processo para a elaboração de um plano de emergência é outro, extremamente mais complicado, envolvendo muitas entidades e muitos estudos. Esses estudos são absolutamente necessários e tenho vindo a pedi-los paulatinamente, têm que me chegar e têm que levar o Governo de uma vez por todas a tê-los, para que depois possamos actuar correctamente no terreno, actuar não à posteriori, mas actuar preventivamente.

A grande virtude do plano de emergência, é a actuação ou a possibilidade de uma actuação preventiva sobre o terreno, ou seja, à medida que os estudos vão sendo elaborados, há formas, há actuações imediatas que levam a atitudes de prevenção. É para essas que eu mais gosto de trabalhar.

Enquanto virem sempre estas questões como o que aconteceu, o que poderia ter acontecido, não chegamos a parte nenhuma.

Se nos enquadrarmos definitivamente na actuação preventiva e para isso na elaboração dos estudos que são muito necessários neste momento, então estaremos todos no bom caminho.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Sr. Presidente, eu também gostaria de pôr aqui em cima da Mesa uma ou duas reflexões relativamente a esta questão dos planos de emergência.

Eu em parte estou de acordo consigo que é preciso um trabalho muito mais profundo, como esses que tem referido aí, para se elaborar os planos de emergência.

No entanto, o que me parece é que se calhar o que o Governo tem feito e diz que vai voltar a fazer na reunião com os Presidentes das Câmaras, ou seja, pedir urgência na elaboração dos planos de emergência, se calhar, se todos os Presidentes das Câmaras tomam a atitude que o Sr. Presidente está a tomar, de facto, é "bater em ferro frio", porque os planos de emergência não vão aparecer nos próximos anos.

Ademais, segundo nos referiu aqui o Sr. Secretário, o Plano de Emergência de Santa Cruz da Graciosa está pronto, está analisado, está para homologação.

Que me conste, talvez o Sr. Deputado João Cunha poderá saber alguma coisa nesse sentido, não houve nenhum desses trabalhos subjacente à elaboração do plano de emergência e ele, segundo disse o Sr. Secretário, está em condições de ser homologado e depois entrar em actuação no terreno.

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação** (*Carlos Ávila*): Aí está, a caracterização científica...

**O Orador:** Era esta a reflexão, mais em jeito de reflexão do que pergunta.

O Sr. Presidente se quer usar da palavra, faça favor.

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação** (*Carlos Ávila*): Eu estava a trocar algumas palavras com o Sr. Deputado João Cunha, porque me parecia, e ele confirma, que o Plano de Emergência da Graciosa teve a colaboração da Universidade dos Açores.

Cá está a necessidade da caracterização.

No entanto, é evidente que o Concelho da Povoação tem situações extremamente mais complicadas do que a Ilha Graciosa no seu todo, para além de ter maior área do que a Ilha Graciosa e para além — e é preciso que se tenha isto em conta — do nosso plano de emergência necessitar de trabalhos conjuntos com o Concelho da Ribeira Grande, o Concelho de Vila Franca e o Concelho do Nordeste.

Os quatros planos, no final de tudo, têm que se entender para se articularem.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Da minha parte muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

**Deputado João Cunha** (*PSD*): Em relação ao Plano de Emergência da Graciosa, confirmo que ele foi elaborado por um técnico que penso, bastante abalizado da Universidade dos Açores e parece que está em vias de ser homologado brevemente pelo Governo Regional.

No entanto, fiquei aqui um pouco espantado — digamos assim - por aquilo que disse o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação em relação a vários assuntos.

Há aqui um que eu não poderia deixar em claro sem pedir explicações ao Sr. Presidente da Câmara.

Sabendo-se que o Sr. Presidente tem feito diversas "démarches" no sentido de elaborar um plano e de colher junto dos anteriores e do actual Governo Regional elementos que possam levar a que esse plano de emergência se concretize e que tenha referido na sua intervenção inicial de que apenas existe uma carta de sismos — penso que foi isso que referiu — gostaria de saber o seguinte:

Sabendo que está numa zona de alto risco da nossa Região, o que é que tem sido feito, ou como tem sido a colaboração dos diversos governos desde que exerce as funções de Presidente da Câmara, para que esse plano de emergência possa concretizar-se o mais rápido possível, uma vez que está à vista de todos que ele é bem necessário para aquela zona da nossa Região?

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação** (*Carlos Ávila*): Em relação ao primeiro, em relação ao Governo anterior e em relação em concreto ao Projecto Vulcão/Furnas financiado pela Comunidade Europeia, a muito custo, o Presidente da Câmara da Povoação tomou conhecimento dos resultados desse estudo e foi quase clandestinamente que o Presidente da Comissão de Protecção Civil da Islândia, que

fazia parte dessa Comissão, reuniu com o Presidente da Câmara pedindo-lhe que não divulgasse o encontro, porque era intenção do Governo anterior não divulgar a caracterização da situação nas Furnas e muito menos — palavras quase textuais — ao Presidente da Câmara da Povoação.

É evidente que perante situações destas — o único estudo que existe sobre o Concelho da Povoação que poderia levar a um Plano de Emergência das Furnas, é este — a Comissão Local de Protecção Civil fica inibida de fazer um bom trabalho.

Em relação a este Governo, e depois de ter havido uma reunião em 1997, isto é, um "meeting" com vários técnicos da Universidade dos Açores, foi sugerido a realização dessa carta de riscos do Concelho da Povoação.

No dia seguinte, eu estava a pedir ao Governo a realização dessa carta de riscos e eu espero que ela venha a ser feita.

Por outro lado, há o problema — e decisão também deste Governo suponho que de 18 de Janeiro de 1997, do Conselho do Governo — da realização de um plano de ordenamento da bacia hidrográfica da Povoação e outra decisão — esta do Governo anterior — do plano de ordenamento da Lagoa das Furnas.

Estes planos ou estas figuras, estes estudos científicos são fundamentais para nós.

Enquanto eles não estiverem prontos, apesar das acções que eu vos disse, nomeadamente da Câmara ter contratado um técnico que pode coordenar a realização deste plano em trabalho com outros técnicos de outros departamentos governamentais e da própria Universidade dos Açores, apesar disso e apesar dos documentos que nós já possuímos ou que estão em fase de execução, nós ainda não nos sentimos capazes de realizar um plano na realidade, um plano correcto, um plano capaz.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só uma pergunta.

Sabe em que fase é que está esse plano a que se referiu que o Governo Regional decidiu em Janeiro de 97 ?

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação** (*Carlos Ávila*): Não, não sei.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.



**Deputada Ana Carolina Silva (PSD):** Apenas para um breve esclarecimento a uma questão que ficou no ar, ou talvez eu tenha compreendido mal.

O Sr. Presidente falou em incompatibilidades com o Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande, formais e não reais.

Mas quando responde à pergunta, porquê o atraso dos Bombeiros da Povoação à chegada à Ribeira Quente, diz que a culpa é dos Bombeiros da Ribeira Grande. Não é?

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação (Carlos Ávila):** desculpe, eu distingo sempre bombeiros do comandante.

**A Oradora:** Este atraso é da inteira responsabilidade do Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande?

Esta é a prova de uma incompatibilidade real ou não?

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação (Carlos Ávila):** Não, porque eu não me relaciono com os bombeiros.

Não há nenhuma incompatibilidade.

Por volta das cinco e meia, seis horas — no início da manhã — a minha relação passou a ser com o Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil. Isto para mim está claro.

Eu desvinculei-me da relação com os bombeiros

*(Aparte inaudível da Deputada Ana Carolina)*

**O Orador:** Não, eu nunca acusei, até porque o que ficou decidido às primeiras horas, ao alvorecer do dia, digamos assim, foi que os Bombeiros da Povoação e do Nordeste seguiam para o Faial da Terra e os Bombeiros de Ribeira Grande e de Vila Franca seguiam para a Ribeira Quente.

Não nos esqueçamos que no Faial da Terra houve problemas e graves.

Depois de acusarem os Bombeiros da Povoação de chegarem tarde à Ribeira Quente...

*(Aparte inaudível da Deputada Ana Carolina)*

**O Orador:** Eu não disse que era responsabilidade, eu disse que perguntassem ao Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande, porque faz parte das funções dele a coordenação dos Bombeiros da Povoação.

Eu depois não sei como é que isto se passou. No entanto, quem vem de facto a referir mais tarde que ficou alheado do processo foi o Comandante dos Bombeiros da Povoação e referiu isso por escrito. Isso só pode ser consequência do alheamento por completo do Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande.

**Presidente da CPGAI (Dep. Manuel Azevedo):** Srs. Deputados, desejam colocar mais alguma questão?

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

**Deputado Francisco Xavier (PSD):** Apenas para uma pergunta pontual, uma dúvida que nos surgiu.

Como é que o Sr. Presidente chegou às Furnas ou à Ribeira Quente?

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação (Carlos Ávila):** De helicóptero.

**Deputado Francisco Xavier (PSD):** E apanhou o helicóptero na Povoação?

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação (Carlos Ávila):** Sim, na Povoação.

Há aqui uma questão em relação a essa matéria que eu tenho dúvidas.

Não é o Presidente da Junta que vai no helicóptero da Povoação, é o Presidente da Câmara.

Isso é claro. O helicóptero chega à Povoação da seguinte forma:

A determinada altura há uma hemodializada na Povoação que necessita naquele mesmo dia de fazer hemodiálise.

As estradas estavam todas obstruídas.

Há uma comunicação através do meu adjunto para Ponta Delgada solicitando a opinião do médico dessa senhora.

Nós não sabemos bem quem é que dá ordem ao helicóptero para parar na Ribeira Quente e vir à Povoação. Nem sequer via rádio percebemos quem é que deu essa ordem.

O certo é que parece que o helicóptero recebe uma orientação ou do médico ou de uma outra pessoa qualquer que tem que vir buscar a hemodializada à Povoação.

Entretanto, esse médico vai aos Bombeiros de Ponta Delgada e pede-me — aí eu já estava nas comunicações — que eu chame um médico do hospital. Eu chamei o médico e estiveram a entender-se, viram o quadro clínico da senhora e repararam que ela não necessitaria de sair da Povoação para ir a Ponta Delgada fazer a hemodiálise. Entretanto, como o helicóptero tinha recebido ordens para vir à Povoação, eu aproveitei o mesmo para chegar à Ribeira Quente.

**Presidente:** Com o Sr. Presidente da Junta?

**O Orador:** Com o meu adjunto.

**Presidente:** Esse Sr. Presidente da Junta da Povoação e um elemento da Protecção Civil local, embarcam no helicóptero e dizem que o Governo Regional os aguarda nas Furnas.

**O Orador:** Eu, logo muito cedo, tinha entrado em contacto com o Sr. Presidente do Governo que estava nas Furnas e disse ao comandante — aliás, isso está por escrito não há nada a esconder e julgo que o Presidente do Governo tinha toda a necessidade de chegar o mais rápido possível à Ribeira Quente —: "eu sei que o Presidente do Governo está nas Furnas. Se pudéssemos fazíamos o desvio às Furnas e íamos para a Ribeira Quente". Isto foi tão rápido que demorou 13 minutos de diferença.

Quando nós chegámos às Furnas, de facto, o Sr. Presidente do Governo já não estava, mas atenção, não fui eu que dei ordem ao helicóptero para ele ir às Furnas.

Eu recordo-me perfeitamente que o Sr. Comandante subiu na Povoação e pediu autorização — parado em cima — para duas situações, primeiro para me levar e segundo para ir às Furnas e recebeu orientações, não sei de quem, para me levar a mim e ao meu adjunto e para ir às Furnas.

Entretanto, não encontrámos o Presidente do Governo.

**Presidente da CPGAI (Dep. Manuel Azevedo):** O Sr. Comandante diz que mandou sair o Presidente da Câmara da Povoação e o elemento da Protecção Civil, porque entretanto um local das Furnas aproximou-se e disse que haviam dois feridos graves na Ribeira Quente e era necessário seguirem já.

O Comandante disse que tinha mandado sair o Presidente da Junta e o elemento da Protecção Civil e antes de seguir para a Ribeira Quente.

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação (Carlos Ávila):** Não foi nada disso.

A situação é esta:

Eu estou nos bombeiros. Sinto o helicóptero por cima e perguntámo-nos a nós próprios o que é que o helicóptero vinha fazer à Povoação.

Se ele aterrasse, de certeza que ia para a Ribeira Quente, apanhávamos boleia e seguíamos para lá, porque como entendem, a minha ânsia de chegar à Ribeira Quente era muito grande e a minha obrigação também era grande.

Nós saímos a correr dos bombeiros. Se o helicóptero parasse nós apanhávamo-lo e seguíamos para lá.

Foi o que aconteceu.

Chegámos às Furnas - ninguém nos mandou sair — houve um rapaz que eu vi que se dirigiu ao Sr. António José que estava no Centro de Comunicações das Furnas para ver se o Sr. Presidente do Governo ainda lá estava — isto demorou dois ou três minutos, ou 5 minutos, não sei porque era tudo tão rápido — volta a dizer que ele já não estava lá e então seguimos para a Ribeira Quente.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Mais algum Sr. Deputado quer usar da palavra?

Parece que não.

Vamos dar por terminada esta audição, agradecendo ao Sr. Presidente da Câmara os esclarecimentos que nos deu relativamente a este assunto.

Muito obrigado pela sua presença.

Até uma próxima.

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação** (*Carlos Ávila*): Não sobre este assunto.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): Veremos, veremos.

**Presidente da Câmara Municipal da Povoação** (*Carlos Ávila*): Não, desculpem. Da próxima vez os Srs. Deputados vão ter a delicadeza de ir ao Concelho da Povoação.

**Presidente da CPGAI** (*Dep. Manuel Azevedo*): E vamos com muito gosto.

Só desta vez é que teve que ser assim.

Boa noite.

## **Audição aos Comandantes de Bombeiros da Ribeira Grande e da Povoação**

**Presidente da Comissão:** (Deputado Manuel Azevedo) Quero agradecer aos Srs. Comandantes dos Bombeiros da Povoação e da Ribeira Grande pelo facto de terem comparecido aqui.

Penso que os Srs. têm os vossos rádios ligados, porque há uma situação complicada nas Furnas e que, naturalmente, vai precisar da vossa intervenção e que está primeiro que a audição.

Posto isto vamos começar.

Podemo-nos situar no porquê de querermos ouvir os Srs. Comandantes.

Depois dos acontecimentos da Ribeira Quente, houve, na comunicação social, diversas tomadas de posição relativamente à actuação das diversas entidades que deviam intervir naquele local, algumas delas muito abonatórias, outras muito críticas, mas tudo isso depois passou.

Entretanto, depois de ter conhecido o relatório do Sr. Provedor de Justiça que foi muito crítico para com algumas entidades que ali intervieram, os Deputados do PSD apresentaram na Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, que é a Comissão da Assembleia que tem à sua conta as questões da Protecção Civil, um pedido no sentido de ser ouvido o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, que é o membro do Governo que tutela a Protecção Civil e, isto, tendo por base o seguinte facto:

O Sr. Secretário e o Governo vinham dizendo que as coisas tinham corrido com toda a normalidade, com os meios que estavam à disposição e o Sr. Provedor de Justiça vinha dizer ao contrário, ou seja, que as coisas não tinham corrido com normalidade, porque tinha havido atrasos, tinha havido desentendimento entre as cadeias de comando, etc.

Face a isto, foi proposta esta audição e, ao mesmo tempo, o Partido Socialista propôs ouvir o Sr. Presidente da Câmara da Povoação que também era criticado nesse

relatório, tendo qualquer uma destas audições sido aprovada por unanimidade e com carácter de urgência

Efectivamente, no dia 19 deste mês ouvimos na Horta o Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos e o Sr. Presidente da Câmara da Povoação e destas audições resultou a necessidade de os ouvir. E, porquê? Porque, quer algumas das afirmações do Sr. Secretário quer algumas afirmações do Sr. Presidente da Câmara da Povoação, punham em causa, designadamente as afirmações do Sr. Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande e do Sr. Presidente da Associação dos Bombeiros da Povoação.

Portanto, ainda não temos nenhuma inscrição dos Srs. Deputados, mas poderíamos começar aqui esta questão e que para mim me parece ser a questão fundamental de tudo isto e que é o seguinte.

Anteriormente, ou seja, antes da tomada de posse do Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil, Tenente Coronel Vasco Capaz, o Delegado da Protecção Civil na área do CCO, n.º 1 tinha poderes para mandar intervir qualquer Corporação de Bombeiros voluntários da sua área, em qualquer localidade dessa mesma área. Traduzindo isto de outra maneira, o Sr Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande podia dizer aos Bombeiros do Nordeste para eles irem para o Faial da Terra, podia dizer aos Bombeiros da Povoação para eles irem para as Furnas, e por si podia ir para outro sítio qualquer.

Após a tomada de posse do Sr. Tenente Coronel Vasco Capaz, as coisas mudaram, isto é, o Sr.(C.B.V.R.G.) continuava como delegado da Protecção Civil nessa área, mas não tinha poderes para intervir com a sua Corporação fora do seu Concelho, nem mandar outras Corporações intervirem. Isto que eu estou a dizer, é assim? Depois daquilo que aconteceu na Ribeira Quente voltou tudo à primitiva. Gostaria, em primeiro lugar, que comentasse isto.

### **Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande:**

Se me permitisse, gostaria só de clarificar uma coisa: isso do mandar, julgo que não é correcto, mas sim coordenar. Eu podia anteriormente accionar os meios que

dispunha, isto é, no caso do Nordeste, Povoação, Lomba da Maia e Ribeira Grande. Isto, efectivamente, é verdade.

Também quero dizer que não foi logo a partir do momento em que assumiu as funções o Sr. Tenente Coronel Vasco Capaz, que eu deixei de ter esses poderes, mas sim, mais tarde. Tivemos uma reunião, - e eu poderia provar isso aqui com documentos - a 11 de Setembro houve uma reunião nos Bombeiros da Ribeira Grande, em que estiveram presentes o Sr. Presidente Vasco Capaz, o Sr. Inspector-Adjunto, Luís Ferraz Pinheiro, os Srs. Comandantes dos Bombeiros do Nordeste, o Segundo Comandante da Ribeira Grande e eu, e o que nos foi dito aí foi que, a partir daquela altura, o Comandante Operacional ou os Bombeiros da Ribeira Grande só poderiam intervir quando a minha presença fosse solicitada pelo meu colega, pelo Presidente da Comissão Local da Protecção Civil, ou Serviços Superiores, nomeadamente, a Inspecção Regional de Bombeiros e o Presidente da Protecção Civil.

Exactamente para provar aquilo que estou a dizer, e como essas pessoas não foram solicitadas a estarem aqui presentes, eu trago aqui declarações assinadas pelas outras pessoas que estiveram nessa reunião e se me permite vou lê-las:

A primeira é do II Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande:

"Eu Mário Jorge Simas Correia, II Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande declaro, para os devidos efeitos, que na reunião da Zona Operacional n.º 1, datada de 11 de Setembro de 1997, a qual decorreu no Quartel Sede dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, na qual estive e estiveram presentes o Presidente Inspector Regional de Bombeiros, Tenente-Coronel Vasco Capaz, o Sr. Inspector-Adjunto dos Bombeiros, Sr. Luís Pinheiro, Comandante dos Bombeiros Voluntários do Nordeste, Sr. Daniel Calhau e Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande, Sr. José Gabriel Melo". "Entre outros assuntos foi definido o seguinte: o Sr. Presidente Inspector Regional de Bombeiros disse que a partir da data supra citada, o Corpo de Bombeiros da Ribeira Grande ficava proibido de intervir no Concelho da Povoação, só o podendo fazer quando expressamente e directamente solicitado pelo

Comandante dos Bombeiros da Povoação ou pelo Presidente Comissão Local para a Protecção Civil ou então mediante ordem directa da Inspecção Regional de Bombeiros".

A declaração do Comandante dos Bombeiros do Nordeste diz o seguinte:

"Eu, Daniel Calhau, Comandante dos Bombeiros Voluntários do Nordeste, declaro para os devidos efeitos que participei numa reunião na Zona Operacional n.º 1, no dia 11 de Setembro de 1997, no Quartel da Ribeira Grande em que estiveram presentes os seguintes Senhores: Presidente Inspector Regional dos Bombeiros, Inspector Adjunto, Comandante Operacional de Zona e 2.º Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande.

Na mesma ficou definido, pelo Sr. Presidente Inspector, que o Comandante Operacional do Corpo de Bombeiros da Ribeira Grande só interviria no Concelho da Povoação quando fossem chamados pelo Comandante da Povoação ou pelo Presidente da Comissão para a Protecção Civil, ou ainda pela Inspecção Regional de Bombeiros".

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): Portanto, isso não se applicava, por exemplo, ao Concelho do Nordeste? Aplicava-se só à Povoação?

**O Orador:** Como havia alguns atritos com a Povoação, quando falo em atritos, não é com o Corpo de Bombeiros, mas sim com o Sr. Presidente da Comissão Local para a Protecção Civil e foi focado nessa reunião exactamente o problema da Povoação.

Sr. Presidente, posso-lhe entregar estes documentos.

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): O Sr. Presidente da Comissão para a Protecção Civil é que tomou essa decisão?

**O Orador:** Desculpe, Sr. Presidente, mas eu não sei. Portanto, penso que temos que destrinçar uma coisa da outra. A reunião foi uma reunião de Zona Operacional e penso que não tem nada a ver com os Senhores responsáveis pelas Comissões Locais de Protecção Civil. Portanto, se calhar, quem teria que fazer essa reunião não seria o Corpo de Bombeiros, seria, talvez, o Sr. Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil. Portanto, eu não sei se fez ou não essa reunião. Desconheço totalmente se houve ou não algum culpado.

**Voz dum Sr. Deputado:** Mas isso é normal que seja assim?



**O Orador:** Desculpe, mas não estou a perceber.

**Voz dum Sr. Deputado:** Refiro-me às ordens que são dadas, verbalmente.

**O Orador:** Sim, as ordens podem ser dadas verbalmente ou por escrito. Eu quando dou uma ordem a um subordinado meu geralmente é verbal e só quando é uma ordem de serviço é que é por escrito. Se a ordem é bem dada ou mal, isso depois discute-se.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** O Sr. não se sentiria de maneira nenhuma autorizado, depois dessa reunião, a ir, por exemplo, à Povoação assistir a qualquer coisa se não fosse chamado ou pelo Sr. Comandante dos Bombeiros ou pelo Sr. Presidente da Câmara.

**O Orador:** Exactamente, porque julgo, se o fizesse, não estava a cumprir aquilo que me foi posto superiormente.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Mas, entretanto, e ainda relativamente a uma afirmação um bocado complicada, do Sr. Tenente Coronel Vasco Capaz e que vem num jornal. Ele diz assim:

Para além deste facto, e apesar de toda e qualquer dependência orgânica existente nas estruturas operacionais da Inspeção Regional de Bombeiros, caberia sempre ao Comandante respectivo e em qualquer circunstância a capacidade de decidir da sua intervenção se entendesse estar em risco a vida humana. É, aliás, este princípio geral inquestionável de conduta de intervenção dos Bombeiros, face a um sinistro de qualquer natureza.

**O Orador:** O que eu tenho a dizer sobre isso é que no meu Concelho isso nunca aconteceria. Agora, o problema é que foi-me dito que eu não entraria, de forma alguma, no Concelho vizinho sem pedido de auxílio. Portanto, eu cumpri à risca aquilo que me mandaram.

Mais ainda: tentei várias vezes pôr-me à disposição, isto é, em relação à Comissão Local de Protecção Civil e aos Bombeiros da Povoação, e sobre os últimos chamamentos que fiz não obtive resposta.

Isto que estou aqui a dizer também posso provar, porque todas as operações que se desenvolveram no Centro de Coordenação estavam presente o Sr. Vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal da Ribeira Grande, o segundo Comandante, os

Ajudantes de Comando, os Chefes, os Operadores de Serviço, que são pessoal profissionalizado.

Portanto, tudo aquilo que eu digo aqui no Relatório da Provedoria posso prová-lo quando e onde os Srs. quiserem.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não costuma haver actas das reuniões da coordenação?

**O Orador:** Nós reunimos, se calhar, na Zona Operacional duas ou três vezes ao longo de todo o ano e dessas reuniões nunca houve acta nenhuma.

No dia 11 de Setembro tivemos uma reunião e nessa reunião estiveram cinco pessoas e, neste momento, já quatro declararam o que efectivamente foi dito nessa reunião.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Daqui a bocado vamos passar à Povoação, mas, ainda relativamente a isto, eu tenho aqui a cronologia dos acontecimentos e só para confirmar: às 4,52 horas há a primeira informação dos Bombeiros da Ribeira Grande em que diziam que havia uma situação grave e nessa informação dizia-se que havia estradas obstruídas e a ribeira a transbordar. Às 5,33 horas, os Bombeiros da Ribeira Grande informam, e aqui é bom depois confirmarem isto, os Bombeiros da Povoação da mesma situação.

**O Orador:** Desculpe, Sr. Presidente da Comissão, mas queria só dizer que essa informação é feita pela operadora de serviço, Sra. D. Maria do Carmo, que pode confirmar isso.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Às 6,00 horas os Bombeiros da Ribeira Grande encontravam-se prontos para avançar para onde fosse necessário.

**O Orador:** Também relativamente a isso queria dar uma explicação.

Eles encontram-se prontos às 6,00 horas, mas nós começámos a vir para a rua por volta da 2 horas da manhã. Estivemos a resolver alguns problemas no Concelho e tínhamos 59 homens envolvidos, quer na Lomba da Maia, quer na Ribeira Grande em que estiveram disponíveis duas máquinas.

Por volta das 6,00 horas da manhã todo este pessoal estava disponível e poderia muito bem ter regressado às suas casas, mas não o fizeram porque começamos a aperceber-nos de que havia uma situação noutra concelho.

Era só.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Às 6,07 horas a EDA da Levada já falava em feridos e possivelmente mortos.

**Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande:** Confirma que efectivamente a essa hora já havia feridos e mortos na Rua da Igreja.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Às 6,10 horas é transmitida esta informação aos Bombeiros de Povoação e ao IRBA.

**Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande:** Eu queria também aqui fazer uma chamada de atenção.

Existe aqui um espaço de alguns minutos, porque eu estava em Trás-Mosteiros, porque foi naquela zona, em Trás-Mosteiros, que tinha sido evacuada naquela noite, como medida de precaução por causa da ribeira.

Portanto, fui informado, via rádio, pelo Segundo Comandante, exactamente da mensagem da EDA. Não foi dito na rádio o que é que se passava, mas eu percebi, porque nós temos um código, para não alarmar ninguém, que havia problemas.

Imediatamente regresssei na companhia do Vereador a tempo inteiro da Ribeira Grande que me tinha acompanhado àquela zona dos Trás - Mosteiros e, assim que cheguei, fui informado verbalmente pelo Segundo Comandante e pelas pessoas presentes no Centro de Coordenação e, de imediato, comuniquei com os Bombeiros da Povoação que tinha acabado de ter conhecimento que, na Rua da Ribeira, da Ribeira Quente, havia feridos e mortos, em que o operador de serviço recebeu a minha mensagem, e eu perguntei se o Sr. Comandante dos Bombeiros da Povoação ou o Sr. Presidente da Câmara estavam no local. Foi-me dito que não e eu disse que o chamassem o mais rápido possível e pus-me à disposição, caso necessitassem de ajuda, e que estávamos preparados para sair.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Às 6, 38 horas foi feita uma nova comunicação com o IRBA.

Às 7,29 horas, por solicitação do Presidente da Câmara da Povoação, praticamente uma hora depois da última comunicação, o IRBA ordena que a 3.<sup>a</sup> Secção siga para o Faial da Terra. Portanto, às 6,07, já tinha a informação de que havia feridos e mortos e às 7,30 horas é dada um ordem à 3.<sup>a</sup> Seccão para seguir para o Faial da Terra,

praticamente uma hora e meia depois. Portanto, sabia-se da situação grave na Ribeira Quente e ordena-se que vá para o Faial da Terra.

**Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande:** Sr. Presidente, avança-se para o Faial da Terra, e eu continuo a dizer que o grande erro é a avaliação que é mal feita. Portanto, a avaliação que é feita da Comissão Local de Protecção Civil para o Serviço Regional de Protecção Civil é mal feita. A informação, é que há necessidade de bombeiros no Faial da Terra. Portanto, o Serviço Regional de Protecção Civil ou a Inspeção Regional de Bombeiros cede ao pedido que é feito, apesar de eu ter alertado que não fazia sentido ir para o Faial da Terra, quando o problema mais grave estava na Ribeira Quente. Isto não fazia sentido, mas por alguns momentos, pensei que, se calhar, no Faial da Terra a situação era muito mais complicada do que na Ribeira Quente.

Portanto eu desconhecia totalmente o que se passava no Faial da Terra.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Finalmente, às 8,10 horas o IRBA dá ordem para avançar por via terrestre para a Ribeira Quente. Portanto, o que está aqui em causa, é este lapso de tempo de 2, 10 horas ou 2,15 horas e que, segundo a sua versão, se tivesse havido uma suficiente avaliação da situação, não teria ocorrido... Além disso, havia a ordem verbal da reunião da Ribeira Grande

**Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande:** Não é a ordem, mas sim o chamamento ou o solicitar a nossa presença, porque aqui não se trata de dar ordens.

Portanto, não é só isso, mas o grande problema é que essas horas passam é porque há também aqui algum diálogo. Eu tive a oportunidade de ouvir, e toda a gente ouvia os meios de comunicação, o pedido do Sr. Presidente da Comissão Local para Protecção Civil a solicitar, para a Inspeção, pessoal, concretamente os Bombeiros do Nordeste para o Faial da Terra.

O operador que tinha comunicado superiormente disse que entrassem em contacto com os Bombeiros da Ribeira Grande. E, imediatamente o que foi dito foi: quero falar com o Sr. Presidente do SRPCA "o Sr. Presidente não está, vamos chamá-lo". Ele estava em casa e, entretanto, as horas continuavam a passar. Eu tentei, nessa altura, pôr-me à disposição, mas esse contacto não foi respondido. Não sei o que é

que se passou na Povoação. A seguir as comunicações começaram a funcionar mas, naquele momento, em que eu tentei por 3 ou 4 vezes entrar em contacto com a Povoação não consegui.

Portanto, não sei o que é que se passou. Se calhar o meu colega da Povoação, que estava lá, poderá esclarecer este problema.

**Deputado Francisco Xavier (PSD):** Sr. Presidente, queria só precisar aqui uma questão.

Portanto, o Sr. fez várias tentativas com a Povoação, via rádio, para que o chamassem para intervir. Por aquilo que disse fiquei sem saber se era o Presidente da Protecção Civil da Povoação que disse via rádio que não queria intervenção dos Bombeiros da Ribeira Grande.

**Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande:** Ele não disse assim. O que ele disse foi o seguinte: quando o operador da Protecção Civil diz: contacte-se os Bombeiros da Ribeira Grande, a resposta é: eu quero o Sr. Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil e respondem que o Sr. Presidente não está cá, deve estar em casa e nós vamos chamá-lo. Isto quer dizer que o Sr. Presidente estava ainda em casa naquele momento. Portanto, há aqui perda de tempo e logo a seguir quis entrar em contacto e não consegui.

**Deputada Ana Carolina (PSD):** Recorrendo ao texto do Tenente Coronel Vasco Capaz diz que: foi-me dada a informação expressa pelo Sr. Presidente da Câmara da Povoação que só era possível chegar à Ribeira Quente, devido às quebradas existentes, por meios aéreos.

Mais abaixo ele diz: se os Bombeiros da Povoação a uma distância de 15 km, não podiam chegar à Ribeira Quente, parece-me legítimo dever pensar, por maioria de razão, que também não conseguiriam os da Ribeira Grande.

**Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande:** Mas, quem disse isso, enganou-se, porque nós chegámos lá. Não chegámos de carro, mas fomos até onde era possível e pegámos no material às costas e conseguimos, de facto, chegar à Ribeira Quente.

Quando me dizem que o exercício foi feito na Ribeira Quente não serviu de nada, e a Comunicação Social teima em dizer isso, devo dizer que não é correcto, porque o

peçoal que chegou à Ribeira Quente usou os mesmos caminhos que foram utilizados aquando desse exercício.

**Deputado Nuno Barata (PP):** E é usado o caminho normal?

**Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande:** Não, não! Foi sempre por corta mato. Pelo caminho normal era impossível.

Não, a estrada só ficou desimpedida muito mais tarde.

De resto, não é só os Bombeiros da Ribeira Grande que chegam dessa forma, são os Bombeiros de Vila Franca, são os bombeiros de Ponta Delgada.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

**Deputado Nuno Barata (PP):** No caso da interrupção da estrada que liga a Povoação à Freguesia das Furnas estar interrompida e o corpo estacionado na Lomba da Maia, teria a possibilidade de chegar mais depressa à Ribeira Quente do que os da Povoação?

**Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande:** Dada a avaliação, utiliza-se meios, quer humanos quer de equipamento numa zona que não há nada a fazer. Portanto, é um corpo de Bombeiros do Nordeste e a Secção da Lomba da Maia com 20 e tal homens, isto é, quer em termos humanos quer a nível de equipamento é um erro, mas um erro de avaliação.

**Voz não identificada:** De sub-avaliação.

**O Orador:** Exactamente.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Já não sei se percebi bem isto!

Os Bombeiros da Lomba da Maia teriam possibilidades de chegar primeiro?

**O Orador:** Sim, Senhor, porque estavam mais próximos e eles teriam que passar acima da Povoação para chegar ao Faial de Terra. Os Bombeiros do Nordeste, sim Senhor, teriam que ir por outro lado.

Portanto, só para dizer que os meios que foram utilizados, foram utilizados erradamente, porque não foi no sítio certo, na altura certa.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Há aqui uma outra questão que também passa, por um lado, por alheação minha. A uma determinada hora que não

poderei precisar, encontrava-me na estrada da Ribeira Quente, mais concretamente perto dos túneis. Gostaria de lhe por a seguinte questão:

É do seu conhecimento que alguém tenha chegado à Ribeira Quente primeiro que os bombeiros? Isto é, por exemplo, jornalistas.

Eu tenho a ideia de estar no túnel, aí por volta do meio dia, e qualquer coisa e já virem de regresso da Ribeira Quente alguns jornalistas, depois de terem estado lá a verificar as situações, entre os quais, se bem me recordo, o jornalista João Paz.

**Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande:** Sr. Presidente, eu não posso dizer quem é, mas sei que a rapaziada me disse na altura que alguém da comunicação social os acompanhou. Eu não sei quem é e não faço a mínima ideia de quem seja.

De resto, os jornais mostram, exactamente o Correio dos Açores, fotografias de salvamento daquelas pessoas pelos Bombeiros da Ribeira Grande. Mostra algumas fotografias de pessoas a serem evacuadas das suas casas.

**Deputado Francisco Xavier (PSD):** Essa declaração do ex-Presidente da Protecção Civil, Sr. Capaz, em relação ao facto dos Bombeiros não poderem avançar porque as estradas estavam obstruídas, já tinha sido avançado pelo Sr. Secretário na audição que foi feita pela Comissão na Assembleia e diz exactamente que não se tinha dado ordens aos bombeiros para avançar, porque as estradas estavam obstruídas.

Portanto, a pergunta que eu queria fazer é a seguinte: Se se tivesse dado essa ordem duas horas e meia antes, os bombeiros teriam levado o mesmo tempo a chegar ou teriam encontrado mais obstáculos?

**Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande:** O que lhe posso dizer é que a estrada Norte do Concelho da Ribeira Grande às 6 horas estava totalmente desimpedida. Tínhamos estado a trabalhar toda a noite e nós encontrámos duas quebras na estrada entre o Campo de Golfe e as Furnas. Portanto, as viaturas conseguem passar aí e só quando chegámos ao caminho perto dos túneis, aí é que não há hipótese nenhuma de passarmos. Conseguimos chegar às Furnas sem grandes problemas.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Poderemos voltar ainda ao Sr. Comandante da Ribeira Grande, mas penso que talvez podíamos passar um

bocadinho ao Sr. Comandante dos Bombeiros da Povoação e vou formular as questões essenciais.

O relatório do Sr. Provedor de Justiça diz que houve uma quebra de comando na Povoação. Foi o Sr. Presidente do Serviço Local de Protecção Civil quem comandou os Bombeiros e critica isso na medida em que se tivesse sido o Sr. Comandante as coisas poderiam, naturalmente, ter corrido melhor. Isto é uma questão.

Outra questão tem a ver já com as declarações do Sr. Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande, sobre os problemas das comunicações. Porque é que não houve da sua parte, uma vez que não houve do Presidente do Serviço Local de Protecção Civil, solicitação aos Bombeiros da Ribeira Grande para intervirem?

A terceira questão tem a ver com a vossa chegada à Ribeira Quente só às 4 horas.

Podíamos começar por aqui e começaríamos pela primeira questão.

**Comandante dos Bombeiros Voluntários da Povoação:** No que diz respeito à quebra de comando, realmente há uma interferência que não está de acordo com a cadeia de comando, em que infelizmente o nosso quartel não tem as melhores condições operacionais e de forma que a secção da parte de rádios é um quarto só, onde funciona Bombeiros e Protecção Civil. No caso duma catástrofe no Concelho é o Presidente da Câmara, este Sr. tomou pessoalmente mão a toda a organização, tomou conta das comunicações e ele próprio é que fez as comunicações. Não tinha outros espaços para os rádios, o que está mal. E ficou lá até o helicóptero o apanhar e quando saiu não disse nada ao Comandante, nem enquanto esteve lá.. Eu não quis entrar e incomodar, por respeito: é o representante máximo do concelho. Eu achei até que o comando estava bem entregue. Reconheço, pessoalmente, que por alguns momentos estive à escuta sem qualquer interferência. Não tinha mãos a medir, a catástrofe não foi só na Ribeira Quente. Ouvia, concretamente, o Comandante da Ribeira Grande que estava disposto a avançar para a Ribeira Quente e, de facto, por ordens do Presidente da Câmara não o fez, ele nem o queria ouvir. Isto é sinceramente e com provas de todos os homens que lá ouviram. Ele não quis nada com o Comandante operacional. Queria era contacto directo com o Presidente do SRPC.



**Deputado Rui Pedro Ávila (PS)** Às seis horas e meia é uma questão de chegar ao quartel, mas desde as duas horas e meia que todos rádios estão ligados aos (...) sabia disso?

**Comandante da Povoação:** O Sr. Presidente não teve quaisquer contactos comigo, ele nem sequer quer falar com o Comandante! Disso, não sei!

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Penso que já percebi, mas de qualquer maneira gostaria de ouvir isso melhor.

Tendo o Sr. possibilidades de pedir à Ribeira Grande para intervir, porque é que não o fez?

**O Orador:** O Sr. quer que eu me interponha à entidade máxima do Concelho - "o senhor não manda aqui, o Sr. Comandante avance". Eu não quero faltar ao respeito à entidade máxima do Concelho. Este é um determinado assunto do Presidente da Câmara.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Uma outra questão que pus foi porque é que só chegam à Ribeira Quente às 4 horas da tarde?

**O Orador:** Muito bem. Eu realmente estou com o corpo inteiro dos bombeiros à hora da sirene e porque sabia já que havia mortes e a prioridade máxima era a Ribeira Quente, mas como já estava com a viatura a partir das 3 da manhã a ver como estavam as estradas onde assistiu um outro alto comando, um bombeiro e o delegado das Obras Públicas e este é que coordenava se devíamos ou não avançar, mas só era possível com o desbloqueamento das estradas com uma máquina e só chegaram por volta das seis e tal à estrada "partida": tiveram que regressar e o objectivo portanto, era aguardar(...)

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Era aguardar que as pessoas que estavam no terreno mandassem avançar....

**O Orador:** A aguardar o nosso avanço prioritário para a Ribeira Quente. Mas, entretanto, não tínhamos mãos a medir, havia no quartel dezenas de famílias desalojadas.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Há aqui ainda uma coisa que eu não percebi. Era aguardar, mas aguardar o quê?

**O Orador:** Aguardar, primeiro que o Sr. representante máximo da Protecção Civil nos pudesse coordenar, porque sabendo da situação de calamidade e em que já estavam confirmados alguns mortos, portanto a prioridade era lá. Primeiro estava aguardar que o Comando nos dissesse para avançar com a máquina para a desobstrução da estrada. mas também não íamos ficar horas, atrás da máquina, quando não tínhamos mãos a medir dentro do Concelho.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Mas os Srs. não podiam chegar lá, mas os Bombeiros da Ribeira Grande chegaram.

**O Orador:** Era muito mais fácil entrar pelo outro lado., mas eu não fiz essa avaliação. Fiquei sempre aguardar que nós rede do comando pudessemos entrar, mas eu nunca contactei o Comandante, eu não tinha essa chance, eu não tinha rádio. Porque o Sr. Presidente ocupou-o. O Sr. queria que eu chegasse ao rádio e ...!

**Comandante do Bombeiros da Ribeira Grande:** Se me permite, as cadeias de comando não são só comparada em relação aos Bombeiros da Ribeira Grande, é à estrutura dos bombeiros, neste caso, o Comando Operacional.

Portanto, houve um corte entre mim, o Comando Operacional e os próprios bombeiros. O próprio corpo de comando não é só, como diz aqui, que foi só em relação ao Comando dos Bombeiros da Povoação, mas também eu, ao fim e ao cabo, sou o responsável pela zona, independentemente de com autorização ou não de entrar eu continuava a ser o responsável pela zona. Nessa situação tinha que haver um contacto e esse contacto é quebrado e hoje sei qual é a razão de não conseguir falar com ele, não consigo falar com a Comissão e na altura quando fui ouvido não sabia.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Mas não consegue falar com ele?

**O Orador:** Só há um rádio e esse rádio estava ocupado pelo Sr. Presidente da Comissão Local de Protecção Civil.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida.

**Deputado Nuno Almeida (PSD):** Já estou minimamente esclarecido, mas era precisamente esta pergunta que queria fazer: Se o Sr. Presidente da Comissão Local de Protecção Civil tinha ocupado e monopolizado a utilização do aparelho de rádio que havia na Povoação?

Obviamente, parece-me que já se podem tirar daqui duas conclusões.

Esta é a hora de fazer perguntas e talvez não de concluir, mas não queria deixar passar esta oportunidade. Confirma-se que houve subavaliação, tal como nós no início tínhamos levantado, ou subavaliação dos efeitos da catástrofe e houve quebra dos comandos e da cadeia de comandos e de toda a estrutura da CLPC da Povoação e da Protecção Civil da Ilha de S. Miguel em geral.

**Deputado José Maria Bairos (PSD)** :(pergunta inaudível)

**Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande:** Só havia possibilidade de contactar com a Povoação através da rádio da Protecção Civil. Era só esse rádio que havia e que foi ocupado e a partir daí era completamente impossível. Não se conseguia.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Aquele rádio é da Câmara ou é da Protecção Civil?

**O Orador:** Aquele rádio de que estávamos a falar é do Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** É só aquele rádio que existe?

**O Orador:** Há dois rádios: um é da Câmara Municipal da Povoação que tem a sua rede própria e que só fala no Concelho da Povoação.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Com aquele rádio da Câmara, costumam a ligar para todo o Concelho(...)?

**Comandante da Povoação:** A Protecção Civil nunca olhou com olhos de ver para a Povoação, embora eu vou aguentando. O Comandante da Povoação (...) e quem é o Comandante da Povoação e quem o avalia? Eu já vou levando aos Conselhos Regionais a minha preocupação do Concelho pelas coisas que surgem, e ainda tenho em memória e conhecimento do que tem acontecido no Concelho, isto já há mais de 10 anos. Este é o Concelho de maior ocorrência de águas, o concelho com maior risco de ocorrência sísmica, é o Concelho com maior zona Florestal. Quais são as condições de suporte próprio que tem a Povoação? Eu já estou preocupado com o que aconteceu com as freguesias e que neste momento já se sentem isoladas. É um estudo que merece respeito. Essa situação tem uma parte política, mas penso que deviam tentar resolver esta situação com pessoas mais ligadas aos assuntos e com os técnicos responsáveis(...).

**Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande:** Eu queria explicar aqui uma coisa ao Sr. Deputado e gostaria de ficasse bem claro.

Portanto, a rede da Câmara Municipal cobre o Concelho da Povoação, não permite falar para a Ribeira Grande, nem para outro sítio qualquer.

Portanto, só havia - e eu não estou totalmente de acordo aqui com o meu colega - a rede da Protecção Civil como única forma de contacto com a Povoação e esse único rádio que havia deixou de funcionar e de permitir a ligação. Agora, também tenho que dizer, e todos nós sabemos que a rede da Protecção Civil não é a ideal, mas tenho que reconhecer também que naquele dia estava a funcionar e eu ouvi muito bem a Povoação. A Povoação falou com a Terceira sem dificuldade. Portanto, tenho que reconhecer que a rede naquele dia funcionou. Não é aquilo que nós gostaríamos e talvez gostássemos que todas as viaturas falassem, que houvesse uma cobertura a 100%. Não é isso que se verifica, mas a Povoação naquele dia nunca esteve cortada com o exterior. Portanto falaram com a Terceira, eu ouvi na Ribeira Grande e os meus colegas de Vila Franca, de Ponta Delgada, toda a gente ouviu aquilo que a Povoação ia dizendo para a Terceira. Portanto, o problema julgo que não está aí(...).

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz para fazer perguntas.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Faz parte das funções do Sr. Presidente da CLPC coordenar todas as *démarches* necessárias nesta situação: Para coordenar tinha que ter meios de comunicar com todos os outros braços da Protecção Civil. O que é que ele podia usar para fazer essa comunicação?

**O Orador:** Dentro do seu Concelho ele tinha contado com a sua rede de rádio da Câmara Municipal e ele conseguia falar para qualquer freguesia onde tem os 4 rádios, excepto com a Ribeira Quente, por causa daquela história da pilha (...).

De resto, dispunha da rede da Protecção Civil e podia falar para a Ribeira Grande, para Ponta Delgada, para o Nordeste, para qualquer ilha dos Açores, inclusivamente para a Terceira. Portanto, eu ouvi falar.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Portanto, usou essa rede da Protecção Civil.

**O Orador:** Exactamente.

**Deputada Natividade Luz (PS):** E o que fez não foi isso, usou o rádio dos Bombeiros da Povoação?

**O Orador:** Não, os Bombeiros da Povoação não têm rádio, usam o rádio da Protecção Civil.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Então quer dizer que não se pode falar aqui em termos de ocupação.

**O Orador:** Não, a ocupação é total, porque o único rádio que consegue falar para o exterior para poder solicitar qualquer intervenção é o rádio da Protecção Civil.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Fazia parte das suas funções então não se lhe pode imputar responsabilidades, porque ele, digamos, tomou conta desse meio de comunicação, visto ser o único que ele tinha.

**O Orador:** Sra. Deputada, fazem-me aqui a pergunta sobre o motivo porque os Bombeiros da Ribeira Grande não chegaram mais cedo.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Inaudível.

**O Orador:** Não, não, desculpe Sra. Deputada, deixe-me dizer uma coisa que tenho para dizer e que é o seguinte:

Quando me fazem essa pergunta, eu tenho que voltar atrás.

Uma das coisas é que esse rádio poderia ter sido utilizado para chamar os socorros do exterior, visto que o meu colega disse que não podiam chegar à Ribeira Quente.

Portanto, eu precisava do pedido do exterior e esse pedido não é feito.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Eu percebi, mas não é essa a minha questão. O Sr. Deputado Nuno Barata, na tentativa de concluir algumas coisas, disse, e gostaria que me confirmasse, que o Sr. Presidente da Comissão Local de Protecção Civil tinha ocupado o rádio, e eu acho que esta palavra ocupado é incorrecta, ou seja, o Sr. Presidente da Comissão Local de Protecção Civil a partir da altura que usou o rádio para comunicar com o exterior, começou a desempenhar a sua função de coordenação. Certo ou não? Não quer dizer que a coordenação tivesse sido bem feita, não é isso que eu quero, o que eu quero dizer é que a palavra "ocupado", quanto a mim, é incorrecta. Eu penso que o que se pode dizer é que o Presidente da CLPC utilizou o único meio que tinha para começar a exercer as suas funções de coordenação. É verdade ou é mentira?

**O Orador:** Como já disse, eu não estava lá, mas julgo que o meu colega que estava lá ao lado é que pode responder a isso.

Mas, aquilo que eu ouvi foi o Presidente da Comissão Local de Protecção Civil falar para a Terceira e o operador dizer que entrasse em contacto com a Ribeira Grande e a resposta foi: quero falar directamente com o Sr. Presidente do SRPC. E eu continuei a aguardar sempre.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Eu já percebi tudo, a minha questão é (...)

**O Orador:** Não estamos a falar aqui numa questão de horas. Agora, eu julgo que, e infelizmente, nas nossas Comissões locais de Protecção Civil continua-se a cometer um erro, e era o que há bocadinho como a Sr<sup>a</sup>. dizia que eu referi "coordenar", portanto a função do Sr. Presidente da Comissão Local de Protecção Civil é exactamente coordenar, isto é, cada agente da Protecção Civil tem os seus responsáveis e, neste caso, os Bombeiros têm o seu responsável e a sua hierarquia e essa hierarquia foi quebrada, foi cortada e nós não conseguimos desenvolver o nosso trabalho porque foi cortada.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Certo, mas a questão da ocupação não nos parece muito correcta.

**Deputado Nuno Barata (PP):** Desculpe, Sra. Deputada, mas isso é uma questão de português e eu não disse usurpar, eu disse ocupar e ocupou utilizando o rádio do Sr. Presidente da CLPC.

**O Orador:** Sra. Deputada, existe um responsável pelas comunicações das Comissões locais de Protecção Civil.

**Presidente da Comissão (Manual Azevedo).** Tem a palavra o Sr. Comandante dos Bombeiros da Povoação.

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** O Sr. Deputado tem muita razão, eu julgo que é incorrecta a sua afirmação. Ele ocupou o seu espaço, começou a entrar na organização, embora não fossem bem geridas e nunca pedisse o apoio do comandante, ele fez a sua função, agora que nunca foi preciso a intervenção do comandante, não foi preciso dar conhecimento nenhum (...)

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*). Está bem, vamos agora respeitar as inscrições dos Srs. Deputados que estão inscritos por ordem: José Maria Bairos, José Humberto Chaves, Nuno Barata, Francisco Xavier.

**Deputado José Maria Bairos** (PSD): Era para pôr aqui uma questão. A nível das audições que fizemos ao longo da Região, ao nível dos CLPCs e dos Bombeiros, reparamos que todos os rádios da Protecção Civil se encontravam nas Câmaras. E a ligação directa que o Presidente da Câmara como Presidente do CLPC, tem com o SRPC e a única situação que encontramos diferente na Região em que esse rádio não se encontrava na Câmara, mas sim nos Bombeiros, dentro da sala onde estavam todas as comunicações, foi na Povoação e por aquilo que me apercebi, se calhar, isto contribuiu um pouco para esta desorganização uma vez que estavam localizados na mesma zona e que não podiam fazer comunicações, porque estava tudo ocupado, quando na maior parte o rádio está na dependência da Câmara. A questão que eu punha era: Esta alteração, em vez do rádio estar na Câmara, estar nos Bombeiros, terá contribuído para este caso, a "tomar conta" de todas as comunicações, uma vez que elas estavam localizadas todas na mesma zona? Era esta a pergunta que eu punha e que contribuisse, de facto, para esclarecer esta situação.

**Comandante da Povoação:** Exactamente, este é que é o problema todo: A falta de organização e de uma certa independência para que cada sector trabalhasse nas suas melhores condições, sem interferências logicamente e sempre subordinados às hierarquias. Esta, no fundo, é que é a razão e o que temos que ver é isto: a falha mais grave que houve lá foi isto, foi não ter (e a quebra de cadeia foi por isso) (...) e o Sr. Presidente até inconscientemente se calhar não se apercebeu desta gravidade e acho que têm de ser definidos os espaços, ou é na Câmara ou é num sítio que se arranje no quartel, (...).

**Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande:** Eu queria dizer aos Srs. o seguinte:

Nem todas as Comissões Locais de Protecção Civil têm rádio na Câmara e, no caso concreto da Ribeira Grande o rádio está exactamente no corpo de Bombeiros, agora o que há é um respeito mútuo.

*(Voz Inaudível dum Sr. Deputado).*

**O Orador:** Não, na Ribeira Grande, sempre esteve nos Bombeiros, nunca foi montado na Câmara.

Agora, o que há é que há competências e elas têm que ser respeitadas. Os Bombeiros têm uma função, como a PSP tem outra, etc., etc. e todos os agentes da Protecção Civil.

Quando isso for respeitado, tudo bem, agora, julgo que se o rádio tivesse ali ou se tivesse noutra sítio e tivesse a mesma frequência da Protecção Civil, haveria sempre um amontoado de comunicações e, se calhar, pedidos divergentes. Portanto a descoordenação acabaria por aparecer sempre. Esta é a minha opinião.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Existe ou não um rádio da Câmara Municipal nos Bombeiros. O Sr. Presidente da Câmara quando chegou lá, também tinha um rádio disponível nos Bombeiros(...)?

**Comandante do Bombeiros da Povoação:** Há é duas redes, a rede da Câmara e a rede da Protecção Civil.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Portanto, o Sr. teve conhecimento da coordenação que houve da parte do Presidente da Câmara durante a madrugada?

**Comandante do Bombeiros da Povoação:** Tive, sim Senhor!

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Eu estou a fazer esta pergunta porque disse não sabia o que é que se tinha passado, de o Sr. Presidente estava a coordenar ou não?

**Comandante do Bombeiros da Povoação:(...)** vamos lá a ver, o Sr. Presidente coordenou as operações desde às duas horas e meia de sua casa, através do seu rádio, que eu ouvi.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida .

**Deputado Nuno Almeida (PP):** Pergunta rápida. No momento em que o Sr. Presidente da Câmara da Povoação, neste caso, o coordenador do CLPC da Povoação ocupa o rádio operacional, do rádio do Presidente da Protecção Civil no quartel de



Bombeiros, o Sr. Américo ouve o Sr. Comandante da Ribeira Grande pôr-se à disposição o seu corpo de Bombeiros. O Presidente da CLPC, não responde a essa disponibilidade do Sr. Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande. Portanto, se fosse o Sr. que estivesse sentado naquele rádio, tinha agradecido e pedido ao Sr. José Gabriel para avançar?

**Comandante:** Por amor de Deus! ora se fosse ao contrário(...)

**Deputado Nuno Almeida (PP):** Não preciso de ser mais esclarecido

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Eu queria voltar atrás só para esclarecer aqui o seguinte: No que respeita àquela reunião onde foi dito que o Comandante operacional não poderia entrar na Povoação, a não ser que fosse solicitado pelas entidades próprias. Agora, nessa reunião não foi também falado numa situação de catástrofe, como foi nesta situação, digamos, se isso não é suficiente para ultrapassar essa recomendação, porque isso não foi propriamente uma ordem, foi uma recomendação(...) essa recomendação, me parece que se levou ao limite, mas provavelmente seria uma recomendação para, digamos, numa situação normal e não propriamente uma situação de catástrofe. Eu acho que estas coisas têm que ser ultrapassadas, em situação de catástrofe.

**Comandante do Bombeiros da Ribeira Grande:** Eu tive oportunidade de dizer que, anteriormente, nós avançaríamos por coisas mais simples, inclusivamente se fosse um acidente ou uma coisa qualquer, nós avançaríamos e dávamos conhecimento, quer ao Corpo de Bombeiros quer à Inspeção Regional de Bombeiros, que tínhamos seguido para o local. Depois, ainda existem mais coisas diferentes que também podem provar (...) efectivamente, a partir daquela altura eu não podia entrar no Concelho da Povoação.

**Deputada Natividade Luz (PS):** Em nenhuma situação.

**Comandante do Bombeiros da Ribeira Grande:** Oh, minha senhora, os Bombeiros quando são chamados são sempre em situações complicadas e quando se recebe uma chamada para um incêndio, muitas vezes dizem que é pequenino e, quando chego lá, o fogo está a sair pelo telhado ou pelas janelas e outras vezes acontece que dizem que

o incêndio é muito grande e quando chegamos lá apagamos com um extintor. Portanto, todas as vezes que os Bombeiros são solicitados a intervir, nunca sabemos o que é que vamos encontrar.

Portanto, aquilo aplica-se em todas as situações, mas o que está aqui em causa são as suas estruturas operacionais que estão acima do Comandante do Bombeiros da Ribeira Grande tinham definido que os bombeiros não interviriam, a não ser que fossem chamados pela entidades que eu referi. Foi exactamente isto que se passou e quatro das pessoas que estiveram nessa reunião confirmam isto que eu estou a dizer.

A pior coisa que se pode dizer aos Bombeiros é: não avançou porque não quis. Isso para nós é a pior coisa que nos podem fazer.

De resto, a partir do momento que disparou para avançar, é ver como é que a Ribeira Grande e os outros Corpos de Bombeiros avançaram e como é que trabalharam.

Posso-vos dizer que os meus homens começaram a trabalhar à 1,40 horas da manhã e só almoçaram naquele dia por volta das 3 ou 4 horas da tarde e nunca ninguém me falou que não nos tinham visto a trabalhar, foi sempre com o mesmo espírito.

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

**Deputada Ana Carolina** (*PSD*): É na sequência da pergunta que o Deputado Nuno Almeida fez (...)

O Presidente da Comissão Local de Protecção Civil não só não coordenou, como fez mais do que isso: tomou conta da operação na Povoação, ou seja, ocupou o rádio de comunicações, não chamou quem devia e nós sabemos que quem manda nos Bombeiros da Povoação é o seu Comandante e nunca o Presidente da Comissão Local de Protecção Civil. Este só coordena. Certo?!

Portanto, não fez aquilo que era de fazer, ou seja, chamar os Bombeiros da Ribeira Grande. Certo?! O Sr. na posição do Sr. Presidente da Câmara chamaria o Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande? Houve aqui interferência do comando?

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): Antes de dar a palavra, em consequência desta afirmação/pergunta que fez a Deputada Ana Carolina, eu gostaria de ler aqui um extracto do relatório(...)

**Comandante do Bombeiros da Ribeira Grande:** Se me permite queria só fazer aqui um aparte que julgo que é importante.

Efectivamente, não houve diálogo e quando não há diálogo, nunca mais ninguém se entende.

Repare bem! o helicóptero vai à Povoação e pega no Sr. Presidente. O helicóptero pode transportar 12 pessoas, e levou 2 pessoas, porque é que não levou bombeiros?

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Essa questão dos helicópteros podemos voltar a ela. Mas, para ligar à questão da Sra. Deputada Ana Carolina.

O Sr. Provedor de Justiça faz uma afirmação que tem a ver, quer com aquilo que disse o Sr. Deputado Nuno Barata quer com o que disse a Sra. Deputada Ana Carolina e eu gostaria de ver mais uma vez confirmada ou não pelo Sr. Comandante da Povoação o que está aqui dito:

"Ainda assim, e quando toda a situação, aconselhava que a coordenação operacional fosse assegurada pelo Sr. Comandante dos Bombeiros, porque dispunha de mais informação, melhor conhecimento dos homens material disponível e formação técnica adequada, verificou-se uma transferência de comando para o Sr. Presidente da Câmara Municipal".

Desculpem-me, não era isto que eu queria ler, mas sim uma outra passagem do relatório (...)

**Deputado Rui Pedro (PS):** Já alguma vez os Bombeiros da Povoação saíram sem o senhor saber?

**Comandante da Povoação:** Em que situação?

**Deputado Rui Pedro (PS):** Na Povoação!

**Comandante da Povoação:** Sim, é uma decisão do Sr. Presidente.

*(Espaço inaudível)*

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** (...) com esta afirmação (...) e foi talvez o resultado de algumas questões (...)e que é a falta de diálogo, a falta de entendimento,

todas estas questões de fundo é que levaram à descoordenação, ou seja, num dia em que a Protecção Civil necessitava actuar a 100%, vieram ao de cima todas estas questões, em detrimento da questão fundamental que era necessário resolver naquele dia, que era uma actuação imediata (...) eu considero que o limite não foi só dum lado, isto também foi do outro lado (...) e inclusivamente de opor a questões (...) possa (...) para actuar no terreno e pura e simplesmente foi dito como se ouviu aqui, nem tão pouco respondido a essa disponibilidade (...) naquele dia foi usado o limite foi através da pessoa que tomou conta de todas das operações.

Por isso, é que eu digo que concordo consigo que foi de facto levado ao limite.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Fraga.

**Deputado Carlos Fraga (PS):** Na continuação e também em conclusão ao que o Sr. Deputado Rui Pedro disse, é que realmente os Srs. Comandantes, quer da Ribeira Grande quer da Povoação, vieram para uma audição em que seriam eles ouvidos e julgo que nem eles próprios estarão agora, só talvez por delicadeza, na disposição de ouvir as conclusões de cada um dos Srs. Deputados acerca dos resultados.

Assim sendo, acho que devíamos voltar esta reunião ao aspecto da audição aos Srs. Comandantes e depois, mais tarde, quando o Sr. Presidente o entender, voltaríamos novamente para concluirmos alguma coisa.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Eu percebo perfeitamente a sua atitude. No entanto, eu interpreto este tipo de conclusões, uma vez que estamos aqui a falar neste tempo destinado às perguntas e mesmo quando não existam perguntas, no sentido de ver, dos Srs. que aqui estão, confirmadas ou não aquilo que as pessoas dizem.

*Corte na gravação (fim de cassette)*

**Deputado Nuno Almeida (PP):** (...) Há aqui uma questão e vou voltar a perguntar precisamente nessa matéria, porque ouvimos o Sr. Presidente da CLPC da Povoação dizer que não admitia que o Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários da Ribeira

Grande mandasse na Povoação. A pergunta que eu faço é: Os Srs. vão-se entender ou nós vamos ser todos tramados, porque ninguém se entende?

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): Ainda relativamente a isto, eu gostaria, e tenho de voltar ainda atrás à questão dos helicópteros, de pôr em cima da mesa algumas afirmações do Sr. Provedor relativamente às actuações dos Bombeiros, para saber se concordam ou não com elas.

*(Aparte inaudível do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila)*

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): Estamos aqui para esclarecer demoras e deficiências de avaliação.

**Deputado Rui Pedro** (PS): O Sr. Comandante já disse que houve demora!

**Comandante do Bombeiros da Ribeira Grande**: Eu já o disse.

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): Agora, Sr. Comandante, ponho em cima da mesa um pormenor que antes não me tinha ocorrido.

Como é que chega um helicóptero à Povoação, numa altura em que ainda não tinha recolhido feridos e leva o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. da Protecção Civil e não leva mais ninguém.

*(Vozes inaudíveis)*

**Deputado Carlos Fraga** (PS): (...) Eu acho que a resposta à sua interrogação é relativamente simples.

Mesmo para levar o Sr. Presidente do Governo Regional ou o Sr. Presidente da Câmara da Povoação, na ocasião da audição ao Sr. Presidente da Câmara na Assembleia foi dito que o comandante do helicóptero teve que pedir autorização ao Comando Operacional nas Lajes para levar aqueles Srs.. Por conseguinte, ninguém podia tomar a liberdade de levar a capacidade total do helicóptero, que eram 12 pessoas, sem autorização.

*(Vozes inaudíveis)*

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): Um momento Srs. Deputados Nuno Barata, Francisco Xavier e José Humberto Chaves.

Sr. Deputado Nuno Barata, a pergunta que queria formular era essa?

**Deputado Nuno Barata** (*PP*): Era sim.

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): E essa pergunta, na minha óptica, é legítima e os Srs. Comandantes façam o favor de responder.

**Deputado Nuno Barata** (*PP*): Era efectivamente para saber se existe coordenação e existe entendimento entre o CLPC da Povoação e o Comandante Operacional da Ribeira Grande?

**Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande**: Uma das coisas que faz parte do nosso código de honra é que não há para nós nem cores nem pessoas. Quero dizer com isto que, quando somos chamados a intervir, nós actuamos da mesma forma e quando recebo uma chamada a pedir socorro, não quero saber se é azul, branco ou se é cor de rosa. Actuamos sempre da mesma maneira. Em serviço, a minha postura será sempre esta. Infelizmente, o que acontece é que nem sempre tem sido o mesmo da outra parte.

Ainda ontem eu estava nas Furnas e o Sr. Presidente da Comissão Local de Protecção Civil chegou, cumprimentou toda a gente e fez de conta que eu não estava presente. Mas eu continuo a trabalhar.

Isto é só para o seu esclarecimento.

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

**Deputado Francisco Xavier** (*PSD*): Eu vou ter que retomar a questão do helicóptero só para fazer uma pergunta muito precisa ao Sr. Comandante da Povoação.

Quando o helicóptero chegou à Povoação, houve ou não alguma conversa no sentido de poder ir bombeiros no helicóptero para a Ribeira Quente?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação**: Não, não houve qualquer conversa nesse sentido. Eu estava com o meu Ajudante num reconhecimento e quando fomos chamados por esta rádio, o Ajudante tinha que seguir com o Presidente para a Ribeira Quente. Nem tão pouco fui abordado naquela manhã toda para alguma coordenação

pelo Presidente, sobre a actuação dos bombeiros. Estive sempre ao dispor daquilo que fosse mais sensato.

**Deputado Francisco Xavier (PSD):** Neste caso, o Presidente sugeriu só para ir o 2º Comandante?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Sim, e sem a mínina conversa com o Comandante da Povoação.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** O helicóptero foi à Povoação para evacuar uma senhora que vinha para Ponta Delgada. Quero esclarecer que o helicóptero não foi à Povoação para ir buscar o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Ajudante., mas sim para ir buscar uma Sra. que vinha para Ponta Delgada. Posteriormente, essa senhora não veio e nessa altura parece-me ter ouvido dizer que o Presidente da Câmara e o Adjunto vão no helicóptero. Têm que parar, esperar, pedir autorização, etc..

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Já agora, para acabar, vão no helicóptero, mandaram seguir o helicóptero para as Furnas, onde o aguardava o Presidente do Governo Regional.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Isso é outro assunto. Ele vai para as Furnas, não toma ali ninguém e segue de imediato para a Ribeira Quente. É isto que está escrito.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Sr. Deputado Rui Pedro Ávila disse aquilo que eu disse!?

É que o Sr. Comandante do Puma, quando entra o Sr. Presidente da Câmara e o seu Adjunto para a Protecção Civil, diz que ele siga para as Furnas onde o aguarda o Sr. Presidente e membros do Governo, ao que o Sr. Comandante do Puma contrapõe: “em primeiro lugar estão os feridos” e o Sr. Presidente da Câmara, segundo o que diz aqui, terá respondido: “esteja descansado, porque está tudo coordenado”. Isto está aqui dito.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Isso não tem nada a ver com aquilo que eu estava dizer.

O que eu estava dizer é que foi à Povoação. (...)

*(Diálogo inaudível entre vários Srs. Deputados)*

**Deputado Nuno Almeida (PP):** A subavaliação e quebra de comando são duas questões fundamentais.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Atenção Srs. Deputados, vamos pôr ordem aqui na mesa.

**Deputado Francisco Xavier (PSD):** Queria fazer uma pergunta na sequência disto para esclarecer aquela questão.

Quando recebeu a informação de que o seu Ajudante teria que partir no helicóptero, onde é que estava?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Eu estava num reconhecimento fora do quartel.

**Deputado Francisco Xavier (PSD):** E soube dessa informação via rádio?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Sim, via rádio.

**O Orador:** Portanto, os bombeiros não avançam, nem o Comandante avança também, porque o Sr. Presidente da Câmara, como Presidente da Comissão Local de Protecção Civil não deu ordens nesse sentido. Deu apenas e simplesmente ordem ao 2.º Comandante para avançar. Este é um facto que pode ser discutível ou não.

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** É o Adjunto.

**Deputado Francisco Xavier (PSD):** Está bem, é o Adjunto, mas, de facto, deu ordens só para ele avançar, não pôs a hipótese do resto dos bombeiros avançarem.

**Voz não identificada:** Eu deduzo que, certamente, parte dos bombeiros da Povoação não tinham abandonado. (...)

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Relativamente a isto, algum dos Srs. Comandantes quer dizer alguma coisa?

**Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande:** Eu gostaria de dizer que isto vem exactamente provar a descoordenação e o desaproveitamento do momento, quando ele sabia que não havia possibilidades de chegar por terra.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** O Sr. não pode fazer essa avaliação. O Sr. não teve na audição e o que se disse lá foi que assim que se ouviu o barulho do helicóptero a chegar, correram para ver se podiam ter autorização para aproveitarem e irem para a



Ribeira Quente, porque o helicóptero para chegar lá era só para ir buscar uma hemodializada.

Portanto, não pode fazer essa avaliação, porque não esteve na audição.

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): O Sr. Comandante continue se faz favor.

**Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande:** Apenas queria perguntar o seguinte: Se eles avançam sem levar bombeiros, vão coordenar o quê? A pergunta é esta. Senão está lá ninguém, porque em princípio não sabiam se os Bombeiros da Ribeira Grande tinha chegado lá ou não. Portanto, eu pergunto o que é que vão lá fazer? Isto é a mesma coisa que ir apagar fogo sem levar mangueira.

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): A fazer de fé nas declarações do Sr. Comandante do Puma, há aqui um elemento que é importante.

O Sr. Presidente da Comissão Local de Protecção Civil não podia levar Bombeiros por uma razão, porque o Sr. Presidente da Câmara e Presidente da Comissão Local de Protecção Civil diz assim: o Puma deve-se dirigir para as Furnas para transportar o Sr. Presidente e outros elementos do Governo Regional. Portanto, não podia levar bombeiros, porque tinha que transportar estes Srs. das Furnas para a Ribeira Quente. Depois, não foi obtida informação sobre a Sra. citada anteriormente.e o Sr. Comandante do Puma lembrou que no momento a prioridade era transporte de feridos, sob coordenação da Protecção Civil, tendo sido dito pelo referido elemento daquela Instituição que estava tudo coordenado e que o Puma se deveria dirigir para as Furnas. A fazer fé nisto, não podiam mesmo levar bombeiros, porque iam levar era o Presidente e Membros do Governo.

(...)

Mais alguma questão que queiram ver esclarecida?

Para finalizar, há aqui mais uma questão que eu gostaria de colocar.

O Sr. Comandante da Ribeira Grande confirma os dados que aqui estão no relatório, nas declarações que fez para o Sr. Provedor de Justiça?

**Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande:** Srs. Deputados, aquilo que eu digo aqui no relatório, e já tive oportunidade de dizer, posso provar.

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): E gostaria, e uma vez que o Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários da Povoação não fez declarações, de pôr a questão de outra maneira e que é o seguinte:

Apurou-se que, desde determinada altura, o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação assumiu o comando dos homens e a direcção dos meios, relegando as chefias operacionais dos bombeiros para um papel secundário. Confirma esta conclusão do Sr (...) Confirma isto?

Já na Povoação, a determinada altura, apurou-se que - e esta altura determinada, imaginamos que é quando o Sr. Presidente da Comissão local chega aos Bombeiros - o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação assumiu o comando dos homens e a direcção dos meios, relegando as chefias operacionais, designadamente do Sr. Comandante, para um papel secundário. O Sr. confirma isto?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** A pergunta é se ele assumiu o comando dos homens. Não ele não assumiu o comando dos homens.

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): E a direcção dos meios?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** A direcção dos meios ele é que as tem.

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): Relegando as chefias operacionais dos Bombeiros voluntários para um papel secundário? Portanto, pôs de lado o Sr. Comandante?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Sim, deixou de ligar aos comandantes. Esta é que é a verdade (...)

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): Não obstante a circunstância dos meios colocados à disposição do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação, pela Corporação da Ribeira Grande, não terem sido solicitados, este facto revela uma deficiente avaliação da situação ocorrida na Ribeira Quente. Confirma isto? Aliás, já confirmou quando diz que, se é que tivesse sentado no lugar do Sr. Presidente da Câmara, as coisas tinham tomado outro rumo.

Acrescenta que a chegada dos Bombeiros Voluntário da Povoação à Ribeira Quente se verificou cerca das 16 horas, 4 horas mais tarde do que os Bombeiros da Ribeira Grande, e desde as 12,20 horas todos os feridos tinham sido evacuados. O Sr. já explicou porque é que tinham chegado a esta hora.

Na sequência do que ficou escrito sobre a actuação do Presidente da Câmara Municipal da Povoação, a acção dos Bombeiros Voluntários da Povoação foi, em grande parte, determinada pela intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal. Isto é, dado o que ficou dito, a vossa actuação foi condicionada por aquilo que o Sr. Presidente da Câmara Municipal ordenava ou coordenava.

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Não está bem! O Sr. Presidente da Câmara da Povoação não dá ordens, não interfere na nossa operacionalidade. Agora o que há é falta de coordenação, porque eu como Comandante dos Bombeiros fiquei de fora de qualquer conversa. Eu apenas estou a tentar a coordenar as urgências que nos solicitam e vou mantendo os meus homens até segunda ordem, porque, de facto, é ele que está no comando das operações e aguardo a todo o momento que me seja dito alguma coisa por sua Exa., o qual vai para o helicóptero e até logo se Deus quiser!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** A partir da altura que o helicóptero partiu, o Sr. continuou a trabalhar na Povoação?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Cá está, era isto que eu ia acrescentar, porque é importante. Porque é que eu não avancei logo?

Eu senti-me, de facto, numa situação (..) em que o Sr. Presidente toma mais uma vez uma posição daquelas e que um Chefe dum Comando não tem nada a ver e a dizer, eu julgo que ele falhou nisso e eu que andei sempre com os homens no terreno.e vi que já havia alguma estabilidade no terreno.e mais ou menos uma hora e meia depois da desobstrução do concelho, eu, conjuntamente com os meus homens, fomos para a Ribeira Quente.

Portanto, a nossa saída do quartel aconteceu à uma hora e meia da tarde. Tivemos que ir pelo Salto do Cavalo logicamente e as viatura ficaram nos túneis.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Queria fazer uma pergunta ao Sr. Comandante dos Bombeiros da Povoação.

Durante este período de tempo não esteve parado na Povoação. Esteve sempre a trabalhar? No Faial da Terra não se sabia bem o que havia.

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Exactamente.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Fez serviço no Faial da Terra (...) alguém foi.

Está bem, mas havia uma situação (...) e a pergunta que eu queria pôr aqui é a seguinte: Se se dissesse para ir para a Ribeira Quente, a situação que se ficava a viver na Povoação era má?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Exactamente, era sim Senhor.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Eu julgo que o que é importante para uma Comissão Local de Protecção Civil (...)

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Por amor de Deus, deixem as pessoas falar.

*(Diálogo inaudível entre o Sr. Deputado José Maria Bairos e José Humberto Chaves e Rui Pedro Ávila)*

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Srs. Deputados, o diálogo acabou aqui. o Sr. Comandante faça favor de continuar.

**Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande:** Eu estava a tentar chamar a atenção para o seguinte:

A avaliação é muito importante e essa avaliação não foi bem feita, porque quando se tem que fazer uma avaliação, tem de haver prioridades e essas prioridades não foram, como o Sr. diz, quando os Bombeiros da Povoação estiveram a trabalhar, mas isso não está em causa, porque estiveram a trabalhar.

Agora, a minha pergunta é se efectivamente o trabalho que tiveram a fazer era mais importante do que o da Ribeira Quente? É que, Srs. Deputados, não se esqueçam que o Corpo dos Bombeiros inteirou, do Nordeste foi para o Faial da Terra e houve uma secção de 20 e tal homens que foram para o Faial da Terra e os trabalhos que lá existiam podiam ser feitos 3 ou 4 dias depois. É aqui que está o cerne de toda a questão.

Eu continuo a dizer que a avaliação seguida, foi constantemente mal feita, foi mal coordenada. Acabou-se por gastar meios num sítio erradamente, porque naquele momento não havia necessidade.

Como o Sr. Deputado disse que o Sr. Comandante da Povoação andou a fazer lá coisas importantes, eu devo dizer: aquilo, comparado com feridos e mortos, não é importante.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** (Inaudível).

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sra. Deputada Ana Carolina.

**Deputada Ana Carolina (PSD):** A minha pergunta é muito simples.

Quem é que disse aos Bombeiros da Povoação para ficarem na Povoação? Quem é que disse para eles irem para a Ribeira Quente? Quem é que coordenou tudo isto?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Ninguém.

**Deputada Ana Carolina (PSD):** Quem é que lhe disse para irem àquela hora para Ribeira Quente?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** (...) o Sr. Presidente é autoridade máxima, já o disse. Este Sr. tem que ter competência, primeiro para saber o que é a Protecção Civil, porque eu disse-lhe frontalmente, numa reunião na primeira semana deste ano, o Sr. não percebe nada de Protecção Civil e ele disse-me que não precisa de reuniões de Protecção Civil. Ele resolve pontualmente. E, ainda, qual é a pessoa neste mundo que é capaz de gerir a máquina que é a Protecção Civil? Eu vejo-me aflito às vezes e até é preciso ter nervos de aço para aguentar determinadas atmosferas.

Eu não gosto de entrar em lutas, (...) e até nem sequer gosto de estar aqui neste sítio.

*(Risos dos Srs. Deputados)*

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Esteja à vontade. Isso é normal.

**O Orador:** A minha missão é apagar fogo.

*(Risos dos Srs. Deputados)*

**O Orador:** Eu julgo que até me senti mal, mas eu julgo que havia naquela frequência pessoas com competência, com poderes que pudessem gerir as forças da Povoação, as

forças da Ribeira Grande, as forças da cidade, as forças de Vila Franca ou do Nordeste. Pelo amor de Deus, vir perguntar ao Comandante da Povoação porque é que foi ou não foi não sei.

Sinceramente, eu ia ser uma cara de ferro se ultrapassasse as outras pessoas todas.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** O Sr. Deputado Sidónio Bettencourt não faz parte da Comissão, mas está autorizado a pôr uma questão.

**Deputado Sidónio Bettencourt (PSD):** É só uma pergunta.

Para além destas peripécias todas dos relatórios e de tudo isso e com as falhas.. Há aqui duas coisas que para mim são fundamentais.

Já se percebeu que há desinteligências pessoais entre o Presidente da Comissão Local de Protecção Civil da Povoação e o Comando Operacional da Ribeira Grande.

São problemas pessoais até e que devem ser ultrapassados e que não há Comissão que resolva se não se entenderem uns com os outros. Acho que isto é fundamental ponto n.º 1.

No outro ponto de vista, há aqui também uma outra figura que aparece e que nós falamos, para cima e para baixo várias vezes e que também julgo que ajuda ou a esclarecer ou não.

Em princípio, gostaria de perguntar ao Sr. Comandante da Povoação qual é a relação, no dia a dia, entre o 2.º Comandante dos Bombeiros e o Adjunto do Presidente da Câmara para a Protecção Civil? Ou seja, um subordinado seu é também o conselheiro do Presidente da Câmara, por que o Presidente da Câmara, às vezes, age, e é ele que está aqui em questão, em função dos conselhos daquele que é o 2º Comandante dos Bombeiros da Povoação. Que hierarquia é esta? Como é que se sente o Comandante dos Bombeiros da Povoação no meio de tudo isto? A quem é que obedece no dia a dia, se é ao Adjunto e ao Presidente da Câmara, quando é Protecção Civil em pleno e depois ele é 2º Comandante e desaparece como 2.º Comandante dos Bombeiros. Qual é a sua posição no meio disto tudo?

Parece-me também aqui que é um elemento da máquina que não ajuda a olear ou se pelo contrário, à primeira vista, poderia dar a entender que um 2.º Comandante junto dum Presidente da Câmara ajudaria a entrosar ainda mais os Bombeiros e a Protecção Civil, mas pelos vistos não é isso que acontece.

Portanto, são duas coisas nucleares que, este local e no conjunto global da ilha, podem pôr esta máquina toda a não funcionar. A sua opinião sobre este elemento que é um elemento fundamental.

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Esta é uma pergunta bem feita. Esta é uma das perguntas que já ouvi aqui hoje que deu um realce a esta questão e merece de facto e acho que começa os problemas todos por aqui.

A Corporação da Povoação, acho que não (...) é uma associação que tem vindo desde a minha entrada com maus entendimentos (...) eu tenho (...) bom julgo que tenho sido uma pessoa de consenso. (...) funcionamento da Corporação (...) inclusivamente na qualidade de ajudante tem adquirido através do seu conhecimento com o Presidente da Câmara tem (...) muito incentivos, muitas regalias, muitos materiais.(...)

Portanto, tem-nos ajudado de certa forma. (...), mas ele dá ao ajudante, mas eu não aceito nada, ele não me dá nada, mas dá a uns tantos.

Eu punha como primeiro ponto a necessidade e o facto de (...) os Bombeiros da Povoação.

Portanto, logicamente que o Sr. Presidente tem situações que ultrapassam e diz ao 2.º Comandante para ficar ao seu lado e o comandante fica sem nada.

Bom, mas como eu também como essas situações são pequeníssimas e que não se justifica e apenas como vêm só interferiu numa catástrofe (...) eu não vou julgar uma pessoa só por uma ocasião enquanto aquele senhor durante o ano, a gente vai 10, 20, 30 acidentes, ele é meu ajudante e só em caso de catástrofe é que o Presidente da Câmara quere-o a seu lado, às vezes não sei para quê, mas ele quero-o a seu lado e automaticamente deixa de ser meu ajudante. Isto é verdade, eu perco o meu ajudante e então vejo-me a "trotos" nestas situações.

**Deputado Sidónio Bettencourt (PSD):** Neste caso da Ribeira Quente ele foi mais o seu 2.º Comandante ou foi mais o Adjunto?

**O Orador:** Ele foi mais com o Presidente da Câmara. Mas é o meu ajudante de Comando. (...)

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida.

**Deputado Nuno Almeida (PP):** A pergunta que queria fazer é mais concreta e mais directa.

Quando o Sr. Adjunto do Sr Presidente da Câmara para a Protecção Civil, neste caso é o seu 2.º Comandante, é chamado a prestar serviço na Câmara Municipal, faz-lhe falta no Comando Operacional da sua Corporação de Bombeiros?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Eu não entendi bem.

**Deputado Nuno Almeida (PP):** Quando ele está fora a trabalhar para a Câmara, gostaria de saber se ele faz falta à Corporação de Bombeiros, se lhe faz falta a si?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Oh Sr. Deputado, ele faz tanta falta ao Comandante, por amor de Deus!

Ele está tirando um homem da Corporação e que é um homem de chefia ainda por cima.

**Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande:** Posso dizer só uma coisa.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Faz favor.

**Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande:** Portanto, em relação a isto quero dizer o seguinte:

O Sr. Comandante da Povoação tem só uma pessoa para o ajudar, que é o Ajudante de Comando, porque no quadro dos Bombeiros da Povoação não prevê um 2.º Comandante, nem tão pouco neste momento tem chefes nem sub-chefes, porque é uma corporação nova.

Portanto, quando alguém tirar o Ajudante de Comando ao Sr. Comandante ele fica só e somente.

Para além desse inconveniente que traz ao Corpo de Bombeiros da Povoação traz também inconvenientes a nível de chefias quando há intervenção dos outros corpos de bombeiros, porque o Sr. Ajudante de Comando da Ribeira Grande, neste momento, há um 2.º Comandante e na hierarquia está acima dum Ajudante de Comando.

O que é que isto quer dizer? Quer dizer que se ele estiver lá como Adjunto do Sr. Presidente da Câmara na Protecção Civil, o 2.º Comandante tem que se subordinar ao seu Ajudante de Comando. Isto está aqui uma salgadeira, uma confusão que tem-nos trazido alguns problemas.



Portanto, há momentos em que ele tem que se subjugar ao 2.º Comandante, mas há outros momentos que não pode e inclusivamente a outros comandantes. Julgo que este é um problema que já foi discutido a nível de chefias dos Bombeiros e posso confirmar rapidamente. É a questão do Ajudante da Povoação, ou ele é uma coisa ou é outra, as duas coisas ao mesmo tempo é que não é, porque no momento da catástrofe para que é que serve um homem, neste caso o Ajudante de Comando, se o seu comandante pode dispôr dele durante um ano, mas quando aparece uma situação de maior dimensão ele não tem ninguém para o ajudar, fica sozinho. Foi isto que aconteceu na Povoação e a nível de chefias o Sr. Comandante estava sozinho e não tinha mais ninguém.

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos** (*PSD*): É só para pôr aqui uma questão (...), no relatório foi afirmado pelo Sr. Presidente da Câmara que Comissão Local de Protecção Civil não funcionou., não reúne e sabemos que terá que haver diálogo e pôr as entidades todas à volta (...). É para isso que é criada a Comissão Local de Protecção Civil. Poderá dizer-se porque é que esta situação acontece na Povoação. Por um lado há a afirmação de que ela não funciona e por outro, inclusivamente, não há reuniões para que ela possa funcionar.

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): Peço a vossa atenção só por um momento para esclarecer aqui a questão do não reúne, não funciona.

Declaração do Sr. Presidente da Câmara da Povoação:

"No Concelho da Povoação, a Comissão Local de Protecção Civil não reúne".

Agora, reparem: "porquanto o Sr. Presidente da Câmara Municipal não a considera funcional".

Tem a palavra o Sr. Comandante dos Bombeiros da Povoação.

### **Interrupção da gravação(mudança de cassete)**

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** E ele de facto me disse isso numa reunião que houve para entendimento entre a Protecção Civil e o Presidente da

Câmara, na primeira semana de Janeiro. Convocou a reunião para as seis horas da tarde e quando entrei, estava o Sr. Presidente da Associação do Bombeiros com o Sr. Presidente da Câmara em conversa aguda.

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): O Pr. Presidente da Associação com quem?

**O Orador:** Com o Presidente da Câmara.

De forma que eu cheguei, sentei-me e não interrompi e a conversa prolongou-se até às 7 horas. Era só para confirmar, mas ele já queria terminar a reunião (...) discutir os assuntos, como é que saíu, como é que não saíu e como é que foi a discussão entre os dois Presidentes.

Portanto eu não sei se a reunião seria para uma reconciliação, de entendimento (...) e não sei se fez ou não fez queixa. Isto são tudo coisas sem importância nenhuma (...) o objectivo da reunião se fosse para isso eu nem aparecia lá. Resumindo: "olha, tenho que me ir embora". E não quis marcar nova reunião. Então a minha primeira intervenção foi dizer directamente ao Sr. Presidente da Câmara que o admirava. (...) porque é uma pessoa motivadora, uma pessoa trabalhadora e cheia de vontade, mas também lhe disse directamente". O Sr. como Presidente da Comissão Local de Protecção Civil não percebe e não sabe nada de Protecção Civil.

Isto eu tive que desabafar directamente: o Sr. não trabalha com a Comissão Local de Protecção Civil e, ele respondeu: não, eu não reúno CLPC, eu resolvo pontualmente.

Portanto, isto quer dizer que a segurança das pessoas do Concelho da Povoação está pontualmente, e se cai a casa do Presidente da Câmara ou se está nas ilhas, a Protecção Civil não funciona.

A segunda, que não precisa de falar com o Comandante da Povoação (...) Sinceramente eu não sei o que é que ele tem contra mim.

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): Só um momento, porque é quero só precisar aqui uma coisa.

Quando o Sr. foi a essa reunião, ia para uma reunião, no sentido de acertar coisas entre o Comandante dos Bombeiros e o Presidente da Câmara ou ia para uma reunião da Comissão Local de Protecção Civil?

**O Orador:** Não, senhor, era uma reunião só de conciliação entre os Bombeiros e o Presidente da Câmara..

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** É só para fazer uma pergunta.

No relatório do Provedor há declarações do Presidente da Associação e queria saber se o Presidente da Associação esteve também lá toda a noite, juntamente com os senhores?

**O Orador:** Não, o Sr. Presidente da Associação esteve sempre no Faial da Terra.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Então como é que ele sabe aquelas coisas todas?

*(Vozes inaudíveis)*

**O Orador:** Eu não fui prestar declarações à Provedoria, porque nesse momento eu tinha uma consulta médica e pedi ao meu Ajudante que me representasse.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Porque é que ele não foi ouvido?

**O Orador:** O Senhor pergunte isso a ele. Mas esteve na reunião em minha representação.

*(Vozes inaudíveis)*

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Mas o Sr. depois não se preocupou em saber porque é que o eu Ajudante não foi representá-lo nessa audiência

*(Vozes inaudíveis)*

Portanto, na audição que foi feita pela Provedoria, falou o Sr. Presidente da Associação, mas o ajudante estava lá presente.

**Pergunta inaudível dum Sr. Deputado.**

**O Orador:** Isso não sei.

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): Os Srs. Deputados estão esclarecidos? Os Srs. Comandantes querem dizer mais alguma coisa?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Eu quero dizer aqui, ainda, nesta reunião que houve um ponto que também achei grave e que foi o Sr. Presidente meteu dois Comandantes no estaleiro.

Podem-me perguntar como é que foi. Como é que foi? Eu estava no Comando das Operações no Faial da Terra, com a Corporação toda e que necessitava de uma moto-bomba, estava a pedir primeiro ao CCO e disseram para pedir aí ao Calhau (Comandante dos Bombeiros do Nordeste) que ele está mesmo aí na Água Retorta. Preciso de uma moto-bomba, Sr. Comandante! Eu tenho duas moto-bombas no Nordeste, mas como eu também estou com uma certa aflicção no Nordeste eu vou ligar já para saber se elas são necessárias e depois digo-te alguma coisa.

Eu disse-lhe: Eh! pá! Eu tenho aqui uma viatura que pode ir já buscar o moto-bomba. Ainda não tinha acabado de falar, estava na frequência da Câmara, felizmente pela Câmara ninguém nos deu nada, e o Sr. Presidente entra nesse mesmo momento e disse: oh Sr. Comandante do Nordeste, - nem sequer foi o Comandante da Povoação, porque era eu que estava a falar naquele momento,- "o Sr.tem ou não tem duas bombas"? (...)Ele nem sequer me deixou acabar de falar. Ele arrumou os comandantes!

(...) Oh Sr. Presidente da Protecção Civil, Sr. Coronel Vasco Capaz, eu quero o moto-bomba que está no Nordeste para o Faial da Terra.

Eu fiz esta crítica ao Sr. Coronel Vasco Capaz: eu não gostei que o Sr (...) desculpe lá, quem é que está pedindo é o Sr. ou o Sr. Comandante da Povoação?

Eu não gostei (...) não comentei isto com ninguém, mas não gostei e disse isto na reunião. Dois comandantes!?! Sinceramente!

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): Vamos lá ver se eu percebi.

O Sr. quer dizer com isso que o Presidente da Câmara da Povoação que colocou de parte dois Comandantes de Bombeiros.

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Exacto.

**Deputado Francisco Xavier** (*PSD*): Sentiu-se desautorizado?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Atravessou-se por cima da nossa cadeia!

*(Vozes Inaudíveis)*

**O Orador:** Eu quando precisar de uma viatura, eu não tenho que pedir a viatura ao Sr. Presidente, eu peço é ao CCO. Isto tem que ser gerido é assim. Não houve foi gestão. Porque é que a IRBA criou os CCO? Para não se estar a pedir para todos os lados. O Comando do CCO é que vai coordenar dois ou três corpos (...) Isto é uma cadeia que está aqui. Nós sabemos isto, o sr. Presidente é que não conhece. A cadeia tem sido quebrada.

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Perguntava aos Srs. Comandantes se têm mais alguma coisa a dizer.

**Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande:** Se me permite, queria só dizer que o Sr. Comandante da Povoação deve-se ter esquecido que nessa reunião de Janeiro (1998) com o Sr. Presidente da Câmara foi dito aos Bombeiros da Povoação que não chamassem mais os Bombeiros da Ribeira Grande. Gostaria que me confirmasse se isso é verdade ou é mentira?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Realmente, referiu-se mais do que uma vez lá que não queria nada com os bombeiros da Ribeira Grande.

**Deputado Francisco Xavier (PSD):** Depois da calamidade da Ribeira Quente?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Sim, foi numa reunião que nós tivemos na primeira semana de Janeiro. Fez uma reunião para consenso. Ele reafirmou que não precisávamos, ele é que disse, não fui eu, dos Bombeiros da Ribeira Grande.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Ele disse dos Bombeiros ou da Coordenação da Ribeira Grande?

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Não, disse dos Bombeiros da Ribeira Grande.

*(Vozes inaudíveis)*

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Ele (Presidente da CLPC da Povoação) já disse: assumo que não concordo e nunca concordei com a criação das duas zonas em S. Miguel.

Acho que os Bombeiros da Povoação não precisam de ficar subjugados à Coordenação da Ribeira Grande. Foi isto que ele afirmou e a seguir criticou desde o começo em que a lei foi criada.

Portanto, não é dizer que não precisa dos Bombeiros da Ribeira Grande, mas sim da essa coordenação e que a Povoação não precisava de ficar subjugada à coordenação da Ribeira Grande.

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Atenção, isto são ordens superiores. Agora, uma coisa é certa: no perfil de qualquer comandante também não aceita que outro Comandante vá mandar.

O que acontece é que por ordens superiores, no caso da inspecção, achou que o Comandante do CCO, em situações de gravidade, o Comandante Operacional deve coordenar as operações. Eu não estou contra isto. O Sr. Presidente é que tem esse problema.

**Voz não identificada:** Não é uma questão de mandar.

**Comandante dos Bombeiros da Povoação:** Não é a questão de mandar, mas eu entendo também a posição do Presidente da Câmara e ele não quer que uma força exterior vá coordenar no Concelho. Neste aspecto eu tenho uma certa admiração por ele e acho que o Concelho deve ter uma certa autonomia.

Eu, na qualidade de Comandante, também tenho que sentir isso.

**Comandante dos Bombeiros da Ribeira Grande:** Eu vou tentar explicar rapidamente.

Todos os Corpos de Bombeiros têm a sua autonomia total, tem o seu comandante que é responsável para com os bombeiros, tem os seus comandos e tem os seus chefes e sempre que houver qualquer situação dentro do Concelho é o Sr. Comandante dos Bombeiros desse Concelho que é o responsável pela actuação do seu Corpo de Bombeiros.

Agora, o que está definido é o seguinte: sempre que haja uma situação que atinja uma dimensão maior e que é necessário a intervenção de mais do que um Corpo de

Bombeiros, tem que haver alguém que coordene, porque há mais do que um Corpo de Bombeiros, há mais homens, há mais equipamento no terreno e tem que haver alguém que coordene, porque senão cada um a dar ordens nunca mais ninguém se entende. Tem de haver alguém que faça a coordenação e isto é a mesma coisa como nós que estamos aqui nesta reunião e tem o Sr. Presidente que coordena. Efectivamente, tem que haver alguém que coordene.

Agora, existe uma coisa que nós, bombeiros, - e temos estado calados e já nós os bombeiros de S. Miguel já reunimos para resolver se devíamos lançar isso cá para fora, mas entenderam que não e julgo que bem - não aceitamos é que ninguém de fora da área e que não faça parte dos bombeiros nos venha dar e impôr determinados elementos.

Os bombeiros têm a sua estrutura muito própria, tem os seus regulamentos que também são aprovados e, no que toca à parte operacional, também têm os seus regulamentos definidos e não pode um Sr. qualquer, independentemente de ser o Sr. Presidente da Câmara ou não, porque não gosta ou não simpatiza, ou porque entende não ultrapassar aquilo que está escrito em lei.

Portanto, quer gostem quer não gostem, enquanto for Comandante Operacional da Zona eu vou estar lá sempre, não a mandar, mas a coordenar o que for necessário. a partir do momento que entenderem que não sou eu a fazer isso, não tenho problema nenhum, volto exactamente para o sítio onde estava.

**Presidente da Comissão** (*Manuel Azevedo*): Mas, há aqui uma coisa que ainda não vi bem esclarecida.

O Sr. Presidente da Câmara da Povoação terá dito - e já não sei bem o que já disse nesta audição - que não queria nada com a coordenação da Ribeira Grande ou que não queria que os Bombeiros da Ribeira Grande estivessem lá.

**Deputado Rui Pedro Ávila** (*PS*): É que há situações assim, assim e depois o Sr. Presidente (...)

**Comandante do Bombeiros da Ribeira Grande**: Sr. Deputado, não há situações nenhuma, o que há é que o Comandante da Ribeira Grande sabe quais são as suas funções e não deixa interferir. Quem dá ordens aos meus homens sou eu e não deixo

nem o Sr. Presidente da Câmara da Povoação ou da Ribeira Grande, nem qualquer outro Presidente de Câmara que dê ordens directamente.

Eu sou o responsável pelos meus homens e naquela situação sou eu que devo dar as ordens.

Sr. Presidente, há uma coisa que tenho que dirigir ao Comandante dos Bombeiros, eu preciso de uma determinada situação, e o responsável quer dos Bombeiros, quer da CLPC, quer de qualquer entidade que pertença à Protecção Civil, terá que ser sempre por uma via de hierarquia. É esta hierarquia que não é respeitada. Não é só nos bombeiros, são também nos Serviços Florestais que é muitas vezes ultrapassada e outras áreas. Nunca poderão ser dadas ordens directamente.

E o erro está exactamente aqui: é quando alguém numa Comissão Local de Protecção Civil entender que sabe tudo e que vai para a rua e dá as ordens directamente, à partida vai falhar tudo. É isso que tem acontecido.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** (Palavras de agradecimento por parte do PS).

**Presidente da Comissão (Manuel Azevedo):** Srs. Comandantes, muito obrigado. Não estranhem esta movimentação, porque isto é normal numa reunião do Parlamento.

Penso que as dúvidas que cada um tinha, dentro do possível, ficaram esclarecidas. Outras poderão não ter ficado tão bem, mas isso é normal nestas circunstâncias.

Quero manifestar o meu apreço e naturalmente o da Comissão pelo trabalho desenvolvido (...). Naturalmente, vão continuar nas Furnas, a situação lá parece crítica.

Muito obrigado e até a uma próxima oportunidade.

### **Relatório da Visita da Comissão de Política geral e Assuntos Internacionais à Ilha graciosa, a 3, 4 e 5 de Fevereiro de 1998.**

- A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, nos dias 3, 4 e 5 de Fevereiro de 1998, realizou a sua visita de trabalho à ilha Graciosa, onde estabeleceu diversos contactos com entidades públicas e privadas, com as quais efectuou algumas reuniões, por forma a tratar assuntos no âmbito das suas atribuições.



- A visita à ilha Graciosa decorreu ao abrigo da alínea e) do artigo 57º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.
- A Comissão contactou e reuniu com as seguintes entidades:
  - Cooperativa Graçagrícola
  - Câmara Municipal
  - Cooperativa de Lacticínios
  - Adegas Cooperativas
  - Cooperativa Radiográciosa
  - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários
- Destas reuniões, elaboraram-se os seguintes relatórios:

## **1. Cooperativa Graçagrícola.**

### **1.1.-Instalações localizadas na freguesia do Guadalupe:**

- Armazém de adubos e posto de vendas de sementes, adubos e alfaias agrícolas. Espaço onde a direcção pretende pôr a funcionar mensalmente uma feira de gado.
- A localização fora do centro urbano maior consumidor (Santa Cruz) não permite a comercialização de produtos dos agricultores associados.
- Pensam ultrapassar este problema aquando da recuperação duma casa que possuem na Vila e cuja fruição será partilhada pela DRAC que, esperam, colabore na recuperação do edifício.

**1.2. Fundo de maneo** - A sua falta dificulta a armazenagem e comercialização.

**1.3. Formação profissional** - Houve um curso para empresários - agrícolas que poucos completaram, prevendo-se para breve a sua conclusão.

**1.4. Apoio técnico** - Têm-no solicitado, continuamente, pois que os dois técnicos dos Serviços Agrícolas têm-se dedicado só ao trabalho de gabinete.

**1.5. Diversificação de culturas** - Cultivo da beterraba como complemento da cultura da batata, ainda que os custos dos transportes sejam óbice importante.

**1.6. Caminhos vicinais** - Referida a necessidade da sua recuperação (são "caminhos de ninguém"), com o apoio da SRAPA.

**1.7. Lacticínios** - Manifestado o desagrado pelo facto da UNICOL na Graciosa pagar menos pelo leite do que paga na Terceira.

## **2. Cooperativa de Lacticínios da Graciosa / UNICOL.**

**Presentes:** Direcção da Cooperativa e representantes da UNICOL (Presidente e Dr. Mancebo Soares, gestor da União de Cooperativas).

### **2.1. Causas da presença da UNICOL na Graciosa**

Nos anos 60, por razões comerciais.

A UNICOL concede crédito à Cooperativa que esta não pode pagar, entregando-lhe as instalações.

### **2.2. Situação actual** - Laboração de 3 milhões de litros leite em 1997

- Prejuízo de 25.000 contos, previsto para 1997, supondo-se que seja pago pela SRAPA, como em anos anteriores.

- Estruturas actuais não respondem às exigências comerciais.

**2.3. Desconfiança entre produtores e UNICOL** É evidente. Aqueles exigem pagamento do leite pelo mesmo preço da Terceira, esta invoca o prejuízo anual. Evidenciada pela UNICOL a vontade de abandonar a exploração da fábrica da Graciosa por causa destas desconfianças, entregando como oferta as actuais instalações.

**2.4. Nova fábrica** - O processo foi encetado, em devido tempo, mas a falta de entendimento entre os Graciosenses não permitiu o seu desenvolvimento.

A nova fábrica é urgente para melhorar o produto e dar resposta à produção crescente. Sem ela, as condições socio-económicas dos produtores tendem a agravar-se. Este processo deverá ser desencadeado pela Cooperativa local. A UNICOL oferece:

- Cedência gratuita das actuais instalações, eventualmente a adquirir pela Câmara que se dispõe a participar neste processo.

- Garantia de continuidade na comercialização do produto, atentas as suas ligações comerciais com a Lactogal.

### **3. Adega Cooperativa da Graciosa.**

#### **3.1. Situação actual**

- Fabrico do vinho branco de mesa "Pedras Brancas"-VQPRD. Produção exígua .
- Saneamento financeiro feito com o subsídio governamental de 19.000 contos. Os 60.000 contos recebidos anteriormente não tinham sido suficientes. Pagamento a antigos fornecedores a fazer num prazo muito curto.
- Instalações muito degradadas. Equipamento obsoleto.

#### **3.2. O Futuro**

- Em carteira, uma proposta de projecto de reconversão da vinha para produção do "Pedras Brancas" na ordem dos 350 a 450 mil contos. Pretende-se:
  - \* Reconverter 1.000 a 1.500 alqueires de vinha entre a Barra e o Porto Afonso.
  - \* Produzir anualmente mil pipas de vinho.
  - \* Outras vantagens do projecto para a Graciosa:
    - Aproveitamento de terras abandonadas;
    - Valorização do ambiente rural numa perspectiva histórico-cultural;
    - Mais valia para a economia da Ilha e da Região;
    - Factor promocional do Turismo:
    - Promoção do emprego e fixação de mão de obra.

### **4. Cooperativa Rádio Graciosa**

- Constituída por 11 sócios.
- Fundada por não haver na Graciosa qualquer O.C.S.
- Horário de emissão assegurado por duas pessoas entre as 8 e as 20 horas. As restantes, em cadeia com a Rádio Renascença.
- Da programação destaca-se a realização de debates e promoção de grupos musicais da Ilha.
- Receitas pequenas, derivadas da publicidade institucional .
- Subsídio anual da Câmara Municipal de 300 contos. A Câmara é também proprietária do edifício onde está instalada a Rádio.

- Saldo negativo, em 4 anos, de 4.000 contos - situação preocupante.
- Mais publicidade e mais apoio da Câmara são necessários para ultrapassar a situação.
- Os restantes apoios são os legalmente estabelecidos a nível regional.
- Devia haver apoios governamentais para aquisição de CD's, paralelamente ao apoio para aquisição de papel para os jornais.
- Pretende-se instalar um novo emissor, de modo a cobrir toda a Ilha. Dificuldade com a EDA para o fornecimento de energia.

## **5. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ilha Graciosa**

**Presentes:** A Direcção, o Comandante e ajudante de comando.

### **5.1. Quartel**

- O primeiro a ser construído na Região.
- Necessita de beneficiação e de ampliação.

### **5.2. Pessoal**

- 38 efectivos - Bombeiros.
- Não há funcionários administrativos, sendo as tarefas desempenhadas pela Direcção, situação que não poderá continuar.
- Em futuro próximo desejam que o Comandante trabalhe para a Associação a tempo inteiro.

### **5.3. Viaturas**

- Não são as mais recentes.
- Necessidade de serem apetrechadas para maior capacidade de intervenção.
- No plano do IRBA para 1999 está prevista a entrega de um autotanque médio com mais capacidade de deslocação.
- Falta de peças para reparação de viaturas e outros equipamentos.

### **5.4. Comunicações**

- Necessidade dum retransmissor que dê cobertura a toda a Ilha.

### **5.5. Outro Material**

- Falta de material de combate a incêndios e de primeiros socorros.

- As bocas de incêndio existentes são poucas e estão a demasiada distância umas das outras. Algumas ficaram inoperacionais aquando da repavimentação de alguns arruamentos.

### **5.6. Situação financeira**

- No orçamento para 1998, para 23.000 contos de despesa, só estão garantidos 17.000 contos de receitas.

As receitas provêm das quotas, de subsídios da Câmara e da IRBA.

- Uma maneira de resolver este défice será a celebração dum acordo entre a IRBA e a SATA para prestação de serviços dos Bombeiros no Aeroporto.

- Se não houver vontade política de diversos intervenientes, preveem-se dias difíceis para a Associação.

## **6. Câmara Municipal:**

### **6.1. Saudação do Senhor Presidente**

Manifestada a vontade de que a presença da Comissão na Graciosa contribua para a solução dos problemas mais urgentes da Ilha.

### **6.2. Relacionamento com o Governo Regional:**

- Normal, com excepção do DREPA. Anteriormente, esta Direcção informava, mesmo telefonicamente, tudo o que tinha a ver com fundos comunitários a pagar às Câmaras. Antes a informação era fácil nos dois sentidos. Agora, tudo tem que ser feito por escrito e só é informado a cada Câmara o que diz respeito a esta. Quanto às outras, nada se sabe.

### **6.3. Endividamento**

- Ainda tem de socorrer-se dele sobretudo quando há atrasos no pagamento dos fundos comunitários. Este facto causa dificuldades acrescidas a uma entidade que na Ilha é a maior empregadora- a Câmara.

### **6.4. Rendimento Mínimo Garantido**

- Altamente positivo para as famílias e um bem enorme para a economia da Ilha. A título de exemplo, no mês de Novembro, só na freguesia da Guadalupe foram distribuídos 5.000 contos.

### **6.5. Pagamentos de dividas às Câmaras**

- Assume a posição unânime da Assembleia inter-municipal que congrega todas as Câmaras dos Açores.

### **6.6. Fundos Comunitários**

- Lamentou que o aterro sanitário da Graciosa tenha sido financiado pelo PEDRAA, enquanto, agora, os aterros sanitários das ilhas grandes serão financiados pelo Fundo de Coesão. Tal gera uma injustiça relativa em termos de *plafonds* das Câmaras, que terá de ser reparada.

### **7. Calamidades**

- Manifestou desacordo pelo facto de algumas Câmaras nos Açores terem visto o financiamento de algumas obras, a pretexto das calamidades, ser isento do *plafond* que lhes será atribuído. Considerou que se deveria ter financiado, com uma parcela dos 10 milhões de contos que foram atribuídos aos Açores, todas as Câmaras como acréscimo do *plafond* global.

### **8. Porto de Recreio da Barra**

- Pequena estrutura para recepção e apoio a barcos de recreio.  
- Necessário e urgente. O anteprojecto está pronto e entregue na Secretaria da Economia, aguardando-se a encomenda do projecto.

### **9. Barco rápido**

- O projecto encontra-se na posse da Secretaria da Economia. O Secretário já garantiu o pagamento dos juros da dívida a contrair. Falta a aprovação técnica do projecto, sem o qual nada se poderá fazer.

### **10. Orla Marítima**

- A zona dos Fenais, na Praia, está a ser sujeita a grande erosão, necessitando de intervenção rápida.
- O projecto de protecção da orla marítima junto às termas do Carapacho está elaborado, há dois anos, aguardando execução.

## **11. Plano 1997**

- Não houve quaisquer obras realizadas pelo Governo na Ilha durante este ano.
- Espera que se cumpram as promessas em 1998.

## **12. Protecção Civil**

- Os Serviços de Saúde da Ilha, em caso de catástrofe, só têm capacidade para 5 vítimas.
- Está constituída a CLPC e elaborado o PME aguardando-se a sua aprovação pelo Governo, sendo de salientar que é a primeira autarquia a possuí-lo nos Açores.
- Foi realizado um exercício simulado para o caso de catástrofe, notando-se deficiências a nível dos meios aéreos.
- Estão actualizados os mapas e cartas que fazem parte do PME.
- Acções de formação no âmbito do CLPC têm ocorrido.
- Construção de anexos prevista para o ano de 2000.
- Rede de comunicações não tem problemas de maior.
- A CLPC não reúne formalmente, mas os seus elementos contactam-se frequentemente.

## **13. Transferências de competências**

- deveriam ser feitas em diversas áreas desde que acompanhadas das respectivas transferências financeiras.

## **14. Visitas a empreendimentos Municipais**

### **Centro cultural**

- Óptima estrutura polivalente e que está a ser bem utilizada em diversos e eventos culturais e recreativos.

### **Parque desportivo**

- Em construção. Excelente para o desenvolvimento desportivo da população da Ilha.

### **Aterro Sanitário**

- Em construção.

### **Novo edifício da Junta da Freguesia da Luz.**

A Comissão delibera recomendar aos departamentos governamentais competentes:

a). **Necessidade de apoio técnico na área da agricultura**, pois que os dois técnicos existentes na Ilha normalmente estão ocupados em trabalho de Gabinete - no dizer da Cooperativa Graçagrícola.

b) **Urgente é a construção da nova Fábrica de Lacticínios**, em virtude da actual apresentar deficiências impossíveis de colmatar. Face a alguns desentendimentos entre lavradores graciosenses e a Unicol, proprietária da actual fábrica, a algumas desconfianças daqueles em relação à parceria com a Câmara Municipal para a efectivação daquele investimento, considera-se essencial e urgente um entendimento, primeiro a nível local e depois com a Unicol e com o Governo para que, no mais curto espaço de tempo, o assunto fique resolvido. Ao Governo se pede uma actuação imediata de carácter pedagógico junto dos lavradores Graciosenses.

Isto mesmo foi reflectido pela Comissão, em reunião com o Senhor Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente que referiu estar sensibilizado para esta questão, encontrando-se a trabalhar no assunto..

c) À medida que for avançando a reconversão da vinha, importa ir **melhorando e reequipando as instalações da Adega Cooperativa.**

d) **Mais apoio às rádios locais**, sugerido pela Cooperativa Rádio Graciosa, para o que necessário se torna alterar a legislação.



- e) **Para os Bombeiros** se pede mais apoio em material de combate a incêndio, material de assistência a sinistrados e equipamentos de comunicações.
- f) É exigido **melhor relacionamento** entre a Câmara Municipal e o DREPA que permita a melhor fluidez de informação.
- g) Pretende o Presidente da Câmara o empenhamento do Governo no **pagamento total ou parcial das dívidas da Câmara** bem como o **atempado pagamento de Fundos Comunitários** de modo a que não sofra estrangulamentos financeiros.
- h) É justo, segundo o Presidente da Câmara, que a autarquia seja **compensada no plafond do PEDRAA** pelo investimento efectuado no aterro sanitário, tendo em atenção que outras autarquias dos Açores irão beneficiar de comparticipação do Fundo de Coesão para idênticos investimentos.
- i) É necessária **actuação urgente na defesa da orla marítima** nos pontos mais sensíveis da Ilha.

Horta, 14 de Abril de 1998.

**O Relator**, *Francisco Xavier Rodrigues*.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente**, *Manuel da Silva Azevedo*.

**Presidente:** Terminada a leitura do relatório, encontra-se o mesmo à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria sublinhar a posição do PCP/Açores relativa à iniciativa do Sr. Provedor de Justiça de promover a elaboração de um relatório sobre a actuação dos meios da Protecção Civil, aquando da calamidade de 31 de Outubro de 1997.

O Sr. Provedor usou oportunamente de uma competência própria e os seus serviços produziram um trabalho bem elaborado que deve ser encarado, fundamentalmente, como um contributo importante para a correcção de deficiências e insuficiências.

Constituiu um sério erro político, em nosso entender, as tentativas de contestação dessa iniciativa do Provedor de Justiça, iniciativa essa que ajudou a fazer luz sobre as razões de várias das deficiências detectadas.

Sempre nos insurgimos contra todas as tentativas de partidarização desta questão.

Todos aceitamos que a Protecção Civil tem de ser melhorada.

Todos nós compreendemos que várias deficiências que aparecem nas horas de calamidade resultam de defeitos estruturais e não de comportamentos pessoais.

Todos aceitamos que são necessários mais investimentos e mais meios materiais e humanos para que o Serviço de Protecção Civil possa ser melhorado.

O facto da Assembleia Regional ter decidido aprofundar, através da sua Comissão de Política Geral, o conhecimento dos problemas surgidos, é, em si um facto positivo.

O Relatório agora em apreciação tem, na visão do PCP/Açores, dois aspectos essenciais:

Por um lado, sistematiza diversa informação e muitas opiniões, e isso é positivo dentro do esforço de análise que tem que ser feito se se querem tirar ilações que ajudem a melhorar o futuro.

Por outro lado, e na óptica do PCP/Açores, o Relatório, essencialmente no seu Capítulo III (Apreciação Global), está demasiado marcado por uma perspectiva de "julgamento" das deficiências, sem que tenha havido intenção de relevar o esforço feito no próprio terreno para ultrapassar essas mesmas deficiências.

Esta última perspectiva limita este Relatório, marca-o partidariamente numa matéria para a qual tem que ser, obrigatoriamente, pedido a esta Assembleia um esforço consensual para encontrar formas de organização e meios suficientes para a renovação global do Serviço Regional de Protecção Civil.

O PCP/Açores lamenta que tenha havido, nesta matéria, quer da parte do PSD, quer da parte do PS e do Governo, a tentação de partidarizar o tratamento de um assunto que é de enorme importância para todos nós.

Estamos a aguardar um aprofundamento dos debates sobre a Protecção Civil, nas suas vertentes organizativa e dos meios disponíveis.

As insuficiências e descoordenações que se deram não se podem repetir, em nenhum outro local da Região, mas só não se repetirão se forem tomadas medidas.

Neste sentido gostaria de perguntar ao Governo Regional:

1º - Tenciona o Governo propor a esta Assembleia alguma alteração da legislação sobre a Protecção Civil? Em caso positivo, quando prevê a sua entrada nesta Assembleia?

2º - Verifica-se, por declarações dos próprios responsáveis, que várias das Comissões Locais de Protecção Civil não reúnem. Que iniciativas tomou o Governo tendo em vista a rectificação desta situação?

3º - Que medidas pensa o Governo serem necessárias, por forma a que a avaliação da dimensão de cada calamidade possa ser mais rigorosa, mais pronta e com efeitos mais imediatos na acção de resposta?

4º - Que esforço orçamental pensa o Governo ser necessário, no curto e no médio prazo, tendo em vista uma melhor dotação de meios ao Serviço de Protecção Civil?

5º - Que comentário faz o Governo ao facto do dispositivo permanente das Forças Armadas nos Açores, em efectivos, meios navais, meios aéreos e meios de transporte e apoios terrestres ser, hoje, tão diminuto?

Entende ou não o Governo Regional que essa carência de meios militares pode afectar e limitar todas as acções de salvamento e de apoio às populações em situação de calamidade?

**Presidente:** Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, convinha fazer duas observações.

Em primeiro lugar, nós estamos em cima da hora regimental para encerrarmos os nossos trabalhos, mas suponho que o plenário não se oporá em que se leve até ao fim este ponto da leitura dos relatórios e discussão dos mesmos.

Se não houver oposição partimos deste entendimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Neste caso em particular, Sr. Presidente, o PSD não se opõe a algum prolongamento deste debate, mas, desde já, quer deixar aqui a sua posição, ou seja, desde que esse prolongamento não leve uma hora ou duas. Sendo assim, nós preferimos continuar os trabalhos amanhã.

Se esse debate for apenas de um quarto de hora, é evidente que o PSD não se opõe, mas caso contrário nós não concordamos, até porque temos uma programação de trabalhos hoje à noite.

Era isto que eu queria pôr à consideração da sua já provada compreensão para este tipo de questões que são levantadas habitualmente nos grupos parlamentares.

Muito obrigado.

**Presidente:** Interpretando um pouco amplamente a sua informação, até às 8.30 horas estariam de acordo com o prolongamento dos trabalhos.

A segunda observação tem a ver com o conteúdo de algumas questões postas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão e que são colocadas directamente ao Governo.

Acontece que, segundo uma interpretação do Regimento, ou seja, segundo o n.º 2 do Artigo 119.º, só os deputados poderão intervir na discussão dos relatórios.

O n.º 2 diz o seguinte:

"O plenário toma conhecimento do relatório, que será lido no período da ordem do dia, podendo as comissões prestar esclarecimentos complementares, por sua iniciativa ou a solicitação de qualquer deputado".

Apesar desta disposição e dada a natureza do assunto, se não houver oposição a que o Governo responda àquelas questões ou a outras que sejam postas, aceitar-se-ia a participação do Governo nesta discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dizer que, não tanto porque as questões foram colocadas, porque isso abria um procedimento que não deve ser aceite, senão todas as vezes que o Governo não poder usar da palavra eu faço uma pergunta e ele terá de responder, mas porque achamos que num caso excepcional não se deve subtrair a possibilidade do Governo prestar esclarecimentos.

Portanto, acho que por opção e não porque foram feitas perguntas, o Governo poderá intervir nesta matéria.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente:

A interpretação que nós damos é a seguinte:

No Período da Ordem do Dia, de acordo com o nosso Regimento, o Governo tem sempre o direito e eu até mesmo acrescentaria **o dever** de participar nos debates.

Nós vamos iniciar o debate de um relatório apresentado por uma Comissão. Por isso, entendemos que de acordo com o artigo 96.º do nosso Regimento, concretamente a alínea d), cumpre ao Governo, logo que interpelado neste período dos nossos trabalhos, participar nos debates.

Foi baseados nessa alínea que apresentámos as nossas questões. No entanto, aceitamos qualquer decisão soberana do plenário.

**Presidente:** Qualquer interpretação que se faça, suponho que não há oposição em que o Governo intervenha no debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu julgo que temos que ter algum rigor nisto.

Aliás, eu estranho que o Sr. Deputado Paulo Valadão tenha esta interpretação tão extensiva, porque da forma como eu o conheço, ele é muito rigoroso noutros aspectos.

O artigo 119.º diz:

"O plenário toma conhecimento do relatório, podendo as Comissões prestar esclarecimentos complementares".

Esclarecimentos não tem nada a ver com debates. Interpretar esclarecimentos como debate, é tão extensivo, tão extensivo que não sei onde é que vamos parar.

O Sr. Deputado fez 5, 6, 7 ou 10 perguntas. Portanto, vamos entrar numa interpelação ao Governo sobre esta matéria. Mas isso não é o que diz o artigo 119.º.

Eu penso que isso já não é uma interpretação extensiva, é uma interpretação abrogante. Ultrapassa todos os limites do artigo 119.º.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela interpretação que nós consideramos altamente restritiva do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o relatório aqui apresentado acaba por ser absolutamente desnecessário, porque nesse caso, se o problema é apenas colocar

dúvidas em relação ao relatório elaborado pela Comissão, caímos pura e simplesmente no facto de se tomar apenas conhecimento do relatório.

Nós entendemos que ao abrigo do artigo 119.º, ele tem que ser interpretado muito mais além dessa sua postura de apenas haver uma troca de impressões restrita sobre o relatório.

Aliás, no que respeita a matérias apresentadas ao abrigo do artigo 119.º, já se fizeram aqui grandes discussões.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se o Sr. Presidente fizer o favor de apurar a vontade dos grupos parlamentares, se todos, mesmo ao contrário do Regimento, mas desde que seja aprovado por unanimidade, aceitarem que o Governo pode intervir, é escusado fazer-se discussões jurídicas e regimentais sobre essa matéria.

Por isso, sugeria que se perguntasse aos Grupos Parlamentares se se importam de tomar uma decisão nesse sentido.

Eu já disse a posição do Grupo Parlamentar do PSD.

Se os outros tiverem a mesma opção, não vale a pena discutir o Regimento nesta altura.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa interpretação é de que o Regimento deve estar ao serviço desta Assembleia.

Por conseguinte, não deve funcionar como um impedimento, um estrangulamento ao trabalho parlamentar e àquilo que se pretende.

Nessa medida, nós subscrevemos a questão colocada pelo Deputado Victor Cruz de que se estamos todos de acordo, temos que avançar com isso.

A palavra do próprio Governo aqui é importante, porque se o Governo também quiser participar ainda reforça mais o objectivo que nos traz aqui.

O que é fundamental é que não se saia daqui com a impossibilidade de tratar determinada matéria por razões regimentais, quando todos pretendemos.

De resto, convenhamos, qualquer um de nós amanhã, no período de antes da ordem do dia, pode colocar essas matérias e podemos repô-las.

Nós estamos abertos a uma interpretação que nos parece válida de que a vontade deste Parlamento deve sobrepor-se a algumas regras regimentais.

Ademais, não temos frequentemente relatórios que suscitem tanto empenho como este está originando. Daí mais uma razão para termos uma interpretação lata do Regimento.

**Presidente:** Eu suponho que é clara a vontade maioritária da Assembleia em que se faça a discussão deste assunto com a prestação de esclarecimentos de elementos do Governo.

Portanto, qualquer decisão da Mesa noutro sentido, só levaria à manifestação em termos de votos dessa vontade o que julgo desnecessário fazer agora.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer um assunto.

A nossa preocupação era de cumprir minimamente o que está regimentalmente assente, mas não se confunda com alguma preocupação de evitar a discussão.

Gostaria que isto ficasse claro, porque pode haver algumas interpretações erradas.

Se for para discutir, vamos discutir em conjunto e se houver votação, não vamos votar contrariamente.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são oito e um quarto e o argumento do meu colega Victor Cruz vai por água abaixo, porque se vamos responder nestes termos, respondendo a 7 ou 8 perguntas do Sr. Deputado Paulo Valadão, outras que surgirão mais os esclarecimentos, o melhor é começarmos amanhã, porque até às 8.30 horas, não vai dar Sr. Presidente.

**Presidente:** Mas podemos aproveitar 15 minutos.

Vamos fazer a discussão do relatório nesses termos, ou seja, o Governo poderá intervir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu faço política, porque gosto, porque tenho convicções, porque olho para a sociedade que me rodeia e gosto de manifestar as minhas opiniões sobre aquilo que vejo.

Antes de entrar numa fase de pedidos de esclarecimento, gostaria de dizer duas ou três coisas.

Eu estou triste, muito triste!

Pela primeira vez nesta Casa, assisti a tentativas de fazer política com um assunto que, na minha opinião, não deveria ser usado para tal. Quando se faz isso, faz-se uma má política.

Não foi por acaso que ouvi ser lida a proposta de conclusões apresentada pelo Partido Socialista, que também não foi por acaso que foi rejeitada, mas porque entendo que também nesta Casa todos nós devemos fazer um louvor, não só ao trabalho que teve a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, mas em especial ao nosso colega Deputado relator Francisco Xavier, por todas estas páginas que nos trouxe.

Eu assisti a muito desse trabalho e às horas que privou da sua vida pessoal para trazer atempadamente tão aturado trabalho.

Eu fiquei muito triste, mas muito triste mesmo, quando vi que numa página e noutra inventada para assinaturas, o Partido Socialista pretendia resumir tudo o que foi dito nas audições e tudo o que estava escrito nos relatórios anteriores sobre essa matéria. Daí a minha tristeza.

Depois desta proposta de conclusões, houve uma questão que em Protecção Civil é fundamental, mas neste caso foi prejudicada, ou seja, a questão da avaliação. Esta questão é fundamental em Protecção Civil.

Regra n.º 1: nunca sub-avaliar as situações.

Houve sub-avaliação, neste caso, e isto tinha que estar escrito em qualquer proposta de conclusões séria, ou em qualquer proposta de conclusões que tivesse sido feita no sentido de que os relatórios das Comissões tivessem conclusões práticas. Já dissemos isso muitas vezes e o Sr. Presidente do meu Grupo Parlamentar numa reunião que teve lugar na Graciosa, frisou que de pouco servirá se depois de nos reunirmos,



depois de debatermos uma certa situação, os nossos relatórios fiquem no fundo dos arquivos desta Casa.

"Struthio Camelus!"

Os biólogos com certeza que saberão do que é que falo, os políticos nem tanto e os aprendizes de políticos, muito menos.

Avestruz... tão simples como isto: política da avestruz!

É o que me parece, esta proposta de conclusões apresentada pelo Partido Socialista.

**Presidente:** Sr. Deputado, está no fim dos seus 3 minutos.

**O Orador:** Eu já termino Sr. Presidente.

Para terminar, peço a todos com ar sereno, calmo e num espírito de futuro, que situações destas não voltem a acontecer.

Que reflectamos bem sobre o que devemos fazer hoje, para que amanhã não se repitam as situações de sub-avaliação, de quebra de cadeias de comando e outras que ao longo destas páginas amarelas, que não segui com os meus dedos, estão bem relatadas e bem definidas nos seus contornos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

**Deputado Francisco Xavier (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Nuno Barata:

Obrigado pelas referências, mas julgo que deve estender tudo isso à Comissão, porque o trabalho foi de todos.

No entanto, queria recordar, mais concretamente em relação ao Sr. Deputado Paulo Valadão — e vou usar uma designação utilizada pelo Sr. Deputado Rui Pedro Ávila na Comissão — que usei a minha honestidade intelectual desde a primeira à última página.

É claro que os objectivos de cada capítulo eram diferentes, o método de análise era diferente. Uma coisa é transcrever completamente uma audição, outra coisa é organizar estruturadamente uma audição e outra é avaliar as declarações feitas nestas audições.

Devo recordar que o Partido Social Democrata sempre assumiu uma posição de responsabilidade nesta matéria, e lembro-me da primeira intervenção que a Deputada

Ana Carolina fez nesta Casa nos dias consequentes à calamidade, uma intervenção com responsabilidade, não fazendo qualquer gesto oratório de aproveitamento político, pelo contrário, toda ela foi no sentido de chamar a atenção de que a Protecção Civil era importante e que devíamos estar unidos a esta matéria.

Nós temos consciência de que os povos que não se entendem nos momentos de crise, caminham para o seu desaparecimento.

Portanto, nesta matéria o Partido Social Democrata está perfeitamente à vontade e eu, como deputado deste Grupo Parlamentar, também envolvo-me neste espírito.

Por razões justificadíssimas, o Sr. Deputado não assistiu às audições, mas é preciso ver e localizar no tempo o motivo das audições.

Devo referir aqui que quando a Deputada Ana Carolina fez a sua intervenção nós já tínhamos conhecimento de algumas fragilidades da actuação da Protecção Civil, mas não as usámos.

Só quando o relatório do Provedor de Justiça veio para conhecimento público e perante as declarações críticas, altamente críticas ao Governo, perante as contradições evidentes, aí a Comissão de Política Geral assumiu a responsabilidade — e não podia deixar de o fazer — de tentar clarificar e esclarecer o que é que havia de confuso nesta situação.

Aí, nós ouvimos o Sr. Secretário Regional por proposta do PSD, depois por proposta do PS ouvimos o Presidente da Câmara da Povoação e como resultado dessas audições tivemos que ouvir os comandantes dos bombeiros.

Portanto, foi definido o objectivo.

As contradições evidentes foram resultado do relatório da Provedoria.

Esse foi o meu trabalho e quando me envolvi nestas questões, não poderia perder de vista o objectivo que era definido, a não ser que a Comissão tivesse definido outro objectivo.

É claro que as próprias audições decorreram neste sentido.

**Presidente:** Sr. Deputado, chamo a sua atenção para o tempo.

**O Orador:** Eu já termino, Sr. Presidente.

Portanto, relatei o que foi dito e não podia abordar outros momentos da Protecção Civil que são do conhecimento de todos quanto ao segundo e o terceiro dia da sua

actuação, em que as coisas correram naturalmente melhor. Eles são do conhecimento de todos.

Para darmos resposta a outras franjas da actuação da Protecção Civil, teríamos que fazer mais audições.

Se há razões para criticar a nossa proposta de conclusões que foi aprovada por maioria na Comissão, quantas razões então não há para protestar contra a proposta do PS apresentada na Comissão e que foi rejeitada?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

**Deputado António Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria apenas de colocar uma pergunta muito simples e curta, porque ainda não a vi relatada e, na minha opinião, ela é muito importante.

Gostaria de saber se a Comissão recebeu e considerou nos seus trabalhos o relatório que foi mandado elaborar pelo Governo sobre este assunto?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Comissão não podia considerar no seu relatório as conclusões das averiguações do inquérito que o Governo instaurou, na medida em que, segundo a Comunicação Social, as conclusões desse inquérito que foi mandado arquivar, só apareceram há dois ou três dias.

Efectivamente, nós não recebemos ainda.

Nem sempre estou atento à leitura da correspondência, mas hoje estava e ouvi anunciar a recepção pelo Sr. Presidente da Assembleia desse documento.

Naturalmente que ainda não chegou à Comissão de Política Geral, uma vez que foi recebido e anunciado hoje.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pegava nas últimas palavras do Sr. Deputado Francisco Xavier: "este relatório circunscreve-se às contradições". Julgo que foi isso que disse.

Este documento tem como título: "Relatório das audições no âmbito da actuação da Protecção Civil na calamidade que afectou o Concelho da Povoação".

O âmbito da actuação da Protecção Civil é muito maior do que as 6, 7, 8, ou 10 horas da manhã daquele dia.

O título deste relatório está errado e devia ser: "Relatório sobre as contradições".

*(Risos da bancada do PSD)*

Isto não é para rir, porque estão aqui afirmações complicadas e difíceis.

Pese embora todo o trabalho que aqui está, muito trabalho não quer dizer bom trabalho.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Mas este é um **bom** trabalho!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Essa é **só** a sua opinião!

**O Orador:** Eu li este relatório e, contrariamente ao que foi dito aqui por algumas pessoas, eu penso que o que se fez foi o contrário do que se devia ter feito, ou seja, não se encontraram provas e daí deduziu-se até às conclusões.

O que se fez aqui foi o contrário, induziu-se para se chegar a conclusões que previamente interessavam a que se chegasse. Basta percorrer este relatório, Srs. Deputados para verificar isso.

Em primeiro lugar, este relatório considera ser como válido, correcto e certo, tudo o que é dito pelo Sr. Provedor de Justiça. Não há nenhum erro naquele relatório, não há nenhuma omissão, nem no número de freguesias, nem sequer nisso.

Depois, o que diz o Sr. Comandante dos Bombeiros da Ribeira Quente e da Ribeira Grande, são afirmações válidas e provadas, mas as do Sr. Secretário Regional nunca são, ou seja, não se sujeita a contraditório afirmações de uma série de pessoas. Daí que me pareça que isto está feito ao contrário, ou seja, não se deduz para concluir, induz-se para chegar a onde se pretende.

Isso é fácil de verificar numa leitura atenta deste relatório. Vejamos:

Página 38: "Contudo, no decorrer das audições foram por ele tecidas duras críticas" — refere-se ao Sr. Secretário.

Quais audições?!

"Entende a Comissão que tais críticas foram despropositadas."

Porque é que são despropositadas?!

Precisamente porque se parte do princípio que o relatório do Provedor de Justiça não é despropositado e que as declarações do Comandante também não são.

O que é despropositado são as críticas do Secretário Regional.

Também se conclui na página 38, liminarmente sem qualquer problema e sem qualquer rodeio, "... ou apenas pretende evidenciar aspectos de pormenor de somenos importância", ou seja, aquilo que o Sr. Secretário diz é despropositado e pretende evidenciar aspectos de pormenor sem importância nenhuma.

Todavia está aqui na página 38, provado e mais que provado, concluído e aviado.

Vamos percorrendo o documento e na página 39 começa o relatório do Provedor de Justiça e vemos o seguinte: "... não encontramos nas declarações do Sr. Secretário da Habitação argumentos claros.

Assim, no mínimo fica a dúvida instalada".

Isto é um romance!

Isto bem lido é uma coisa de bradar aos céus.

Fica a dúvida instalada!...

**Presidente:** Sr. Deputado, está no fim do seu tempo.

**O Orador:** Como é que hei-de falar nesta Câmara?!

**Presidente:** Tem 3 minutos Sr. Deputado. É o Regimento que o impõe.

**O Orador:** Isto precisava de facto de ser dissecado.

Muito rapidamente e para terminar, porque eu não tenho tempo, vamos à página 46, 47. Em três parágrafos diz-se esta coisa notável:

"Em face de... podemos ajuizar..."

No parágrafo seguinte já se diz:

"Não podemos ser conclusivos...."

Quer dizer, ajuizava-se tanto, mas agora já não se pode ser conclusivo.

No outro parágrafo a seguir a descoordenação é evidente.

Imaginem o rigor disto: primeiro ajuíza-se, em seguida não se pode ser conclusivo e depois conclui-se.

É claro que isto dá "pano para mangas".

Todo o relatório é feito nestes termos contraditórios, sem um fio condutor, procurando demonstrar coisas que não estão rigorosamente demonstradas.

Essa pelo menos é a minha opinião.

Muito haveria para dizer sobre isto.

Nem sempre muito trabalho significa bom trabalho e além disso foi pena que não se tivesse produzido um relatório que merecesse pelo menos o consenso das pessoas da Comissão e que se tivesse decidido isto por votação, porque de facto, na minha opinião, é um mau exemplo.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Era impossível!

*(Aplausos da bancada do PS e do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, estamos em cima da hora que foi proposta para o encerramento dos nossos trabalhos.

Tenho ainda aqui duas inscrições, mas como atingimos a hora deixamos a discussão em suspenso e continuaremos amanhã no período da ordem do dia que conta ainda com 3 pedidos de urgência e dispensa de exame em comissão e de três propostas de resolução apresentadas pelo PSD, respectivamente:

- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução cujo objecto é "Escala semanal entre Lisboa e Santa Maria";
- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre "Tarifas da TAP iguais para os açorianos de todas as ilhas";
- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução "Eleição dos representantes da Região Autónoma dos Açores no Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa".

São este três pontos a acrescentar à ordem de trabalhos de hoje.

Amanhã iniciaremos os nossos trabalhos pelas 10.00 horas da manhã.

Boa noite e até a amanhã.

*(Eram 20.35 horas)*

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

***Partido Social Democrata (PSD)***

***Manuel Teixeira Brasil***

***Partido Popular (PP)***

***Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro.***

*Deputados que faltaram à Sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

***António das Neves Lopes Gomes***

***Partido Social Democrata (PSD)***

***Mark Silveira Marques***

---

## **DOCUMENTOS ENTRADOS NA SESSÃO**

### **Proposta de Resolução**

#### **Escala Semanal entre Lisboa e Santa Maria**

Considerando que a Ilha de Santa Maria dispõe de infraestruturas aeroportuárias de grande dimensão e operacionalidade;

Considerando que na Ilha de Santa Maria se efectuam escalas técnicas a todos os tipos de aeronaves, o que indica capacidade de resposta na área do handling;

Considerando que a implementação do Projecto do Atlântico na Ilha de Santa Maria, implicando a instalação de tecnologia de ponta, irá obrigar à deslocação contínua de técnicos altamente qualificados;

Considerando que no âmbito da navegação aérea existem vários encontros internacionais e que a Ilha de Santa Maria poderá beneficiar directamente da sua

realização nesta Ilha, se estiver garantida a acessibilidade directa ao Continente Português;

Considerando que uma grande parte dos funcionários do sector da navegação aérea são oriundos do Continente Português, o que contribui para um fluxo turístico gerado pelas suas famílias;

Considerando, ainda, que as entidades governamentais regionais e as forças vivas da Ilha consideram o turismo como o sector económico com maiores potencialidades para o desenvolvimento económico da Ilha de Santa Maria;

Considerando, por último, que este desenvolvimento está condicionado pela inexistência de uma ligação directa ao Continente Português, o que provoca o desinteresse dos agentes de viagens em constituírem pacotes turísticos para a Ilha.

Assim, ao abrigo da alínea b) do nº 1, do artigo 20º, do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD apresentam a seguinte Proposta de Resolução, que recomenda ao Governo Regional dos Açores as seguintes medidas:

1ª Que nas negociações em curso entre o Governo Regional e o Governo da República sobre o concurso para o futuro serviço público de transportes aéreos para a Região Autónoma dos Açores, seja incluído, pelo menos, um voo semanal: Lisboa/Santa Maria/Ponta Delgada/Lisboa, admitindo-se a possibilidade de alargar este número de toques, se a apetência pela escala se justificar.

2ª Que esta escala possa potenciar a criação de um circuito turístico regional, semelhante ao já existente.

Horta, Sala das Sessões, 23 de Abril de 1998.

**Os Deputados Regionais do PSD:** Victor do Couto Cruz, José Maria Bairos, José Manuel Bolieiro, Alberto Romão Madruga da Costa.

---

### **Proposta de Resolução**

**Tarifas da TAP iguais para todos os Açorianos de todas as Ilhas**



A recente notícia de que a TAP se prepara para lançar tarifas entre três Ilhas dos Açores e Lisboa a preços cerca de 30% mais baixos do que os normais para residentes, vem provar que esta Companhia tem condições para oferecer aos açorianos viagens mais baratas.

Acresce que se o faz numa época alta, por maioria de razão, poderia e deveria fazê-lo em períodos comerciais de menor procura, sendo que, por outro lado, só decidiu avançar para esta operação depois de operadores privados terem lançado o mesmo produto para períodos similares.

Tendo a TAP - transportadora de bandeira nacional e capitais públicos - um contrato de serviço público com as Regiões Autónomas, impõe-se que trate os açorianos de todas as Ilhas por igual, sem qualquer discriminação para aqueles que não residem em São Miguel, Terceira ou Faial.

Assim sendo, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD, propõe que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores recomende ao Governo Regional que providencie no sentido de:

- 1 - Os utentes das restantes ilhas poderem beneficiar na sua deslocação de e para o continente da mesma redução da tarifa já anunciada de/e para São Miguel, Terceira e Faial.
- 2 - Que as tarifas agora anunciadas sejam praticadas até ao termo do actual contrato de serviço público.
- 3 - Que seja definido um número mínimo de lugares, previamente conhecido, para cada voo.

Horta, Sala das Sessões, 22 de Abril de 1998.

**Os Deputados Regionais do PSD, Victor Cruz, Jorge Valadão dos Santos. João Cunha, Duarte Freitas, José Maria Bairos, Manuel Teixeira Brasil e José Manuel Nunes"**

---

### **Projecto de decreto Legislativo Regional**

## **“Definição de áreas de navegação para diversas categorias de navegador de recreio na Região Autónoma dos Açores**

### **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

**1** - O regime jurídico da náutica de recreio encontra-se hoje estabelecido no “Regulamento da Náutica de Recreio” aprovado pelo Decreto-Lei nº 329/95 de 9 de Dezembro.

Este diploma revogou, entre outros, o anterior “Regulamento Provisório das Embarcações de Recreio” aprovado pelo Decreto-Lei nº 439/75 de 16 de Agosto bem como o Decreto-Lei nº 202/92 de 29 de Setembro que lhe havia introduzido algumas alterações.

Na vigência destes diplomas, já revogados, a matéria relativa à capacidade de navegação dos desportistas náuticos, de acordo com as respectivas cartas, revelava-se altamente penalizadora para os Açores já que, não considerava a nossa realidade arquipelágica nem as tradições existentes nesta área desportiva.

**2** - O diploma agora em vigor, embora alterando no seu artº 33º a matéria relativa às cartas de navegador de recreio e respectivas capacidades ou habilitações, continua a não resolver convenientemente os problemas suscitados pelo anterior regulamento.

Com efeito e, designadamente no que se refere às categorias de “Marinheiro”, “Patrão de Costa” e “Patrão de Vela e Motor ou Patrão de Motor”, o Decreto-Lei nº 329/95 de 9 de Dezembro continua a não considerar a realidade das ilhas, as tradições existentes em matéria de recreio náutico e os prejuízos desportivos e turísticos que daí podem resultar se considerarmos as regatas que em grande número se efectuam entre ilhas e as festividades que igualmente se realizam em quase todas as ilhas especialmente nos meses de Verão.

De acordo com o artº 33º do diploma em vigor, um individuo habilitado com a carta de “Patrão de Costa” pode comandar uma embarcação de recreio(E.R.) até uma distância da costa que não exceda 25 milhas.

Resulta da aplicação deste dispositivo. que um “Patrão de Costa” não poderá ir às ilhas das Flores e Corvo ou mesmo navegar entre o Grupo Central e o Grupo Oriental do arquipélago.

Relativamente ao “Patrão de Vela e Motor e Patrão de Motor” verifica-se que o mesmo apenas pode navegar à vista da costa, até uma distância máxima de 20 milhas de um porto de abrigo e 12 milhas da costa.

Conclui-se neste caso que um individuo habilitado com esta carta, não pode navegar à vontade entre as ilhas de um mesmo Grupo de ilhas do arquipélago.

Quanto ao desportista náutico habilitado com a carta de marinheiro, o mesmo não pode navegar entre a ilha do Pico e S. Jorge embora a distância entre estas ilhas seja de apenas 9 milhas ou seja, 4,5 milhas de afastamento possível de costa.

Todavia, reconhecendo o legislador que existe algo de específico sobre esta matéria em relação à Região Autónoma dos Açores, foi introduzida uma norma, o número 3 do artº 33º, que confere ao Capitão do Porto capacidade para autorizar os individuos titulares das cartas supra referidas a ultrapassarem os limites estabelecidos, mediante certas condições.

Deste modo, o legislador, reconhecendo o interesse específico da Região sobre esta matéria, decidiu atribuir ao poder descricionário da autoridade marítima competência para, casuísticamente, derrogar as limitações constantes do nº 1 alíneas b) e c) do artº 33º do diploma em apreço.

Trata-se de uma situação que, em nossa opinião, não só é incorrecta, como é também propiciadora de arbítrios e desigualdades de tratamento entre os desportistas náuticos açorianos que poderão ver a sua capacidade de navegação variar consoante a vontade dos titulares das diversas capitánias do porto.

**3** - Importa referir, no que à segurança da navegação respeita, que é vasta a experiência e tradição existentes na prática de navegação de recreio nos Açores e que os riscos são diminutos face à proximidade das ilhas, à abundância de conhecimentos e meios de ajuda à navegação como faróis, radio-faróis, cartas detalhadas, meios de comunicação V.H.F. e outros auxiliares electrónicos, designadamente o GPS, que se encontram amplamente divulgados entre os desportistas náuticos.

4 - De notar ainda que a aplicação do diploma em apreço aos desportistas máuticos continentais permite-lhes navegar muitas milhas ao longo de toda a costa portuguesa, sem qualquer restrição que não seja a de manter o afastamento permitido pela aludida disposição legal.

5 - Conclui-se do exposto que a matéria em apreço assume particular configuração na Região Autónoma dos Açores o que aliás é reconhecido pelo próprio legislador como se referiu em 2, sendo matéria de interesse específico da Região nos termos do artº 228º alíneas l), m) e o).

Assim, ao abrigo dos artºs 227º nº 1 alínea a), 112º nº 4 e 228º alíneas l), m) e o) da Constituição e artigo 32º nº 1 alínea c) do Estatuto Político-Administrativo, o deputado abaixo assinado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresenta à Assembleia Legislativa Regional dos Açores o seguinte Projecto de Decreto Legislativo Regional:

### **Projecto de Decreto Legislativo Regional**

- Considerando que a legislação em vigor sobre náutica de recreio não reconhece plenamente a especificidade insular da Região Autónoma dos Açores,
- Considerando as tradições existentes na Região em matéria de recreio náutico bem como o desenvolvimento do desporto e do turismo náutico;
- Considerando as distâncias entre as ilhas e as suas reduzidas orlas marítimas;
- Considerando a divisão geográfica do arquipélago em três grupos (Grupo Ocidental, Central e Oriental) em função da proximidade das ilhas que os compõem;
- Considerando que, em resultado da realidade geográfica do arquipélago e dos meios técnicos hoje existentes de ajuda à navegação, está amplamente salvaguardada a segurança das pessoas e bens envolvidos;

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores decreta o seguinte:

#### **Artigo 1.º**

Na Região Autónoma dos Açores, os desportistas náuticos habilitados com as cartas de “Marinheiro”, “Patrão de Costa” e “ Patrão de Vela e Motor ou Patrão de Motor”, no que respeita às distâncias de navegação e sem prejuízo das demais limitações, estão sujeitos às seguintes condições:

- **MARINHEIRO** - Navegação diurna à distância de 5 milhas de afastamento da costa e 10 milhas de um porto de abrigo.
- **PATRÃO DE COSTA** - Navegação livre entre todas as ilhas do arquipélago.
- **PATRÃO DE VELA E MOTOR OU PATRÃO DE MOTOR** - Navegação livre entre as ilhas que compõem cada um dos grupos do arquipélago.

## **Artigo 2.º**

O presente diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Horta, Sala das Sessões, 21 de Abril de 1998

**O Deputado Regional do PS, *Fernando Manuel Machado Menezes***

---

**Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano sobre o Projecto de Decreto-Lei que "Estabelece a disciplina das trocas intracomunitárias de animais das espécies bovina e suína e revoga o Decreto-Lei n.º 80/90, de 12 de Março e as Portarias n.º 467/90, de 22 de Junho, n.º 728/90, de 22 de Agosto, n.º 160/91, de 25 de Fevereiro, n.º 720/91, de 28 de Julho, n.º 463/94, de 30 de Junho, n.º 119/96, de 16 de Abril e n.º 554/97, de 25 de Julho".**

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, discutiu e analisou o Projecto de Decreto-Lei que "Estabelece a disciplina das trocas intracomunitárias de animais das espécies bovina e suína e revoga o Decreto-Lei n.º 80/90, de 12 de Março e as Portarias n.º 467/90, de 22 de Junho, n.º 728/90, de 22 de Agosto, n.º 160/91, de 25 de Fevereiro, n.º 720/91, de 28 de Julho, n.º 463/94, de 30 de Junho, n.º 119/96, de 16 de Abril e n.º 554/97, de 25 de Julho, na sequência do solicitado por Sua Excelência o

Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores e, sobre o mesmo, emite o seguinte parecer:

## Capítulo I

### Enquadramento jurídico

A apreciação do presente Projecto de Decreto-Lei enquadra-se constitucionalmente no disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da Lei 40/96, de 31 de Agosto, e estatutariamente na alínea s) do n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto da Região Autónoma dos Açores — Lei 9/97, de 26 de Março.

## Capítulo II

### Apreciação na Generalidade e na Especialidade

O presente diploma visa transpor para a ordem jurídica interna a Directiva 97/12/CE, do Conselho, de 17 de Março de 1997, que altera a Directiva 64/432/CEE, relativa aos problemas de fiscalização sanitária em matéria de comércio intracomunitário de animais de espécie bovina e suína.

A Comissão de Economia, Finanças e Plano nada tem a opor ao presente Projecto de Decreto-Lei.

Angra do Heroísmo, 21 de Abril de 1998.

**O Relator:** *José Élio Valadão Ventura.*

O presente parecer foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente:** *Augusto António Rua Elavai.*

---

**A Redactora de 2.ª Classe:** *Maria da Conceição Fraga Branco*